

SAMUEL PIRES MELO

**TRAJETÓRIAS DE PROXIMIDADE, REDES E
FEIRAS**

*As práticas de agricultores familiares feirantes em Água Branca e
Delmíro Gouveia, Alagoas*

RECIFE

2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO

SAMUEL PIRES MELO

TRAJETÓRIAS DE PROXIMIDADE, REDES E FEIRAS

As práticas de agricultores familiares feirantes em Água Branca e Delmiro

Gouveia, Alagoas

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito final para obtenção do grau de doutor em Sociologia. Sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Eliane Maria Monteiro da Fonte e co-orientação da Prof^a. Dr^a. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.

RECIFE

2012

Catálogo na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

M528 t Melo, Samuel Pires.

Trajetórias de proximidade, redes e feiras : as práticas de agricultores familiares feirantes em Água Branca e Delmiro Gouveia, Alagoas. – Recife: O autor, 2012.

253 f.: il., 30cm.

Orientador: Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte.

Co-orientador: Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2012.

Inclui bibliografia, anexos e apêndices.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO

SAMUEL PIRES MELO

TRAJETÓRIAS DE PROXIMIDADE, REDES E FEIRAS

As práticas de agricultores familiares feirantes em Água Branca e Delmiro

Gouveia, Alagoas

Tese de doutorado aprovada em 18 de dezembro de 2012 com distinção, por unanimidade, com indicação para publicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito final para obtenção do grau de doutor em Sociologia

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Eliane Maria Monteiro da Fonte – Orientadora (PPGS/UFPE)

Prof^a. Dr^a. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti – Co-orientadora (PPGS/UFPE)

Prof^a. Dr^a. Maria Luíza Lins e Silva Pires (PPGS/UFPE)

Prof^a. Dr^a. Vânia R. Fialho de Paiva e Souza (UPE – PPGA/UFPE)

Prof. Dr. Ludovic Alexandre Jacques Aubin (Universidade Paris1-UFPE)

Minha mãe

Antes de entender os caminhos que me levariam a um doutorado, ajudou-me a abrir portas, desde os primeiros momentos de minha vivência, não impondo ou limitando as veredas, mas possibilitando reconhecer os momentos que poderiam propiciar a satisfação do que desejava.

Meu pai

A luta que travastes na ocupação de um espaço, diante das dificuldades impostas ao grupo social que fez parte, deixando a posição de *morador de patrões* para proprietário *da terra da vida*, foi um trampolim para entender que existiam pequenas saídas, independentes da posição na hierarquia social.

Queridos, dedico esta tese a vocês.

AGRADECIMENTOS

Confesso que imaginava agradecer a todos que estiveram envolvidos na construção desta tese, mas chegada à hora da consumação, algumas escolhas são tomadas. Quero dizer a todos, que cruzei e cruzaram comigo, direta ou indiretamente, para se sentirem contemplados com os meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço às minhas orientadoras Eliane Maria Monteiro da Fonte e Josefa Salete Cavalcanti por fazerem parte desse projeto, hoje tese! As reuniões foram acompanhadas de muitas contribuições e motivações para o melhoramento do que havia feito. Principalmente dos voos que não apresentavam coordenadas claras, obrigado! Além disso, pela disponibilidade em ler versões do trabalho, com mais de um capítulo, isso porque *viver e trabalhar* longe do programa de doutoramento impossibilita contatos mais frequentes com orientador, obrigado novamente!

Agradeço aos professores e colaboradores do PPGS (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) Cynthia, Lilia, Maria Eduarda, Silke, Maria Luiza, Jorge Ventura, Remo, José Carlos, e, em especial, professora Nazaré Wanderley, que foi uma interlocutora muito atenciosa em vários momentos de construção do doutorado e em particular da tese.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa que me concedeu durante 11 meses, período crucial que possibilitou cursar as disciplinas do curso de doutorado.

À Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal do Piauí pelo apoio institucional; aos meus alunos e alunas que estiveram direta e indiretamente envolvidos na construção desta tese.

Aos colegas de doutorado, pela convivência durante as disciplinas e em outros momentos do curso, como a minha estadia cotidiana no PPGS, são eles: Ailton, Amurabi, Bruno, Daniela, Fábio, Joana, Ricardino, Sheila, Vivian e Wanberto.

Ao grande amor da minha vida, pelo carinho e compreensão na feitura dos meus projetos de vida, desde o nosso primeiro encontro, durante minha graduação, ao mestrado e doutorado, obrigado!

Aos meus amigos Gustavo, Roberto, Tarcísio, Klênio, Marina, Ana, Cida, Marilza, Flávia, e, em especial, Erli, com quem ri, chorei, lamentei-me, compartilhei os

ganhos e perdas, e a contribuição sociológica que fez aos meus textos, e as discussões constantes sobre Sociologia.

Ao poeta alagoano e professor da Universidade Federal de Alagoas Otávio Cabral pelo carinho e presteza na disponibilização do seu poema “Andanças”, ainda não publicado, para ser a epígrafe desta tese.

À minha família, em especial aos meus sobrinhos e sobrinhas, afilhados (Maria Fernanda e João Gabriel) e filha postiça (Maria Aparecida); aos meus irmãos (Antonio, Antonia, Dyna Maura, Francisco, João Luis, Maria do Socorro, Marcos, Mateus e Vândia), pais (Maria de Deus e João), avós (Raimunda e Sebastiana – em memória) e avô (Luis Pires) que ajudaram de alguma forma a me constituir pessoal e profissionalmente.

Aos sujeitos desta tese: feirantes e fregueses, funcionários das prefeituras municipais e fiscais das feiras das cidades de Água Branca e Delmiro Gouveia que estão presentes nela pelas suas falas, histórias, sentimentos, projetos e problemas a serem discutidos.

À professora Marisa Ribeiro pela correção linguística.

A Vinícius Douglas, secretário do PPGS da Universidade Federal de Pernambuco, pela boa vontade e prontidão em atender às necessidades do corpo discente.

Coloco em cada poema que invento
A sina de pavor dos meus fantasmas
(São eles que me assustam quando escrevo)
E recolho os anais da minha infância

Pedaços de viagens e caminhos
Fraturas que esqueci nos meus umbrais
Me compõem assim nesse mosaico
Onde sou o que fui e o que serei

Nunca fui de guardar apontamentos
Nem reter as pegadas dos tamancos
Por isso quando escrevo meus pedaços
Me construo num vitral desses poemas
E oculto por detrás de alguma estrofe
Eu revejo os compassos do soluço

(Andanças, Otávio Cabral)

RESUMO

Esta tese tem como objetivo compreender as práticas sociais de feirantes agricultores familiares de Água Branca e Delmiro Gouveia, no Alto Sertão de Alagoas, tendo como questão central identificar quais são os aspectos dessas práticas que revelam a reprodução social destes sujeitos. Diante de tal problemática construímos uma hipótese geral de que essas práticas acontecem por meio das conexões firmadas pelas teias de relações entre Agricultura Familiar e Feiras. Destas derivam características que assumem as continuidades e mudanças sociais nos seus modos de *viver e trabalhar*, especificamente relacionadas às *figurações sociais* (re)construídas pelas ações dos sujeitos diante dos fatores objetivos das inter-relações sociais, econômicas, políticas e culturais; que se manifestam através dos fatores subjetivos como confiança, reputação, honra e responsabilidade dos feirantes acerca de suas próprias experiências. Ao considerar a manifestação da subjetividade na objetividade das trajetórias desses agentes, no sentido construído pelos fundamentos teóricos de Pierre Bourdieu e de Norbert Elias, nos foi possível compreender em profundidade o resultado das mudanças que acontecem principalmente devido as formas de antagonismo econômico e social que fundamentam as relações entre os sujeitos estudados. Por outro lado, as continuidades com que se estruturam essas relações estão fundamentadas de uma maneira pouco expressiva a novas experiências transformativas. Utilizamos a hermenêutica de Gadamer como abordagem metodológica, e para a construção dos seus aspectos, uma diversidade de procedimentos foram delineados, buscando, através de fatores objetivos e subjetivos, apreender como as relações entre Agricultura Familiar e Feira têm se dado. Especificamente, foram privilegiados instrumentos para gerar dados quantitativos e qualitativos, que favorecessem evidenciar aspectos sociais no presente, mas também do passado, recortes privilegiados neste estudo. O trabalho de campo foi realizado de outubro de 2010 a dezembro de 2011. A profundidade das análises nos permitiu entender, pela combinação de princípios das ordens econômico-produtiva e as de natureza social e política, que as feiras apresentam formas típicas de agir de sujeitos que têm *trajetórias de proximidade* imbricadas nas (re)produções dos espaços das praças de comércio. Ao que parece, essa proximidade funciona como válvula do motor desse processo de permanência das feiras, uma postura que foi sedimentada nas atitudes dos indivíduos por mecanismos sociais, discursivos e culturais em muitos anos de história. Esse híbrido de inter-relação mobiliza os feirantes, as conexões entre eles e o fortalecimento do próprio coletivo, posto que os mecanismos econômico-produtivos sejam administrados e regulados socialmente, de uma maneira que nenhum deles deixa de procurar o seu espaço particular.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar; Feiras; Trajetórias de Proximidade; *Figurações Sociais*.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the social procedures of family farmers that sell their products at fairs on Água Branca and Delmiro Gouveia , located at the drylands of Alagoas. The central question is identifying which aspects of these procedures can reveal the social reproduction of these people. Faced with this problem we created a general hypothesis that these practices occur through connections firming by webs of relationships between Family Farming and market place. Of these two, we can derive characteristics assuming that there are continuities and social changes in their ways of *life and work*, which are specifically related to *social figurations* (re)constructed by actions in face of the factors of the social, economic, political and cultural interrelationships, that manifest through subjective factors such as trust, reputation, honor and responsibility of stallholders about their own experiences. When considering the manifestation of subjectivity into objectivity of the trajectories of these agents in the sense of the theoretical foundations built by Pierre Bourdieu and Norbert Elias, we could understand in depth the result of changes that occur mainly due to the economic and social antagonism that underlie relations between the subjects studied. On the other hand, the continuities that these relations are based in are in a manner not significant to new transformative experiences. We use Gadamer's hermeneutics as a methodological approach, and for the construction of its aspects, a variety of procedures were outlined, seeking through objective and subjective factors to understand how the relationships between Family farming and Fairs have been given. Specifically, were privileged instruments to generate quantitative data and qualitative evidence that favored social aspects in the present but also the past, parts that were privileged in this study. Fieldwork was conducted from October 2010 to December 2011. The depth of analysis enabled us to understand, by combining principles of economic-productive with the ones of social and political nature, that the fairs have typical ways of acting from the subjects that have *proximity trajectories* based on the (re)production of spaces of the Squares' market place. Apparently, this *proximity* function as valve engine of this process of perpetuation of the fairs, a stance that was sedimented in the attitudes of individuals by social, discursive and cultural mechanisms that exist for a really long amount of time. This hybrid interrelationship mobilizes the fairground, the connections between them and the strengthening of the collective, since the mechanisms are managed economic-productive and socially regulated in a way that none of them ceases to look your particular space.

KEYWORDS: Family farming; Fairs; Proximity trajectories; Social figurations.

RESUMÉ

Cette thèse a comme objectif de comprendre les pratiques sociales des forains agriculteurs familiaux de L'eau Blanche et Delmiro Gouveia, au Haut Sertão de Alagoas, ayant comme question centrale identifier quels sont les aspects de ces pratiques qui révèlent la reproduction sociale de ces sujets. Devant de cette problématique construisons une hypothèse générale de qui ces pratiques arrivent par le milieu des connexions fermées pour les relations entre l'agriculture familiale et le forain. Des ces pratiques dériveront les caractéristiques que suppose les continuités et les échanges sociaux dans leurs modes de *vivre et travailler*, spécifiquement qui a des relations à des figurations sociales reconstruites par l'action des sujets devant les facteurs objectifs des inter-relations sociales, économiques, politiques et culturelles; qui se manifeste à travers des facteurs subjectifs comme confiance, réputation, l'honneur et responsabilité des forains sur ses propres expériences. Au considérer la manifestation de la subjectivité à l'objectivité des trajectoires de ces agents, au sens construit par les fondements théoriques de Pierre Bourdieu et Norbert Elias, nous sommes capables de comprendre en profondeur le résultat de changements qui arrivent principalement en raison des formes d'antagonisme économiques et sociaux qui fondent les relations entre les sujets étudiés. Par contre, les continuités avec ces structures de relations sont basées d'une manière peu expressive aux nouvelles expériences transformatrices. Nous utilisons l'herméneutique de Gadamer comme une approche méthodologique, et par la construction de ses aspects, une diversité de procédures ont été décrites, en cherchant, par des facteurs objectifs et subjectifs, appréhender comment les relations entre l'Agriculture Familiale et Forains ont été données. Spécifiquement, ont privilégié des instruments pour produire des données quantitatives et données qualitatives, qui favorisent la preuve des aspects sociaux au présent, mais aussi le passé, des coupures privilégiées dans cette étude. Le travail de terrain a été réalisé de Octobre 2010 à Décembre 2011. La profondeur de l'analyse nous a permis de comprendre, pour la combinaison des principes de l'ordre économique-productif et de la nature sociale et politique, que les foires présentent des formes typiques d'action des sujets qui ont des trajectoires de proximité imbriquées dans la reproduction d'espaces de marchés de commerce. Apparemment, ces proximités fonctionnent comme une vanne de moteur de ce processus de permanence de ces foires, une posture qui a été sédimentée dans les attitudes des individus par des mécanismes sociaux, discursifs et culturels sur de nombreuses années d'histoire. Cette hybridation de relations mobilise les foires, les connexions entre eux et la fortification de la collectivité, car les mécanismes économique-productifs sont administrés et régulés socialement, d'une manière qu'aucun d'eux ne réplique de votre espace particulier.

MOTS-CLÉS: L'Agriculture Familiale; Foire; Trajectoires de Proximité; Figurations Sociales.

LISTA DE SIGLAS

AL – Alagoas

BA – Bahia

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CD – *Compact Disc*

CDLAF – Programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar

CE – Ceará

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CREDIAMIGO – Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste

DVD – *Digital Versatile Disc*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MG – Minas Gerais

MST – Movimento dos Sem Terra

ONGs – Organizações Não-Governamentais

PB – Paraíba

PBA – Programa Brasil Alfabetizado

PE – Pernambuco

PMAB – Prefeitura Municipal de Água Branca

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia

PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SE – Sergipe

SP – São Paulo

SPSS – *Statistical Package for Social Sciences*

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UEC – Unidade Econômica Camponesa

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UPE – Universidade de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – Transporte de feirantes e fregueses às feiras	21
Figura 1.2 – Círculo hermenêutico de Gadamer	37
Figura 2.1 – Página do livro em quadrinhos “os Bandeirantes na história do Brasil”	81
Figura 2.2 – Moagem da cana-de-açúcar, Água Branca – AL	88
Figura 2.3 – Painel com detalhes da igreja Nossa Senhora do Rosário, Água Branca – AL	89
Figura 2.4 – Painel com detalhes de dois momentos da Igreja Nossa Senhora da Conceição, Água Branca – AL	90
Figura 2.5 – Família do Barão de Água Branca - AL	91
Figura 2.6 – Pessoas próximas ao trem indo para feira de Delmiro Gouveia - AL	97
Figura 2.7 – Paisagem do Complexo de Angiquinho, Delmiro Gouveia - AL	99
Figura 2.8 – Detalhes do complexo construído por Delmiro Gouveia, no Povoado Pedras – AL	100
Figura 2.9 – Funcionários na produção de linha da Agrofábrica de Delmiro Gouveia	101
Figura 2.10 – Funcionárias da loja da fábrica da Pedra de Delmiro Gouveia	101
Figura 2.11 – Representação da importância das costureiras para cidade de Delmiro Gouveia – AL	102
Figura 2.12 – Escritório da Fábrica da Pedra de Delmiro Gouveia	103
Figura 2.13 – Seção Elétrica da Fábrica da Pedra de Delmiro Gouveia	103
Figura 2.14 – Registro de atividades da feira de Delmiro Gouveia – AL	104
Figura 2.15 – Carnaval da Fábrica da Pedra de Delmiro Gouveia	105
Figura 2.16 – Bloco Carnavalesco de mulheres de Delmiro Gouveia - AL	106
Figura 2.17 – Bacalhau do Zé do Carmo, Delmiro Gouveia - AL	107
Figura 2.18 – Bloco do Pompeu, Delmiro Gouveia - AL	107
Figura 3.1 – Painel com a variedade de produtos comercializados nas praças de	113

comércio de Água Branca e Delmiro Gouveia - AL	
Figura 3.2 – <i>Disposição</i> familiar de agricultores para a atividade de feirante	124
Figura 3.3 – As especificidades socioeconômica e cultural de uma família de feirantes	127
Figura 3.4 – Detalhe das condições de trabalho de agricultores feirantes	136
Figura 3.5 – Interações e trocas sociais entre feirante e freguês	142
Figura 3.6 – Satisfação do feirante com o “negócio de feirante”	146

LISTA DE MAPAS, QUADROS E GRÁFICOS

Mapa 1.1 – Localização dos municípios das feiras pesquisadas	22
Mapa 3.1 – Origem dos produtos comercializados nas feiras	118
Quadro 1.1 - Características dos agricultores familiares entrevistados	31
Quadro 3.1 – Combinações de produtos comercializados na feira de Água Branca-AL	115
Quadro 3.2 – Combinações de produtos comercializados na feira de Delmiro Gouveia-AL	115
Quadro 3.3 – Relação dos tipos de comércios e serviços instalados no entorno das feiras	116
Quadro 3.4 – Produção Agropecuária dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia, Alagoas	120
Gráfico 3.1 – Distribuição de renda domiciliar per capita dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia, Alagoas	121
Gráfico 3.2 – Frequência de idosos nas feiras	128
Gráfico 3.3 – Perspectivas dos jovens sobre o trabalho na feira	129
Gráfico 3.4 – Perspectivas dos pais feirantes sobre o trabalho dos filhos na feira	130
Gráfico 3.5 – Principais linhas de produtos ou serviços comercializados por feirantes	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – Espaço físico ocupado pelos produtos comercializados nas feiras pesquisadas	114
Tabela 3.2 – Local de origem dos produtos comercializados	119
Tabela 3.3 – Origem familiar e espacial de feirantes	127
Tabela 3.4 – Caracterização socioeconômica de feirantes	135
Tabela 3.5 – Processo de representação política de feirantes	136
Tabela 3.6 – O “negócio de feirante”: suas particularidades e conexões	141
Tabela 3.7 – Interações e trocas simbólicas dos feirantes	145
Tabela 3.8 - Percepção do feirante sobre o mercado	150
Tabela 3.9 – Satisfação e perspectivas de futuro com “negócio de feirante”	151

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Justificando e delineando a pesquisa	19
O grande encontro	19
Buscando técnicas para pintar a arte de pesquisar os agricultores familiares e feiras	26
O trabalho do mensageiro: interpretando...	34
Compreendendo os dados por meio do círculo hermenêutico	36
Sobre a “imaginação sociológica”	39

1. DESVENDANDO AS ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Introdução

1.1 A interpretação das práticas sociais: objetividade e subjetividade	45
1.1.1 Fundamentos conceituais: Bourdieu, Elias e suas contribuições para a construção do conhecimento sobre as feiras	49
1.2 Agricultura Familiar e Mercados	54
1.2.1 Campesinato: produção e reprodução social	54
1.2.2 Dinâmica familiar camponesa: reciprocidade, hierarquia e interconhecimento	57
1.2.3 As feiras	62

Em síntese

2. O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO ALTO SERTÃO ALAGOANO E SUAS CONEXÕES COM AS HISTÓRIAS DAS FEIRAS

Introdução

2.1 Por uma sociogênese das feiras	72
2.1.1 A formação social do Alto Sertão de Alagoas e o papel da feira no processo colonizador: conflitos e adaptações	77
2.1.2 As feiras e a constituição dos povoados/cidades	85
2.1.3 As interações das feiras com os processos de modernização dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia	96

Em síntese

3. CARACTERIZAÇÃO DAS FEIRAS DE ÁGUA BRANCA E DELMIRO

GOUVEIA: Elementos Constitutivos

Introdução

3.1 Estrutura física e comercial das feiras	112
3.2 O perfil dos feirantes de Água Branca e Delmiro Gouveia	123
3.2.1 A origem familiar e a definição espacial	124
3.2.2 Caracterização sócio-econômica e político-cultural dos feirantes	127
3.2.3 O “negócio de feirante”: suas particularidades e conexões	136
3.2.4 Interações e trocas simbólicas dos feirantes	142
3.2.5 Satisfação e perspectivas de futuro com o “negócio de feirante”	146

Em síntese

4. AGRICULTORES FAMILIARES E FEIRA: traçando os seus modos de viver e trabalhar

Introdução

4.1 Caracterização das unidades pesquisadas	154
4.2 As práticas que interligam os modos de viver e trabalhar dos agricultores feirantes	157
4.2.1 Lógicas de produção e de viver: terra, trabalho e família	157
4.2.2 Entre as trocas mercantis e reciprocidade	172

Em síntese

5. AS FIGURAÇÕES SOCIAIS NAS FEIRAS: as teias de proximidade acionadas nas práticas sociais do feirante agricultor familiar

Introdução

5.1. As <i>figurações</i> das feiras	189
5.1.1. A família: <i>grupo doméstico</i> para reprodução social	189
5.1.2. O sítio e o povoado: relações de reciprocidade e interconhecimento perpassadas pelo negócio	198
5.1.3. A cidade pequena: lugar da síntese entre o mundo urbano e o mundo rural	207
5.2. Feira: integrador das teias que geram a economia de proximidade	214

Em síntese

CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	228
ANEXO I – Simulação de cálculo do tamanho de amostra	
APÊNDICE A – Instrumentos de coletas de dados	
APÊNDICE B – Mapas das Feiras Pesquisadas	
APÊNDICE C – Categorias e Variáveis Utilizadas na Tese	

INTRODUÇÃO

Justificando e delineando a pesquisa

O nosso “fazer ciência” está entrelaçado com os nossos preconceitos, bem como pela tradição, no sentido gadameriano (2008). Entretanto, entendemos que a prática científica deve ocorrer com a fusão de horizontes. Quer dizer, a trajetória de vida de um cientista não deve ser desprezada por ele próprio, mas entendida como uma posição prévia, tornando-se ponto de partida e objeto de análise para pensar as questões que o fenômeno social lhe aponta. Dessa forma, minhas experiências e sentimentos me fizeram escolher a relação entre feiras e a agricultura familiar como objeto de estudo e os municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia-AL como lócus de pesquisa.

O grande encontro

Tudo começou por um novo começo. Olhando o que já olhava, mas interpretando o que antes não interpretava. Foi assim que caminhamos no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Especificamente falando da construção da tese, podemos dizer que ela somente aconteceu quando foi dado um novo rumo ao projeto, até então esvaziado de sentido para o pesquisador. Entretanto, salientamos que o caminho percorrido foi árduo e entusiasmante ao mesmo tempo, sentimos um vazio da motivação que tinha no início, e uma emoção revisitando o campo de pesquisa. Tudo isso somente era controlado pelos aspectos metodológicos que havíamos delineado como caminho.

Uma “mudança de sorte” nesta trajetória, relacionada principalmente à indicação da orientadora da pesquisa de doutorado para cursar as disciplinas de sociologia rural e sociologia da agricultura, oferecidas pelo programa, resultou na minha aproximação com as

literaturas sobre campesinato e agricultura familiar e suas conexões com os mercados. Tais escolhas propiciaram um direcionamento do nosso interesse de pesquisa para a questão das trocas sociais (MAUSS, 2003), relacionadas à constituição do espaço da cidade e aos usos do espaço público pelos agentes sociais rurais que participam de tal construção, a partir do ponto de vista do comércio de rua, as feiras.

Nossas questões iniciais se deram em torno da conotação das políticas públicas que estão sendo propostas para a ruralidade brasileira, por meio, a partir de 2003, da perspectiva territorial (ABRAMOVAY, 2006). Essas nos incitaram a estudar uma proporção da literatura brasileira que vinha discutindo a dinâmica do desenvolvimento territorial. Foi quando observamos que entrávamos em uma “vereda” muito estreita de tal noção, posto que o diálogo perpassava, em grande parte, a projeção normativa das políticas públicas (SCHNEIDER, 2004), criando-se assim um discurso que nos impedia de enxergar os sentidos dados pelos agentes em suas práticas sociais.

Essas discussões nos possibilitaram estudar, através de um projeto de pesquisa, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), campus do Sertão, as feiras de Delmiro Gouveia e Água Branca. O projeto se intitulava “A Construção da Identidade Territorial do Alto Sertão de Alagoas sob o Olhar das Feiras livres de Delmiro Gouveia e Água Branca”. Nele, observamos uma peculiaridade “no fazer-se feira”, como uma relação dialógica, não somente com a população local, mas com os municípios e comunidades vizinhas, sobressaindo, entre outras interações, a de agricultores familiares que teciam seus *modos de viver e trabalhar* pela conexão de espaços (sítio, povoado e pequeno município, principalmente), criando, portanto, uma territorialidade pela inter-relação entre ruralidade e urbanidade brasileiras.

O motivo de estudar, naquele projeto de pesquisa, duas feiras, se deu novamente porque passamos a olhar o familiar com estranheza. Dizemos isto porque no município do qual sou natural, tem uma praça de comércio que não chamava minha atenção. No entanto, os horizontes começaram a fundir após o contato com a literatura sobre “Campesinato e Agricultura Familiar” e a chegada à feira de Delmiro Gouveia, até então desconhecida por nós. Durante a semana, a feira parecia vazia, ou quase sem fluxo de pessoas. Porém, quando chegou o fim de semana, no sábado especificamente, por volta das cinco horas acordamos com um movimento intenso, pessoas conversando, carros de som, e uma vizinha chamando o filho porque estava na hora de “*arrumar seu trocado*”¹. Aquilo tudo não nos deixou mais

¹ Salientamos que todas as frases e palavras postas em *italico* e entre aspas, nesta tese, são falas dos entrevistados. Informamos ainda, que algumas estruturas gramaticais nelas foram alteradas para uma melhor

dormir, então fomos conferir o que se passava.

A percepção que tínhamos sobre feira, antes de observar a de Delmiro Gouveia, era um olhar apressado, que a via como simples espaços de comercialização de produtos, entendendo-as como “não-lugares”, na expressão utilizada por Augé (1994), que são desprovidos de investimento humano. Na verdade, o indivíduo reconhece o que precisa, mas não investe em nenhuma troca simbólica que possa garantir sua identidade. Entretanto, todo aquele movimento nos mostrou o contrário.

Ao chegarmos a uma rua transversal da feira, presenciamos inúmeros carros, chamados “*carros de linha*”, eles transportavam pessoas de outros municípios e sítios/povoados para a feira, rapidamente contamos 15 “D-20”, modelo da Chevrolet produzido pela empresa General Motors. Elas possuíam capacidade para três pessoas na cabine, incluindo o motorista, e mais cerca de 20 na carroceria. Estas eram cobertas e possuíam arquibancadas de madeira, com uma estrutura muito rudimentar para segurança dos passageiros. Além de tudo isso, as pessoas ainda colocavam cargas de arroz, milho, feijão, entre outros alimentos adquiridos na feira, na carroceria do transporte.

Figura 1.1 – Transporte de feirantes e fregueses às feiras



Fonte: acervo da pesquisa de campo, 2011.

fluidez da construção textual. Entretanto, queremos apontar também que deixamos enquanto tal (is) às que pudessem alterar o sentido colocado pelos entrevistados.

Essas foram algumas das sonoridades e olhares que fomos ouvindo e “enxergando” durante o percurso à feira, que mantinha uma distância de 500 metros de nossa residência. O ápice do nosso deslumbre se deu ao chegar à praça de comércio, quando não soubemos descrever a sensação, mas somente expressar inicialmente a permanência de um grande número de pessoas para se fazer naquele espaço, facilmente poderíamos contar 1500 sujeitos, incluindo feirantes.

Ao conversar com alguns frequentadores, indagamos se a mobilização de pessoas naquele espaço estava relacionada ao dia em que ela acontecia, e também se seria porque não têm outras feiras por perto, em localidades próximas. Os mesmos disseram que, na verdade, tanto feirantes quanto os demais frequentadores se faziam em várias feiras, realizadas em dias diferentes, o que chamavam de “circuito”, como era o caso do município vizinho a Delmiro Gouveia, Água Branca, distante 15 quilômetros, onde uma outra feira acontecia, na segunda-feira. Nela, o fluxo de pessoas era intenso, pois vinham de muitos lugares, inclusive feirantes de Arapiraca-AL, com distância de 185 quilômetros, bem como de outras cidades do estado da Bahia e Sergipe. A localização geográfica dos municípios onde estão localizadas as feiras encontra-se no mapa 1.1:



A partir dessas informações, fomos conferir a feira de Água Branca. Chegando lá, tivemos dificuldades de encontrar um espaço para estacionar o automóvel no qual andávamos. O motivo disso estava relacionado ao lugar destinado àquela praça de comércio, localizada no centro da cidade, onde reunia os serviços oferecidos pelo município e o evento da feira. Neste, havia uma intensidade do fluxo de pessoas, “carros de linha”, motocicletas, bicicletas, carroças de burro, dentre outros, o que deixava ainda mais tumultuado o centro da cidade. Esta feira se diferenciava da de Delmiro Gouveia que estava localizada um pouco mais

afastada do centro cerca de um quilômetro.

Em conversa com alguns feirantes, perguntamo-lhes se gostavam de trabalhar naquele espaço apertado. Disseram-nos que existia uma discussão entre eles e a prefeitura para mudança do local, mas que, na verdade, preferiam ficar ali, por ser mais cômodo, e que estavam lutando para isso. Complementaram a resposta dizendo “*que a prefeitura tinha recebido recursos do governo federal para melhoria do espaço, só que se realmente era para melhoria deveria ser para trazer melhores condições de trabalho aos feirantes e fregueses e não aos governantes*” (Antônio, feirante de Água Branca, 50 anos). Isso nos fez pensar em uma relação conflituosa entre poder público local e feirantes.

Ao conversarmos com funcionários das prefeituras sobre a localização da feira, disseram-nos que tramitava um projeto de criação da Feira da Agricultura Familiar, destinada somente para tal grupo social. Logo lembramos que essa política já estava em execução no município de Arapiraca-AL, localizada no centro da cidade, realizada em dia diferente das demais feiras do município.

Após essas incursões, estes lugares nos mostraram, em parte de seus habitantes, um efeito de identificação deles, onde existe uma memória coletiva que se (re) atualiza constantemente. Neste sentido, como o próprio Marc Augé definiu, os lugares antropológicos são [uma] construção simbólica do espaço que, por si só, não poderia dar conta das vicissitudes e das contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela atribui um lugar, por mais humilde e modesto que seja (AUGÉ, 1994, p. 58).

Por outro lado, são lugares que se pretendem identitários, relacionais e históricos. O lugar é [...] histórico, na medida em que conjugando identidade e relação, se define por uma estabilidade mínima, e desde que os que nele vivem possam reconhecer pontos de referência que não têm de ser obrigatoriamente objetos de conhecimento (AUGÉ, 1994, p. 58).

Diante das práticas sociais nessas praças de comércio, localizadas em espaços diferentes, percebemos uma identificação local e supralocal por tais feiras. Isso ocorre entre feirantes e fregueses que reconhecem esses lugares geográficos como oportunidade de se fazerem pela ampliação das trocas sociais, como os *circuitos de feiras* onde obrigação e prazer misturam as ações destes. Por esse conjunto de informações, propusemos um projeto de pesquisa firmado por meio da UFAL. A hipótese que nos norteou era de que a identidade territorial das feiras do Sertão² não se dava pela ação dos governantes, mas pelas inter-

² A noção de Sertão é amplamente utilizada na literatura brasileira para se referir as extensas terras do interior do Brasil que se contrapõem ao litoral, lugar privilegiado pela colonização. Entretanto, esse termo se dispõe a uma variedade de significados, de acordo com as diferentes perspectivas históricas e culturais de cada região. Vale salientar que o sertão nordestino carrega sempre as referências da seca, da miséria e da migração, mas também

relações destes circuitos realizadas entre os agentes que se fazem neles.

Realizado o mapeamento, confirmamos nossa hipótese de que os agentes das praças de comércio se enxergavam moradores do município de Delmiro Gouveia ou Água Branca. Mas vale salientar, pelas impressões iniciais, que os mesmos avistam a possibilidade de se fazerem em ambas as feiras a depender da necessidade, i. e., veem-se na continuação de oportunidades que as duas se realizam, no sentimento de pertencimento para além do espaço físico em que são instaladas.

Isso toma concretude pelos indivíduos que moram em sítios, comunidades, povoados, e outros lugares denominados “zona rural”. Estes, de uma maneira geral, fazem-se presentes em uma maior proporção entre as feiras do alto sertão de Alagoas, tanto quanto feirantes, fregueses ou frequentadores. Para se ter uma ideia, em uma rápida abordagem aos passageiros que utilizavam “D-20”, cerca de 60% nos disse que vinha da “zona rural” para se fazer nas feiras, também para ir a outros espaços citadinos, resolver questões de bens e serviços. Além, é claro, aproveitar para passar rapidamente na casa de parentes “*para saber das boas novas*” ou mesmo rever os amigos da feira.

Novamente nos saltava aos olhos a relação entre as referências bibliográficas sobre campesinato e agricultura familiar e suas ressignificações para as relações entre ruralidade e urbanidade brasileiras. Pois ao mesmo tempo em que nos permitia enxergar a permanência dos sujeitos sociais rurais, podíamos perceber que existiam normas e valores que os mantinham em suas *formas de viver e trabalhar* com abertura à adaptação e ressignificação.

As discussões dessas categorias, como apontam Wolf (1970); Shanin (1980); Mendras (1978); Queiroz (1973); Ellen Woortmann (1995, 1997); Klass Woortmann (1990, 1997); Wanderley (1993, 1999, 2002a, 2002b, 2004a, 2009); Lamarche (1993, 1998); Sabourin (2009) e Wilkinson (2008), trazem um olhar das múltiplas práticas, processos e dispositivos que os camponeses/agricultores familiares e demais atores sociais no meio rural têm utilizado historicamente e mesmo criado no período recente para fazer frente a situações de risco, precariedade, vulnerabilidade e coerção, às quais estão submetidos e por vezes subordinados por razões estruturais ou conjunturais.

Ao apontar as questões de estudo dos autores supracitados, procuraremos mostrar, nos capítulos seguintes, que não se tratam apenas de atalhos ou estratégias pontuais de entendimento da ruralidade. Mais do que isto, a emergência da noção delas é um traço

da resistência e coragem do sertanejo que sobrevive às desgraças cotidianas e extraordinárias (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001; BRANDÃO, 1995).

marcante, tanto no debate acadêmico como no campo das políticas públicas, que trazem a tona territórios construídos na inter-relação entre espaços e atores sociais.

Em outras palavras, ao iniciarmos um mergulho nessas formas particulares de comércio, efetuadas no espaço da rua, observamos que existem aspectos importantes nas inter-relações entre rural e urbano pelas práticas cotidianas de grupos ideologizados como pertencentes somente ao campo ou a cidade. Estas práticas se constituem em *modos de viver e trabalhar* que, de alguma maneira, “formam” os espaços da cidade, estetizando as formas de vida de alguns de seus habitantes, mas vale destacar que existem diferenças e não uma homogeneização entre o rural e urbano brasileiros. Isso nos levou a pensar na proposta de compreender as *figurações* feiras, sejam individualmente ou por meio de seus “Circuitos” de relações, desde os agentes que se fazem nelas às significações compreendidas pelas interações dos sujeitos entre o campo e a cidade.

Nesse sentido, amarramos nossas teias, delineando como **objetivo central desta tese** analisar as práticas sociais de feirantes agricultores familiares nas feiras de Água Branca e Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas, tendo como **questão central**: compreender as práticas sociais dos agricultores familiares nas *figurações* que constituem as feiras de Água Branca e Delmiro Gouveia. Para isso, entendemos que Elias e Bourdieu apresentam aspectos teórico-metodológicos adequados para encaminhar nossas interpretações, pois eles nos permitem ultrapassar argumentos somente agenciais ou estruturais, para compreender as relações entre fatores objetivos: condições produtivas, econômicas, sociais e políticas – Terra, Trabalho, Tecnologia, Financeiro, Mercado, Relações Familiares, Vizinhança e Sociedade Global, e fatores subjetivos – as sociabilidades, as experiências e as percepções de feirantes acerca de suas próprias experiências.

Foi pela ampliação dessas discussões que pensamos em estudar os fatores objetivos e subjetivos das práticas sociais de feirantes agricultores familiares³ nas feiras do Alto Sertão de Alagoas. Isso porque parecem existir valores e normas entre os grupos sociais que participam destas praças comerciais que dão todo um sentido a construção territorial dos pequenos municípios, inclusive a ultrapassagem das trocas como simples reprodução do Capital.

A hipótese que orienta o trabalho é a de que nas feiras existem *disposições* à “resistência” e “autonomia”, embora limitadas, que estão propostas dentro dos *modos de viver*

³ Aqui abrimos essa nota para dizer que entendemos essa categoria, em parte, pelas indicações de Lamarche (1998) que leva em consideração a preocupação em analisá-la por meio de dois fatores: maior ou menor importância da família nas estratégias da unidade produtiva e maior ou menor grau de integração e dependência em relação ao mercado, tecnologia e financeira. Estas considerações serão trabalhadas no capítulo teórico-metodológico, especificamente no tópico: “Agricultura Familiar e Mercados”.

e trabalhar de agricultores familiares feirantes. Elas estão relacionadas às *figurações sociais* (re) construídas pelas ações dos sujeitos diante dos fatores objetivos das inter-relações sociais, econômicas, políticas e culturais, que se manifestam através dos fatores subjetivos como confiança, reputação, honra e responsabilidade dos feirantes acerca de suas próprias experiências.

Pensamos então em interpretar o contexto em questão através de uma articulação da prática das pessoas e do estudo de sua psicogênese e sociogênese. Quer dizer, as teorias de Pierre Bourdieu e de Norbert Elias, como falado anteriormente, bem como a fértil complementaridade existente entre elas podem atingir esse objetivo e, apesar de não se deterem diretamente a nenhuma das categorias em particular (Agricultores Familiares e Feiras), ajudam a compreender em profundidade o resultado de sua interface.

Buscando Técnicas para Pintar a Arte de Pesquisar os Agricultores Familiares e Feiras

As tessituras desta tese foram sendo realizadas em etapas que não seguiram uma linearidade, mas idas e vindas aos caminhos da teoria e pesquisa empírica, construindo, assim o processo teórico-metodológico. Inicialmente foram realizadas algumas incursões exploratórias, através de visitas e aplicação de questionários aos agentes sociais que se fazem nas feiras, bem como em instituições governamentais que atuam nelas. Isto foi fundamental para buscar um maior discernimento sobre a delimitação do objeto e os elementos necessários para a construção da tese.

Ao observarmos o fluxo de sujeitos nas *figurações* feiras, particularmente de Agricultores Familiares, precisamos que era de fundamental importância compreender as práticas sociais de feirantes de pequenos municípios, pois estas revelam as *figurações* que conectam a ruralidade e urbanidade brasileiras. Dizemos isto porque estamos tratando de duas categorias (Agricultores Familiares e Feiras) pensadas dentro de algumas concepções que projetam seus desaparecimentos.

Em outras palavras, sentimos que, por um lado, o referencial teórico apontava para a necessidade de construir aspectos metodológicos voltados à compreensão do entrelaçamento entre a estrutura dos processos sociais em mudança e a estrutura dos processos individuais também em transformação, ou, em outras palavras, as interdependências entre sociogênese e psicogênese.

Por outro lado, as decisões quanto à forma de abordagem e aproximação do conhecimento pré-existente e, também, quanto à organização e discussão do material coletado, levou-nos a optar, portanto, pela diversidade de procedimentos, buscando, através de fatores objetivos e subjetivos, entender melhor como as relações entre Agricultura Familiar e Feira têm se dado. Para isso, foram privilegiados instrumentos para gerar dados quantitativos, e qualitativos, que favorecessem evidenciar aspectos sociais do presente, e do passado, recortes privilegiados neste estudo.

Ao apontar questões significativas em relação aos tipos e aspectos metodológicos de pesquisa em ciências sociais, convém enfatizar o posicionamento trazido por Elias (1994b, p. 196) de que em uma perspectiva sociológica o qualitativo não é um conceito oposto ao quantitativo, pois a investigação sociológica empírica não quantitativa, ou não exclusivamente quantitativa, se preocupa habitualmente pelo estudo de questões relacionais, tanto estáticas quanto dinâmicas, características dos grupos humanos. Com este pressuposto dos aspectos metodológicos, buscamos analisar as *figurações* feiras pela prática de feirantes Agricultores Familiares, que são atravessadas por processos culturais, considerando o contexto social, econômico e político do qual fazem parte.

No caso de técnicas de natureza quantitativa, estas nos possibilitaram a apreensão dos dados numéricos relativos ao objeto de pesquisa que podem estar direta ou indiretamente envolvidos (questionários aplicados na pesquisa exploratória que buscam descrever e analisar os sujeitos da pesquisa e as fontes secundárias que serviram como um dos instrumentos para fazer uma sociogênese do processo de territorialização das feiras), procurando, inclusive, delinear aspectos estruturais, já que para incursionarmos nos aspectos subjetivos, tornou-se necessária a utilização de técnicas de corte qualitativo. Segundo Ortí (1994), os instrumentos qualitativos permitem um contato vivo, uma determinada interação pessoal do investigador com os grupos e/ou sujeitos investigados, permitindo captar, analisar e interpretar seus aspectos significativos diferenciais pelas inter-relações que são tecidas ao nível de agência. Vale salientar que, pelos instrumentos qualitativos, especificamente as entrevistas e imagens que foram “reveladas” pelos sujeitos, buscamos as histórias singulares.

Nosso viés de abordagem aponta para o estudo de caso, ou melhor, estudo comparativo de casos. Este nos auxiliou na identificação dos diversos fatores que interferem no processo de trocas sociais, já que permite a investigação de um fenômeno atual dentro de um contexto de vida real, no qual as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas (YIN, 2005). O estudo de caso único, assim como o múltiplo, pode ser holístico ou incorporado. O tipo holístico possui uma unidade de análise que é considerada

em determinado contexto e que pode ser um caso ou múltiplos casos. Já o incorporado possui mais de uma unidade de análise para cada caso, ou seja, existem subunidades de análise. Ambas as situações possuem vantagens e desvantagens, como: no estudo de caso holístico o pesquisador pode não analisar fenômenos específicos, já no estudo de caso incorporado o pesquisador corre o risco de se concentrar nas subunidades, ignorando os aspectos globais.

Entendemos que as características apresentadas sobre o estudo comparativo de casos remetem a nossa pesquisa, isto porque o mesmo será realizado sobre duas feiras. A escolha destas se fez por conta, de um lado, as “semelhanças”, das mesmas pertencerem a um território comum, regulamentado de Alto Sertão Alagoano, pelo Estado; de se fazerem vizinhas geograficamente e de haver um trânsito livre de participantes nelas. E por outro lado, observamos várias diferenças que caracterizam os contextos das referidas feiras, como: proporções diferenciadas de grupos sociais desenvolvendo suas atividades nelas, especificamente agricultores familiares⁴; a proporção divergente de habitantes⁵; diferença no número de habitantes morando no campo e na cidade⁶; além destas, o número de participantes de cada feira que também varia⁷.

As relações objetivas de semelhanças e diferenças sobre as feiras estudadas foram importantes para apontar o corte que possibilitasse traçar um caminho comparativo de explicação; no segundo momento, as condições subjetivas nos levaram a um entendimento da existência de características que são comuns no pensar dos feirantes dos pequenos municípios, a saber, as relações de proximidade, mas com graus de diferenciações entre elas.

É importante salientar que para minimizar os problemas dos resultados do estudo, é necessário uma descrição detalhada do contexto da pesquisa, abordando o local de condução, o período de tempo em que ocorreu, a coleta de dados em um ou mais momentos, a obtenção de adequado acesso, o tempo gasto pelo pesquisador no local, os dados coletados durante os eventos ou posteriormente (DUBÉ; PARÉ, 2003). Passaremos a descrever os instrumentos utilizados para destacar os fatores que criam e dimensionam as práticas sociais, bem como as descrições do campo estudado.

Observação de campo: a observação no campo foi feita atentando para a indicação proposta por Rudio, para quem deve se “aplicar os sentidos a fim de obter informação sobre

⁴ 50% de feirantes em Água Branca são Agricultores Familiares, enquanto em Delmiro Gouveia a proporção de Agricultores Familiares é de 29% do total dos entrevistados. Fonte: pesquisa exploratória, 2011.

⁵ A população de Água Branca é de 19.376, enquanto em Delmiro Gouveia perfaz um total de 48.096. Fonte IBGE, 2010.

⁶ 73,7% do total da população de Água Branca moram na zona rural, enquanto em Delmiro Gouveia essa proporção cai para 27,5%. Fonte IBGE, 2010.

⁷ Segundo informações cadastrais obtidas junto as Secretarias de Agricultura dos municípios pesquisados, têm-se um total de 258 feirantes em Água Branca e 711 em Delmiro Gouveia. Fonte: pesquisa exploratória, 2011.

algum aspecto da realidade (RUDIO, 1985, p. 33). Elas perpassaram momentos e circunstâncias muito diferenciados. Podemos assim elencar: 1. Reconhecimento das feiras; 2. Busca de documentos particulares e públicos sobre as feiras estudadas; 3. Aplicação de questionários; 4. Realização de entrevistas semiestruturadas aos agricultores familiares; e; 5. Miradas imagéticas no campo por meio de fotografias.

Observação livre: a observação foi utilizada para colocar em relevo a existência de algum/ alguns traços específicos do fenômeno estudado. Para tal, fizemos uso das anotações de campo, desde as primeiras inserções às entrevistas feitas juntos aos agricultores familiares, com as observações e reflexões realizadas sobre expressões verbais e ações dos sujeitos, descrevendo-as, primeiramente, e fazendo comentários críticos sobre as mesmas.

Questionário: a escolha pela utilização do questionário se deu na realização do trabalho de campo no extensivo representativo entre os feirantes das praças de comércio pesquisadas, as prefeituras dos municípios estudados e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Inicialmente, propomos definir o tamanho da amostra de entrevistados a partir do total de feirantes apresentados pelos dados coletados junto aos órgãos fiscais das praças, que segundo eles existia na feira de Água Branca uma média de 201 feirantes; e na de Delmiro Gouveia, 617 feirantes. No entanto, os fiscais informaram que havia uma lista paralela onde se poderia observar uma frequência de 264 feirantes na praça de comércio de Água Branca e 730 na de Delmiro Gouveia. Além disso, essa contabilização não incluía os feirantes que ofereciam seus produtos no chão, braços ou usando automóveis. Por conta então de todas essas divergências, optamos em não realizar um cálculo do tamanho da amostra tomando como fundamento as informações desses representantes, mas realizar a aplicação do questionário com todos que se dispusessem responder, dentro da proposta de mapear ao máximo as feiras pesquisadas.

Ao final da realização da aplicação dos questionários, contabilizamos um total de 507 entrevistados para as duas feiras, sendo 157 casos na praça de comércio de Água Branca e 350 na de Delmiro Gouveia. Registramos que esse tamanho de amostra construída a partir da disponibilidade dos sujeitos em responder aos questionários supera o cálculo de definição proposto na fórmula específica para populações abaixo de 100.000 respondentes, que seria de 133 casos para a feira de Água Branca e 237 para a de Delmiro Gouveia. Para simular o cálculo a partir dessa fórmula, levamos em consideração os registros das prefeituras dos municípios das feiras, que segue no anexo I.

Na aplicação dos questionários, contamos com a colaboração de estudantes da UFAL

que passaram por uma capacitação do referencial teórico e metodológico do estudo, o cronograma de execução, o instrumento de coleta de dados, o questionário estruturado e a plataforma digital que receberia os dados levantados. Após o treinamento e antes da entrada definitiva no campo para aplicação dos questionários, em 11 de setembro de 2010, foi realizado um pré-teste do instrumento de coleta de dados nas feiras dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia. Nesta ocasião, foram entrevistados dois feirantes, um do sexo masculino e outro feminino, para verificar a inteligibilidade das questões, a coerência e a consistência das respostas fornecidas. Isto serviu também para construirmos categorias de respostas a partir de questões que se apresentaram abertas na ocasião do teste, como as referentes à variável de autoidentificação. Após essa experiência, procedemos à avaliação e reestruturação do questionário.

O trabalho de aplicação dos questionários ocorreu de 09 de outubro de 2010 a 28 de fevereiro de 2011. Neste período, a equipe de pesquisa esteve nas duas feiras estudadas, mas não necessariamente em todos os eventos/dias de feiras, e mapeando essas praças de forma paralela. Para facilitar a aplicação dos questionários, contamos com a disposição dos feirantes em responder à entrevista no momento das nossas visitas. Outrossim, vale salientar que somente foram entrevistados feirantes que se dispuseram, já deixávamos bem claro o caráter de livre escolha em participar. A aplicação do questionário ocorreu geralmente no dia de feira, em Água Branca, segunda-feira e Delmiro Gouveia, no sábado. Outra questão que merece destaque, diz respeito ao fato de entrevistadores e entrevistados, em alguns casos se conhecerem. Quais as implicações de um contato de entrevistadores serem filhos, por exemplo, de feirantes? No caso desta pesquisa, essa situação possibilitou uma maior identificação entre os sujeitos pesquisadores e pesquisados, resultando em um maior engajamento dos entrevistados no processo de entrevista e de pesquisadores na construção dos dados. Por compartilharem de *situações comuns* e, em muitos casos, a condição de também “*ajudar*” na feira, facilitou o entendimento mútuo, o que contribuiu para a obtenção de informações mais precisas e consistentes.

Entrevistas semiestruturadas: após aplicação dos questionários, observamos a necessidade de realizarmos entrevistas individuais com os agricultores familiares, pois esta categoria se apresentou constituinte na territorialização das feiras, tanto pelo número de pessoas que se faziam presentes nelas quanto pelas práticas que *figuravam* as feiras. Para compreender as práticas sugeridas no questionário, procuramos construir um roteiro semiestruturado de temáticas vislumbradas nas respostas às questões e observações realizadas durante a aplicação dos questionários. Elas estavam imbuídas de argumentos que giravam em

torno das categorias: confiança, reputação, honra e responsabilidade, dentro das temáticas: (a) *Grupo Doméstico*; (b) Vida Social – “mundo rural” e “mundo urbano”; (c) Feira; (d) Mercado e; (e) Visão de Futuro. A escolha dos entrevistados, assim como o roteiro supracitado, foi realizada de forma intencional a partir das análises dos questionários, quando foram selecionados 35 informantes que representavam as diferentes formas de trajetórias de proximidade. Destas, 12 fazem-se da feira de Água Branca e outras 18 na de Delmiro Gouveia, além de mais cinco que se fazem nas duas feiras. Antes de iniciarmos a realização das entrevistas, aplicamos um pré-teste com um feirante de Água Branca e um de Delmiro Gouveia, sem classificar por sexo. Essas entrevistas foram realizadas de junho de 2011 a dezembro de 2011. O quadro 1.1 apresenta as características do conjunto desses entrevistados.

Quadro 1.1 - Características dos agricultores familiares entrevistados

Feira	Nome ⁸	Relação Familiar	Nº. Filhos	Sexo	Município onde mora	Localidade residência	Idade	Grau de Instrução	Situação Escolar	Renda (salário mínimo)	Atividade social	Mantém informado
Delmiro	Virgulino Pessoa	Chefe	2 F	M	Delmiro	Campo / assentamento	36	Fundamental incompleto	Parou estudo	2 a 3	Tomar café na vizinhança	Na feira
Atua nas duas feiras	Conceição Duarte	Cônjuge	4 F	F	Delmiro	Cidade	50	Alfabetizada	Parou estudo	1 a 2	Ir a festejos/festas	Pelo rádio
Atua nas duas feiras	Cirilo	Chefe	5 M 2 F	M	Delmiro	Cidade	58	Fundamental incompleto	Parou estudo	3 a 5	Caçar/pescar	Pelo rádio
Delmiro	Cleonice Miranda	Cônjuge	1 M 1 F	F	Delmiro	Cidade	45	Sem alfabetização	Nunca estudou	1 a 2	Visitar amigos	Pelo rádio
Delmiro	Jailson	Chefe	1 M 1 F	M	Delmiro	Campo / povoado	52	Sem alfabetização	Nunca estudou	1 a 2	Visitar familiar	Na feira
Água Branca	Perseu Falcão	Chefe	2 M 3 F	M	Água Branca	Campo / sítio	85	Sem alfabetização	Nunca estudou	1 a 2	Tomar café na vizinhança	Pelo rádio
Delmiro	Franzé	Chefe	4 M 4 F	M	Delmiro	Campo / povoado	50	Sem alfabetização	Nunca estudou	1 a 2	Visitar amigos	Pelo rádio

⁸ Os nomes dos entrevistados foram alterados. Utilizamos nessa mudança denominações que se remetiam, de certa forma, a percepção linguística do nome “verdadeiro”.

Delmir o	Justino	Chefe	1 M 2 F	M	Delmir o	Cidade	37	Sem alfabetiz ação	Nunca estudo u	3 a 5	Ir a festejos/f estas	Pelo rádio
Atua nas duas feiras	Maria do Rosári o	Cônju ge	3 F	F	Delmir o	Campo / povoad o	49	Alfabeti zada	Freqü enta escola	1 a 2	Ir a festejos/f estas	Pela televisão
Delmir o	Digen al	Chefe	1 M 3 F	M	Delmir o	Cidade	49	Sem alfabetiz ação	Nunca estudo u	1 a 2	Tomar café na vizinhaç a	Pela televisão
Atua nas duas feiras	Do Carmo	Cônju ge	1 M	F	Água Branca	Campo / povoad o	58	Sem alfabetiz ação	Nunca estudo u	1 a 2	Tomar café na vizinhaç a	Pelo rádio
Delmir o	Mario	Chefe	1 M 1 F	M	Delmir o	Cidade	60	Sem alfabetiz ação	Nunca estudo u	1 a 2	Ir a festejos/f estas	Pela televisão
Água Branca	Chico Vitor	Chefe	1 M 1 F	M	Água Branca	Cidade	32	Ens. Médio complet o	Parou estudo	1 a 2	Visitar familiar	Pela televisão
Água Branca	Zé da Serra	Chefe	5 M 3 F	M	Água Branca	Cidade	57	Alfabeti zada	Parou estudo	1 a 2	Partida de futebol	Pela televisão
Água Branca	Elcir Brito	Chefe	2 M 4 F	F	Água Branca	Campo / povoad o	46	Alfabeti zada	Parou estudo	1 a 2	Visitar amigos	Pelo rádio
Delmir o	Dinho	Chefe	2 M 3 F	M	Delmir o	Cidade	68	Sem alfabetiz ação	Nunca estudo u	1 a 2	Ir a festejos/f estas	Pela televisão
Água Branca	Creuza	Chefe	1 M 1 F	F	Água Branca	Campo / sítio	40	Ens. Médio complet o	Parou estudo	Até ½	Ir a festejos/f estas	Pelo rádio
Água Branca	Antoni o Zito	Chefe	3 M 2 F	M	Água Branca	Campo / sítio	48	Alfabeti zada	Parou estudo	1 a 2	Tomar café na vizinhaç a	Pelo rádio
Água Branca	Sara	Chefe	2 F	F	Água Branca	Cidade	48	Alfabeti zada	Parou estudo	Até ½	Assistir partida futebol	Pelo rádio
Delmir o	Jéssica Lins	Cônju ge	1 F	F	Delmir o	Cidade	30	Alfabeti zada	Parou estudo	1 a 2	Ir a festejos/f estas	Na feira
Atua nas duas feiras	Zé de Deus	Chefe	3 M 2 F	M	Delmir o	Cidade	46	Alfabeti zada	Parou estudo	1 a 2	Visitar familiar	Pelo rádio
Água Branca	Sergia na	Cônju ge	1 M 2 F	F	Água Branca	Campo / sítio	57	Sem alfabetiz ação	Nunca estudo u	1 a 2	Tomar café na vizinhaç a	Pelo rádio
Delmir o	Franci sco Norber to	Chefe	2 M 2 F	M	Delmir o	Campo / sítio	48	Fundam ental incompl eto	Parou estudo	1 a 2	Partida de futebol	Pela televisão

Delmir o	Martinho	Chefe	2 M 2 F	M	Delmir o	Cidade	39	Fundamental incompleto	Parou estudo	1 a 2	Tomar café na vizinhança	Pelo rádio
Água Branca	Marizete	Chefe	1 M	F	Água Branca	Campo / povoado	73	Alfabetizada	Parou estudo	1 a 2	Visitar amigos	Pelo rádio
Delmir o	Daniel	Chefe	3 M 2 F	M	Delmir o	Campo / sítio	37	Alfabetizada	Parou estudo	1 a 2	Visitar familiar	Pelo rádio
Delmir o	Zilda	Cônjuge	2 F	F	Delmir o	Campo / povoado	40	Fundamental incompleto	Parou estudo	1 a 2	Ir a festejos/festas	Na feira
Delmir o	Jorgete	Cônjuge	3 M 1 F	F	Delmir o	Campo / sítio	35	Fundamental incompleto	Parou estudo	Até ½	Ir a festejos/festas	Pelo rádio
Água Branca	Vilma	Cônjuge	1 M	F	Água Branca	Campo / sítio	29	Fundamental incompleto	Parou estudo	Até ½	Ir a festejos/festas	Pelo rádio
Delmir o	Raimunda Carvalho	Chefe	4 M 2 F	F	Delmir o	Campo / sítio	60	Sem alfabetização	Nunca estudou	1 a 2	Ir a festejos/festas	Pela televisão
Água Branca	Edna	Cônjuge	--	F	Água Branca	Campo / povoado	46	Fundamental incompleto	Parou estudo	1 a 2	Visitar amigos	Pelo rádio
Delmir o	Coutinho	Chefe	3 M 2 F	M	Delmir o	Campo / sítio	60	Alfabetizada	Parou estudo	1 a 2	Jogar cartas/dominó	Pelo rádio
Delmir o	Ivaldo Neves	Chefe	1 M 2 F	M	Delmir o	Cidade	29	Sem alfabetização	Nunca estudou	3 a 5	Jogar cartas/dominó	Na feira
Delmir o	Marcos	Chefe	1 M 1 F	M	Delmir o	Cidade	50	Sem alfabetização	Parou estudo	1 a 2	Tomar café na vizinhança	Na feira
Água Branca	Zé Tião	Chefe	4 M 5 F	M	Água Branca	Campo / sítio	79	Sem alfabetização	Nunca estudou	1 a 2	Tomar café na vizinhança	Pelo rádio

Pesquisa documental: procuramos por documentos particulares e públicos que “falem” sobre a história das feiras e de seus lugares. O fundamento disso está na interpretação dos documentos textuais e visuais à promoção constantemente de um regresso à tradição⁹. Nossa consciência histórica compraz-se remetendo-nos sempre ao passado, que, sob uma diversidade de vozes, ressoa e dá o testemunho de nosso inevitável pertencimento à tradição; nela

⁹ A tradição, *Tradition*, segundo Gadamer (2008), também é reabilitada, pois ela, enquanto fio condutor da temporalidade, é pura transmissão e fonte de preconceitos legítimos. Guardiã da razão e da liberdade, é o lugar-comum em que vivemos sob a escuta de “uma pluralidade de vozes nas quais o passado ressoa”.

participamos porque também assim queremos. A autocrítica da consciência histórica, além de investigativa, é também mobilidade histórica, mediação da tradição, mediação histórica do passado com o presente, e que se expressa no próprio movimento de compreender.

Portanto, ao nos remeter a um horizonte histórico em que vive uma tradição passada, por meio dos documentos textuais e visuais, não significa um deslocamento a um horizonte estranho. A profundidade de nossa autoconsciência em seu movimento ultrapassa os limites e as fronteiras do próprio presente, de modo que “o passado próprio e estranho, ao qual se volta a consciência histórica, forma parte do horizonte móvel a partir do qual vive a vida humana e que a determina como sua origem e como sua tradição” (GADAMER, 2008). Em outras palavras, detemo-nos na interpretação da experiência dos horizontes do pesquisador com os documentos: abrindo-nos para uma descrição detalhada do conteúdo, no sentido de nos remetermos aos horizontes dos documentos com a tradição, para, a partir dessa abertura, realizar a mediação do exame minucioso pelo conteúdo dos sujeitos, suas experiências/objetos culturais resultante no texto.

O Trabalho do Mensageiro: interpretando as mensagens

Ao delinear nossas escolhas das técnicas de pesquisa, principalmente para análise dos dados, observamos na Hermenêutica Filosófica de Gadamer, como abordagem metodológica, as dimensões da objetividade e da subjetividade. Ela se apresenta em sua dupla condição de método de análise dos dados – se bem que seja mais correto falar em abordagem do que em método, dada a sua veemente recusa a ser um método, como demonstra Gadamer em sua obra “Verdade e Método” –, e de procedimento de pesquisa. Empregá-la como abordagem foi importante porque permitiu-nos identificar, no diálogo, sua característica afinsa, a saber, possibilidade de gerar os próprios achados da investigação pelo diálogo do pensamento com os participantes da pesquisa, como também durante a análise de seus relatos. E, a rigor, até mesmo antes, de forma imaginária, nas etapas de concepção e de planejamento da pesquisa. As sucessivas perguntas e respostas desencadeadas pelo problema de pesquisa, à moda de Hermes (GRIMAL, 2009), em seu constante movimentar de ir e vir dos deuses aos homens, do finito ao infinito, do que se sabe ao que não se sabe, fundaram um autêntico diálogo hermenêutico.

Nesse sentido, o trabalho interpretativo que emana das entrevistas, questionários, das imagens, livros literários, dos documentos e da observação livre realizados pelos pesquisadores e colaboradores – dando o sentido de textos orais e escritos – foi alinhavado pela abordagem hermenêutica, pois esta nos possibilitou o reconhecimento das expressões humanas em seus sentidos e significados. Entretanto, deixamos claro que não a entendemos como “mero instrumento”, “retórica de convencimento”, “um apelo à tradição” de caráter eminentemente histórico, até porque as chaves para compreensão não são a manipulação e o controle, mas a participação e a abertura, não é o conhecimento, mas a experiência, não é o método, mas a dialética.

Para Gadamer a tensão presente/passado é em si mesma um factor essencial e de certo modo frutífero em hermenêutica: «Há uma situação simultaneamente estranha e familiar entre a objectividade da herança, que se pretende histórica e distanciada e a nossa pertença a uma tradição. O lugar da hermenêutica está *a meio caminho* dessa situação». A mediação da hermenêutica envolve pois, tanto aquilo que era entendido historicamente como a tradição; contudo isto não significa que a tarefa da hermenêutica seja só a de desenvolver um procedimento metódico para a compreensão pode ocorrer [...] Para o interprete não interessa que o que é mediado pelo texto seja essencialmente o sentimento ou a opinião do seu autor, interessa sim o facto de ser algo significativo de seu pleno direito. Não nos interessa como uma «expressão» *per se*, quer da «vida» quer de qualquer coisa; é o próprio tema que interessa, interessa-nos a sua verdade (PALMER, 1989, p. 197-219).

É importante compreender que o significado de um texto nunca se esgota nas intenções do seu autor, porque, quando a obra passa de um contexto histórico para outro, novos significados podem ser acrescentados e extraídos desse texto, muitos dos quais provavelmente não foram imaginados pelo seu autor ou pelo seu público contemporâneo. Estes processos nos levam a trazer para frente de nossas análises as idéias do círculo hermenêutico gadameriano, de acordo com a sequência apresentada na Figura 1.2.

Neste círculo, partimos em primeiro lugar do nosso Mundo-Vida que compreende um relato de nossa vivência de compreensão sobre Agricultura Familiar e Feira, desde nossa pré-compreensão primária até a realização desta pesquisa de doutorado, isto é, dos sentidos sobre Agricultura Familiar e Feira. A partir da perspectiva gadameriana é tomado como condição de possibilidade daquele que quer compreender, dando assim início ao círculo hermenêutico.

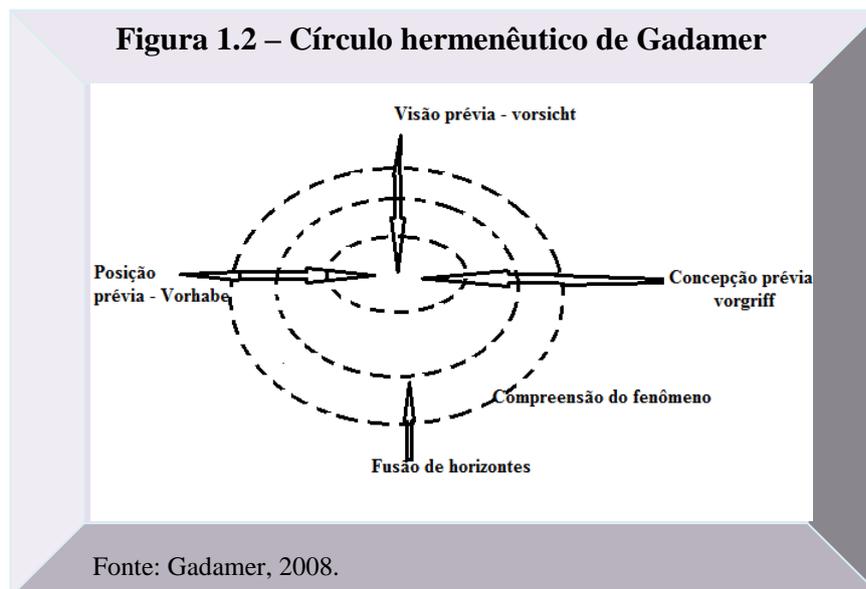
O processo hermenêutico parte, inicialmente, da descrição e da compreensão do nosso Mundo-Vida, em segundo lugar, o processo continua com a apresentação e fusão com as compreensões dos documentos literários, imagens e demais registros históricos dos feirantes e das feiras; em terceiro, com a apresentação e fusão de horizontes de compreensões dos questionários realizados com feirantes; e, em seguida, com a descrição e fusão com as

entrevistas realizadas junto aos agricultores familiares feirantes, onde foi realizado o trabalho de campo.

É preciso esclarecer que o círculo hermenêutico nos possibilita compreender que a produção de textos dele resultante é, também, uma resposta às questões orientadoras da investigação. Se, de um lado, este fato assegura desde o início do jogo da interpretação, o diálogo com o material de pesquisa, não nos dispensa, como intérpretes, da tarefa de perseguir a pergunta contida nas respostas dos entrevistados, para além das próprias questões de pesquisa. Isto é, mesmo que os textos da transcrição das entrevistas tenham sido organizados em torno das questões de pesquisa, constituindo-se na resposta de cada entrevistado, há, em cada uma dessas respostas uma pergunta implícita, com a qual há diálogo em busca do entendimento. Em uma espécie de operação de progressão geométrica, a pergunta engendra uma pergunta que, por sua vez, também ela, contém a sua própria pergunta, sendo atribuição do pesquisador sob efeito das lições da Hermenêutica Filosófica, buscar a resposta, assim multiplicada, no próprio texto. Afinal, o intérprete faz mais do que apenas escutar: como diz Gadamer (2008), a linguagem mediadora da interpretação tem, ela mesma, uma estrutura dialogal.

Compreendendo os dados por meio do círculo hermenêutico

A concepção do círculo hermenêutico gadameriano toma seu sentido de Heidegger destacando a importância do preconceito (PALMER, 1989). Esse desempenha um papel fundamental na aquisição do conhecimento e entendimento, pois “sempre trazemos conosco preconceitos e expectativas a partir dos quais nos compreendemos e interpretamos, possibilitando, portanto, ser revisados e mudados, ocorrendo então a expansão dos nossos horizontes. Assim sendo, a análise do preconceito possibilita a distinção entre os verdadeiros (que iluminam o entendimento) e falsos (que obscurecem o entendimento) preconceitos. Isto pode ser visualizado a partir da análise da figura a seguir:



Como podemos observar o círculo parte da posição prévia, visão prévia e concepção prévia que o pesquisador tem do fenômeno. Ao “ir às bases das coisas estudadas”, ele nos possibilita adquirir outros conhecimentos do fenômeno que alargam seus horizontes sobre isto. Surge, então, um novo círculo de compreensão, onde se emprega a noção de fusão de horizontes. Esta noção é a unidade que busca encontrar os distintos horizontes de experiência e compreensão dos mundos de sentido históricos e culturais.

O círculo, portanto, não é de natureza formal. “Não é objetivo nem subjetivo, descreve, porém, a compreensão como o jogo no qual se dá o intercâmbio entre o movimento da tradição e o movimento do intérprete” (GADAMER, 2008, p. 388). Há que se levar em consideração, portanto, que o círculo de compreensão não é concebido como um método. Como bem esclarece Gadamer (2008, p. 389), “O círculo da compreensão não é, portanto, de modo algum, um círculo ‘metodológico’; ele descreve antes um momento estrutural ontológico da compreensão”. Opondo-se à separação do sujeito e do objeto, mito do objetivismo, mantém a interpretação e a busca de sentido como problema central, mas de uma maneira que “ultrapassa o texto escrito e se refere a uma manifestação vital que afeta as relações dos homens entre si e com o mundo” (HERMANN, 2002, p. 25).

Levando essa condição em consideração, as análises dos discursos dos sujeitos já são compreensões e já são interpretações e aplicações. Isto significa que os comentários que fizemos em cada interpretação sejam de nossos textos, seja dos textos dos outros sujeitos já coincidirão estes três momentos e ficam sempre abertas às novas compreensões, novas interpretações e novas aplicações.

Conforme Gadamer (2008, p. 386), “O critério correspondente para a justeza da compreensão é sempre a concordância de cada particularidade com o todo. Se não houver tal concordância, significa que a compreensão malogrou.” A fusão de horizontes só é possível na

dialética de pergunta e resposta que são implementadas na forma de nos permitir sermos desafiados pela alteridade do todo nas reivindicações de verdade discursiva. Então, nós mencionamos que a fusão não pode ocorrer, exceto com base na "vinculação moral" do diálogo hermenêutico. A conclusão da fusão é oferecida como a dialética da alteridade.

Em consonância com os argumentos levantados, no primeiro momento, buscamos as informações sobre o perfil dos feirantes das praças de comércio estudadas por meio dos questionários padronizados que foram digitados em planilha do software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) pela mesma equipe que realizou sua aplicação em campo. Isto reduziu, em parte, a possibilidade de ocorrência de erros, já que os digitadores tinham familiaridade com os dados que estavam sendo processados. Por outro lado, a adoção de uma tabulação e codificação dos questionários preservando uma numeração simples facilitou a digitação. A checagem e correção da digitação, assim como a montagem final do Banco de Dados “Identidade Territorial do Alto Sertão Alagoano pelo Olhar das Feiras de Delmiro Gouveia e Água Branca” ficaram a cargo do coordenador da pesquisa. Em cada um dos tópicos do modelo descritivos sobre o perfil do feirante sertanejo foram realizados procedimentos típicos da estatística descritiva através de distribuição de frequências e cruzamento de variáveis.

Compreendendo de uma maneira geral o perfil dos feirantes, procuramos fazer várias leituras das entrevistas semi-estruturadas. Debruçamos, então, sobre cada material textual, de forma a apresentar uma articulação entre eles. Aprofundamo-nos ainda mais na análise de cada material, identificando e codificando as entrevistas por meio do referencial teórico proposto. Desconstruímos as narrativas e passamos, então, para a reconstrução das entrevistas, posicionando os elementos que identificam as disposições postas em evidências nos *modos de viver e trabalhar* desses sujeitos pelos: (a) *Grupos Domésticos*; (b) *Vida Social Local*; (c) *Feira*; (d) *Mercado* e; (e) *Visão de Futuro*.

Construímos assim, em um primeiro momento, a discussão do quadro interpretativo com as trajetórias dos feirantes agricultores familiares entrevistados, buscando a explicitação do olhar do próprio entrevistado, apresentando sua *Visão-mundo*. Depois disto, voltamos a fazer um esforço interpretativo do conjunto, estudando a estrutura diacrônica das narrativas em dois níveis: no nível objetivo, para analisar o contexto social e as influências exercidas sobre sujeitos e contextos; no nível subjetivo, para investigar os valores, as motivações e as razões no agir.

Isto porque, como lembra Bourdieu (1996), o *habitus* dos agentes sociais circunscreve em um sistema de disposições (modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar) que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada. O ponto central deste autor está na

mão dupla entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do *habitus*). Sendo que a superação entre um dos níveis (objetivo e subjetivo) ganha um delineamento mais aflorado no que lembra Elias (1994a), de tanto a sociedade quanto o indivíduo serem influenciados pelas *figurações sociais*. Salienta, portanto, este último autor, que as *figurações* são redes de interdependência humanas moldadas por formas estruturais específicas, porém maleáveis e *predispostas* a constantes transformações.

Pensamos, portanto, que estes traçados podem estar diretamente relacionados com a necessidade de responder aos questionamentos oriundos da situação hermenêutica do intérprete, na medida em que a compreensão exige a constante aplicação dos sentidos compreendidos pela variabilidade e permanências dos sujeitos pesquisados.

Sobre a “Imaginação Sociológica”¹⁰

Hermes também é o encarregado dos limites e encruzilhadas de caminhos e de fronteiras. O que lhe confere caráter mediador é porque, estando entre as partes, põe-nas em comunicação. O lugar intermediário que ocupa, garante a ele não a função de explicar, torna-o apenas revelador de uma mensagem, o que traz a compreensão (ORTIZ-OSÉS, 1997, p. 252-295).

O argumento apresentado entre as considerações mitológicas e o papel do pesquisador levanta pontos fundamentais do sentido construído em nossa pesquisa, principalmente porque procuramos encadear arcações teórico-metodológicos de variados autores, não que sejam totalmente excludentes, mas existem divergências. O que não impede de “amarrar” uma trajetória significativa para fusão de horizontes de sentido sobre o fenômeno estudado.

É importante, portanto, que vislumbremos ultrapassar o enigma do objetivismo *versus* subjetivismo. Para isso, sua compreensão requer uma hermenêutica em conjunto com os aspectos teórico-metodológicos propostos por Norbert Elias e Pierre Bourdieu. O que queremos compreender, afinal? “A relação entre Agricultura Familiar e Feira” que está aqui em busca de desvelamento e nós, enquanto pesquisadores, aqueles que querem compreendê-lo vivenciamos essa questão. A primeira conexão com o que queremos compreender passa por nossa vivência no curso de doutorado e local de trabalho. Foi a partir de nosso preconceito que o

¹⁰ Esse termo foi compreendido por Mills (1982). Para ele, a produção intelectual resultante da “imaginação sociológica” não deve estar isenta do uso da experiência de vida do pesquisador, mas que também deve ser um ato que permite ir além das experiências e observações pessoais para compreender temas públicos de maior amplitude. Argumentação que levamos em consideração com a abordagem da hermenêutica gadameriana.

jogo da compreensão passou a se desdobrar em processo de mudanças de compreensões do objeto estudado.

O jogo só cria uma situação favorável devido à possibilidade de o jogador se colocar a si mesmo em risco. Posso auto-experimentar a mim mesmo no jogo, ele me dá a possibilidade de um comportamento que normalmente não devo ter. Assim podemos afirmar que, ao jogar, se experimentam diferentes papéis sociais [...]. É como experimentar a participação numa “quase-reflexividade” ontológica. É ali que ele poderá fazer a experiência enquanto experimentação de si mesmo, sem ser perturbado pelos condicionamentos do dia-a-dia. É aquela ideia de que algo, enquanto algo se revela, adquire sentido, à proporção que seu sentido é, por assim dizer, de certo modo compreendido por aquele que está fazendo a experiência (SCHUK, 2007, p. 149).

Em outras palavras, compartilhamos que estes procedimentos somente são percebidos quando entramos no jogo: não basta saber, de fora, da sua existência, a partir da identificação de certas constâncias (as regras), para presumir o jogo, pois, a rigor, não existe jogo sem jogadores, como lembra Elias (1980). Gadamer sustenta, “todo jogar é um ser-jogado” (2008, p. 160): é impossível jogar sem sermos postos em jogo. Notemos, porém, que “o ser do jogo não está no comportamento ou na consciência do jogador”, mas no próprio jogo, que “atrai o jogador para a sua esfera, preenchendo-o com seu espírito” (GADAMER, 2008, p. 163-4).

A experiência, no sentido gadameriano, foi importante porque entramos no jogo, não porque estávamos ansiosos para corroborar hipóteses formuladas como ponto de partida da pesquisa, pois os problemas de pesquisa foram sendo construídos paulatinamente, mas porque levamos inquietações, dúvidas e intuições, mais como intérpretes em um movimento com traçados abertos, do que como fiéis que seguem “mandamentos fechados”. Imaginamos, sim, um itinerário a percorrer, como exercício de *imaginação sociológica* para orientar buscas e iluminar alternativas, mas também nos abrimos às experimentações dos inusitados, de estar em movimentos não planejados, sugeridos por outras pessoas. Nesse processo acabamos compreendendo também a nós mesmos pelo círculo hermenêutico. Além disso, não podemos nem queremos nos ocultar: são nossos próprios preconceitos, naquele sentido gadameriano de conceitos prévios, que atuam no processo compreensivo e nos fazem conscientes da história efetual, dado que somos, quem, enfim, devemos compreender, ou, dito de outro modo, chegar a um entendimento próprio do texto. Afinal, “o intérprete não se encontra fora, mas dentro da vida” (GADAMER, 2007, p. 166). Somente fazendo participar nossa própria perspectiva é possível fundir-nos em um horizonte de compreensão comum ao ponto de vista do texto. E, então, aquela perspectiva não é mais nossa, tampouco do texto: é a chamada “comunidade de sentido”, por meio da qual o dito, incrementado, vai mais longe, e na qual nós,

como intérpretes, integrados ao texto por meio da compreensão, esperamos ser capazes de efetivamente desaparecer com o preconceito negativo e assim espriar-nos pela fusão de horizontes de sentido sobre a relação entre Agricultura Familiar e Feira.

A concretude do reconhecimento do objeto e sua análise, que estamos chamando aqui de introdução, ganharão envergadura com o primeiro capítulo. Nele, apresentamos a construção do percurso teórico-metodológico da tese. Desde a aproximação conceitual, proposta pelos argumentos objetivos e subjetivos, à reflexão sobre eles, enredadas pelos pressupostos que nos orientam, particularmente Norbert Elias em diálogo com outros autores, como Pierre Bourdieu e os da sociologia rural. Nessa conexão, tratamos de definir nossa visão sobre feirantes agricultores familiares enquanto sujeitos sociais (agentes) que se deslocam entre a tradição vivenciada pelo *habitus* camponês e a modernidade dos processos sociais.

O segundo capítulo é uma leitura sociológica do processo histórico de *territorialização* das feiras, focalizando-as no Nordeste do Brasil e nos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia. Isso será realizado por meio do exame das transformações ocorridas nesses municípios e em suas feiras, pela interdependência dos processos sócio-econômicos e político-culturais locais e os mais abrangentes de estruturação da sociedade brasileira e da inserção destes no mundo; e os processos de mudanças “estruturais” nas formas de pensamento e comportamento social dos indivíduos.

No terceiro capítulo, apresentamos uma descrição e análise das estruturas física e comercial das feiras, bem como do perfil dos agentes. Essas estruturas demonstram a diferenciação entre as praças de comércio e as outras formas de mercado, mas sem perder de vista suas teias de conexões firmadas, principalmente, pelo perfil dos feirantes, que, embora caracterizado pelas *disposições* sócio-espaciais de valores como confiança, reputação, honra e responsabilidade, realizam, por meio dos aspectos sócio-econômicos e político-sociais, trocas mercantis.

No quarto capítulo, traçamos as principais características dos *modos de viver e trabalhar* de feirantes agricultores familiares, por meio da compreensão de suas estratégias de produção e reprodução social. Elas revelam as variabilidades e os principais “nós” das teias que conectam os agricultores familiares no interior de seus *grupos domésticos*, bem como nas interações pelas relações, especialmente, de parentesco e vizinhança, desde os sítios, povoados, aos pequenos municípios.

No capítulo cinco, apresentamos uma interpretação comparativa dos *modos de viver e trabalhar* de feirantes agricultores que revelam a importância dos laços de proximidade na conexão de redes para manutenção das feiras. Entre elas estão os *grupos*

domésticos, sítios/povoados e pequenos municípios como *figurações sociais* que demonstram no seu interior o embricamento das relações de ordens produtivo/econômica e social/política das feiras do alto sertão alagoano, e que geram trunfos de resistência e autonomia para essas formas de mercados.

Nas considerações finais, procuramos amarrar as teias de construção do pensamento sobre as trajetórias de proximidade, redes e feiras enfatizando a importância do diálogo teórico-metodológico com a pesquisa de campo. Isso resultou em uma grande fecundidade para responder aos desafios dos fenômenos sociais, principalmente pelas inter-relações das ordens produtivo-econômica e as de natureza social e política.

CAPÍTULO I

DESVENDANDO AS ESCOLHAS TEÓRICO- METODOLÓGICAS

Introdução

Comprendemos que existe uma complexidade de relações entre Agentes Sociais e Feiras. Apesar disso, são escassas as discussões que delineiam as relações de interdependência entre agência e estrutura. Para sermos mais precisos nestas complexidades de relações, muitas vezes deixadas de lado pela reflexão acadêmica, em trabalho anterior, Melo (2011), observamos nas feiras dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia, em Alagoas, uma relativa estabilidade de agricultores familiares se fazendo como feirantes e consumidores, o que já realizam de geração a geração, com relativa autonomia, mas com dificuldades em sua permanência. Isso acontece devido, entre outras circunstâncias, a falta de auxílios de políticas públicas¹¹ para produção e geração de novas experiências nas práticas sociais que revelam a interrelação entre ruralidade e urbanidade brasileiras.

Isso nos leva a considerar de fundamental importância a afirmação de Wanderley (2004b), de que o meio rural se revela em uma dupla face de distanciamento e prolongamento nos *modos de viver e trabalhar*, pela visualização do isolamento, povoamento, êxodo e enraizamento das relações sociais com a pequena cidade. Entretanto, é importante destacar que, em muitos casos, existe uma relação dinâmica entre agricultores familiares com o mercado global, como observado nos estudos realizados por Cavalcanti (1995; 1999). A partir dessas inter-relações, são criadas novas estratégias, inclusive com políticas de aproximação sócio-espacial. Para a maior parte da realidade do rural brasileiro, observamos:

¹¹ Para uma análise mais completa do processo de políticas ao meio rural e aos seus diversos agentes, ver Fonte (2006). Neste trabalho, a autora examina a gênese e estruturação dos principais instrumentos utilizados pelo Estado brasileiro para promoção do desenvolvimento rural no país, a partir de 1930.

[...] por um lado, um meio rural fragilizado pelo isolamento, pela precariedade com que tem acesso aos bens e serviços oferecidos pela sociedade e pelos efeitos desagregadores do êxodo rural; por outro lado – e apesar da primeira face – um meio rural povoado, cujos habitantes são portadores de uma cultura, que dinamiza as relações sociais locais, e de uma grande capacidade de resistência aos efeitos desagregadores aos quais estão constantemente confrontados (WANDERLEY, 2004b, p. 90).

O argumento de Wanderley (2004b) é de que a discussão que põe em evidência a sobreposição do urbano sobre o rural deve ser relativizada, pois mesmo com a precariedade de acesso aos bens e serviços ou os efeitos do êxodo rural (que podem estar diretamente relacionados) não diluem os *modos de viver e trabalhar* da ruralidade brasileira. Pelo contrário, mostra a resistência e ressignificação do rural, mesmo que não se apresente, de forma abrupta, como um movimento de transformações profundas. O importante a ser destacado é que prevalecem e são construídas relações sociais entre o campo e a cidade, principalmente nos pequenos municípios (WANDERLEY, 2004b). Isso pode ser observado no relato de um filho de feirante da praça de comércio de Delmiro Gouveia,

[...] há muitos anos atrás, quando criança [...] anos 60 e 70 [...] meus pais eram feirantes e morávamos no sítio. Eles vendiam bananas e tapiocas, o transporte era feito de burro e eu era pequeno, mas me recordo perfeitamente de tudo, inclusive do trem que passava no centro da cidade, também do cine pedra e do cine real, tudo isso é muito saudoso, tenho ótimas recordações de Delmiro Gouveia. (Ambrósio, morador e filho de feirante de Delmiro Gouveia, 57 anos)

Vimos na fala do entrevistado um contraste dos bens e serviços oferecidos, o que aumentava assim a distância a ser percorrida do campo à cidade, como apresentado por Wanderley (2004b). Entretanto, mesmo deixando estas populações à margem dos bens e serviços, observamos uma resistência de feirantes agricultores familiares, procurando “fazer-se” na feira e marcar suas relações na cidade. É importante mencionar que,

[...] a maioria da população rural do país vive nas zonas rurais dos pequenos municípios e, pelo menos em algumas regiões, a população é majoritária nos municípios com até 20 mil habitantes (em certos casos, até 50 mil habitantes); por outro lado, as pequenas cidades, consideradas urbanas pelo IBGE, conhecem uma experiência urbana, que é, frequentemente, frágil e precária (WANDERLEY, 2009, p. 311).

Para sermos mais precisos, Wanderley (2002b), em suas interpretações, caracteriza cinco dimensões peculiares e de entrelaçamento do rural com os pequenos municípios brasileiros, a saber: exercício das funções particularmente urbanas; espaço central do poder municipal; a presença da população rural; integração, por via de mão dupla, entre o mundo rural e urbano e; modo de vida marcado pela dinâmica da vida local.

Entendemos, nesse sentido, que as características apresentadas pela autora confluem para o entendimento do território pesquisado. Principalmente porque ele está situado no que

ela denomina de pequenas cidades (integração, rupturas entre o rural e urbano e; precariedade nos bens e serviços necessários a uma boa qualidade de vida). É importante salientar que os serviços oferecidos pelo poder central municipal engrenam as relações sociais, inclusive de integração rural e urbana, mas que os agentes sociais se fazem para além deles, utilizando-se, para isso, as trocas sociais entre os moradores do campo e da cidade, por exemplo.

Por isso, percebemos, inicialmente, que as práticas sociais dos sujeitos que se fazem nas feiras são legítimas construtoras de *figurações sociais*. Isto porque as ações destes agentes envolvem teias de relações onde protagonizam e estão coagidos nos processos sociais, como, por exemplo, nas instituições públicas. Nelas, o fazer dos agentes públicos ou responsáveis pelo encadeamento das ações das políticas não veem os indivíduos das *figurações* “feiras”, pois não acreditam no poder agencial. O que é um olhar míope, porque essas são construídas sob uma rugosidade pela qual os agentes são capazes de resistir ao processo globalizante não apenas por se opor às modernizações, mas também por absorvê-las, em parte, e readaptá-las a partir da “criatividade popular” (MELO, 2011).

Diante de tudo, pensamos ser necessário compreender as práticas sociais de agricultores familiares feirantes em suas inter-relações, inclusive com as cidades e as feiras. Para isso, procuramos construir uma matriz teórico-metodológica que ultrapassasse a dicotomia entre indivíduo e sociedade (ELIAS, 1994a), entre agência e estrutura (BOURDIEU, 1996), pois somente por este caminho poderíamos encontrar um estudo sociológico tão mais fecundo como mais respeitoso em relação às realidades históricas e dos sujeitos; já que nossas ações encontram-se submetidas a condicionamentos naturais e culturais de toda ordem. Em outras palavras, precisávamos de arcabouço teórico-metodológico que possibilitasse à elucidação dos mecanismos e das estratégias que explicam como os indivíduos-membros de feiras e suas famílias se relacionam com a sociedade e de que modo tais relações afetam e alteram sua própria existência e de outros grupos sociais?

1.1 A Interpretação das Práticas Sociais: objetividade e Subjetividade

Tomamos a interação entre fatores objetivos e subjetivos como fundamento para nossa pesquisa porque não é novidade alguns discursos acadêmicos privilegiarem uma dessas proposições como justificativa de entendimento científico. Para sermos mais precisos, podemos nos remeter as abordagens em que as feiras são pensadas enquanto prática de circulação dos

bens materiais e as de feirantes agricultores familiares como reprodutores subordinados dos mercados, que visam assegurar a própria reprodução do “modo de produção”¹². Isto porque estes agricultores apresentam nas suas características sociais e tradicionais uma estreita relação histórica com o campesinato (WANDERLEY, 2009). O campesinato é tratado, segundo Shanin, na teoria social marxista, como em extinção; e na abordagem contemporânea, através da problemática de sua transformação capitalista, “expressa em dois principais debates conceituais: o da diferenciação e modos de produção” (SHANIN, 1980).

Na diferenciação,

A lógica das relações de mercado e da capacidade de exploração dos camponeses mais ricos indicava uma polarização necessária dos camponeses em ricos e pobres e, eventualmente, em capitalistas rurais e proletários rurais. [...] Começando pelo modelo teórico, a exploração, mais a “causação circular” e a “acumulação de vantagens e desvantagens” de Myrdal deveriam levar a uma crescente acumulação de capital “no topo”, isto é, nas mãos dos ricos e/ou capitalistas rurais e urbanos. Pressupõe-se, no conjunto, uma economia de mercado livre. Presume-se que tal processo deveria também produzir emprego para os recém-pauperizados, tornando-os proletários e expandindo o capitalismo em seu sentido clássico. Tratemos um dos componentes: a mais-valia não é acumulada, nem na aldeia, nem nas cidades do interior, mas em uma metrópole a 5.000 milhas de distância. O que se segue é uma “polarização” distorcida, na qual a tendência declinante não corresponde uma ascendente, ou seja, defrontamo-nos não com uma diferenciação e proletarização da maioria, mas com um processo de pauperização expresso no fenômeno da “população excedente”, do “subemprego rural”, da “cultura da pobreza”, das favelas, etc. O que se produz não é um “exército industrial de reserva”, pois ninguém deve apelar para essas reservas nas décadas que virão. Tampouco são “desviantes”, “marginais”, ou qualquer outra palavra que suponha excepcionalidade, porque o grupo social a que se refere é central e constante em tal sociedade (SHANIN, 1980, p. 56-8).

O autor salienta que esse modelo teórico e fatural dominou a análise das sociedades camponesas durante a “III Internacional” e nos movimentos comunistas do “Leste”. E argumenta que ele “exerceu um papel importante na transformação capitalista da agricultura camponesa e representou, muitas vezes, sua mudança estrutural mais significativa. Mas sua interpretação como um padrão de desenvolvimento exclusivo e incontestavelmente necessário não o é” (SHANIN, 1980, p. 58). Com relação ao segundo debate, da elaboração das propriedades dos modos de produção, Shanin (1980) argumenta que os camponeses não são um modo de produção como proposto pelo discurso marxista “porque lhes falta à estrutura político-econômica relativamente auto-suficiente. [...] Desnecessário dizer que os camponeses

¹² O conceito de modo de produção em Marx aparece qualificado por algum termo como, escravista, feudal ou capitalista. Isso ocorre porque, em sua análise, Marx não aborda a produção em geral, mas se refere sempre à produção em um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas da humanidade (MARX, 2003). Além disso, é importante considerar que este conceito não se reduz a uma interpretação econômica da sociedade, ou seja, ao processo de produção de bens materiais. Outrossim, trata-se de uma ferramenta teórica que inclui outros níveis de realidade social, como o jurídico, o político e o ideológico, que figuram no plano da superestrutura da sociedade. Ou seja, o modo de produção é um conceito que permite pensar a totalidade social.

não são todos ‘iguais’ e que toda comunidade camponesa dispõe de estruturas complexas de exploração interna” (p. 63).

A lógica da unidade econômica camponesa como um modo particular de produção e reprodução desse ator social fora selada por Chayanov (1974). O autor proclamou a validade da exploração agrícola familiar e pregou uma posição radicalmente oposta às principais correntes marxistas na Rússia e na Europa Ocidental (THORNER, 1987).

Tentando delinear então esses arranjos não considerados pela teoria marxista, mas dentro de sua abordagem teórica, Alexander Chayanov (1974, 1981) fez uma análise apurada da interação entre capitalismo e agricultura que se realiza com base no trabalho familiar. Além das vertentes da economia política de Marx com as diretrizes da escola marginalista (econômica neoclássica), Chayanov produziu uma teoria econômica do campesinato com ênfase na microeconomia. Em síntese, segundo sua teoria a Unidade Econômica Camponesa (UEC), com plena capacidade de se autodeterminar no processo produtivo, funcionaria com base em quatro aspectos gerais: a) Satisfação de suas necessidades simultaneamente como unidade de produção e consumo; b) Trabalho, terra e capital formam um conjunto indissociável de variáveis dependentes, estabelecidas num processo de equilíbrio entre o dispêndio de trabalho e as necessidades de consumo da unidade; c) As UECs não são historicamente homogêneas porque, no seu interior, ocorre um cálculo que será afetado pelo tamanho da família, membros aptos ou não ao trabalho, e pela dimensão da terra, sujeita a alterações por herança, casamentos etc., a promover a diferenciação no espaço rural; em geral, d) A família sempre realiza um cálculo para decidir entre intensificar a exploração do trabalho ou introduzir mudanças tecnológicas, ou ainda procurar trabalho fora da UEC.

Percebemos que o eixo central de sua abordagem consiste na afirmação de que essa unidade econômica – a família camponesa – exerce a gestão de sua unidade produtiva, pautando sua orientação por princípios provenientes de seu funcionamento interno, buscando equilibrar a capacidade de trabalho da família com suas necessidades de consumo. Assim, o trabalho familiar se opõe ao trabalho assalariado.

Compreendendo a importância do pensamento de Chayanov, Klass Woortmann (2001) diz ser inegável a originalidade de sua teoria em face tanto dos modelos explicativos de uma ciência econômica “capitalista” quanto dos modelos marxistas – o que é tanto mais importante se considerarmos o lugar e o tempo em que Chayanov desenvolveu sua perspectiva. Não obstante, Chayanov dedica-se principalmente a análise interna da realidade dos grupos domésticos estudados. Entretanto, a família camponesa é parte de redes de parentesco e/ou de relações de vizinhança, em todos os lugares onde foi estudado, Salienta Woortmann (2001).

Essas redes nos remetem a Scott (1990, 2002), para quem as práticas cotidianas e discursos difusos, fragmentados, que os indivíduos se utilizam, expressam as diversas estratégias nas interações sociais de modo a resguardar sua dignidade. Vale salientar que o autor repara nas orientações de esquemas de percepção e ação.

Os argumentos primeiros de Scott, que estão pautados na concepção de que as interações ocorridas entre os indivíduos emergem das ações, propõem que o ator não é somente cumpridor de roteiros pré-definidos nas condições dadas pelo exterior, mas produtor da sua vida, na interação com os outros e com as condições reais circundantes. Por isso, compreender as práticas sociais pela microssociologia, conhecida como Interacionismo Simbólico, é imaginar “uma espécie de arena simbólica onde o próprio sujeito e, seu círculo, julga a consistência ou a vulnerabilidade dos laços sociais” (JOSEPH, 2000, p. 11). O ator é, para Erving Goffman (1996), o ponto de partida para a compreensão das interações sociais e das representações que nelas são forjadas. Com isso, interpretar os sentidos das ações humanas como sendo estabelecidos subjetivamente (atribuídos pelo ator social que comunica e é comunicado) é importante para pensarmos que as ações dos agricultores familiares e de outros grupos sociais os permitem frequentar e manterem aqueles espaços das feiras.

No entanto, perguntamo-nos sobre os aspectos objetivados que também fazem parte dos circuitos de feiras, e que são externos aos feirantes, e que, de certa forma, fora argumentado por Scott (1990, 2002), Hans Joas (1999) adverte que, ao enfatizar os aspectos microssociológicos da ação em relação aos aspectos macro do ambiente, entendendo as interpretações que as pessoas constroem em situações de interação, os interacionistas acabam por deixar de lado aspectos de poder e dominação nas relações sociais. E, ainda, tomam estruturas históricas oriundas de um mundo social e datado, por a-históricas, por quadros (frames) a-temporais. Em outras palavras, acaba tomando estratégias de ação e esquemas de percepção e valoração específicas como sua totalidade (BOURDIEU, 1988, 2002).

Isso é importante para refutar a corrente interacionista, porque alguns dos grupos sociais que se fazem nas feiras, constroem-se, aparentemente, segundo Thompson (1998, p. 203-266), por uma economia moral. Onde se entende que há uma ética que tende a orientar as formas como se conduzem os indivíduos, principalmente os de comunidades relativamente menores e integradas. Essa economia baseia-se “na ideia tradicional de um conjunto de normas e obrigações sociais, visões sobre direitos e costumes tradicionais”, que orientam as condutas de cada segmento social dentro da comunidade. O autor ressalva que não é o caso de as condutas morais virem a abolir a economia, instaurando o mundo da ética e dos bons

costumes, mas entende-se esse conceito como um esforço em fazer com que a economia seja regulamentada por princípios éticos.

Nessa direção, como apontamos na introdução desse trabalho, **a questão que norteia essa tese é:** compreender as práticas sociais dos agricultores familiares nas *figurações* que constituem as feiras de Água Branca e Delmiro Gouveia. **A hipótese que nos orienta é** de que nas feiras existem *disposições* à “resistência” e “autonomia”, embora limitadas, que estão propostas dentro dos *modos de viver e trabalhar* de agricultores familiares. Elas estão relacionadas às *figurações sociais* (re) construídas pelas ações dos sujeitos diante dos fatores objetivos das inter-relações sociais, econômicas, políticas e culturais; que se manifestam através dos fatores subjetivos, como confiança, reputação, honra e responsabilidade de feirantes acerca de suas próprias experiências.

Para compreensão desta questão, utilizaremos as teorias de Pierre Bourdieu e de Norbert Elias, bem como a fértil complementaridade existente entre elas. Entretanto, apesar de não se deterem diretamente a nenhuma das categorias em particular (Agricultores Familiares e Feiras), elas ajudam a compreender em profundidade o resultado de sua interface, como já salientamos na introdução.

1.1.1 Fundamentos conceituais: Bourdieu, Elias e suas contribuições para construção do conhecimento sobre as feiras

Bourdieu apresenta como aspecto primeiro para sua análise a “relação de mão-dupla” entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do *habitus*). O autor propõe, na verdade, uma interação entre os agentes e o mundo social, pela construção teórica instituída de *habitus* e campos, elas viabilizam uma análise sobre as práticas ou comportamentos sociais, onde o passado incorporado dos agentes presume a colocação na prática, por eles mesmos, dos princípios da não-consciência. Os agentes erguem o mundo social por meio de estruturas cognitivas constituídas historicamente, sob as quais, Bourdieu denomina de gênese social.

O autor se questiona ainda sobre: “que relação bizarra é essa, com o mundo social ou natural, na qual os agentes visam certos fins sem os colocar como tais?” (BOURDIEU, 1996, p. 143). Sua compreensão leva em consideração a argumentação da complexidade que está posta na noção de *habitus*. Ele preenche, de acordo com Bourdieu (1996, p. 144), uma função

que em outra filosofia seria confiada à consciência transcendental: “é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorpora as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo”.

Em *Le sens pratique* (1980), Bourdieu apresenta uma defesa de que os agentes estão imbuídos por um “sentido funcional”; de estruturas de percepção duradouras (relativas a assimilação de estruturas objetivas) e de arranjos estabelecidos na ação que orientam o entendimento da posição em que se encontra e da maneira como responde a ela. O *habitus* é esse arranjo predisposto, pelo qual se aciona em dada situação; Bourdieu (1996, p. 146) faz uma crítica aos investigadores que, instigados pelo anseio de desvelar a realidade, transformam o trajeto em projeto; como se os agentes sempre tivessem como objetivo o fim de suas trajetórias. Para Bourdieu, há uma cumplicidade ontológica entre os agentes e o mundo social, ou entre o *habitus* (estrutura estruturante) e o “campo” (estrutura estruturada). Seu objetivo é “descobrir as estruturas “enterradas” de maneira mais profunda nos diversos mundos sociais que compõem o universo societário, bem como os ‘mecanismos’ que tendem a assegurar sua reprodução ou transformação” (BOURDIEU, 1989, p. 07). Para isso, Bourdieu salienta sobre a importância de se estudar casos empíricos, situando-os historicamente e abordando-os por meio de formas de configurações possíveis.

Entrelaçado, de certa forma, ao *habitus*, o conceito delineado por Bourdieu sobre campo, refere-se ao espaço simbólico objetivamente estruturado de relações entre agentes diferencialmente posicionados segundo uma distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos, isto é, de capitais múltiplos que operam como meios socialmente eficientes de exercício do poder nas diversas esferas relativamente autônomas de atividade que caracterizam as sociedades ocidentais modernas (PETERS, 2011). A concepção de Bourdieu nos traz elementos para compreender a feira enquanto espaço simbólico, de capitais múltiplos. Entretanto, há um desafio que pressupõe compreender a complexa “relação” entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as construções subjetivas (estruturas incorporadas - *habitus*) e apanhar o invariante, a estrutura, na variante observada.

Quanto à redução economicista, tão enérgico no discurso sobre perecimento das feiras por elas não atenderem às necessidades das técnicas modernizantes, Bourdieu, de modo explicativo, atribui a noção de espaço social à lógica de funcionamento dos “campos”; isto é, universos com leis próprias, autônomos. “As leis fundamentais são, com frequência, tautologias. A do campo econômico, elaborada pelos filósofos utilitaristas: negócios são negócios; a do campo artístico, explicitamente colocada pela escola que se diz da arte pela

arte” etc. (BOURDIEU, 1996, p. 147). Dessa forma, Bourdieu toma uma perspectiva de práticas como “conjunto das relações objetivas que vincularam o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontam no mesmo espaço de possíveis” (BOURDIEU, 2004, p. 81-82). Trata, portanto, a trajetória de um indivíduo sempre como relativa às condições objetivas de existência de um grupo social do qual o indivíduo faz parte. Isso nos faz refletir sobre como as condições objetivas são incorporadas no *habitus* dos indivíduos, revelando a permanência das feiras diante de outras alternativas, inclusive a frequência de pessoas que moram em lugares geograficamente distantes (sítios e povoados), mostrando assim “gostos” pelas feiras.

Do outro lado, quando estudamos as práticas sociais sob a perspectiva de mudanças sociais, observamos que existe uma conexão entre as formas objetivas e os significados subjetivos, entre as *disposições* coletivas e as escolhas por projetos individuais e o campo de possibilidades onde se situam os agentes. Assim, ainda que referida a um indivíduo, uma prática individual sempre estará relacionada com a prática social da coletividade à qual o indivíduo está ligado. Essa forma de pensar tem a ver com o que Norbert Elias definiu como a interdependência entre o indivíduo e o coletivo, nos seguintes termos:

A imagem do homem como “personalidade fechada” é substituída aqui pela de “personalidade aberta”, que possui um maior ou menor grau (mas nunca absoluto ou total) de autonomia face a de outras pessoas e que, na realidade, durante toda a vida é orientada para outras pessoas e dependente delas. A rede de interdependências entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexos do que aqui é chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações. [...] Vista deste ponto de vista básico, desaparece a cisão na visão tradicional do homem (ELIAS, 1994b, p. 249).

Os argumentos apresentados por Elias apontam para a estruturação do conceito de *figuração social*, que pode ser entendida como as inter-relações entre indivíduo e sociedade. É importante salientar que tanto a sociedade quanto os indivíduos podem ser influenciados nas *figurações*. Segundo o autor, as *figurações* são redes de interdependência humanas moldadas por formas estruturais específicas, porém flexíveis e sujeitas a constantes transformações. Podemos considerar, portanto, as feiras como *figurações sociais* específicas. Nelas, redes de interdependência são constituídas pelos indivíduos que se ligam, voluntária e involuntariamente, por meio de suas inclinações e necessidades.

É importante salientar que quando pensamos em *figuração* vemos que as questões da autonomia e da liberdade humana colocam-se sob o aspecto do estabelecimento dos limites

próprios de cada *figuração*, que embora não sejam rígidas, apresentam uma forma, têm fronteiras, limites, que igualmente sofrem transformações no decurso histórico.

Todo ser humano, em certa medida, governa-se a si mesmo. Todo ser humano, até certo ponto, está sujeito às coerções geradas pelo convívio com outros, pelo desenvolvimento e estrutura de sua sociedade e, finalmente, pelas necessidades naturais, ao mesmo tempo individuais e comuns, como a necessidade de comer e de beber, ou que provêm da natureza externa, como as coerções ligadas ao calor e ao frio. A margem de decisão dos seres humanos, sua liberdade, se baseia, em última instância, na possibilidade que possuem de controlar, de diversas maneiras, o equilíbrio mais ou menos flexível e, aliás, em permanente transcurso, entre as diferentes instâncias de onde provêm as restrições. Elias¹³ (1988, apud RIBEIRO, 2010, p. 184).

Assim vemos que o procedimento principal utilizado por Elias é uma comparação sistemática entre estruturas interdependentes em seu desenvolvimento temporal. Elias utiliza o conceito de estrutura conservando a dinâmica processual característica de uma dada sociedade. Mas que, no entanto, apresenta uma característica subjetiva comum: as emoções humanas geradas nas relações sociais se configuram na matéria estruturadora de uma determinada *figuração*.

Os sentidos de viver estão relacionados, segundo Elias (1994a), a uma articulação entre a “sociogênese” dos processos sociais e a “psicogênese” dos processos individuais. O mesmo aparato dinâmico que produz resultados estruturais na sociedade produz resultados comportamentais no humano, de tal forma que ambas as curvas tendem a se encontrar, gerando a adaptação de cada um à dinâmica social. A essa adaptação no comportamento, que significa ajustamento a situações mutáveis, ao processo de adequação entre o comportamento dos indivíduos e as estruturas sociais, Elias chama «processo civilizador», conceito fundamental no conjunto de sua obra, que lhe permite explorar:

A ligação entre os desenvolvimentos, macro-sociológicos “na estrutura da sociedade versus os desenvolvimentos, micro-sociológicos” das experiências pessoais, num nível mais fenomenológico, o nível das emoções, e o que chamamos agora de nível do *habitus* (MENNEL, entrevista a GEBARA, 2005, p. 40).

É importante traçar alguns argumentos de Elias sobre o conceito de *habitus* para situar o que chama de nível das emoções. Ele se remete ao conceito para situar o sentimento de nação, particularmente o do alemão, estando próximo da ideia de estrutura social da personalidade. Para o autor, cada homem singular apresenta um caráter específico que partilha com outros membros da sociedade, o qual lhe daria a identidade que o distingue dos demais membros da coletividade, este conceito somente ganha concretude em

¹³ ELIAS, Norbert. *Über die Zeit*. Arbeiten zur Wissenssoziologie II. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1988.

figurações e processos.

[...] cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com outros membros e sua sociedade. Esse *habitus*, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é, certamente, um componente do *habitus* social – um estilo mais ou menos individual algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social (ELIAS, 1994a, p. 150).

Nesse sentido, há uma diferença entre o *habitus* de Bourdieu e o de Elias que apontam para conclusões diferentes em pesquisas. Neste último, há algo de intrínseco entre o indivíduo e a sociedade, que são as relações de interdependência evidenciadas pelas emoções dos indivíduos arraigadas e nascidas em diferentes contextos sociais que podem gerar as mais variadas situações de continuidade e descontinuidade. O *habitus* bourdieusiano aponta para esquemas simbólicos subjetivamente internalizados via socialização de geração e organização marcantes e tão fortes que podem ser reconhecidos ao longo de toda a vida, às vezes até em momentos em que, aparentemente, deveriam prevalecer *habitus* produzidos na maturidade da vida adulta e profissional.

O pensador francês não ultrapassa o objetivismo, pois subordina teoricamente o polo da agência ao polo da estrutura. A teoria do *habitus* ofereceria, a rigor, não “uma alternativa à explicação socioestrutural”, mas sim a sua operacionalização (ALEXANDER, 1995, p. 136). Para Lahire (2004a), existe uma distinção entre o *habitus* em Bourdieu e em Elias, que está ligada a produção teórica destes dois intelectuais:

Bourdieu pensava que seria sobre a base de um *habitus* familiar bastante coerente já constituído que as experiências ulteriores adquiriam sentido. Os esquemas de socialização são de fato muito mais heterogêneos e cada vez mais precoces. [...] Uma outra diferença entre a abordagem eliasiana e a abordagem bourdieusiana é o fato de que Elias apresenta como centro de sua sociologia a idéia de relações de interdependência entre indivíduos que formam então configurações sociais específicas e se constroem por meio dessas relações de interdependência. Bourdieu definiu os indivíduos sobretudo pelo volume e estrutura de seu capital (essencialmente o econômico e o cultural). Ainda que aparentadas, estas são duas concepções antropológicas definitivamente diferentes (LAHIRE, 2004a, p. 318-9).

Bourdieu desenvolve aspectos teóricos sobre “reprodução social” na qual os agentes carregam em si uma sedimentação de suas experiências sociais passadas, levando assim a fundo o uso do conceito de *habitus* na análise sociológica, Elias, mesmo desenvolvendo conceito sobre processo, onde está presente a gênese do *habitus*, apresenta, em sua teoria, as relações de interdependências onde a estrutura e a forma de comportamento de um indivíduo dependem da estrutura de suas relações com os outros indivíduos. Para Lahire (2004b, p. 21) Norbert Elias submete o conceito de *habitus* ou economia psíquica no qual os indivíduos se formam

dentro de redes de interdependências que eles mesmos ajudam a criar. O que pode ser interpretado como um peso maior do passado sobre as práticas sociais em Bourdieu do que em Elias.

Para nossas análises, portanto, é necessário compreender que existe uma relação de “mão-dupla” entre as estruturas estruturadas (campos sociais) e as estruturas estruturantes (do *habitus*). Mas do que isso, é de fundamental importância observar que as ideias das relações de interdependências entre indivíduos, no nosso caso de feirantes, formam-se dentro de redes resultantes de assimilações, rejeições e adaptações que vão delinear aspectos coreografados de autonomia e resistência, que os próprios sujeitos ajudam a criar, sob ações sobscritas umas às outras, nos mais diversos momentos da vida.

1.2 Agricultura Familiar e Mercados

1.2.1 Campesinato: produção e reprodução social

Os referenciais teórico-metodológicos apresentados para delinear nossos argumentos que se confluem pela inter-relação entre os fatores objetivos e subjetivos ganham força quando nos debruçamos nas construções teóricas sobre Agricultura Familiar e Mercados. Na verdade, o que estamos propondo, como lembra Cavalcanti (1993), é revisitar o campo, “tentando definir fenômenos ou situações antes não considerados para análise; rever facetas diferentes de fatos já estudados; indicar novos problemas para investigação; apontar tendências [...] com as quais, o campo, deveria continuar (p. 61).

Cavalcanti (1993) lembra ainda que esses encadeamentos de avanços, descobertas e ressignificados devem ser situados dentro da perspectiva maior da teoria sociológica, pois as questões levantadas pela sociologia rural, da agricultura e dos processos sociais agrários, para citar, têm o objetivo de trazer ao debate temas cotidianos da constituição da própria teoria sociológica e de sua relação com a realidade. Isso porque se privilegiarmos somente fatores subjetivos ou objetivos nossas análises podem não chegar a uma fusão de horizontes de sentido do tema.

Para início dessas análises, revisitamos Chayanov (1981) que, como delineamos anteriormente neste capítulo, funda toda sua teoria da economia camponesa, UEC. O autor

argumentou que os camponeses se apresentavam com resistência e autonomia, procurando se reproduzir de acordo com a tradição deles. Tal fato leva o campesinato ao longo de sua história a utilizar estratégias em busca de um espaço próprio. Abramovay (1998), respaldado em Chayanov, resgata as características das sociedades camponesas, apresentando-as como sociedade parcial (com cultura parcial, de reciprocidade); uma sociedade de interconhecimento; uma ética da subsistência; uma aversão ao risco; personalização de vínculos sociais e ausência de contabilidade racional (ABRAMOVAY, 1998). O autor reforça ainda, em especial, duas características que definem os traços básicos do campesinato: a) integração parcial aos mercados; e, b) existência de mercados incompletos/imperfeitos.

Os pontos salientados por Abramovay, e que são resgatados e atualizados a partir de Chayanov, são importantes para fazer força aos argumentos do papel dos agentes sociais na estruturação das realidades, mas não como grupos domésticos isolados, e sim tecendo redes de parentesco e/ou de relações de vizinhança, enfatiza, como falamos anteriormente, Woortmann (2001). Além disso, Martins (1975) salienta que mesmo a margem da expansão capitalista, o camponês se conecta a ela via mercado, por meio do escoamento do excedente do trabalho.

Na década de 1960, Maria Isaura Pereira de Queiroz, que empreendia um aprofundado estudo sobre o campesinato brasileiro, concluiu que este isolamento do camponês em relação ao mercado nunca existiu na forma como foi tratado pela literatura liberal. Pois sempre que possível – em caso de excedente produtivo ou de alguma necessidade específica – se estabeleciam contatos do produtor com os grandes mercados. A pobreza pode ser fruto da baixa produtividade ou da ação de intermediários e do Estado, mas não do isolamento enquanto tal.

Importa deixar claro que entendemos por camponeses, uma categoria teórica que tem como características quatro traços levantados por Shanin os quais “os camponeses têm sido distinguidos, em comparação com os ‘outros’” (1980, p. 3), que seriam: a) a unidade familiar camponesa como unidade multifuncional básica da organização social – a família provém como unidade de produção, consumo, reprodução, socialização, bem-estar e a repartição dos riscos; b) o cultivo da terra e criação de animais como meios de subsistência da família e produção de matérias-primas; c) o empenho do trabalho em uma cultura tradicional específica intimamente ligada a regularidade de um modo de vida de pequenas comunidades rurais, e finalmente; d) aquilo que o autor chama de sujeição multidirecional às forças externas.

No último item de sua definição, Shanin (1980) deixa evidente a existência de forças

externas ao campesinato que atuam no sentido de sujeitá-lo em prol da satisfação dos interesses destas forças, sejam provenientes do Estado ou de outros agentes, como aqueles que realizam a interface, via trocas, entre agricultura camponesa e o restante do tecido social. Neste sentido, Shanin argumenta: “[...] a submissão política e econômica intimamente ligadas a exploração pelas forças externas permanece a essência da economia política camponesa na maioria daqueles países nos quais o campesinato constitui a maior parte da população” (SHANIN, op. cit., p. 50). Embora o autor focalize seu argumento nos países de população majoritariamente camponesa, realidade em franco processo de transformação e já transformada em vastas áreas do globo, a questão da exploração parece bastante alinhada com as ideias de diversos autores, referenciados à realidades bastantes diversas.

Martins (1975), em “capitalismo e tradicionalismo”, utiliza as noções de expropriação sucessiva, economia do excedente, exclusão integrativa, tradicionalização, ideologia urbana e ideologia capitalista para analisar as contradições da sociedade agrária e a sociedade industrial. Para isso, parte da hipótese de que a separação campo-cidade é artificial e resultado do domínio da ideologia urbana sobre o “mundo rural”. O que existe é uma inter-relação entre os sujeitos que se fazem nestes territórios, acionando para isso inúmeros mecanismos como a economia do excedente.

[...] o excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes dos que foram utilizados na subsistência (no caso a mão-de-obra e a terra com suas paisagens naturais). É o fator excedente que gera o produto excedente e que define a economia, a sociedade e a cultura baseadas no excedente à margem das relações monetárias, das relações sociais abstratas, da dominação política, das relações capitalistas de produção típica, da conduta racional com relação a fins seculares (MARTINS, 1975, p. 12).

A formulação do conceito de “economia do excedente”, na pesquisa feita por Martins no Vale do Alto Paraíba, refere-se às formas de articulação das diferentes regiões (Médio Paraíba, Alto Paraíba e Mantiqueira) com o mercado. No Alto Paraíba, os produtores se vinculam ao mercado, produzindo o necessário – feijão – para sua reprodução. A população dessa região “organiza sua produção de conformidade com o padrão tradicionalmente estabelecido, preservando instituições tradicionais, como o mutirão, as festas propiciatórias no fim do ano agrícola e antes do plantio dos artigos essenciais da sua dieta alimentar” (Martins, 1975, p. 12). Isso não acontece no Médio Paraíba, onde pela crescente utilização de insumos industriais, não há rendimentos líquidos. No Alto Paraíba, os custos de produção são inferiores, pela utilização dos excedentes de fatores de produção (terra com pastagens naturais e força de trabalho).

Em momentos mais recentes, Martins (2000) denomina a “economia de excedentes” como economia mercantil simples, em oposição ao conceito de economia de subsistência. Alguns

autores, segundo ele, confundem economia mercantil simples com economia de subsistência. Para Martins, a economia de subsistência é:

[...] uma economia terminal que sobrevive em algumas sociedades, e também na nossa, de maneira residual unicamente porque se tornou irrelevante para a economia moderna e globalizada. Ela já não representa um objetivo privilegiado na chamada acumulação primitiva. Embora seja fundamental para a sobrevivência de centenas de milhares de pessoas neste momento sem alternativas de sobrevivência, o que em termos absolutos não é pouco (MARTINS, 2000, p. 32).

Ao possuir uma lógica distinta da economia de subsistência, a “economia do excedente” caracteriza-se pela inter-relação com o mercado, mas de forma que permanece imune às oscilações e crises da economia capitalista. Martins, dessa forma, sugere uma certa “autonomia” da “economia do excedente” em relação ao movimento do capital. A própria lógica da reprodução social dos “mínimos vitais” possibilita aos produtores envolvidos numa economia de excedentes ficar à margem das crises cíclicas. Segundo Martins (1975, p. 106), “a institucionalização da comercialização do excedente se faz de forma que o mundo caipira não se desorganize necessariamente, nem quando há uma crise econômica no conjunto da sociedade (como a de 1929). Nem quando há uma conjuntura favorável no mercado de produtos agropecuários, pois os setores propriamente urbanos absorvem a renda diferencial aí surgida”.

No entanto, quando examinamos mais de perto essa autonomia do camponês, surgem dúvidas quanto à construção do pensamento de Martins. Por um lado, caso a atividade do camponês seja, ao menos parcialmente, mercantilizada, na medida em que converte o excedente em mercadoria, ela resulta numa ligação com o mercado, não de forma exterior, mas alterando as suas necessidades, inclusive ampliando-as. Tanto as que dizem respeito ao consumo pessoal como às referentes ao consumo produtivo. Além disso, o autor nega o camponês das determinações sociais da sociedade capitalista, atribuindo-lhe um modo de vida próprio a que se liga dada forma de consciência, a sensível; empiricamente tomada por ele como explicativa do real, a visão de mundo desse trabalhador.

1.2.2 Dinâmica familiar camponesa: reciprocidade, hierarquia e interconhecimento

A peculiaridade na forma de interação do campesinato/agricultura familiar com o mercado está ligada, em parte, à maneira como o *grupo doméstico* dinamiza suas ações. Para se ter uma idéia, estudiosos brasileiros, como lembra Mauro Almeida (1986), compreenderam que existe uma lógica de reprodução social destes grupos, que ele chama de “Família Camponesa”, centrada na unidade familiar. A partir dela, estes estudos procuraram entender o

consumo familiar sob duas perspectivas: a primeira relacionada à combinação do trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional (pelo ciclo anual); e a segunda, tratando como a unidade familiar (ou um conjunto delas) se reproduz no ciclo geracional, ou seja, como famílias se perpetuam.

Vários estudos sobre a economia camponesa concordam sobre certas generalizações: a existência de um modelo prático e cognitivo que formula como ideal uma unidade autárquica, formada por uma família nuclear neolocal, independente, hierarquicamente organizada sob a autoridade paterna, comendo comida apropriada e realizando tarefas adequadas a uma visão da natureza e das pessoas cristalizada num sistema classificatório. É conveniente, paralelamente ao estudo dessa tradição cultural camponesa, investigar a qualidade de vida doméstica em suas várias dimensões práticas, e em relação a processos econômicos e políticos externos ante os quais as unidades domésticas não são passivas, constituindo-se ao contrário em sujeitos de uma microprodução de si mesmas [...] Um outro conjunto de questões ativamente pesquisadas e relacionadas com a descrição da família rural diz respeito a grupos extradomésticos [...]constroem para além dos muros da casa e da cerca do quintal conjuntos de pessoas que se pensam na linguagem do *parentesco* [cooperação, reciprocidade, política local e *território intraclasse*] (ALMEIDA, 1986, p. 16).

Sem querer estacionar em uma destas perspectivas, Woortmann (1990) compreende que a família camponesa se firma por valores baseados em uma “hierarquia” que se apresenta como um dos elementos centrais da ordem moral camponesa (p. 50). A família é entendida por este autor como um valor, o valor família, permanente no tempo, porém não a-histórico. Por isso, o autor procura compreender as realidades estudadas em um nível de campesinidade existente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos.

A família, nesse sentido, tem como característica principal a ordem social holística, cujas categorias nucleantes da cultura camponesa são terra, família e trabalho (WOORTMANN, 1990; TEDESCO, 1998; WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). A administração, a propriedade e a reprodução da exploração se dão de forma hierárquica, como no caso das relações de gênero. Em praticamente todas as unidades a situação do homem-marido, não inviabilizam a coparticipação das mulheres em decisões, na elaboração de sugestões, iniciativas de acompanhamento, as quais dão conformidade à relação hierárquica entre os cônjuges (WOORTMANN, 1990). É importante ainda salientar que existem tensões no interior do grupo familiar, mesmo que regulamentadas pelo código consuetudinário dos valores e comportamentos que cada um cuida em respeitar e pela necessidade absoluta de perpetuar a unidade do grupo (MENDRAS, 1978, p. 71).

[...] Em qualquer caso, ela é uma encenação destinada a preservar a honra e a hierarquia, assim como uma estratégia voltada para a solução de problemas práticos relativos ao dote aos custos da cerimônia, à escassez de terras ou [...] a escassez de filhos homens no sítio do pai da noiva. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 108)

Ainda nas relações de gênero, devemos observar, no contexto lógico da organização interna do camponês, relativamente à reprodução da família, segundo Garcia Júnior (1983, p. 111), que toda atividade produtiva no campesinato é estruturada a partir de princípios de autoridade do pai, o chefe de família. Afirma ele: “o roçado é o produto do trabalho coletivo da família”, e é o pai quem o governa, “quem dá a direção”. Esse fato condiciona a atividade produtiva a uma hierarquia familiar, essencial na organização camponesa. Nesse sentido, Woortmann e Woortmann acrescentam ainda que o pai é o responsável pela transmissão do saber, e esta “é mais do que a transmissão de técnicas: ela envolve valores, construções e papéis” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 11).

A obra de Pierre Bourdieu (1996) percebe famílias, gerações e poder na diversidade temática deste período realçador de desigualdades e de resistências. Elabora uma teoria da prática, na qual esboça uma articulação entre poder, desigualdade e simbolismo ao estudar “campos” específicos que informam linguagens e práticas que constituem um *habitus* para a estruturação dos próprios campos. Os “campos” que o sociólogo estuda são fragmentos – pedaços definidos aleatoriamente, de acordo com interesses específicos de investigação e compreensão forjados na observação e discurso sobre a prática social.

Na verdade, o patrimônio familiar é construído pela tradição, mas também é pensado a partir das estratégias que as famílias estabelecem para se relacionar com o diferente criado principalmente pela sociedade maior. A tradição faz referência ao horizonte das gerações, isto é, o projeto para o futuro dos filhos. Wanderley explica, ainda, que as estratégias referem-se não só à constituição e à transmissão do patrimônio, mas “a aquisição, reposição e ampliação dos meios necessários de produção e ao encaminhamento profissional dos filhos, no próprio estabelecimento ou fora dele” (WANDERLEY, 2004a, p. 45-46).

Os espaços das *disposições* a que estão submetidos esses agentes, mas também das possíveis mudanças criadas por eles, possibilita-nos avançarmos na nossa linha de discussão, não mais para entender se os agentes participam do mercado, mas da forma com interação com ele. Isto porque, como lembra Wanderley (1999), esses agentes não apenas buscam o autoconsumo, mas também acessam os mercados locais, almejando uma atividade mais estável e rentável, a fim de afastar a precariedade estrutural e a instabilidade do sistema de produção. O conhecimento e a experiência adquiridos com essa dupla preocupação serviram de base para a composição do patrimônio sociocultural do campesinato brasileiro, sendo transmitidos às gerações futuras.

Neves (1995) nos chama a atenção para o fato de supor que os produtores ditos familiares se orientam pela minimização da dependência ao mercado e pelo autoconsumo é

um olhar míope e exclui a consideração de sua motivação na luta pelo acesso a determinados recursos e serviços, bens simbólicos e culturais. Os produtores não devem ser reduzidos a agentes econômicos no sentido restrito, daí a importância de compreender a lógica familiar, possuidora de agentes econômicos com lógicas que ultrapassam a ideia do *homo economicus* (NEVES, 1995).

Sabourin (2009), que toma como ponto de partida e pressuposto da análise a “existência de camponeses no Brasil, não somente em termos de categoria política, mas também de categoria social e sociológica” (p. 39), formula o princípio explicativo da reprodução destes agentes sociais, em termos de uma interface, pela articulação dialética, entre troca mercantil e as práticas de reciprocidade.

[...] o que importa, do ponto de vista analítico... é o caráter operacional das análises das tensões sociais e econômicas a partir da teoria da reciprocidade. Mas, essa teoria não é exclusiva; não visa o fim da troca, nem nega a sua onipresença. Trata-se de reconhecer a existência das práticas de reciprocidade, assim como são reconhecidas as relações de troca, a fim de possibilitar a opção por um outro sistema” (SABOURIN, 2009, p. 277).

Essa abordagem possibilita ampliar a discussão sobre a teoria da reciprocidade, iluminando sua fundamentação para as redes prevalentes nas práticas das famílias, comunidades camponesas e as formas de mercado que mantêm interação. Por conta dessa articulação das trocas mercantis com os mecanismos utilizados na lógica interna ao grupo, observamos uma relação tensa de autonomia com o mercado capitalista. “[...] A autonomia do sistema de troca livre resulta em uma produção diversificada associando inserção diferenciada em mercados locais e regionais, autoconsumo e práticas de redistribuição local e interfamiliar” (SABOURIN, 2009, p. 281).

O que temos são camponeses/agricultores familiares brasileiros não como personagens passivos, pois, ao longo da história, têm buscado com suas forças traçar estratégias para lutar por seu espaço, adaptando-se às exigências da agricultura moderna sem perder os traços camponeses. Por isso, “o conceito de Agricultura Familiar é ressemantizado, na medida em que recorre a sua experiência camponesa, demonstrando a sua capacidade de resistência e de adaptação às transformações mais gerais da sociedade” (WANDERLEY, 1999).

Nada indica que o campesinato brasileiro se restrinja, em seus objetivos, à simples obtenção direta da alimentação familiar; o que só acontece quando as portas do mercado estão efetivamente fechadas para eles. Pelo contrário, a experiência do envolvimento nessa dupla face da atividade produtiva gerou um saber específico que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas e que serviu de base para o enfrentamento vitorioso ou não da precariedade e da instabilidade analisadas. É esse saber que fundamenta a complementação e a articulação entre a atividade mercantil e a de subsistência, efetuada sobre a base de uma divisão do trabalho interno da família ou da prática do princípio da alternatividade (WANDERLEY, 1999, p. 42).

Podemos assim dizer, por meio desses primeiros momentos de alinhar nossos pressupostos, que os agricultores familiares tecem uma teia de particularidades específicas que se definem a partir das regras internas ao seu grupo e aos seus relacionamentos com o exterior. A teia é costurada por linhas de honra e hierarquia que permitem estabelecer relações de confiança, reputação e responsabilidade voltadas para a reprodução familiar, mas também de vizinhança e no pertencimento ao pequeno grupo local, fatores de uma “dinâmica social interna” que envolvem relações entre parentes, compadres e vizinhos (ARANTES, 2012). A forma de vida social do camponês se completa também nas formas específicas de integração à sociedade mais ampla, possuindo uma “dinâmica social externa” seja nas relações de comércio, política ou lazer (WANDERLEY, 2000, p. 30).

Existem mecanismos de relações de proximidade na vida social do meio rural que se destacam como formas de reciprocidades. Esses determinam mecanismos de fortalecimento dos laços de solidariedade e confiança entre famílias e vizinhos (tradicionalmente constituídos por padrinhos, afilhados e compadres) que, de certa forma, se transformam em parentes através de relações de caráter espiritual. Assim, “quem não é parente é compadre” (WOORTMANN, 1990). Os laços mantêm firmes os costumes, as crenças que reforçam e se expressam nos momentos de ajuda mútua e festivos (QUEIROZ, 1973). Segundo Mendras (1978, p. 97), “as relações com as vizinhanças asseguram uma barreira que defendem a autarquia cultural e social e intensifica o sentido corporativo do grupo”.

Neste mesmo sentido, Mendras (1978) define a relação de interconhecimento enquanto aspecto fundamental da vida social do camponês, afirmando que ela só é possível porque as pessoas entre si manteriam relações personalizadas e um conhecimento entre os membros da comunidade, com compartilhamento de uma visão de mundo, de normas e valores que sejam comuns ao grupo: é preciso um “acordo ideológico completo” (MENDRAS, 1978).

Estes mecanismos de relações de proximidade podem ultrapassar as inter-relações de parentesco e vizinhança quando os agentes sociais do rural se intercomunicam com o urbano, no caso desta tese, por meio das feiras livres, o que é mais visível no que estamos denominando aqui, embasados em autores como Wanderley (2009), pequenos municípios. Entretanto, é importante frisar que existem agricultores familiares que procuram se inserir, de forma mais direta, nos mercados globais, como salientou Cavalcanti (1995), sem, contudo, necessariamente, perder o valor Unidade Familiar.

Essas dimensões que caracterizam os processos de inter-relações dos indivíduos aos grupos sociais específicos, mas não somente, porque estas teias ultrapassam aqueles grupos,

nos fazem pensar nas discussões de Lamarche (1998). Ele pode nos possibilitar compreender outros aspectos dos *modos de viver e trabalhar* de agricultores familiares pelos elementos de dependência externa dos estabelecimentos, quais sejam: dependência tecnológica, dependência financeira e de mercado. Sua ênfase recaiu sobre a capacidade dos agricultores em adaptar-se ou não às circunstâncias adversas.

1.2.3 As feiras

O que podemos considerar, a partir da literatura da Sociologia Rural, é que existem relações entre camponeses e a sociedade capitalista, perpassadas por lógicas internas aos *grupos domésticos*. No entanto, cada um aponta as formas como são estabelecidas essas relações. Para fins de nossa pesquisa, vale salientar que as trocas resultantes, na maioria dos casos, da produção dos camponeses com o tecido social, por meio de feiras, no século passado, foram delineadas por autores, para citar alguns, como Garcia-Parpet (1977, 1984), Forman (1979) e Mott (1975). Os referidos autores compartilham o argumento de que existem relações de trocas dos camponeses com o mercado, especificamente, por meio das feiras. Entretanto, para Mott (1975) a maior parte das transações é de simples relações de trocas comerciais; Forman (1979) defende a hipótese de que os camponeses tornar-se-ão capitalistas e; Garcia-Parpet (1977, 1984) demonstrou a permanência de formas tradicionais no exercício das trocas sociais de mercadorias, tanto pelos espaços de expressão da autonomia e limitação camponesa, quanto do seu papel de abastecimento da população do entorno das *plantations*¹⁴ do nordeste do Brasil, desde o século XIX (GARCIA JÚNIOR, 1983, p. 32).

O estudo de Forman (1979) tem como um dos objetivos compreender o comportamento comercial do camponês nordestino não apenas em termos regionais, mas como um problema nacional intimamente ligado ao desenvolvimento capitalista e à economia internacional, procurando observar como os camponeses reagem às mudanças ocorridas na economia agrícola em geral.

Na tese de doutorado de Mott (1975), ele procura estudar o sistema de feiras da região do Baixo São Francisco, dentro de uma perspectiva da Antropologia Econômica, destacando o

¹⁴ Segundo Palmeira (1977), o *plantation* é um tipo de sistema agrícola que se baseia em uma monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e mão-de-obra escrava. O que de todo caso não descarta uma tendência ao desenvolvimento de um pequeno campesinato “livre”.

conjunto das interações sociais do local durante um período determinado, comparando a estrutura, organização e significado do que ele chama de “feira rural”, por meio dos seus bens e serviços oferecidos. Para ele, as “feiras rurais” congregam um grande número de produtores primários e é raro a interação do produtor regional ou intermediário.

Vale salientar, nestes casos nordestinos, o quanto foi marcante o caráter de relativa autonomia dos pequenos produtores, eles podem auferir algum lucro na atividade comercial, embora isto se faça em um contexto em que as dependências aos engenhos se evidenciaram por acordos com os poderosos oligarcas regionais. Garcia-Parpet (1977), em sua dissertação de mestrado, observa na feira de Serro Azul (Palmares-Pernambuco) um controle tradicional dos senhores de engenho (usineiros) sobre seus moradores, por meio da feira particular, intitulada “Barracão”.

Até os anos 50, relações de dependência personalizada estruturavam o espaço social rural e isolavam os trabalhadores residentes, os moradores, dentro das grandes propriedades, excluindo-os das atividades urbanas, inclusive das feiras semanais. Com a quebra do modo de dominação tradicional - em parte pela decadência econômica das grandes plantações açucareiras, pela possibilidade de saída em massa em direção aos mercados de trabalho industriais do Sul, pelo impulso das associações camponesas e pela criação de um novo quadro institucional e legal -, assistiu-se a uma mudança de estratégia dos grandes proprietários e à conseqüente expulsão dos trabalhadores residentes. Em decorrência disso, as migrações aceleraram-se, as cidades conheceram um crescimento espetacular e as relações mercantis tiveram um grande impulso: [...] o que era antes objeto de auto-consumo para os trabalhadores residentes tornou-se objeto de trocas mercantis. O campesinato oriundo das regiões mais secas ou liberado pelo desmembramento das plantações canavieiras - ameaçado em sua reprodução pela expansão do gado, pelo recente crescimento dos canaviais para produção de álcool e pelo fracionamento das terras por herança - passou cada vez mais a utilizar a atividade mercantil regular como forma de contrabalançar os efeitos da escassez de terra, ou até de conseguir ter acesso ao mercado de terra (GARCIA-PARPET, 1992, p. 02).

Após a década de 1950, uma ressignificação da *figuração social* de feira entra no cenário brasileiro, projetada na mudança de estratégia dos grandes proprietários, à conseqüente mobilização das associações camponesas e expulsão dos trabalhadores residentes, os atores sociais coreografaram novas inter-relações em espaços com maior poder de resistência. Neles, estão as práticas mercantis que ganham visibilidade, e as feiras passam a ser ressignificadas pela coreografia de vários grupos sociais, inclusive dos camponeses, como salienta a autora supracitada.

[...] as praças de mercado da região eram o lugar de escoamento dos produtos nobres (algodão, rapadura, produtos dos engenhos), hoje em dia elas são o lugar de escoamento e de abastecimento preferenciais do campesinato, que gosta de fazer ali as compras semanais de produtos alimentares e de ali adquirir todo tipo de produto e serviço. Além do mais, quando os camponeses vão à feira, não é somente para comprar ou vender um determinado produto, mas também para ver a produção “de exportação”, isto é, a produção que abastece os grandes centros urbanos ou outras regiões do Brasil, ou, até mesmo, outros países (GARCIA-PARPET, 1992, p. 03).

As estratégias criadas pela elite brasileira, especificamente falando do Nordeste, como salienta Garcia-Parpet (1984) em sua tese de doutorado, devido a expulsão dos moradores das grandes propriedades, introduziram com maior intensidade nas feiras a reatualização do patrimônio sócio-econômico-cultural do campesinato. “A feira agrupa as diversas frações do campesinato, fornecendo assim, de alguma maneira, uma imagem de si mesmo, de seu lugar e de sua função no espaço social” (GARCIA-PARPET, 1992, s/n).

Recentemente, pesquisadores da área da geografia, como Dantas (2007), têm enfatizado a permanência da relação entre rural e urbano por meio dos sujeitos que frequentam as feiras. No entanto, a forma como são construídas essas discussões não possibilita um entendimento mais profundo dos modos de *viver e trabalhar* dos agricultores familiares no “fazer-se das feiras”. Por outro lado, observamos em autores como Godoy (2005), especificamente na tese defendida no programa de pós-graduação em Agronomia, uma preocupação, ainda geral, sobre o entendimento sócio-econômico de agricultores familiares nas feiras, inclusive nas feiras agroecológicas, e os tipos de relações com o processo de globalização.

É interessante notar a cadeia montada por Wilkinson (2008), por meio da agricultura familiar e os mercados do novo milênio, para apresentar as relações construídas entre os agentes envolvidos. Citando o caso do Brasil, o autor argumenta que um investimento político e acadêmico nada desprezível conseguiu transformar a “pequena produção” em “agricultura familiar”, afirmando, com isso, o seu lugar como componente dinâmico (ou potencialmente dinâmico se tivesse um *‘level playing field’*) da modernização do sistema agroalimentar, de uma dieta de proteína animal, no país com ritmo rápido de industrialização e urbanização (p. 125). Entretanto, lembra ainda o autor, no mesmo período, observou-se um acarbouço regulatório e institucional da economia e do sistema agroalimentar virado às avessas, ameaçando assim parte da agricultura familiar de pequena produção a “dura” realidade do novo ambiente concorrencial. Há de se considerar, por isso, que existem várias vias construídas sob a égide da relação global/local postas pelos Sistemas Agroalimentares, como salientado Cavalcanti (1999):

A literatura sociológica tem contribuído pontualmente para a compreensão dos vínculos estabelecidos entre a agricultura de regiões particulares e as cadeias agroalimentares, pelos quais tende a explicar a globalização de alimentos e a dinâmica de sociedades particulares... Mas também, devemos estar atentos para o fato de que, embutidos nesse processo estão símbolos, *habitus*, e significados culturais que distinguem indivíduos e sociedades e também as vias de aproximação de povos e espaços físicos e sociais (p. 126).

Diante disso, a agricultura familiar se apresenta na construção de novos *standards*

como base de integração em sistemas alternativos de distribuição. Esses sistemas, segundo Wilkinson (2008), dão-se em três temas cujas fronteiras analíticas e práticas são bastante fluídas e interdependentes: agroindústrias rural/artesanais; mercados locais (feiras) e mercados orgânico/agroecológicos.

O que cada [tema]estratégia tem de comum é a necessidade de definir, negociar e operacionalizar um novo arcabouço institucional, que, na sua abrangência, implica a formalização de convenções de coordenação, baseadas no reconhecimento da especificidade e legitimidade da agricultura familiar. No mercado de orgânicos, já rapidamente está sendo dominado pelos canais de distribuição dos supermercados, trata-se da aceitação ou não de práticas de certificação participativa. As agroindústrias rurais, por sua vez, só podem sair da informalidade e clandestinidade amparadas num novo estatuto jurídico e em regulamentações que normalizem escalas e práticas artesanais. A dinamização de mercados locais requer sistemas tributários e de fiscalização apropriados a trocas em circuitos curtos, bem como inovações institucionais de co-operação (parcerias intermunicipais) (WILKINSON, 2008, p. 143).

A formalização dessas convenções das estratégias apresentadas por Wilkinson (2008), como lembra, pode ser visualizada pela explosão de ações locais que marcou a década de 90, como foi o caso do uso da merenda escolar que provenha da produção local; o apoio a promoção de hortas municipais e feiras; adaptação de legislação tributária e de fiscalização sanitária; o estímulo a associação, por meio, por exemplo, da criação dos fundos rotativos e de aval; promoção de cursos; fornecimento de assistência técnica; bem como medidas ambiciosas para adequação de produtos ao mercado, por meio da criação da “economia de qualidade”.

[...] a transição para uma “economia de qualidade” cria um prêmio para valores diretamente associados às tradições da pequena produção: atividades artesanais, produtos “naturais”, a organização familiar das atividades econômicas, assim, como associações positivas entre a pequena produção e o meio ambiente e o rural. Mais ainda, o choque entre noções de sustentabilidade e a valorização dos recursos genéticos a partir dos avanços da biotecnologia reposiciona a pequena produção situando-a como guardiã central de uma biodiversidade posta em risco (WILKINSON, 2008, p. 168).

Estas explosões de ações não se dão somente pela boa vontade de uma gestão política institucional, para falar especificamente do “Estado”, mas também pelo resultado dos movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais (ONGs). Wilkinson (2008) cita movimentos de reforma agrária – Movimento dos Sem Terra (MST) e Via Campesina – como alavancadores destes processos, pois ao lutar por justiça redistributiva, estes acabam reivindicando uma redistribuição de ativos primários. Isso porque não bastam somente terras para viver, mas são necessários recursos para se dirigir a nichos de mercado, nos casos postos em prática, eles são baseados em qualidades especiais associadas ao movimento. Outros incitadores dessas estratégias são as ONGs globais e organismos religiosos. Eles têm sido

ativos no desenvolvimento destes mercados, por meio de circuitos, quer alternativos ou convencionais, como lembra o autor.

Na medida em que o capitalismo se concentrou na endogeneização da crítica estética lançada pelos movimentos sociais dos anos 60, abriu-se espaço para o ressurgimento de movimentos sociais contestatórios dos direitos básicos, dos quais o movimento de comércio justo é uma expressão notável. No contexto das reformas institucionais que acompanharam a globalização, “o mercado” passou a assumir uma posição central nos objetivos dos movimentos sociais. Apesar de apresentar riscos, ou em termos de exclusão ou de cooptação (apropriação de valores simbólicos associados ao movimento), o caráter multifacetado do movimento social que inclui circuitos alternativos, convencionais e campanhas políticas, abre perspectivas para um reposicionamento permanente, redefinindo o mercado (IFAT + E-Bay) e o conteúdo dos valores transacionados (comércio justo + orgânicos + ... + ... + ...). Além disso, o surgimento do Movimento de *slow Food* tem mostrado o potencial de fundir as críticas ética e estética em novas formas, reconectando consumo e produção e colocando práticas alimentares no centro da sociabilidade e da sustentabilidade (WILKINSON, 2008, p. 193).

Nesse sentido, observamos uma dinâmica do poder entre Estado, Mercados e Agentes Sociais Locais, coreografada pela diferenciação local (valor agregado, forma de produção intensiva e extensiva), que leva as condições de acumulação na fase atual do desenvolvimento capitalista serem redefinidas e renegociadas continuamente. Importa dizer ainda que, de uma maneira ou outra, as práticas sociais nos espaços de inter-relações das feiras livres, já realizadas pelos agricultores familiares, reafirmam-se como fundamentais para reprodução social. Isso porque suas práticas culturais e a lógica de suas decisões produtivas estão imbricadas por uma valorização da reprodução social baseada em uma ordem moral de proximidade com princípios de reciprocidade e honra, embora surja no meio delas o hierárquico. Entretanto,

O poder público precisa reconhecer que a agricultura familiar enfrenta uma reconversão estrutural que se processa em condições altamente desfavoráveis (é suficiente apontar para o grau de analfabetismo em um contexto que premia novos conhecimentos). Assim, o reforço da agricultura familiar exige que se criem condições que favoreçam uma aprendizagem coletiva própria a um período de transição. Trata-se da necessidade de promover condições para a adoção de inovações sociais e institucionais em larga escala. Do ponto de vista analítico, trata-se de aprofundar a análise de mercados como redes sociais, de normas técnicas como valores a serem negociados e da qualidade do produto como envolvendo também suas fontes de produção e o estilo de vida em que se apóia (WILKINSON, 2008, p. 18).

O que estamos chamando de “ordem moral de proximidade”, Wilkinson (2008) salienta como redes sociais, que devem ser discutidas pelas várias formas de interações entre prática mercantil e de “proximidade”, nestas existem um prolongamento de relações familiares ou, diretamente, de consumidores com canais de comercialização. O que tece esses tipos de estrutura social é a confiabilidade no produto que decorre da confiança nos produtores, primeiramente construídas nas relações de parentescos e conquistados pela elite

do âmbito local, ultrapassando-a com a rede social estabelecida na migração ou interconhecimento de trânsito destas pessoas pelos territórios. Em outras palavras:

Parentesco, vizinhança, conhecimentos pessoais e transações repetidas entre os mesmos atores confirmam reputações e consolidam lealdades, fazendo com que tais mercados se tornem relativamente imunes de pressões externas, sejam de ordem mercadológica ou reguladora. Fora ações punitivas de fiscalização, existem fortes razões, portanto, para supor que esses mercados se apóiam em bases sólidas contanto que o tecido social na localidade se mantém intato. [...] O alargamento de redes sociais [...] [por outro lado] pela migração não apenas cria mercados relevantes a distância, mas serve para difundir esses produtos nos novos espaços. [...] Muitas vezes, porém, a difusão fora da rede social em questão esbarra em níveis de tolerância menores em respeito a características-chave – sanidade e homogeneidade do produto – decorrência precisamente da falta do “conhecimento tácito” que regula o consumo e a conservação do produto na rede de origem (WILKINSON, 2008, p. 94-101).

Os pontos levantados se inserem numa discussão que auxilia na denominação do que sejam os tipos de relações entre o rural e urbano brasileiros. Principalmente quando nos aproximamos dos aspectos dos agricultores familiares. Eles são reconhecidos pela especificidade da organização interna à unidade de produção e à família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados, mas sem esquecer que os mesmos estão inseridos no mundo cultural, político, econômico e social em que se produzem e se reproduzem.

Chamamos a atenção para isso, nesse momento, porque os “nós” que serão amarrados a posteriori, das trajetórias dos sujeitos estudados, serão traçados observando as características presentes na tradição camponesa e no projeto dos agricultores familiares modernos. Esta última denominação está baseada na proposta teórica de Wanderley (2009), do agricultor familiar ser, sem dúvida, um agente social do mundo moderno. A autora, em pesquisa realizada com Lamarche (1998) et. al., formula que os agricultores familiares são portadores de uma tradição, fundamentada na família como unidade base, de produção e pelo modo de vida, mas que se adaptam às condições modernas de produzir e de viver em sociedade. Isto porque, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade englobante.

O que muda e o que permanece? É impossível, naturalmente, responder a tal questão em profundidade neste texto. Permito-me apenas fazer alguns exercícios de caráter mais ilustrativo [...] os camponeses seriam, pela sua natureza, dedicados exclusivamente a garantir a subsistência familiar [...] não estariam interessados em empreender esforços que implicassem investir na atividade agrícola [...] os agricultores familiares provaram, pelo seu sucesso em todos os países, que eles podem demonstrar uma importante capacidade de investimento, tanto maior quanto mais efetivamente integrados aos mercados modernos. Isto não impede, no entanto, que a subsistência familiar, inclusive sob a forma de autoconsumo, e a diversificação das atividades permaneçam objetivos constantemente renovados [...] nas condições modernas de produção, a unidade familiar introduz, em seu funcionamento, a necessidade de pagamentos diferenciados [...] Minha hipótese é a de que, embora a autonomização das parcelas autônomas do sobretrabalho seja o mecanismo pelo qual o agricultor familiar se incorpora ao processo de acumulação através de sua

atividade produtiva, internamente, os resultados da produção continuam sendo percebidos pela família como um rendimento indivisível [...] Ainda há uma questão a considerar [...] Enquanto o camponês tradicional enfatiza o “passado e suas tradições”, a agricultura moderna, ao introduzir a noção de progresso, transfere o primado ao futuro [...] Todas essas transformações são incontestáveis, mas, para muitos agricultores familiares, a força do passado não se enfraqueceu [a pluriatividade, por exemplo, não é um desfecho inexorável] seria, neste caso, uma estratégia da família, afim de, diversificando suas atividades, fora do estabelecimento, assegurar a reprodução deste e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família [...] No caso da mulher, o trabalho externo pode ter duas significações principais: às vezes é o caminho pelo qual a mulher adquire uma maior capacidade de participar dos ganhos da família [...] em outros casos [...] tende a criar um distanciamento dela em relação ao estabelecimento familiar (WANDERLEY, 2009, p. 191-94).

Nesse sentido, os estudos rurais aqui direcionados nos põem diante de diferenças entre camponês e agricultura familiar moderna, o rural e o urbano, que não podem ser diluídas na constante relação que se estabelece entre eles, argumento ingênuo de leitores descuidados. Mais do que isso, entre os agentes que formam essas categorias sociais, com relações constantes, há muitas semelhanças, como também grandes diferenças, construídas de acordo com a constante interação entre os mesmos, e os níveis de inserção nos mercados, a partir da produção com a comercialização. Desde a maior dependência tecnológica, técnicas utilizadas com apoio de assistência técnica, dependência financeira, troca direta com mercado e/ou por meio de atravessadores (LAMARCHE, 1993, 1998).

Esses encadeamentos propostos nos orientarão a registrar as múltiplas alternativas, resultado de conquistas e resistências de agentes sociais que se referenciam a um modo de produzir e viver coexistente com um mundo moderno. Em outras palavras, permite-nos compreender que as estruturas e suas mudanças são sempre relacionais, operadas pelas interdependências existentes. As mudanças são, portanto, endógenas e não planejadas, o que não quer dizer que há ausência de direcionamentos e orientações nas ações, mas que o direcionamento das mudanças é resultado das tensões e dos equilíbrios de tensões estabelecidos provisoriamente entre os conflitos, não da vontade e ação tomada isoladamente (ELIAS, 1993).

Dizer que os indivíduos existem em configurações significa que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes. Dizer que as configurações são irreduzíveis significa que nem se pode explicá-las em termos que impliquem que elas têm algum tipo de existência independente dos indivíduos, nem em termos que impliquem que os indivíduos, de algum modo, existem independentemente delas (ELIAS, 2000, p. 184).

Esse urdimento primeiro possibilita um direcionamento para os capítulos seguintes, no que diz respeito às formas com que tais relações sejam capazes de definir as *maneiras de viver e trabalhar* em uma e em outra realidade, se constituindo, portanto, em uma relação

dialética, por meio da qual podemos considerar que há entre estes dois mundos continuidades e descontinuidades. No entremeio das redefinições de análises, facetas e novos problemas de investigação, tendo como ponto de cambio as práticas sociais construtoras da realidade, é que surge a preocupação maior desta tese. De procurar compreender as relações entre agricultura familiar e sociedade, no que diz respeito detidamente ao debate dos agentes e os territórios implicados nos processos sociais.

Por isso é importante compreender que, nas relações entre produção e comercialização, os agricultores familiares acionam diversos mecanismos de interações com os mercados. Eles constituem meios de inserção social e econômica que resultam, por um lado, no fortalecimento da autonomia frente às vulnerabilidades enfrentadas, quaisquer que sejam suas origens e, por outro, uma dependência relativa. Na verdade, o que há de se considerar é a existência de distintos “graus de mercantilização” caracterizados pelo *habitus* familiar e histórico sempre em transformação, contestado e reafirmado, que dá dimensões concretas para a ação e a significação na relação entre indivíduos, famílias, gerações, terras, mercados e sociedades. Inclusive permitindo atravessar a profecia do “fim do campesinato”. Para entender estas inter-relações é preciso observar a construção de *figurações* de referências gerais, situadas em relações concretas, que não são presas estreitamente a datas ou a locais específicos – no sentido proposto por Elias (1980).

Em síntese:

Este capítulo foi crucial para amarrar as concepções teórico-metodológicas sobre os fatores objetivos e subjetivos entrelaçados nas categorias sociais Agricultura Familiar e Feiras, especialmente por que:

- a) Trata-se de categorias sociológicas que estão em constantes discussões e transformações, o que permite pensar as atuais realidades sociais. As análises sobre campesinato e suas lógicas de produção e reprodução social são fundantes para o entendimento das interações ocorridas e que estão ocorrendo na sociedade capitalista;
- b) A conexão delas com outras categorias possibilitam estabelecer raios maiores de circunferências de compreensão e explicações, fatores preponderantes no problema levantado nesse estudo. Apontamos que existem inter-relações de toda

ordem influenciando e sendo influenciadas no campo estudado, desde as ordens produtivo-econômica às de natureza social e política;

- c) A compreensão dessas interações, a vista do referencial teórico-metodológico que estamos nos propondo explicar, deve ser analisada pelos aspectos sócio-históricos do objeto estudado, que iremos discutir no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE *TERRITORIALIZAÇÃO* DO ALTO SERTÃO ALAGOANO E SUAS CONEXÕES COM AS HISTÓRIAS DAS FEIRAS

Introdução

Neste capítulo procuramos ampliar uma leitura sociológica do processo histórico de *territorialização* das feiras, focalizando-as no Nordeste do Brasil e nos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia, em Alagoas. Para isto, delinearemos, primeiramente, uma ponderação da sociogênese das feiras pelas transformações ocorridas nas interdependências dos processos sócio-econômicos e político-culturais locais, e como estes estão interagindo com os processos mais abrangentes de estruturação da sociedade brasileira. Além disso, procuraremos analisar a interação do local, nacional com o mundo; e os processos de mudanças “estruturais” nas formas de pensamento e comportamento social dos indivíduos.

Quando nos propusemos compreender as estruturas históricas mais abrangentes pelas formas de pensamento e comportamento social dos indivíduos do Nordeste do Brasil e dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia, Alagoas, objetivamos interpretar as teias de interdependência entre agência e estrutura por meio dos acervos particulares e públicos (fotos, entrevistas e literatura neles inclusos) e demais referências bibliográficas. Entretanto, para realizar esta empreitada, desvelar o significado destes acervos, implica atermo-nos a dois polos diferentes e atuantes: a) o fato de compreendê-los como texto e b) a questão mais englobante que é a de compreender e interpretar.

Especificamente, parte dos acervos foi conseguida junto aos feirantes agricultores familiares, ao Memorial da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), Museu Delmiro Gouveia, Complexo de Angiquinho e Paróquia da Igreja de Água Branca. Outros são livros, monografias, teses e artigos acadêmicos, e ainda textos de memorialistas que escreveram sobre a ocupação dos municípios pesquisados e suas feiras. Essas fontes foram interpretadas de forma a revisitar a tradição pelo diálogo com os grupos sociais que fizeram parte direta ou indiretamente para a história de territorialização destas feiras.

2.1 Por uma sociogênese das feiras

Segundo informações em acervos, a reunião de pessoas estabelecendo relações de trocas intra e entre os grupos sociais aconteceu nas mais variadas sociedades e nos mais diversos momentos históricos. Entretanto, caso pensemos em termos etimológicos da palavra, podemos dizer que *feira* vem do latim, e significa dia santo, denotando que não se deveria trabalhar; ele foi criado por Martinho de Dume, para a liturgia católica no período da Páscoa. Isto aconteceu porque, segundo as escrituras bíblicas, como na passagem do evangelho de João 2: 13-16, Cristo desqualificou as atividades de trocas realizadas ao redor do templo de adoração ao “Deus”.

Estando próxima a Páscoa dos judeus, subiu Jesus para Jerusalém. E encontrou no templo os que vendiam bois, ovelhas e pombas e também os cambistas assentados; tendo feito um azorrague de cordas, expulsou todos do templo, bem como as ovelhas e os bois, derramou pelo chão o dinheiro dos cambistas, virou as mesas e disse aos que vendiam as pombas: tirai daqui estas cousas; não façais da casa de meu Pai casa de negócio (TEMPLO DE JERUSALÉM, JOÃO, 2: 13-17).

A prática de atividades periódicas comerciais, como salientadas no trecho do “livro sagrado cristão”, foi associada, no entendimento de grupos que segue os valores desta religião, a um comércio profano. É importante salientar que esses valores se fizeram e ainda se fazem presente, de certa forma, no pensamento social do camponês, especificamente nos estudo realizado por Woortmann (1990) que demonstra a aversão dos camponeses ao negócio, pois ele “é percebido como a negação da moralidade, e significa ganhar à custa do trabalho alheio. É percebido, então, em oposição ao trabalho e como uma atividade que não envolve honra” (p. 38).

Pensando em termos territoriais, Mumford (1982) argumenta que a feira está relacionada ao aumento das populações e a intensificação das relações sociais que levaram ao desenvolvimento das sociedades complexas, como as da Antiguidade, por exemplo, da Mesopotâmia e do Império Romano. Estas sociedades com maior fluxo de relações, nas mais variadas formas de poder, intensificaram o comércio. E como analisou Mazoyer:

O crescimento da produtividade agrícola e o impulso do artesanato e da indústria foram também concomitantes a uma vasta atividade comercial: os camponeses vendiam seus excedentes, os senhores escoavam uma parte importante dos produtos de suas reservas e as taxas in natura que continuavam a receber, os artesãos vendiam os produtos de seu trabalho e as regiões recém-cultivadas exportavam seus excedentes. Na medida em que as trocas ganharam importância, os comerciantes se multiplicaram, os mercados e as feiras formigaram nas cidades e vilarejos. [...] As feiras da Champagne (Provins, Troyes, Bar-sur-Aube), que se desenvolveram a partir do século XII, faziam a ponte entre esses dois mundos: os mercadores italianos trocavam com os de Hanse os produtos orientais por tecidos que eles exportavam

para o Oriente [...] As feiras de Champagne aconteceram nos séculos XII e XIII e trouxeram uma extraordinária prosperidade para a região. Situada entre Flandres e a Itália, a região da Champagne organizou seis feiras em diferentes cidades distribuídas ao longo do ano, o que formava, então, um comércio permanente. Elas foram a única praça do comércio europeu da época especializada em crédito (MAZOYER, 2010, p. 336-7).

Embora Mazoyer (2010) e Mumford (1982) partem de perspectivas e territórios diferentes, eles compreendem que os aumentos da produção, do contingente populacional e das redes conectadas entre territórios foram fundamentais para expansão das formas de comércio, dentre eles, as feiras. Isso é interessante para entendermos a importância de uma perspectiva relacional, mesmo que de forma pontual, no destaque das linhas de integração dos grupos sociais e de poder nas praças de comércio da Europa, pois mesmo com essas atividades comerciais tendo uma importância fundamental para a realeza, nobres e outros grupos, elas eram vistas pela Igreja Cristã como um exercício de transgressão à lei divina, onde todo mercador era considerado um pecador, um escravo do vício e amante do dinheiro. “Dizia-se na época ser difícil não ser pecador quando se tinha por profissão comprar e vender” (PEDRO; COULON, 1989).

Além disso, podemos dizer, salvo algumas considerações do contexto histórico e social, que as origens das feiras estão ligadas, em parte, ao “excedente da produção da agricultura”, que pela necessidade de troca por produtos diferentes dos produzidos nas propriedades, os agricultores realizavam a troca dos seus produtos. Em um primeiro momento, este intercâmbio é praticado dentro de determinado grupo, de uma certa região, não havendo a necessidade de um local específico. Por outro lado, quando estas passaram a possuir uma grande representação social em determinados locais, os governos e as autoridades mostraram grande interesse quanto a colocação de feiras em suas regiões, porque estas aumentavam o fluxo de recursos para aquela localidade. Sendo assim, os governantes incentivavam aqueles que quisessem comercializar seus produtos na feira de sua região. Há que se compreender, todavia, a feira não como um final de um ciclo, mas como instrumento de um efetivo desempenho na dinâmica sócio-econômico-cultural, ou quando, por exemplo, grupos sociais procuram dar um outro sentido a elas.

Além da perspectiva sócio-histórica, é interessante que situemos algumas discussões que norteiam os andamentos de continuidade e rupturas sobre a produção do conhecimento das práticas de trocas. Para Mott (2000), as análises sobre feiras e mercados apresentaram concepções que foram marcadas pela polêmica teórica, como a de um lado denominada formalista: mais presos aos aspectos propriamente econômicos e formais dessas instituições, do outro, a substantivista: que buscam nas feiras suas especificidades históricas e culturais, seu

lado mais social e não meramente mercantilista.

Ao apontar uma classificação do olhar sobre o entendimento desse tipo de comércio, Mott (1975) salienta ainda que o mesmo não pode ser entendido como um sistema, pois, este conceito implica a ideia de uma totalidade que se completa e que se encerra em si mesma. Nisto, o autor prefere considerar as feiras como uma instituição social, um dos focos básicos da organização social, as feiras passam a ser reconhecidas enquanto instituição social porque, para Mott (1975), “seriam compostas por um conjunto de ideias, padrões de comportamento, interações sociais e, em muitos casos, existindo um equipamento material organizado em torno de certos interesses ou objetivos socialmente reconhecidos” (MOTT, 1975, p. 16).

Embora se parta de uma noção de feira enquanto instituição social, é salutar deixar claro que existem formas variadas desse tipo de mercado, caracterizados pela peculiaridade das ações dos indivíduos em suas interações sociais. Por isso, torna-se ainda mais importante compreender se podemos chamar as feiras de mercados, pois como afirma Mott (1975) o emprego que se faz em determinadas línguas, que caracterizam “certos lugares”, vai definir o uso de termos como *foire*, *fair*, *market place* ou *marché*¹⁵ em vez de *Market Principle*¹⁶. No Brasil, as feiras e mercados apresentam tantas “variações que se torna difícil a enumeração de características gerais capazes de distinguir essas duas instituições nas diversas regiões brasileiras onde elas são encontradas” (FERRETI, 2000, p. 39-40).

No dicionário do autor Ferreira (2012), mercado é um lugar público, ao ar livre ou em recinto fechado, onde se vendem e onde se compram mercadorias; ou cidade que se notabiliza pela compra e venda de determinados produtos; e as feiras são locais onde se faz mercado. Nesse sentido, a feira é vista, pelo autor, como um mercado público em dias ou épocas fixas, em lugar determinado.

Weber (1994) argumenta que o mercado é uma construção social. Para ele, “deve-se falar de um mercado quando há concorrência pelo menos por um lado de uma pluralidade de interessados na troca ou por oportunidades de troca” (WEBER, 1994, p. 421). E mais, acrescenta ele: “o mercado representa socializações - ou sociedades - racionais, coletivas e sucessivas; cada uma das quais tem um caráter efêmero, já que se encerra com a troca, a não ser que se tenha firmado uma ordem que imponha àquele que troca frente ao seu contrário a garantia da aquisição ‘legal’” (p. 421). Esse delineamento é salutar para enveredarmos cada

¹⁵ Este tipo é visto primordialmente como um lugar ou sítio geográfico na praça de mercado com atribuições sociais, econômicas, culturais, políticas onde certo número concreto de compradores e vendedores se reúnem com a finalidade de trocar ou vender e comprar bens e mercadorias (MOTT, 1975, p. 10).

¹⁶ Este não se refere a um local ou construção específica, mas um estado de negócios ou princípio de como se realizam as trocas de produtos baseado nas leis da oferta e da procura (MOTT, 1975).

vez mais na concepção de que é fundamental entendermos as características das inter-relações dos mercados e feiras e assim termos um maior aprofundamento do campo estudado.

Analisando a realidade de Portugal, Mott observa que:

O termo feira em Portugal designa uma grande reunião comercial regional, realizada via de regra com grandes intervalos de tempo, enquanto mercado designa local destinado a abastecimento local realizado mais à miude. Esclarece que tal conceito não corresponde ao que se denomina no Brasil por feira, pois, tanto as pequenas como as grandes reuniões comerciais realizadas ao ar livre, são aqui indistintamente chamadas feiras. Além do mais o intervalo mais freqüente entre elas é de uma semana e sua área de dominância é pequena, sendo a maioria destinada ao abastecimento local. Mott¹⁷ (1970, apud FERRETI, 2000, p. 39)

A peculiaridade dessas formas de comércio no Brasil se dá em termos históricos e espaciais. Para se ter uma ideia, uma das primeiras referências de regimento que se tem sobre uma estrutura similar de comercialização remonta ao ano 1687, quando a então Prefeitura de São Paulo oficializa a venda de “gêneros da terra, hortaliças e peixe, no terreiro da Misericórdia”. A primeira estrutura mais assemelhada às atuais feiras paulistas, remete-nos ao final do século XVIII e início do século XIX, com o desenvolvimento de praças de comércio para abastecimento, especialmente dos tropeiros, nos arredores dos locais onde ocorria o pouso das tropas de gado (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2003).

Numa abordagem sobre a caracterização das feiras no Brasil, Coelho (2009), salienta que suas origens se confundem com a história nacional. Elas se multiplicaram no Brasil Colônia, assumindo papéis fundamentais, não só nos primeiros povoamentos, mas também na estrutura da própria organização social e econômica das populações. Mott (1975) as classifica, a depender da localização e tamanho, em feiras urbanas – realizadas nas grandes cidades ou mesmo nas capitais dos Estados – e rurais – realizadas em pequenos núcleos urbanos, próximos as zonas de produção primária. Para ele, enquanto as feiras urbanas e mercados existem em todos os estados brasileiros, as feiras rurais (de tipo tradicional) são encontradas apenas na região Nordeste. Forman (1979), com pontos de convergência aos argumentos de Mott (1975), classificou as feiras no Nordeste brasileiro em três tipos: a feira local, ou feira de consumo dos compradores rurais; a feira de distribuição e a feira de abastecimento, ou feira de consumidores urbanos.

A feira de consumo é uma feira rural na qual mercadorias e serviços são distribuídos nas áreas de acesso difícil, entre as populações rurais com capital limitado. Cada feira é um mercado cíclico que se reúne uma vez por semana, sendo que o dia depende muito da atividade econômica da área que a feira abastece [...] caracteriza-se, historicamente, por uma multiplicidade de camponeses vendendo os seus produtos numa feira central [...] Duas ou três feiras de consumo geralmente formam parte de

¹⁷ MOTT, Luiz. As feiras no Brasil, bibliografia comentada. **Revista de Etnografia**. Porto (Portugal), 1970 (no prelo?), 14 p. (Mimeo.)

uma rede de feiras. A rede completa inclui uma “feira de distribuição” onde os intermediários vão comprar suas mercadorias. A feira-livre e a feira de usina do município de Guaiamu formam uma rede de feiras deste tipo, sendo que a feira maior, a de distribuição, localiza-se na cidade de Arapiraca, distante umas quatro horas de jipe em estrada de chão batido [...] O terceiro tipo de feira, a feira urbana de abastecimento, se realiza em dias específicos da semana como parte de um grande mercado diário. Como um apêndice ao mercado permanente, esta feira é composta inteiramente de varejistas que servem às grandes populações urbanas (FORMAN, 1979, p. 116-124).

É importante salientar que essa classificação proposta por Forman (1979) faz parte de um contexto histórico entre a colonização brasileira e seu processo de modernização. O autor chama atenção ainda para o fato de que “[...] Estes tipos existem simultaneamente, mas não há um fluxo permanente de mercadorias e de pessoas de uma para outra; e tampouco o sistema de comercialização interna do Nordeste brasileiro se limita a estas arenas de trocas” (p. 116). Forman (1979) procura estabelecer as inter-relações da feira com outras formas, a saber:

- a) O mercado, que é um escoadouro diário e permanente de bens e serviços. Visa suprir um grupo predominantemente urbano de consumidores. Em alguns centros urbanos maiores, o mercado permanente estabeleceu-se no local onde se realizavam anteriormente as feiras. Em alguns dias da semana, o mercado aumenta consideravelmente de tamanho com a adição de pequenas barracas nas ruas adjacentes;
- b) Os armazéns, que são instalações de propriedade particular ou operadas pelo Estado, servem para vendas ao atacado, e para guardar mercadorias, sobretudo alimentos. Estas mercadorias acabam sendo em parte distribuídas pelas feiras;
- c) A mercearia, que é um escoadouro de varejo permanente e de bens de capital fixo (isto é, material de construção, equipamentos e de estoque);
- d) A venda, que é um escoadouro rural e pequeno, a varejo, funciona essencialmente na base do crédito, e frequentemente se abastecem nas feiras semanais.

É Válido dizermos que estas formas não são disjuntas das feiras, pois se complementam muitas vezes, ampliando assim as redes de trocas. Um exemplo disso é quando as feiras são instaladas ao redor dos mercados, armazéns, mercearias e/ou vendas. No caso apontado por Forman (1979), existem escoadouros de comercialização que podem ser encontrados na maior parte do Nordeste brasileiro que ligam os camponeses à economia de mercado. Entretanto, Garcia-Parpet (1992) lembra que as feiras instaladas nas usinas de açúcar não levavam os camponeses a um processo de integração à economia de mercado; pelo contrário, acontecia a manutenção da dominação tradicional, pois os *moradores* eram obrigados a vender parte de sua produção ao Senhor de Engenho e a se abastecer na feira (denominada Bacurau), do mesmo Senhor.

Nesse sentido, cotejar aspectos gerais às feiras que procurem apresentar uma definição geral é perder de vista características tão específicas de onde e como acontecem. No entanto, como pudemos observar neste tópico, existem alguns eixos que nos possibilitam enveredar por situações concretas. As feiras marcam ritmos que podem ser representados por vários inícios e fins (desde a produção, circulação e o consumo) na (re) produção social.

Para compreendermos este fenômeno social levaremos em conta os eventos que – por interações – interferem nos resultados, eliminando ou abrindo possibilidades, sendo eles também criados a partir de possibilidades construídas em outras situações sociais. Assim, encadaremos a sociogênese das feiras pelos seus aspectos nos diferentes momentos históricos de sua construção, analisando a transformação dos papéis a elas atribuídos. Isso nos levará as relações de interdependência e reciprocidade intra e entre determinados grupos sociais, nas mais diversas ordens hierárquicas de poder. Especificamente, trataremos da constituição das feiras de Água Branca e Delmiro Gouveia pelas relações entre os senhores de engenhos, fazendeiros de gado, grandes comerciantes, poderes públicos e religiosos, ou industriais (para citar alguns), e o caráter de interdependência com os demais grupos sociais marginalizados, como: posseiros, colonos, vaqueiros, operários, cangaceiros, pequenos comerciantes, feirantes, etc.

2.1.1 A formação social do Alto Sertão de Alagoas e o papel da feira no processo colonizador: conflitos e adaptações

Como apontamos no tópico anterior, a história das feiras no Brasil está diretamente relacionada ao processo de colonização. Segundo Mott (1975), as práticas de feiras adotadas em outros países constituíram uma inovação no Brasil que era desconhecida da população nativa até então, sendo importada daquelas que os colonizadores já conheciam em Portugal. Anteriormente ao tipo de feira estabelecida no estado de São Paulo, que observamos na sociogênese das feiras, a primeira referência ao estabelecimento de uma feira no Brasil data de 1548, quando, no Regimento enviado ao Governado Geral, o rei Dom João III ordenava:

[...] que nas ditas Vilas e povoações se faça em um dia de cada semana ou mais se vos parecerem necessários: feira a que nos gentios possam vir vender o que tiverem e quiserem comprar o que houverem mister e assim ordenareis que os cristãos não vão às aldeias dos gentios a tratar com eles salvo os senhorios e gentes dos engenhos porque estes poderão em todo tempo tratar com os gentios das aldeias que estiverem nas terras e limites dos ditos engenhos. E porém parecendo-vos que fará

inconveniente porém todos os de cada engenho em liberdade para tratar com os ditos gentios segundo forma deste capítulo e que será melhor ordenar-se que uma só pessoa em cada engenho o faça assim se fará (REGIMENTO TOMÉ DE SOUZA, 1548, p. s/n).

Devemos salientar, entretanto, baseado em Mott (1975), que antes do processo de colonização dos portugueses no Brasil, as tribos indígenas realizavam tipos de comércio intertribal. Eles não se baseavam no modelo colonizador, pois esses povos possuíam uma vida simples, fundamentada predominantemente na economia de subsistência, e tinham como única finalidade à satisfação de suas necessidades imediatas. Não havendo, então, motivo para a produção de excedentes e acumulação de riquezas, pois, por motivos culturais, eles desconheciam a propriedade privada. O comércio intertribal se dava de forma muito peculiar, com os grupos delimitando um lugar específico para a troca de produtos, em geral para adorno corporal.

Com a colonização, especificamente no Império brasileiro, o que aconteceu foi a estruturação de um modelo de vida cujo poder se concentrou nos grandes latifundiários, que se fixaram no Nordeste brasileiro com o intuito de sua exploração: na zona da mata e no litoral, com a extração da cana-de-açúcar, principalmente, e no “sertão”, com a criação de gado. Ao apoiar tal iniciativa, essa política de colonização pôs em evidência um processo em que muitas famílias passaram por grandes privações e miséria, sendo exploradas pelos especuladores que possuíam poder econômico e político para determinar as regras do processo a uma massa de trabalhadores. Apesar da política de colonização assegurar a manutenção do latifúndio, esta acabou originando um importante setor camponês, com acesso limitado à terra e a meios precários de produção, fundamentada numa agricultura de base familiar e numa atividade econômica fortemente diversificada. Na verdade,

As primeiras características de nossa sociedade vêm, pois, do ambiente rural. A sociedade que se forma encontra seus alicerces no engenho de açúcar, e com a exploração monocultora da terra introduzem-se a escravidão, como forma de trabalho, e o patriarcalismo, como forma de organização social. São as primeiras características de nossa formação; aquelas que iriam marcar como que a personalidade brasileira, caracterizando-lhe as diversas manifestações de vida tanto psicológica quanto puramente social, tanto política quanto nitidamente cultural. Impregna-se o Brasil de vida rural; e através do tempo, por todo o quadro de nossa formação, não é outro o cheiro que se sente: o da vida rural, o do mundo rural, o do ambiente rural [...] Cada núcleo humano está ligado, através de uma atividade econômica, ao meio em que se implanta. Daí as formas peculiares com que o povoamento se foi fixando através do território brasileiro. Primeiro, os engenhos de açúcar no litoral agrário; depois, as fazendas de criação de gado no mediterrâneo nordestino, nas cidades da expansão do povoamento, que se foi alargando da faixa litorânea (DIÉGUES JÚNIOR, 1964, p. 151-2).

De outra maneira, podemos dizer que ao lado dessas grandes produções que predominaram na paisagem da região Nordeste da conquista portuguesa na América, as

atividades econômicas encontradas neste território colonial não seguiram uma tendência generalizante, já que também existiam nele “muitas unidades trabalhadas por poucos escravos e mesmo com mão-de-obra familiar. Além das diversas unidades com padrão de escravos, igual ao da *plantation*, havia uma produção para o mercado interno”.

Os lavradores livres [...] alguns formavam e entretinham os canaviais em áreas arrendadas ao engenho, com recursos próprios; outros efetuavam essas plantações com o auxílio do engenho, e lavradores havia que, além da cana-de-açúcar, mantinham pequenas roças de milho, de mandioca ou de feijão para sua subsistência. [...] Muitos dos que se dedicavam à lavoura de subsistência vegetavam à sombra da tolerância do senhor de engenho que, deste modo, podia contar com recursos para o abastecimento de sua família e de seus trabalhadores, a pouca distância da casa-grande. Sua presença correspondia a necessidade de produzir a farinha, o feijão, o mel, os ovos, os frangos ou as frutas, em nível pouco acima da economia de subsistência, mas que podia servir de algum modo à comunidade em geral pela troca comercial [...] (AB’SABER et al., 2004, p. 207-208).

A cultura de cana-de-açúcar teve como característica sua permanência em boa parte do período colonial, tanto no tocante à necessidade de grandes extensões de terra, quanto no domínio sobre outras culturas, principalmente as de subsistências. Essas características vão marcar a ocupação das terras do litoral nordestino brasileiro, com ênfase para os estados de Pernambuco, Alagoas¹⁸ e Sergipe, principalmente. Dentre as principais causas desta invasão no território nordestino, podemos dizer que influenciaram as relações socioeconômicas e ambientais até os presentes dias. Na verdade,

Foi na área de mata onde se implantou a economia agrária como base do processo de colonização portuguesa no Brasil. O que aí se encontrou de floresta ou de mata, pelo colonizador, teve utilização fundamental para que pudesse fixar-se uma cultura sedentária como a da cana-de-açúcar. As árvores constituíam, por muitos motivos, uma necessidade para os engenhos: para lenha das fornalhas, para edificações – casa grande, capela, casa de engenho – para o preparo de certas peças necessárias ao engenho, para o fabrico das caixas de açúcar. E sua derrubada abria terreno para plantar-se cana (DIEGUES JÚNIOR, 1952, p. 27).

Além disso, os engenhos também propiciaram uma diferenciação na lida com o comércio, esse encontrava dificuldades de se instalar nos engenhos porque estes eram “auto-suficientes no que se refere à subsistência tanto da família do proprietário, quanto da escravaria” (MOTT, 1975, p. 311). Há de considerar também que os produtos do interior da propriedade eram importados diretamente da metrópole portuguesa, ou comprados na cidade mais próxima e, em último caso, trazidos por alguns mascates.

O comerciante (representado por uma definição variável, pode ser visto na figura do senhor de engenho, fazendeiro de gado, vendedores de couro e mascates) foi uma figura chave no local não somente do ponto de vista econômico. Ele se tornava um “notável” da

¹⁸ O território alagoano constituiu a parte sul da Capitania de Pernambuco até 1817, quando foi desmembrada pelo decreto de 16 de setembro de 1817. Sua ocupação decorreu da expansão para o sul da lavoura de cana-de-açúcar da capitania, que necessitava de novas áreas de cultivo (BUYERS, 2010).

comunidade, como analisou Mendras (1978). Essas figuras eram quem ordenava os preços nos produtos dos moradores, e quem ficava com a maior parte do lucro, que provinha da diferença de preço pago e preço de venda em outras praças, ou seja, já havia desde essa época um desequilíbrio nas relações de poder.

Outra característica desse processo foi a estrutura quase familiar com que a casa grande, senzala e casa de colonos levaram a outros ambientes, especificamente às fazendas de gado do Nordeste que, segundo Freitas (1991), foi introduzida primeiramente no litoral e zona da mata adentrando, posteriormente, o “sertão”. Essas fazendas,

[...] ainda durante o século XVI, partindo de Olinda e Recife, Pernambuco, o criatório introduzido ocuparia varias extensões do litoral entre a Paraíba e Rio Grande do Norte. Daí, adentraram pelos sertões pernambucanos e cearenses. No transcorrer dos séculos XVII e XVIII, a pecuária parte de Salvador, na Bahia, e de Olinda/Recife, Pernambuco, os dois principais centros das colônias da região. Após conquistar a região sergipana, pelo lado da Bahia, foi difundido o curral por todo o vale do São Francisco (em toda sua margem direita), penetrando até o oeste pernambucano. Daí, estendeu-se pelos sertões do Piauí e Maranhão. A expansão pernambucana deu-se por duas rotas de penetração, uma em direção ao sul (contracorrente), percorrendo o vale do São Francisco por seus afluentes (lado direito do rio) o rio Ipanema, Moxotó e Pajeú, e outro, ao norte, percorrendo os cursos dos rios Piranha-Açu, Moçoró e Jaguaribe (FREITAS, 1991, p. 75-79).

Os cursos dos rios foram os principais meios de penetração colonizadora pelos sertões, pois suas margens eram propícias à organização de roças e favoreciam o estabelecimento de “currais” nas fazendas. Esses se davam com uma certa facilidade, pois bastava uma casa simples, coberta de palha. O gado era confinado em currais toscos e ficava aos cuidados de apenas dez ou doze homens. Caio Prado chama a atenção para a origem deste pessoal: “índios e mestiços, bem como foragidos dos centros policiados do litoral: criminosos escapos da justiça, escravos em fuga, de toda a ordem que logo abundam numa região onde o deserto lhes dá liberdade e desafogo” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 45). Na figura dos bandeirantes na história do Brasil, podemos ver, por um lado, esse processo de colonização, a saber:

Figura 2.1 – Fragmento do livro em quadrinhos “os Bandeirantes na história do Brasil”

OS BANDEIRANTES NA HISTÓRIA DO BRASIL

143 Houve três ciclos principais de Bandeiras: o baiano, o paulista e o amazônico. O primeiro foi iniciado no Século XVI pelos castelhanos Bruza Espinosa, que visitou o Peru, e Aspicuelta Navarro, que era jesuíta, continuou com Antônio Dias Adorno, italiano, e Gabriel Soares, que andaram em busca de lendárias serras de prata; encerrou-se com as expedições enviadas pela Casa da Torre, pertencente à célebre família de Garcia d'Ávila, as quais desbravaram os sertões nordestinos até ao Piauí e os povoaram com fazendas de gado.



Vista da Casa da Torre no Século XVIII



144 No segundo, as gentes de Piratininga, de Taubaté e de Mogi das Cruzes, descendo o Tietê ou escalando a Mantiqueira, desvendaram os segredos do sertão. Em 1693, Antônio Rodrigues Arzão, saído de Taubaté, encontrou ouro na região depois chamada Minas Gerais, à vista do pico do Itacolomi, indo dali ter, muito doente, ao Espírito Santo.

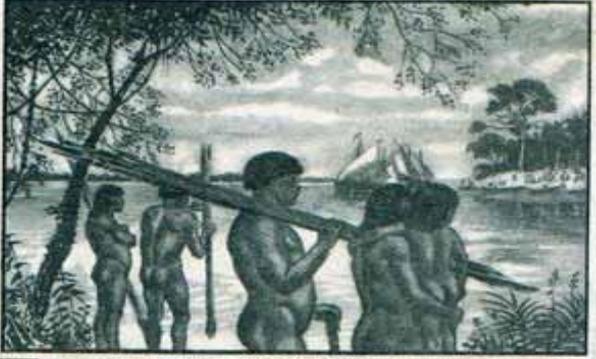
145 Sucederam-se, então, as grandes bandeiras paulistas em busca do escravo índio, do ouro ou dos diamantes, devastando as missões dos jesuítas espanhóis ao sul ou rumando a oeste até as terras que hoje se chamam Mato Grosso. Raposo Tavares em 1628 foi o conquistador dos sertões meridionais. Pascoal Pais de Araújo, em 1674, chegou ao Piauí. Fernão Dias Pais, o Governador das Bandeiras, sete anos percorreu o interior de Minas, onde morreu.



Raposo Tavares *Fernão Dias Pais* *Bartolomeu Bueno e o filho*

146 Seu genro, Borba Gato, desvassou o Rio das Velhas. Garcia Rodrigues Pais abriu as vias de comunicação de Minas com o Rio de Janeiro. Bartolomeu Bueno, o Anhangüera ou Diabo Velho, atingiu Goiás. E, no último ano do Século XVII, Antônio Dias chegava a Ouro Preto.

147 No primeiro quartel do Século XVIII, Pascoal Moreira Cabral e Miguel Sutil achavam ouro em Cuiabá, e o Segundo Anhangüera, Bartolomeu Bueno da Silva, filho do primeiro, ia morrer na pobreza em Goiás, depois de abarrotar de ouro o estribo de Portugal.

148 Ao ciclo amazônico pertencem aquelas ousadas explorações que, na primeira metade do Século XVII, expulsaram holandeses e ingleses de seus fortins na foz do Rio-Mar e, entrando por rio adentro, fundaram Belém, criaram Manaus e, remontando a caudal do Amazonas até Quito, marcaram o mais longo caminho para oeste das fronteiras da Pátria: Francisco Orellana, Francisco de Orellana, Pedro Teixeira.

Na figura 2.1, dos quadrinhos “os Bandeirantes na história do Brasil”, Barroso; Rodrigues (1970) procuram mostrar os três ciclos de bandeiras (baiano, paulista e amazônico) na exploração colonial. No caso específico da Casa da Torre, esta é apontada por parte significativa da historiografia como pioneira e grande empreendedora da conquista dos sertões nordestinos, da Bahia ao Piauí, e que se prestava como símbolo privilegiado para a construção do enredo épico do bandeirismo nordestino, e baiano, em particular, responsável pela dilatação das fronteiras da colônia e pela integração econômica de um vasto território pelos seus currais que iria compor o “corpo” físico da futura nação (PESSOA, 2003). Em dados precisos sobre esse domínio dos Torres, Silva argumenta que:

A Casa da Torre compunham-se de inúmeros sítios, denominação usual das terras arrendadas no Sertão. Nos domínios da Torre são 120 sítios, fazendas ou lugares arrendados, com garantias tais que a expulsão dos ocupantes era rara e moralmente condenável. Estas unidades menores (sítios, currais ou fazendas) no interior da sesmaria, aqui considerada como domínio, eram as empresas produtoras e, deveriam, assim, ser a base da análise do sistema pecuarista, bem como de qualquer outro sistema agrário (SILVA, 1997, p. 121).

Os espaços que compunham a Casa da Torre foram formados por uma variedade de sujeitos, como o vaqueiro e uma larga composição de homens livres que prestavam serviços aos currais e fazendas. É importante dizer que outros agentes realizavam o trabalho de conexão entre os currais-fazendas e as feiras (estas ganharam força como mecanismos de comercialização da pecuária), especificamente podemos situar o passador, condutor das boiadas até as feiras; os tangedores e os guias, homens que asseguravam o contato permanente entre o Sertão e as feiras.

O Sertão, antes povoado pelos índios, aos poucos teve o seu espaço invadido por colonos, que se apossaram de vastas extensões de terra, respaldados pela outorga real, por meio das doações de sesmarias¹⁹. O contexto propiciou a expansão da pecuária, o gado produzido no sertão, passou a suprir a necessidade de consumo dos engenhos, não só para alimentação, mas também, para transporte e força motriz, e da população da Capitania que aumentava consideravelmente.

Foram tempos que propiciaram uma produção socioespacial com muitas lutas dos sesmeiros, posseiros e índios em diversas áreas do nordeste. Como lembra Pires (1990), esses eventos acabaram gerando a chamada Guerra dos Bárbaros, que constituiu-se em um dos maiores conflitos armados do Brasil dos fins do anos seiscentos e inícios do setecentos e que culmina com a extinção de vários povos da região e a conquista dos Sertões para a pecuária.

¹⁹ Lei das sesmarias estava na condição de que seu proprietário teria que cultivar a terra e cuidar do aproveitamento de sua posse para assim consolidar a aquisição do lote (FERLINI, 1988).

Com a expansão da pecuária, o fluxo gerado pelas tropas de gado no interior nordestino permitiu a formação de pequenos aglomerados populacionais para onde convergiam os pequenos agricultores com suas produções, a fim de trocarem por outros produtos bens e ou mesmo se disponibilizar como mão-de-obra, o que terminou por estabelecer em cada um desses locais uma praça de mercado (DEFFONTAINES, 2004). E são dessas praças comerciais formadas a partir do comércio do gado que surgem as feiras livres, importantes elementos para o desenvolvimento das cidades. Caso também observado na região do alto sertão alagoano, na feira de gado de Várzea do Pico, em Água Branca, que além do negócio com o gado, funcionava também uma espécie de mercadão com feirantes comercializando outros produtos.

A construção desses espaços e atividades contribuiu para um Patriarcalismo que apresentou peculiaridades em função dos quadros regionais e das diferenças de abordagem entre distintos autores (Gilberto Freyre²⁰ e intelectuais contemporâneos como Capistrano de Abreu²¹, Pedro Calmon²², Oliveira Vianna²³), mas o Patriarcalismo e o paternalismo da Casa Grande teriam grande semelhança com o Patriarcalismo da Fazenda de gado, caracterizado pelo profundo apego à hierarquia, à obediência, ao mando dos grandes potentados locais; o paternalismo dominador do Senhor de Engenho teria um similar nas expressões do patriarcalismo dos velhos bandeirantes e fazendeiros distantes da zona da mata pernambucana; ao paternalismo do Engenho, dissolvente das rígidas hierarquias da escravidão através do convívio íntimo entre senhores e escravos (especialmente escravas), corresponderia ao suposto igualitarismo da pecuária, que colocaria os fazendeiros e seus vaqueiros num suposto plano de igualdade nas partilhas das crias, que possibilitaria a esse último, se sua coragem e disposição permitissem, chegar à condição do primeiro.

Nesse sentido, os emaranhados de relações entre Engenho e Pecuária alinhavados pelo Patriarcalismo colaboraram para estabelecer também certos tipos de relações mercantis para além da exportação, chamados de outros vínculos econômicos, que deram lugar a uma economia doméstica consideravelmente articulada.

Complementando e tornando possível este comércio (externo) [...] havia um movimento interno de charque e de outros alimentos, peles e outros produtos mercantilizáveis, em fluxo que ocupava somente um lugar modesto nas estatísticas coloniais, mas que, no entanto, serviu, ainda que de modo pouco visível, para articular justamente aquelas regiões que a produção para exportação parecia isolar

²⁰ Ver Gilberto Freyre em “Casa-Grande e Senzala” (1995) e “Sobrados e Mocambos” (2004).

²¹ Ver Capistrano de Abreu em “Capítulos de História Colonial & Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil” (1982).

²² Ver Pedro Calmon em “História do Brasil” (1965) - vols. I, II, III, IV e V.

²³ Ver Oliveira Vianna em “Populações Meridionais do Brasil” (1987).

umas das outras. Morse²⁴ (1962, p. 168, apud FORMAN, 1979, p. 33).

A colonização portuguesa no Brasil se baseou, desde os seus primórdios, no desenvolvimento, por um lado, de dois tipos de agriculturas: uma comercial de exportação (açúcar para o mercado europeu), estabelecendo assim uma economia de *plantation* com força de trabalho originalmente fornecida por grandes contingentes de escravos africanos e, mais tarde, por homens livres vinculados à *plantation*, pelas mais diversas formas de contratos de arrendamento. O outro tipo de agricultura esteve relacionado à busca pela manutenção de camponeses que, de certa forma, comercializavam o excedente no mercado local, seja diretamente ou por meio de atravessadores.

Por outro lado, ora como suporte ou como atividade econômica peculiar para otimizar a produção do açúcar e demais arranjos, a pecuária se manteve em constante produção na Província do Sul de Pernambuco, posteriormente denominada Alagoas, desde o período colonial: a necessidade de “carne verde” para o abastecimento da população litorânea, além da utilização de bois para força motriz nos engenhos, fez com que a procura pelo gado bovino alcançasse sempre uma produção crescente. Essa pecuária era também composta de gado cavalariço e mular – este último muito procurado e valorizado no transporte de mercadorias pelo sertão.

No caso do Sertão Alagoano, especificamente do território de Água Branca que fez parte até o século XVII das sesmarias de Paulo Afonso (BA) e a ele compreendiam também os atuais municípios de Mata Grande, Piranhas e Delmiro Gouveia²⁵, observamos um desdobramento do modelo de colonização proposto ao sertão nordestino. Provavelmente, datam de meados do século XVIII os primeiros indícios de seu povoamento, com a chegada do capitão Faustino Vieira Sandes, ancestral dos Torres, procedente de Itiúba, localidade à margem do São Francisco, atualmente Porto Real do Colégio. Tendo se fixado ali em função dos terrenos próprios para a exploração agrícola e a pecuária, o capitão acabou se tornando tronco de tradicional família aguabranquense.

Com o estabelecimento destes novos sujeitos no Alto Sertão de Alagoas, observa-se uma maior exploração da região, conforme lei de sesmarias. Esse modelo de posse foi distribuído somente a uma pequena parcela da população, denominados de donatários, amigos e prestadores de serviço à Coroa. Os donatários e concessionários tinham o direito de repartir e distribuir parcelas desses territórios a outros que lhes interessasse ou para viabilizar o

²⁴ MORSE, Richard. Some themes of Brazilian history, *South Atlantic Quarterly*, 61:2, 1962.

²⁵ Vale salientar que essa região pertencia, no século XVII, a um imenso latifúndio cujo domínio era exercido pelos senhores da Casa da Torre e da Casa da Fonte (PESSOA, 2003).

aumento da exploração. Salientamos ainda que esse período colonial perdurou até o final do século XIX.

Como veremos a seguir, apesar da trajetória da organização territorial proposta no modelo de colonização portuguesa no Brasil, a situação econômica do Alto Sertão Alagoano apresenta algumas peculiaridades, como: a) a fertilidade de seu solo, que permitiu o desenvolvimento da pecuária e várias culturas agrícolas, como: a cana-de-açúcar, o algodão e a mandioca, dentre outras; b) sua posição estratégica como ponto de descanso entre províncias foi fator determinante para que florescesse o comércio. Além destas duas grandes explorações, existiram também; c) pequenos estabelecimentos que se desenvolveram diante dos empreendimentos comerciais maiores orientados para a exportação, como é caso específico da feira que vai servir como espécie de escoamento da produção local e dos produtos trazidos pelos viajantes.

Uma vez que muitos destes pequenos estabelecimentos eram pertencentes ao mesmo tronco familiar, as relações de parentesco eram também formas de cimentar as sociabilidades e estimular o apoio mútuo. Os casamentos e as novas alianças eram celebrados entre as famílias, efetivando relações sociais e preservando formas de reciprocidade. Desse modo, as famílias construía lentamente o interconhecimento, as afinidades, as novas possibilidades de alianças locais e as regiões de parentesco nas comunidades rurais. Neste sentido, é preciso entender que são diversas as maneiras que a sociabilidade se assegurava e se recriava. Além da religião e dos laços de parentesco compartilhados, afiançava a vontade de construir uma nova vida nesse território.

2.1.2 As feiras e a constituição dos povoados/cidades

Vimos que a constituição de povoados está diretamente relacionada às trocas comerciais, no caso dos territórios de Água Branca e Delmiro Gouveia, isso não foi diferente. Na verdade, as praças de comércio foram se constituindo de forma muito próximo a expansão desses povoados/cidades. A vila de Água Branca foi criada pela resolução nº 681 de 24 de abril de 1875, desmembrada da Mata Grande. Através da Lei nº 805, de 02 de junho de 1919, a vila foi elevada à categoria de cidade. Já o povoado Pedras, que pertencia a vila de Água Branca, foi elevado à categoria de município, com a denominação de Delmiro Gouveia, pela lei 1628, de 16 de junho de 1952.

Nesses territórios, observamos que existe uma inter-relação, de uma forma ou outra, entre eles e entre o campo e a cidade, se levarmos em consideração as inúmeras concepções de urbanidades e ruralidades brasileiras. Dentre elas, a de Veiga (2002), que em suas análises apresenta a perspectiva de um Brasil menos urbano que se calcula se utilizarmos critérios mais comumente usados internacionalmente. Porém, mais do que uma preocupação meramente contábil, seu objetivo é apontar para “a necessidade de uma renovação do pensamento brasileiro sobre as tendências da urbanização e de suas implicações sobre as políticas de desenvolvimento que o Brasil deve adotar” (p. 31).

O autor procura demonstrar que o tema da urbanização e suas implicações na compreensão do processo de desenvolvimento de uma parcela do país, considerada urbana, estão permeados pelas dinâmicas econômica, social, política e cultural das ruralidades brasileiras. Para compreender seus argumentos, é preciso observar que o rural não pode ser identificado exclusivamente como aquilo que está fora do perímetro urbano dos municípios brasileiros, muito menos com as atividades exclusivamente agropecuárias.

Não iremos fazer um resgate histórico de todas as relações entre cidade e campo nos mais variados territórios. A discussão a ser apresentada está diretamente relacionada aos itens anteriores, no que diz respeito à influência rural, de uma sociedade diretamente ligada à natureza, sob as cidades do Nordeste do Brasil. Um primeiro ponto a ser destacado é que, como lembra Diégues Júnior (1964), “nem a experiência holandesa de vida urbana no Recife, nem Salvador, sendo sede do governo geral e, depois, do vice-reinado, chegaram a constituir um meio urbano devidamente caracterizado ou permanente” (p. 153). Há de se considerar, porém, que:

As idéias de vida urbana no Brasil parecem fora de dúvida terem surgido com os holandeses no Recife. O domínio flamengo foi um domínio urbano, em tremendo contraste com o mundo rural que então sustentava a capitania Duarte. Implantaram-se os holandeses numa área que eles tornaram cidade, dando-lhe vida urbana. Contudo, não se fixaram com as raízes que seria de esperar, pois o grude mesmo, o que prendia, vinha dos alicerces rurais. Foi, dentro do quadro brasileiro de então, uma experiência esporádica; não seria difícil, por isso mesmo, o fracasso da experiência urbana do Recife: experiência, alias, restrita ao Recife, e nem mesmo alongada a outras partes do Nordeste, igualmente sob domínio neerlandês (DIÉGUES JÚNIOR, 1964, p. 153).

Por este viés, do contato com a experiência rural, Forman (1979) diz que o camponês do Brasil colônia vivia em pequenas vilas, povoados e cidadezinhas, em aglomerações espalhadas pelo vasto interior do país. Ali os camponeses reconheciam a autoridade do padre, prestavam suas homenagens aos santos, e ofereciam trabalho e fidelidade a algum membro da classe proprietária, em troca de uma parcela de terra para cultivo. Historicamente, eles eram os mesmos seres dependentes. Sobre isso, nota Forman:

O camponês do Brasil colonial estava organizado em regimes familiares que produziam colheitas comerciais para o mercado exportador e gêneros alimentícios para consumo doméstico vendendo os seus excedentes em feiras locais e suplementando sua renda através de uma variedade de ocupações artesanais [...] Desde os primórdios da colonização o camponês brasileiro tem sido um vendedor de gêneros alimentícios em feiras locais [localizadas, seja] na fazenda vizinha, na cidade mais próxima, e mesmo nas cidades costeiras em crescente desenvolvimento (FORMAN, 1979, p. 44-6).

Na verdade, podemos considerar que cada região onde se encontravam os vários núcleos de povoação possuía características diversas de inter-relação entre o campo e a cidade, o que marcava as particularidades das Capitânicas. Ou seja, analisando as várias regiões coloniais enquanto partes distintas de um mesmo todo que era o Império Português, pode-se observar, pelas análises de Forman (1979), perspectivas que as diferenciavam entre si. Além disso, é importante destacar que esses processos de aglomerações ganharam maiores contornos a partir do século XVII, a saber:

[...] a mais antiga e primeira vila instalada oficialmente na “América Portuguesa” foi a de São Vicente em 1532, pelo donatário da Capitania de mesmo nome, Martim Afonso de Souza. Ainda segundo o autor, ao final do século XVI foram fundadas pelo menos quatorze vilas e três cidades espalhadas pelas Capitânicas existentes na colônia portuguesa da América. Já no século XVII essa quantidade saltou para cinquenta e uma vilas e sete cidades, e até o ano de 1720, mais dezesseis vilas e uma cidade foram somadas aos números do seiscentismo (AZEVEDO, 1956, p. 11).

No caso do Alto Sertão Alagoano, com sua terra fértil, logo a família Vieira Sandes começou o plantio de lavouras e a criação de gado. Como salientamos antes, a criação do gado teve uma importância fundamental para a ocupação territorial e para a fixação da população no interior do Nordeste, assim como para criação de feiras e a origem de algumas cidades. Nas palavras de Câmara Cascudo: “os velhos ‘currais de gado’ foram os alicerces pivotantes das futuras cidades. As fazendas coincidem como denominadoras das regiões povoadas.” (CASCUDO, 1970, p.84). Ao lado delas, estão também os engenhos de cana-de-açúcar como responsáveis pela expansão do território de Água Branca. Um registro desse tipo de ocupação sócio-espacial pode ser visto na figura 2.2,

Figura 2.2 – Moagem da cana-de-açúcar, Água Branca - AL

Fonte: Livro terra das Alagôas, 1922.

A figura 2.2 faz parte do livro “Terra das Alagôas”, publicado pela Roma Editori Maglione & Strini, succ; de E. Loescher, 1922. Ela representa a moagem de cana-de-açúcar em Água Branca, nos anos 1910.

É importante salientar que até a cana-de-açúcar, que era típica do litoral, foi cultivada no alto sertão, gerando a implantação de engenhos de rapadura, que duraram vários anos, restabelecendo-se no século XX. Segundo Oliveira (2006), já existiram em Água Branca até 147 engenhos de produção artesanal.

Segundo depoimentos de agregados de fazendeiros, “*os senhores dessas áreas*” costumavam compartilhar o leite, algumas carnes e animais com os agregados, e algumas “proteções sociais” sem obrigação de pagamento, em moeda, mas por meio da prestação de serviços e obediência. Nessas mesmas fazendas, produziam-se pequenas roças, ou outras formas de produção, utilizando para isso a característica de reciprocidade assimilada por relações de poder entre patrões (proprietários) e camponeses.

Zezinho, por exemplo, agricultor feirante de Água Branca, 76 anos, contou-nos que seu avô era um “homem livre” que tangia o gado até a feira da Várzea do Pico. Nessas andanças começou a trabalhar para o Barão de Água Branca, Joaquim Antonio de Siqueira Torres, exercendo, além da posição de boiadeiro do gado, também a atividade do corte da cana-de-açúcar e cultivo de outros alimentos, como o feijão e macaxeira. Vale destacar que essa última servia tanto para manutenção familiar quanto para, de vez em quando, comercializar na feira local, que seu avô conhecia muito bem, desde as andanças com o gado até ela.

Salienta ainda, seu Zezinho, que sempre ouvia histórias do seu avô engrandecendo sua condição de vida e de sua família depois de ter ido morar “*nas terras do Barão*”. “*Dizia que se sentia mais protegido ali, porque passou a cultivar mais produtos e as coisas ficaram mais perto, inclusive para levar a família à missa*”. Este aspecto é importante para dizer que a fé católica ganhou representatividade nos grupos que estavam ganhando forma na região da

Várzea do Pico, isso aconteceu com o apoio da família do Barão.

As missas representavam maneiras de interagir localmente com os grupos de vizinhos, parentes e amigos. Com a ampliação dessas interações, de tempos em tempos, os agentes de diferentes categorias sociais se organizavam, cada um a sua maneira, junto aos representantes da religião, para reformar as capelas, restaurar os salões ou capitéis. As diferentes capelas no interior das comunidades foram ampliadas ao longo dos anos, quando as comunidades cresciam em população.

Para se ter uma idéia, em 1770, foi contruída a primeira Igreja (Nossa Senhora do Rosário) a mando do Major Francisco Casado de Mello, no centro de um triângulo de três comunidades: Olaria, Várzea do Pico (onde na época já funcionava um pequeno comércio em bancas de madeira, conhecido pela população como mercadão e a feira de gado) e Boqueirão. Aos demais sujeitos, cumpriu-se o dever (religioso e de mando do patrão) de erguer a construção. É importante dizer que essas construções perduram no espaço do município de Água Branca de forma significada pelos sujeitos contemporâneos, como podemos observar na preservação de suas estruturas, pela figura 2.3,



Os detalhes na figura 2.3 foram fotografadas em abril de 2010. Como dissemos acima, esta capela de Nossa Senhora do Rosário foi construída antes de 1770, para satisfação da família Sandes e de seus compadrios e subordinados, como resgatado na fala de Zezinho.

Construções semelhantes, muitas vezes bem mais ornamentadas (igrejas setecentistas), podem ser encontradas em vários lugares do Brasil, principalmente em Minas Gerais.

Destarte é válido dizer que o Barão de Água Branca, Joaquim Antonio de Siqueira Torres, com sua segunda esposa, Joana Sandes, tiveram um filho que tornou-se padre (Cícero Joaquim de Ciqueira Torres) e vigário de Água Branca. Isso pode ter, inclusive, relação com uma carta enviada pelo Barão ao irmão, também padre, Alexandre de Siqueira Torres. Nela, o Barão de Água Branca relata que na sua sesmaria deve ser feito um trabalho de catequização, pois ali existiam muitos *gentis* que precisavam se catequizar.

Em 1º de julho de 1864, foi criada a freguesia Nossa Senhora da Conceição, nesta foi construída uma igreja com o mesmo nome. Em abril de 1875, o povoado foi instituído à vila de Água Branca. E de acordo com a resolução nº. 805, desmembrou-se do município de Mata Grande. Somente em 02 de junho de 1919, a vila passa a categoria de cidade de Água Branca. A participação desses sujeitos como fiéis dessa religião é observada na preservação de suas estruturas e inserção nos rituais festivos, como podemos notar nas imagens desses espaços, pela figura 2.4:



No detalhe 1 da figura 2.4, cedida pela prefeitura da cidade de Água Branca, foi tirada em 1910; o detalhe 2 e 4 deste painel faz parte do acervo particular do autor e traz o estado de

conservação da igreja, bem como o trânsito de pessoas no dia de feira; no detalhe 3, cedida por uma feirante agricultora durante a pesquisa de campo, em julho de 2010 representa o batizado de uma filha de feirante, realizado na década de 1980. Essa igreja foi construída em 1871, a mando do Barão de Água Branca e entregue aos fiéis em 1876. A sua arquitetura foi influenciada pelas igrejas de Salvador da Bahia, a primeira capela do povoado era, naquela época, subordinada a diocese de Penedo.

Observamos, nesse sentido, que a família Vieira e Sandes continuou explorando a região, agora com os Barões Joaquim Antônio de Siqueira Torres e suas esposas Gertrudes Vieira Sandes (primeira esposa) e Joaquina Vieira Sandes (segunda esposa e irmã da primeira). Por muito tempo a família dos Torres comandou econômico-politicamente a região, dentre elas, Delmiro Gouveia, antigo povoado Pedra (nome motivado pelas grandes rochas existentes no lugar). A forma de controle dessa família pode ser observada, inclusive, em suas imagens por eles projetadas, a citar a figura 2.5,

Figura 2.5 – Família do Barão de Água Branca - AL



Fonte: acervo da família da Baronesa de Água Branca, 1917.

A fotografia da figura 2.5 pertence ao acervo da família do Barão de Água Branca. Nela estão presentes 22 pessoas, filhos e netos do Barão, bem como uma “criada” que cuidava das crianças e tem como pano de fundo o Casarão da família. Podemos observar uma relação de hierarquia entre homens e mulheres, pois os filhos estão em um degrau mais elevado do terraço da casa, exceto a “criada” que está segurando as crianças (demonstrando sua posição no interior da família) e representando a subserviência, trabalhando até mesmo no momento da fotografia. Além disso, notamos entre as crianças, uma negra, ela representa as relações de

proximidade que foi se estabelecendo entre Senhores e escravos, analisado por Gilberto Freyre, no livro “Casa-Grande e Senzala” (1995).

A família Vieira Sandes também esteve envolvida com a instalação de um tipo de feira no povoado. Como dito, em 1770, já existia um espécie de feira de gado e um mercadão. Ao longo do tempo, a praça de comércio e o mercadão passaram a se chamar feira e ficavam localizados no povoado Várzea do Pico; as pessoas que moravam em outros povoados e sítios caminhavam horas e horas para chegar a esse local. Lá comercializavam e compravam gados e outros produtos, além de fortalecer os laços e conflitos sociais. Essa feira se ampliou com os encontros entre viajantes, mercadores, agricultores, missionários, comboieiros, aventureiros, e todos que habitaram e que, de alguma forma, contribuíram para a construção e transformação do lugar.

Embora tenha se ampliado a participação de grupos sociais na feira, essa ainda se prendeu aos interesses dos senhores de engenho e fazendeiros de gado da região. Pois como lembra Garcia-Parpet (1977), em seu estudo em Pernambuco, as relações de dependência personalizada estruturaram o espaço social rural e isolaram os trabalhadores que lá residiam dentro das grandes propriedades, limitando-os às atividades da cidade, inclusive nas feiras semanais.

Apesar de uma certa auto-suficiência dos latifundiários e da limitação da participação dos seus agregados na comercialização de suas plantações e criações, observamos a mediação desses senhores no fluxo de produtos entre regiões, especialmente: a massa de mandioca, couro de gado, rapadura e mel de engenho, e as frutas tropicais; principalmente para Pernambuco e Bahia, através do rio São Francisco. Esse rio escoava a produção local e desembarcava sal, peixe seco e outras tantas mercadorias, vindas de várias regiões. Comboieiros e mercadores utilizavam muares para o transporte desses produtos para o litoral e demais regiões do sertão.

O fluxo maior de pessoas transitando e se estabelecendo no Alto Sertão Alagoano possibilitou a transferência da feira da Várzea do Pico para a freguesia de Água Branca e também para a criação de uma feira no povoado Pedra, localizada próxima à estação da estrada de ferro da então Great-Western, no centro do povoado. Um pequeno grupo de feirantes começou a se instalar nesse espaço, iniciando a vida corrida de muitos que se faziam em duas ou mais feiras daquela região.

A frequência de pessoas na feira do povoado Pedra ganha intensidade com o processo de industrialização trazido pelo empreendedor Delmiro Gouveia. Esse chega à Água Branca em novembro de 1902, instalando-se em uma fazenda ligada ao povoado Pedra, em 1903.

Esse visionário decidiu se instalar no povoado por sua posição geográfica, em plena zona criadora dos sertões, e na confluência de quatro estados – Alagoas, Bahia, Sergipe e Pernambuco, o que favorecia o desenvolvimento do seu negócio (comercialização do couro de gado); e pela facilidade do transporte dos produtos a adquirir e adquiridos pela estrada de ferro Piranhas-Jatobá (MARTINS, 1979).

Em meio às transformações ocorridas no *Sertão*, de um lado pelo seu povoamento e do outro, pela concentração de terras e as formas como eram conduzidas as relações econômicas e políticas, inclusive a seca e suas representações, toma forma na região o movimento cangaceiro. Para Queiroz (1986), “o cangaço independente começou, principalmente devido a um período de marasmo econômico para as populações do Nordeste que estava ligado às circunstâncias específicas de seu próprio meio”. Quer dizer, a maior parte da população via-se confinada aos seus próprios recursos (quase inexistente), pois o meio exterior nada lhes oferecia, mesmo recorrendo a complementações ocupacionais e financeiras fora dele (Nordeste).

Em 1897, surge o primeiro cangaceiro importante na região, Antônio Silvino. Ele ficou conhecido como bandido cavalheiresco, que respeitava e ajudava muitos, atuando durante 17 anos nos *Sertões* de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Em meio a essa turbulência, surge o mais importante de todos os cangaceiros e quem mais tempo resistiu (cerca de 20 anos) ao cerco policial: Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, também chamado rei do cangaço e governador do *Sertão*. Salientamos ainda que este movimento tomou uma forma complexa, inclusive com a inserção da mulher, a partir de 1930. Especificamente com a companheira de Lampião, Maria Bonita, e depois vêm outras que se aliam ao bando (VAINSENER, 2009).

A representação social deste movimento se (re) atualiza de acordo com o momento histórico. Para se ter uma idéia, remetemo-nos a Sara, feirante agricultora que mora na cidade de Água Branca, ela guarda com muito cuidado o livro infantil de Prieto “Terra - Lampião e a Baronesa” (2002), dizendo que nele está a história de sua parente “Dadá” e de “sua gente”. Em um trecho do conto, intitulado “Corisco e Dadá”, Maria Bonita e Dadá defendem uma moça que apanhava do marido. O bando está numa feira e a moça aparece pedindo socorro às cangaceiras. Maria Bonita olha compadecida para a moça e a protege do marido que vem chegando. Como o peão não levou a sério a afronta de Maria por ela ser mulher, e ainda a desrespeitou querendo beijá-la, ela o esfaqueia no meio da feira, o faz dançar “na marra”, atirando perto de seus pés e leva a moça para juntar-se ao bando. Maria e Dadá mostram que “mulher que é mulher, merece respeito”.

[...] Moço não vou lhe contar a maravilha que é minha família, não. Vou é mostrar uma coisa muito importante sobre quem foi mesmo minha família. Veja, consegui comprar aqui na feira um livro muito importante que traz essa história [...] minha mãe sempre contava quem era Dadá e que estava no nosso sangue ser guerreira, porque mulher que é mulher merece respeito, sempre aprendi isso e vou continuar mostrando para os outros. Isso é muito importante moço, é a nossa gente que está registrada no papel, agora imagina quantas pessoas já leram esse livro? (Sara, feirante de Água Branca, 48 anos)

Questionada se teria lido as demais estórias do livro, Sara diz que sim, e outra que tinha lhe chamado atenção era o conto intitulado “Lampião e a Baronesa”. Nele, a autora procura mostrar uma história do Lampião generoso, que salva uma família de comerciantes da falência, protegendo-a da maldade da baronesa, que vivia insatisfeita por não ter casado com o filho do comerciante. Apresenta-nos o “defensor dos pobres”, “o melhor vaqueiro do sertão”, o “Robin Hood” do sertão.

Nesse sentido, observamos que esse movimento tem uma significação que ultrapassa seu contexto sócio-histórico, pois os sujeitos fazem seu resgate, de uma maneira a mostrar a identificação que têm para com aquele movimento, no sentimento de constituição identitária. Para Queiroz (1986), em “História do Cangaço”, é necessária uma posição relativa ao imobilismo dos *sertões*, pois a área do *sertão* “não pode ser considerada simplesmente como um lugar adormecido”. Ao contrário, tanto os grupos de cangaceiros como os movimentos religiosos que passavam por aquelas terras eram a prova de que houvera um incessante processo de mudança, na demografia, na geografia, na sociabilidade, ainda que lá se mantivesse uma estrutura familiar e política conservadora, estas não excluía a existência de mudanças.

Por esses vieses, podemos dizer que as mudanças no alto *Sertão* foram visíveis, não somente pelos ângulos dos movimentos cangaceiros, mas também pela chegada de novos exploradores; ou mesmo com a expansão das feiras que permitiam a entrada de mais agentes sociais e serviam de elo entre os vários tipos de campos e cidades, demonstrando suas formas de expansão e atuação nestes territórios (as feiras são espaços de manutenção de poder). Entretanto, há de se considerar que no meio dessas mudanças resistia o poder das fazendas dos donatários, por meio da conquista e manutenção do território, seja através do conflito com os povos que lá residiam, ou pelas relações econômicas e políticas entre os detentores de poder. A fazenda foi, no período colonial, um:

[...] verdadeiro núcleo da ocupação humana e do povoamento, mais importante que as sedes de vila. [...] Foi núcleo demográfico como foco de relações étnicas; foi núcleo social como ambiente em que se desenvolveram as relações sociais com base na unidade familiar; foi centro político como originário dos chefes de grupo ou de clãs, de líderes políticos; foi comunidade cultural como ambiente em que decorreram os processos transculturativos [...] (DIÉGUES JÚNIOR, 1976, p. 121-2).

O capitão Richard Burton, em sua viagem pelo rio São Francisco, em 1867, também observou a associação entre os termos fazenda e povoação. Segundo ele, aquilo que o engenheiro Hafeld chamava de povoações, por ocasião de sua viagem, entre 1852 e 1853, os barqueiros chamavam de fazendas. As palavras na região, conforme sua observação, eram “quase sinônimas”, e as fazendas seriam “centros de criação de gado ou agricultura, muitas vezes com uma capelinha e meia dúzia de casinhas, pertencentes a outros tantos condôminos” (FORMAN, 1979).

Fazenda, portanto, e por vezes sítio, podia indicar tanto a propriedade de um único dono, como está ligada a um pequeno ajuntamento de casas onde viviam algumas famílias diferenciadas ou ainda os membros de uma mesma família, considerando a parentela mais ampla. Era comum acontecer entre a gente do alto sertão alagoano, na medida da ocorrência dos casamentos dos filhos e filhas, a formação de outras unidades familiares. Essas novas unidades foram se estabelecendo nos arredores de onde residiam os pais de um ou outro cônjuge.

Portanto, os núcleos urbanos do interior que desejavam manter e expandir seus interesses também serviram para interligar o interior ao litoral, escoando a produção para os portos. Organizando assim um sistema de cidades que procurava responder às necessidades dos núcleos de administração colonial, para, dessa forma, aumentar seu poder local. Este tipo perdurou também na política do Brasil republicano.

Favareto (2007) chama esse processo de uma relação de dominação da cidade sobre o campo, com a primeira impondo a força da autoridade e da lei e, do ponto de vista econômico, extraindo na forma de produtos ou impostos parte da produção realizada no campo. O autor lembra ainda que esse tipo de relação foi totalmente diferente da história do Velho Mundo, onde as cidades surgiram como centros para atender as demandas do meio rural – lugar de fabricação de utensílios, de fornecimento de serviços e entreposto comercial –, até o momento em que a Revolução Industrial colocou fim “à tirania da distância e da agricultura”, permitindo às cidades tomar o poder político e militar das mãos dos donos do campo (FAVARETO, 2007).

Destarte o viés diferenciado das formas de transformação das relações entre cidade e campo no processo de colonização brasileira apontadas, importa-nos atentar para os mecanismos engendrados nessas estruturas, principalmente o rumo que tomaram para mudar ou se manter nas estruturas ora propostas. Pensando nisso, trataremos especificamente, no próximo tópico, dos avanços e recuos dentro e entre campos e cidades e suas mais variadas formas de inter-relação com as feiras.

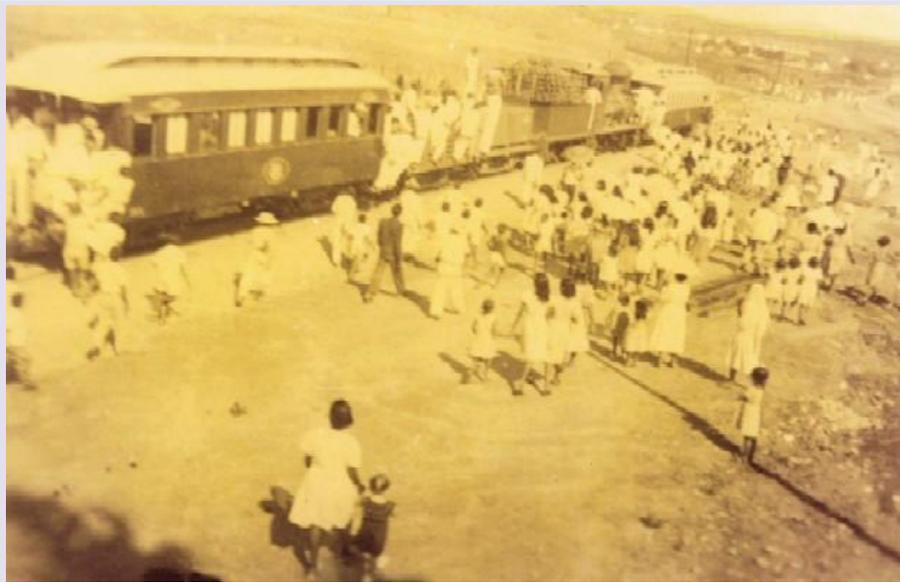
2.1.3 As interações das feiras com os processos de modernização de Água Branca e Delmiro Gouveia

Os núcleos urbanos de Água Branca e Delmiro Gouveia, que ascenderam no último século, foram beneficiados pela construção das estradas e das ferrovias que começaram então a desenvolver formas variadas de comércio, tanto pelas feiras locais quanto pela exportação de produtos. Esses fatores atraíram grandes fazendeiros e comerciantes que precisavam dispor da infraestrutura de transportes para vender e comprar.

A formação de um grupo crescente de agentes sociais, como pequenos comerciantes e feirantes; grandes criadores de gado e agricultores; indústria que beneficiava algodão, couro, cana-de-açúcar e alimentos; juntamente com o fortalecimento da administração pública federal e estadual, trouxe para algumas cidades do alto sertão uma porção de profissionais liberais – médicos, engenheiros, advogados e outros bacharéis – que vão ganhando prestígio e influência sobre a vida política e social local. A maior oferta de trabalho, durante todo o ano, para além da agricultura e pecuária desenvolvidas no entorno do núcleo urbano, aconteceu no comércio, na armazenagem, na indústria, no transporte, na manutenção de equipamentos e no beneficiamento de alguns produtos agrícolas, possibilitando trabalho durante todo ano. Além disso, a intensificação destas inter-relações possibilitou também uma expansão das feiras que se tornaram elementos preponderantes para a construção do território do alto sertão alagoano.

Podemos dizer então que a inauguração da ferrovia foi um dos acontecimentos que trouxe mudanças para o alto sertão. Com a ligação de Piranhas a Jatobá (atual Petrolândia-PE), em 1881, pela linha férrea, houve tanto a possibilidade de maior fluxo comercial, como inserção de novos agentes que começaram a modificar seus hábitos, absorvendo as inovações, tanto tecnológicas quanto culturais. No entanto, o tráfego, nesse trecho da ferrovia, encerrou em 08 de junho de 1964, por ter sido considerado, pelo governo Castelo Branco, de alto custo e não trazer ganhos econômicos. Para além das questões econômicas e políticas trazidas com a permanência daquela linha, observamos na figura 2.6, a expressão social e cultural que ela anunciava:

Figura 2.6 – Pessoas próximas ao trem indo para feira de Delmiro Gouveia - AL



Fonte: acervo do Museu da Pedra, década 1960.

A figura 2.6 é uma fotografia que faz parte do acervo do Museu da Pedra, localizado na antiga Estação Pedra. Essa imagem retrata o movimento das pessoas e do trem no amanhecer de um dia de feira na cidade de Delmiro Gouveia, no início dos anos 60. Nela estão presentes homens, mulheres e crianças interagindo em um espaço público. Também podemos visualizar pessoas em trajes feitos pelos tecidos da Fábrica da Pedra. O trem passava dentre os dias, da feira e trazia cereais, peixe e verduras. Além de manter a necessidade de permanência do fluxo do trem com o transporte de mercadorias, a feira permitia aos seus frequentadores o contato com aquela máquina.

Eu morava na vila operária e para chegar à feira era necessário passar entre um carro e outro do trem, pois quando estacionado ele se estendia longamente, fechando a passagem normal para os carros e transeuntes. Para nós e os matutos dos sítios de Água Branca aquilo era atrativo, víamos os homens alimentando a fornalha com lenha ou carvão; a máquina funcionando, as válvulas chiando deixando escapar o vapor; de vez em quando um apito que nos surpreendia, e no susto uma carreira ou uma risada para disfarçar o susto. (John Scott, frequentador da feira de Delmiro Gouveia, 72 anos,)

Quando eu era garoto, morando na rua Rui Barbosa, nos dias de feira já via cedinho passarem os matutos que vinham de Água Branca com seus animais carregados de frutas das mais variadas. Água Branca, privilegiada pelo clima, era verdadeiro celeiro para aquela região, dando muita manga, banana, laranja, goiaba, verdura, além do saboroso mel de engenho, rapadura, alfinim e o famoso mal casado. Pelo trem chegavam da região de Piranhas, muito peixe e verduras. (Paul Stich, morador de Delmiro Gouveia, 69 anos)

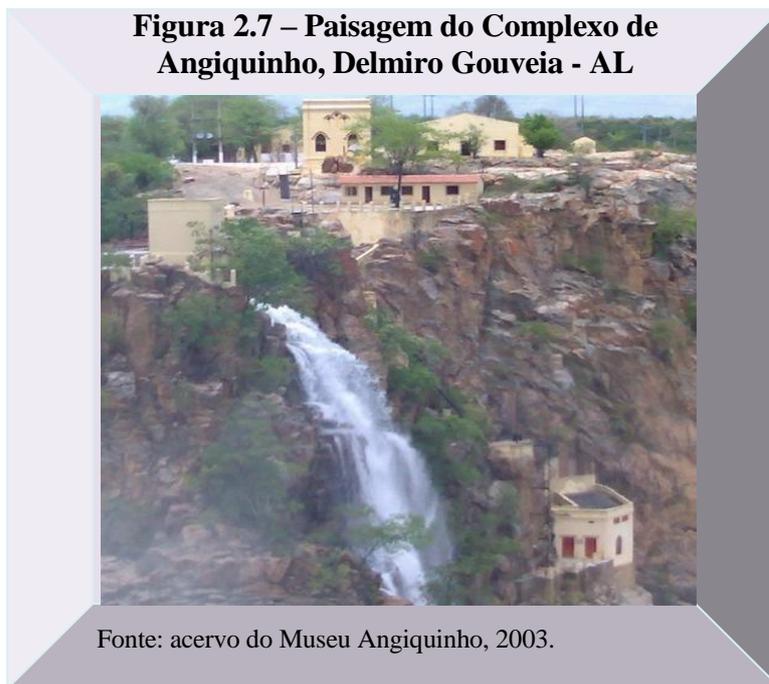
É importante que possamos compreender a inter-relação da feira com o processo de modernização proposto no Alto Sertão sob suas mais variadas formas. Em uma delas, existe uma complementaridade que se dá pelo transporte de produtos a serem vendidos na feira, através do trem. Por outro, uma diferenciação social no acesso, pois somente algumas pessoas, de certos povoados, traziam seus produtos no trem, e outros em cargas colocadas nos animais. Além disso, podemos nos remeter a representação construída sobre indivíduos reconhecidos como pertencentes a espaços tradicionais e modernizantes de forma pejorativa.

Delmiro Gouveia introduziu hábitos diferentes *nos modos de viver e trabalhar* até então prevalentes na região. Eles eram postos em regulamentos que exigiam, entre outras coisas, que as casas fossem mantidas limpas, as crianças frequentassem escolas, as pessoas estivessem sempre limpas e com vestes julgadas decentes e o local da feira deveria ser limpo, antes e depois do evento. Proibia-se cuspir no chão, consumir bebidas alcoólicas e o uso de fumo de corda para mascar e cachimbar. Havia toque de recolher para crianças e um rígido controle sobre os solteiros, procurando-se conter e vigiar namoros. Este controle incluiu a exigência de que homens e mulheres se sentassem no cinema em alas separadas. Uma rígida disciplina no trabalho também foi estabelecida: aos infratores as punições variavam, indo de repreensões e multas, a espancamentos, rituais públicos de degradação e expulsão. Delmiro adotou ainda a prática de eventualmente manter amarrados por longas horas em uma baraúna, localizada em frente à fábrica – que denominava “tronco” – operários que julgava terem cometido faltas graves. Além disso, as formas de punição atingiam a relação do indivíduo com seu corpo, suas crenças (parte do carnaval, por exemplo, era realizado durante a quaresma), a vida familiar (Delmiro chegou a intervir em conflitos entre parentes) e comunitária (CORREIA, 1995). Ainda com relação ao controle de Delmiro sobre a feira, o agricultor feirante Zezinho salienta:

Meu filho, meu pai contava que pouco ficava na feira da Pedra [Delmiro Gouveia] porque dizia ser um lugar que Delmiro queria proibir do povo tomar sua pinga [bebida alcoólica], aí como ele gostava de tomar umas, não ficava até o final [...] Mas é o seguinte: como o negócio lá era bom – sempre vendia tudo que levava – ele dizia que não deixava de ir, também contava que mesmo com a proibição, o pessoal levava sua garrafa, tomava um gole, de vez em quando, e guardava de baixo da banca. (Zezinho, feirante de Água Branca, 76 anos)

Podemos dizer, nesse sentido, que as transformações encampadas por Delmiro trouxeram repercussões em várias *figurações* da vida social do território do Alto Sertão Alagoano. Na verdade, as ideias desse homem se concretizaram a partir de sua instalação naquele território, ganhando expressão com o beneficiamento do rio São Francisco, que banhava o sertão, e que foi um grande momento de construção da *modernização* no Alto Sertão do Nordeste do Brasil. As primeiras ideias de beneficiamento do Rio São Francisco se iniciaram

com várias propostas de construção de uma usina hidrelétrica na região. Mas foi então com Gouveia que o projeto tomou forma. Para isso, associou-se aos americanos. Mas, após tudo arquitetado, a ideia para eletrificar o Recife e outras cidades foi rejeitada. O governador Dantas Barreto (1850-1931) teria dito: “O Negócio que o Sr. propõe é tão vantajoso que deve esconder alguma velhacaria!” (MARTINS, 1979). Perdendo os parceiros norte-americanos, Delmiro limitou o plano a suas terras. O resultado do seu plano de criação da hidrelétrica pode ser observado na figura 2.7:



A fotografia apresenta a paisagem do Complexo de Angiquinho e pertence aos arquivos do Museu Angiquinho, fotografada em 2003. Nela, podemos situar a Usina de Angiquinho com seu “Ninho da Águia” construída em 1912. As atividades realizadas pelos trabalhadores de Gouveia, nesse abismo petrificado, tornaram-se muito dispendiosas.

Segundo Lins (1988), os trabalhadores temiam a descida ao ninho, que deveria ser realizada com uma corda amarrada no dorso. Entretanto, diante de toda sua força, o coronel do *Sertão* consegue realizar sua proeza.

Meu tio trabalhou durante muito tempo para o coronel Delmiro. Quando ele chegou na fazenda do Barão de Água Branca, e viu a situação do meu bisavô, disse que ia tentar mesmo trabalho em outro lugar, foi aí que conheceu o coronel Delmiro, ele se admirou muito com as promessas do homem, logo diziam mesmo que ele tinha uma lãbia muito boa. Nas prosas que ele [tio] tinha na feira com meu avô [que levava algumas frutas para vender na feira da Pedra], contava que o homem era muito exigente, e só queria as coisas a tempo e à hora, de um jeito muito diferente do meu tio. (Zé Vieira, feirante de Delmiro Gouveia, 60 anos)

Com seu discurso Delmiro Gouveia conseguiu entre seus empregados e outros setores, obter energia para mover a Fábrica da Pedra, que prosperou auxiliada pelos tempos de Guerra (1914-1918). Pela primeira vez no Brasil uma indústria produzia linhas de costura. E por isso, os carretéis da marca “Estrella” se espalharam pelo país. Em tempos belicosos, Delmiro adotou

o discurso nacionalista como recurso de propaganda: “nossa linha Estrella, artigo genuinamente nacional, é mais forte, macia e melhor confeccionada que qualquer outra marca” (MARTINS, 1979, p. 75).

Com a indústria, o cearense levou para Pedra máquina de gelo, telégrafo, cinema (o boletim escolar, com boas notas, era o ingresso para as crianças), carrossel, tipografia, banda de música, jornada de trabalho de oito horas e folgas aos domingos. A Fábrica trouxe também uma vila operária e lá Delmiro impôs normas rigorosas aos moradores. Separada da “Pedra Velha” (também chamada de Pedra Livre) por arames farpados, a vila possuía sete ruas nomeadas com os nomes de Rio Branco, José de Alencar, Floriano Peixoto, Ruy Barbosa, 15 de Novembro, 13 de Maio e 7 de Setembro (MARTINS, 1979, p. 159).

Os argumentos de Martins (1979) sobre Gouveia são delineados por Correia (1995) da seguinte forma: de um lado, não há como deixar de reconhecer o arrojo empresarial de Gouveia, mas por outro, devem ser levados em conta outros fatores, como a violência, a sonegação de impostos e a corrupção de funcionários, para o seu sucesso. Dessa maneira, Correia desconstrói entre outras ideias, a da vila da Pedra como uma comunidade pacífica e uma “ilha de civilização em meio a uma suposta barbárie sertaneja”. A figura 2.8 dá uma impressão geral sobre área projetada por Delmiro,

Figura 2.8 – Detalhes do complexo construído por Delmiro Gouveia, no Povoado Pedras - AL



Fonte: acervo do Museu da Pedra, 1920.

Na fotografia do complexo construído por Delmiro, datada dos anos 1920, pertencente ao Museu da Pedra, podemos observar os empreendimentos realizados pelo “Senhor do Sertão”: Fábrica de Linha, depósitos da fábrica, “tronco de castigo”, curtume, residência de Delmiro, casas da vila operária, Chalé de Delmiro, estação ferroviária, açude, reservatórios de água, chafariz, cassino, loja, escola, cinema, etc. A ideia dessa comunidade como pacífica,

lembra Correia (1995), contrastava com o severo sistema de punição imposto por Delmiro aos moradores que desobedeciam aos seus rígidos regulamentos. Introduziu-se, nesta, como falamos anteriormente, uma nova disciplina aos sertanejos, conduzida pelo ideal de um *modo de vida* do processo de industrialização, através do arranjo das casas e dos espaços coletivos, de um rígido controle das atividades, do uso do tempo e do consumo. As figuras 2.9 e 2.10 mostram o controle das atividades da fábrica Pedras pelos funcionários, e destes por Delmiro:

Figura 2.9 – Funcionários na produção de linha da Agrofábrica de Delmiro Gouveia



Fonte: acervo do Continente Documento, 2003.

A figura 2.9 é do interior da Fábrica da Pedra, tirada na década de 1920, pertencente ao acervo do Continente Documento, ano I, n.11, jul de 2003. Nela, podemos observar que se trata de uma visita às instalações da fábrica, onde os visitantes ficavam impressionados com o asseio e disciplina dos trabalhadores. Além disso, podemos chamar atenção para inserção das mulheres no espaço público, pelo trabalho na fábrica de linhas. Há de considerar que Delmiro cuidava de suas funcionárias (âmbito privado – para que os homens mantivessem o respeito; âmbito público - limpeza para execução das atividades) para manter um bom desempenho de suas funções.

Figura 2.10 – Funcionárias da loja da fábrica da Pedra de Delmiro Gouveia



Fonte: acervo particular de entrevistado, década 1970.

A figura 2.10 é da loja da Fábrica Pedra, fotografada na década de 1970, onde mostra um grupo de mulheres trabalhando em setores subalternos da loja, vendedoras e costureiras. Destacamos ainda que, ao passo em que se inseriam no mercado de trabalho formal, essas mulheres ainda tinham de assumir outras funções, como “ajudar” a família no dia de feira, no

trabalho doméstico e em fazer costuras sob encomendas para vizinhos, parentes e fregueses da feira.

Sob essa última atividade, podemos observar, através da figura 2.11, que se trata de um modelo de trabalho com fins de socialização para população local e das novas gerações. O modelo de vida construído a partir do projeto agroindustrial da Fábrica da Pedra é visível na nessa figura tirada em frente de uma residência, na Rua 13 de maio, em 1957. Isso é resultante do que Delmiro propôs na década de 1910: colocar máquinas de costuras nas residências dos operários da Fábrica. A fotografia é composta por mães sentadas sob as máquinas de costuras e as filhas, em pé, como aprendizes das mães. Segundo informações da época, “*as moças que se prezassem, tinham que saber costurar para tornar-se prendadas*” e assim arranjar casamento e se apresentar à sociedade como responsáveis pela boa aparência dos familiares, que deveriam usar trajes bem delineados, em bom estado de conservação e limpeza. Por outro lado, abria-se espaço para aprender um novo ofício que poderia lhes permitir obter maior autonomia, como fez algumas, passando a comercializar (roupas, cama, mesa e banho) nas feiras de Delmiro e Água Branca, criando muitas vezes bancas somente com esses produtos.

Figura 2.11 – Representação da importância das costureiras para cidade de Delmiro Gouveia - AL



Fonte: registro particular, 1957.

Há de considerar que esse modelo de socialização era destinado somente às mulheres, pois cabia aos homens da cidade, como registrado nas figuras 2.12 e 2.13, exercerem outras funções: trabalhar em cargos administrativos e de manutenção da fábrica:

Figura 2.12 – Escritório da Fábrica da Pedra de Delmiro Gouveia



Fonte: acervo do Continente Documento, 2003.

Figura 2.13 – Seção Elétrica da Fábrica da Pedra de Delmiro Gouveia



Fonte: acervo particular de entrevistado, década de 50.

A figura 2.12 está registrada no Continente Documento, ano I, n.11, jul.2003. Nela, visualizamos o escritório da fábrica Pedra, onde a disciplina dos empregados administrativos se propunha ser a mesma dos operários, sombreados pela imagem de Gouveia e comandados por Iona, pessoa do coronel. Entretanto, mesmo que não houvesse distinção no rigor disciplinar, observamos vários tipos hierarquias, a citar às das categorias entre o escritório administrativo e a da seção elétrica da Fábrica da Pedra (figura 2.13), e as hierarquias de gênero nas atividades. A figura 2.13 faz parte do acervo particular de um filho de ex-funcionário da Fábrica.

Sobre a hierarquia de gênero, notamos que os empregados administrativos eram homens, enquanto as mulheres desempenhavam atividades na produção da linha, comercialização e limpeza. Outro aspecto a ser considerado no interior desses departamentos da fábrica é o da origem espacial das famílias desses funcionários. Os trabalhadores da seção elétrica, por exemplo, tinham muito dos seus parentes morando e trabalhando nos sítios e povoados, estabelecendo contatos entre si nos dias de feira e pelas festas e rituais, comuns entre o campo e cidade. Já os trabalhadores do escritório vieram do litoral e suas relações com o campo eram mais frágeis.

Dessa forma, é atribuída à ferrovia, usina hidrelétrica, indústria agrofábrica e à

comercialização agropecuária, entre outras, as modernizações pelas quais o povoado Pedras, principalmente, vai ser palco nos anos seguintes da construção e instalação de: pensões e hotéis, cinemas, associações culturais, jornais e semanários, escolas, clubes dançantes e esportivos, telégrafos, armazéns para mercadorias em trânsito, fábricas, luz elétrica, feiras, etc. Com isso, acontece uma mudança visível no modo de vida dos sertanejos como, por exemplo, dos espaços públicos construídos ao redor da fábrica.

Em Pedra, no entanto, tais equipamentos não correspondiam a suas formas e funções usuais: no cassino, não havia jogos, apenas bailes, cinema e aulas, e o espaço denominado praça era, na realidade, um grande pátio descampado, ocupado por algumas poucas árvores e pela plataforma de cimento utilizada para patinação. Essa imensa área estava muito longe da imagem que se faz de uma praça – espaço que se abre na malha urbana (CORREIA, 1998, p. 221-223).

Na verdade, mesmo com todas as formas utilizadas por Delmiro para criar um *habitus* “civilizado” nos *modos de viver e trabalhar* dos funcionários e residentes da Pedra, estes utilizavam algumas estratégias para ter um caráter específico deles, como é o caso da feira. Nela, vimos uma aproximação e recuo ao projeto de Delmiro. Isso porque, de um lado, não consegue impor o controle disciplinar por haver um trânsito de pessoas das várias regiões, alimentando assim uma construção mais expressiva deles, e por outro, as pessoas passam a comercializar e se fazerem a partir das ações resultantes do processo de modernização.

Figura 2.14 – Registro de atividades da feira de Delmiro Gouveia



Fonte: acervo particular de morador do município de Delmiro Gouveia, década de 1940.

Na imagem, fotografada na década de 1940, e que pertence ao acervo particular de um morador e feirante de Delmiro Gouveia, podemos observar, de um lado da frente, uma criança carregando um “carro de mão”, procurando alguém para transportar as compras e ganhar “um trocado”.

Ainda nessa imagem, notamos que logo atrás da criança está a apresentação da banda de Pífanos e os bancos armados com os muitos produtos locais comercializados na feira. Além disso, uma variedade de pessoas se fazendo nela, em um encontro de indivíduos, de vários povoados e municípios.

Podemos também chamar atenção da feira como local que reúne agentes da cidade e

campo para organizar rituais de transgressão às normas estabelecidas, como, por exemplo, através do carnaval. Nesse, os moradores dentro do “*arame da pedra*” eram obrigados a realizá-lo durante a Quaresma Cristã. Porém, como forma de não perder suas tradições, os moradores passaram a realizar o Carnaval em datas diferentes, em dois domingos consecutivos, invadindo o tempo das celebrações religiosas em dois calendários. “O calendário da Pedra não acompanha rigorosamente o tempo que corria ‘depois do arame’” (CORREIA, 1995, p. 239-45). Além disso, esta transgressão possibilitava, inclusive, a participação de pessoas da cidade de Água Branca e de seus povoados e sítios, que percebendo a permanência da tradição nas idas à feira, voltava para frequentar o carnaval.

Esses pontos podem ser observados nas figuras 2.15 a 2.18. Elas foram selecionadas por Cleonice Miranda, dentre outras apresentadas a entrevistada, para contar as histórias, em vários momentos, dos carnavais de Delmiro Gouveia (já que esse “civilizador” impunha outra data para sua realização).

Essas figuras (2.15 a 2.18) fazem parte de acervos particulares de moradores e feirantes, e aqui são apresentadas e analisadas sob duas perspectivas gerais: **dos eventos em gerais** (olhar do pesquisador), e a **representação que estes eventos têm para agentes do campo e da cidade**, feirantes ou não (analisados pela feirante agricultora Cleonice). Buscamos, por meio delas, encontrar histórias de agricultores feirantes que se remetesse a esse evento, seja de parentes, amigos ou conhecidos. Selecionamos Cleonice Miranda porque ela é encantada por fotografias, guarda toda e qualquer imagem que se remeta a algo ou alguém, isso estava bem presente nas paredes e álbuns de fotografias de sua casa.

Figura 2.15 – Carnaval da Fábrica da Pedra de Delmiro Gouveia



Fonte: acervo do morador de Delmiro Gouveia, década de 1920.

Na figura 2.15, logo Cleonice se remete, com pesar, ao sofrimento de um parente seu (cunhado do seu avô), que havia cometido suicídio no dia do desfile do bloco de carnaval da Fábrica, por não se adaptar as regras impostas por Delmiro, tanto no ambiente de trabalho quanto nos demais espaços de sua vida.

Figura 2.16 – Bloco Carnavalesco de mulheres de Delmiro Gouveia - AL



Fonte: acervo do morador de Delmiro Gouveia, década de 1940.

A figura 2.16, Cleonice classifica como “*um luxo*”, comentando em voz baixa que aquele bloco, com concentração sexista, nesse caso somente mulheres, fez com que sua tia fosse expulsa de casa pelo avô, somente porque uma colega da cidade havia lhe arranjado a roupa para participar do bloco. “*Isso ia contra todos os princípios do meu avô, que morava no povoado Sinibu, na época [...] o negócio foi tão sério que quando meu avô morreu, minha tia foi a única da família que não veio para o velório*”.

Já a figura 2.17, classificada por Cleonice como a mais bela, porque brincou muito quando era criança, lembra de quando encontrava os parentes da cidade, de outros povoados e sítios, onde encontrava uma maior diversidade de pessoas no evento, sejam adultos (homens e mulheres) ou crianças; recordava-se também dos mitos que estavam lá representados, é a que mais tem familiaridade para ela.

Figura 2.17 – Bacalhau do Zé do Carmo, Delmiro Gouveia - AL



Fonte: acervo do morador de Delmiro Gouveia, década de 1970.

Figura 2.18 – Bloco do Pompeu, Delmiro Gouveia - AL



Fonte: acervo do morador de Delmiro Gouveia, década de 1980.

A figura da década de 1980, 2.18, é o retrato de um grupo do bloco do Pompeu, e representa uma transgressão do cotidiano, e dos espaços do campo e da cidade, com homens vestindo roupas femininas.

Nesse bloco, dona Cleonice lembrou uma situação muito peculiar,

Um afilhado de minha tia, irmã da minha avó, fez uma coisa que mudou muito o jeito como as pessoas do sítio viam aquela brincadeira. Ele sempre vinha ajudar o pai na feira e quando foi na época do carnaval ele resolveu ficar para brincar de um jeito diferente, um amigo que morava na cidade e já brincava nesse bloco, convidou ele para se vestir de mulher. Como todo mundo tava bebendo, esse afilhado da minha tia acabou também se vestindo. Quando foi depois, a família dele soube e quase botou ele para fora de casa, e passaram várias semanas sem vir à feira. Só que como ele tava namorando e terminou casando logo, a família deixou para lá, e ele continuou brincando nos outros anos. (Cleonice Miranda, feirante de Delmiro Gouveia, 45 anos)

Cleonice Miranda é casada, ajuda o marido no *grupo doméstico*, tem dois filhos; é feirante e moradora da cidade de Delmiro Gouveia, mas fica alguns dias da semana no sítio dos pais, ajudando na produção e cuidando deles, responsabilidade dividida entre irmãos; leva a produção da família para vender na feira, para isso conta com a ajuda do esposo, no transporte; ela também trabalha como revendedora de produtos de beleza que compra na cidade e vende no povoado, quando vai cuidar da produção e dos pais.

As representações sobre o carnaval apresentadas de uma maneira geral por Cleonice têm relação com as instalações modernizantes que estavam ocorrendo no povoado Pedra/Delmiro Gouveia. Elas permeavam também o entorno desse território, no alto sertão alagoano, inclusive no município de Água Branca, que até 1943 era responsável pelo distrito Pedras. As mudanças foram sendo realizadas por situações de inter-relações de mediação e conflito nesse processo de territorialização, a saber: a resistência dos fazendeiros de gado e senhores de engenho ao processo de modernização proposto por Gouveia, por medo de perder o poder até então constituído, e a mediação dos pequenos produtores e feirantes àquele espaço, seja para vender seus produtos, visitar seus familiares, trabalhar na fábrica, ou mesmo ver as transformações ocorridas (esses agricultores/feirantes sempre mostravam que estavam com um pé para voltar ao seu modo vida tradicional).

É importante dizer ainda que Água Branca, dentre suas formas de mediação no processo de modernização, teve um papel fundamental no abastecimento de alimentos para Delmiro Gouveia, tanto por meio de estabelecimentos fixos (vendas de ponta de rua e armazéns) quanto com a comercialização na feira local. Os principais produtos vindos de Água Branca foram, na década de 1950 a 1990, algodão, banana, batata-doce, caju, cana-de-açúcar, feijão, laranja, mandioca, manga, melancia e milho (IBGE, censo agropecuário, 1950-1990). Esses eram comercializados tanto na feira local de Água Branca, montada ao redor do mercado público, como diretamente na feira de Delmiro, que também tinha um mercado público. Vale dizer que esses mercados foram construídos após a instalação dessas feiras e comercializavam produtos tanto da região como de outros locais.

Salientamos ainda que as instalações das feiras de Água Branca e Delmiro Gouveia foram sendo estabelecidas tanto pelo fluxo do comércio quanto pelas relações entre as formas de poder sócio-político-cultural. A expansão do fluxo das trocas comerciais foi um dos elementos que possibilitou, junto ao processo industrial, a instalação da infra-estrutura de mercados públicos nesses municípios. Esses mercados funcionaram de forma entrelaçada às feiras, provocando, assim, a expansão do número de empreendimentos e iniciando um processo de descentralização e a formação de novas centralidades comerciais nas cidades.

Foi nesse entremeio (da transformação advinda da industrialização, reprodução pela expansão do gado, desmembramento das plantações canavieiras e trocas comerciais) que o campesinato, oriundo desses processos, passou, cada vez mais, a utilizar a atividade mercantil regular como forma de contrabalançar os efeitos da escassez de terra ou até de conseguir ter acesso ao mercado de terra, como lembra também Garcia-Parpet (1992) em seu estudo.

Nesse sentido, a discussão procurou apresentar a relação entre os processos sociais (políticos, econômicos e culturais) que tiveram papel fundamental na produção do espaço do alto sertão alagoano, especialmente nos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia. Para entendermos a (re) organização desses espaços, relacionamos as feiras aos processos de modernização mais amplos dos municípios, e, de certa forma, ao modo como as pessoas passaram a encadear essas ações. Notando então que a feira em Água Branca não estava mais suprimindo as necessidades do entorno, o povoado de Pedras acaba criando um espaço de feira, introduzindo vendedores locais e de outras localidades, como Água Branca. Em determinado momento, tanto a feira quanto a própria cidade de Delmiro salta a largos passos na transformação dos seus espaços, ultrapassando, inclusive Água Branca. Entretanto, interessamos saber ainda como as práticas sociais de feirantes de Água Branca e Delmiro Gouveia estão sendo construídas a partir dos efeitos desses processos históricos.

Em síntese:

A discussão sobre o processo de *territorialização* do alto sertão alagoano e suas conexões com as histórias das feiras permite que cheguemos à seguinte formulação: as feiras são construções econômico-social, cultural e histórica que, apesar de estarem diretamente ligadas às formações de aglomerações sócio-espaciais, e de certa forma à tradição, muitas delas não desaparecem com o processo de modernização, e a depender das

redes pelas quais foram conectadas, passaram por ressignificações para suas permanências, a saber.

- 1) Se para suas constituições, as feiras contaram com as necessidades de abastecimento local, por outro lado, tiveram muitas limitações de crescimento por causa das barreiras impostas pelos grandes produtores e criadores. Especificamente podemos salientar os seguintes pontos:
 - a) **Pontos que permitiram suas constituições:** frequência de diversas categorias e produtos comercializados nesses espaços pelo sistema de aliança entre seus agregados; incentivo dos grandes produtores e criadores para comercializar sua produção e criação e demarcação de territórios; aumento populacional em decorrência do processo de modernização e a necessidade de pouco capital para tornar-se feirante;
 - b) **Pontos que limitaram suas expansões:** vigília dos senhores de engenhos e fazendeiros de gado para delimitação de frequentadores àqueles espaços, principalmente se imaginassem que esses possíveis frequentadores tinham interesse em dominar seus territórios; produção para atender as necessidades do Império e exportação; limitação de áreas para produção de culturas diversas, pelos agregados, e controle sobre a forma como as feiras deveriam funcionar.
- 2) Tais estratégias de funcionamento não as diluíram em uma homogeneidade, pelo contrário, as práticas de várias categorias de agentes mostram sua situação heterogênea, constituída a partir de várias teias de inter-relações, como:
 - a) As estreitas relações com o campo e os pequenos municípios: tanto pela frequência de indivíduos como de produtos transitando entre esses espaços;
 - b) A conexão entre as várias atividades desempenhadas no trabalho das feiras, na dialética entre produtos agropecuários, do artesanato e industriais.
- 3) As feiras foram marcadas pela heterogeneidade dos seus espaços e de seus agentes. Nesse sentido, compreender os elementos constitutivos em meio aos processos sociais em curso é condição para pensar suas estratégias de permanências, o que iremos discutir no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

CARACTERIZAÇÃO DAS FEIRAS DE ÁGUA BRANCA E DELMIRO GOUVEIA: Elementos Constitutivos

Introdução

Este capítulo consiste na análise dos elementos constitutivos das feiras de Água Branca e Delmiro Gouveia. Para isso, faremos uma exposição de como se organizam as praças de comércio (desde o espaço físico, a origem e organização sócio-econômica e político-cultural dos feirantes). A discussão desses elementos nos possibilita abrir a porta para compreender como se dão as práticas sociais dos feirantes agricultores familiares pelas formas de apropriação no espaço da rua, desde a aparente atividade de comércio às *figurações* que estas práticas podem evocar no contexto sócio-político-cultural.

Para esta reflexão, importa dizer que há uma combinação de relações sociais formando um espaço que ultrapassa o sentido físico e estritamente comercial. Uma combinação de significados sociais é acionada, tornando-se um espaço de síntese, sempre provisório, do movimento dialético da realidade nas praças de comércio de Água Branca e Delmiro Gouveia. Podemos dizer que existem elementos praticados socialmente que estruturam as feiras, tanto no modo de existência do ser social quanto na possibilidade conceitual de aproximação às estruturas de autonomia e resistência emergidas nas ações cotidianas.

No entendimento das características das feiras, traçamos uma construção textual baseada principalmente nos questionários aplicados, nas informações secundárias obtidas e na literatura delineada nos capítulos, sendo, portanto, possível estruturar o que denominamos de *conectores dos recursos e meios de trocas*: 1) **Produtos e serviços que encadeiam a estrutura física e comercial das feiras e do seu entorno** - supermercados, lojas, mercados, armazéns, mercearias e vendas; e 2) **Perfil dos feirantes** - origem, aspectos sócio-econômicos; atividades de feirantes e suas particularidades; estrutura organizacional dos feirantes; interações e trocas simbólicas; percepção do feirante sobre o mercado e satisfação e perspectivas sobre seu futuro de feirante.

3.1 Estrutura física e comercial das feiras

As duas feiras estudadas já estiveram localizadas em outro lugar. A de Água Branca teve origem no povoado Várzea do Pico, depois foi transferida para o centro da cidade e hoje em dia tramita uma proposta de levá-la para outro ponto, distante do centro; a de Delmiro Gouveia foi criada no povoado Pedras, próxima a estação do trem, depois foi para o centro da cidade e, atualmente, está instalada no bairro Eldorado. Aconteceu assim um deslocamento de ambas, atualmente as duas acontecem ao redor dos seus mercados públicos, sendo que em Água Branca as bancas são montadas nos dias da feira, no centro da cidade. Na de Delmiro, elas permanecem instaladas no seu local de origem, mas afastadas cerca de dois quilômetros do centro da cidade.

Identificamos neste processo histórico, modelos de feiras que podem estar associados aos que foram relatados por Forman (1979) em outro momento. A que ficava localizada no Povoado Várzea do Pico, por exemplo, pode ser situada dentro do modelo de feira de consumo, já que abastecia uma colônia agrícola. Entretanto, as feiras atuais de nossa pesquisa não se encaixam aos tipos ideais construídos por Forman (1979). O que podemos considerar são os argumentos de Mott (2000), para quem estas *figurações* são vitrines das localidades. Em suas palavras: “sempre que chego a uma cidade, vou logo, em primeiro lugar, visitar o mercado ou feira local, que funciona como numa espécie de vitrine da produção do local, do artesanato, da população, da cidade e região” (p.14).

Na verdade, como vimos no segundo capítulo, estas vitrines se estruturam e se transformam, em parte, pelas condições naturais, e, além disso, das necessidades de fregueses, dos feirantes, pelas políticas vigentes do poder público municipal e pelos empresários e poder religioso. No caso do poder religioso, este impediu que as atividades das praças fossem realizadas no dia ou horário destinado à missa; com relação ao poder público municipal, este se impôs, dentre outras formas, pela cobrança de taxas aos feirantes, que são diferenciadas de acordo com o tamanho e local das bancas/boxes, e pelo local de funcionamento, redefinido de acordo com as demandas dos grandes empresários²⁶.

²⁶ Em Delmiro, os empresários reivindicaram o afastamento da feira que se instalavam próximo de seus empreendimentos porque deixavam a paisagem “suja”, afastando clientes exigentes quanto ao modelo de higiene proposto desde o processo de modernização trazido por Delmiro. Diferente dos empresários da cidade de Delmiro, os de Água Branca reclamam pela permanência da feira no centro da cidade porque os produtos vendidos por eles têm maior saída com a proximidade da feira.

Atualmente as feiras oferecem seus produtos e serviços sob espaços e regras pessoais e sociais: na de Água Branca, tem-se o mercado público²⁷; o corredor das dobradinhas e carnes menos nobres²⁸; demais alimentos e bebidas²⁹; beleza e saúde³⁰; utilidades domésticas³¹; serviços³²; entretenimento³³; e outros³⁴. Na feira de Delmiro Gouveia, observamos muitas semelhanças nos produtos e serviços oferecidos na de Água Branca. Entretanto, algumas diferenças são vistas na distribuição deles, principalmente dentro do mercado público que oferece, além das “carnes verdes” (comum as duas praças), frangos, cereais, produtos de limpeza, embalagens, artesanato local e importado, sorvetes e lanches. A localização dos vendedores e produtos nestas feiras, que parece ser livre, obedece, na verdade, a um conjunto de regras estabelecidas pelos gestores, entre os feirantes e fregueses. O apêndice A, dos mapas das feiras, apresenta, de uma maneira geral, a localização de seus produtos e serviços, e a figura 3.1 traz um painel com algumas destas variedades vendidas.

Figura 3.1 – Painel com a variedade de produtos comercializados nas praças de comércio de Água Branca e Delmiro Gouveia - AL



Fonte: acervo do pesquisador, 2011.

²⁷ Composto de boxes onde são vendidas as carnes verdes.

²⁸ São comercializadas vísceras, ossos bovinos e as carnes menos nobres como frango e peixe.

²⁹ Frutas, verduras, legumes, doces e bolos, temperos, queijo, cocada, massa de tapioca, cereais, sorvete, coco da praia, caldo de cana, almoço, lanches e bebidas.

³⁰ Remédios medicinais, perfumes, jóias e miçangas, confeitarias, confecções, calçados/sandálias.

³¹ Móveis, artesanato, vasos e arranjos, alumínio/plásticos, redes e lençóis.

³² Relojoeiro, sapateiro, consertador de panelas e outros utensílios, oficina de bicicleta e celular.

³³ CD/DVD/fitas cassete, rádios e demais aparelhos eletroeletrônicos, jogos e pendrives.

³⁴ Compra de pele de animal, venda de tabaco e arreio para cavalo.

Elas abarcam um volume de transações muito superior e mais diversificado do que pode parecer à primeira vista, organizando-se entorno de produtos e serviços que atendam desde as necessidades alimentares básicas, às formas de vestimentas, utensílios e entretenimento produzidos pela indústria moderna. Para se ter uma ideia sobre esta organização, procuramos traçar uma maneira de se ter uma noção do espaço ocupado por estes produtos e serviços através da contabilização do número de bancas, boxes, barracões, ou mesmo chão³⁵ oferecidos nas feiras. O resultado dessa análise nos mostra que as feiras continuam a oferecer os produtos, em sua grande maioria (75,4%), para alimentação. Para verificar os demais departamentos, observar tabela 3.1.

Tabela 3.1 – Espaço físico ocupado pelos produtos comercializados nas feiras pesquisadas

Produtos	Água Branca Número de boxes (%)	Delmiro Gouveia Número de boxes (%)	Total (%)
Alimentos e Bebidas	197 (75,4)	439 (71,1)	636 (72,4)
Beleza e Saúde	31 (11,8)	85 (13,8)	116 (13,2)
Utilidades Domésticas	17 (6,5)	51 (8,2)	68 (7,7)
Serviços Oferecidos	7 (2,7)	10 (1,6)	17 (1,9)
Entretenimento	6 (2,3)	26 (4,2)	32 (3,6)
Outros produtos	3 (1,2)	6 (1,0)	9 (1,0)
Total	261 (100)	617	878 (100)

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Apesar de termos classificado as bancas com os produtos específicos, salientamos que existem também bancas/boxes/barracões/chão que vendem mais de um tipo de “coisas”, um tanto dispare em suas classificações aparentes, mas que têm uma lógica para os feirantes. Como, por exemplo, confecção e material escolar; doces, cigarros e pipocas; cereais e frutas³⁶; ervas, vassouras, milho e coco; laranja, banana e massa de tapioca; panelas e confecções; dentre outras combinações vistas. Atentar para os quadros 3.1 e 3.2 que apresentam as principais combinações de produtos expostos nas bancas dos feirantes.

³⁵ Quando não se tem onde colocar, os feirantes distribuem seus produtos em um pequeno espaço do chão da feira, de forma a tornar visível o que se comercializa.

³⁶ Esta combinação é típica do feirante agricultor familiar que traz da roça o feijão verde e as frutas das fruteiras.

Quadro 3.1 – Combinações de produtos comercializados na feira de Água Branca-AL

Combinação de produtos	Água Branca Número de boxes (%)
Alimentos e Bebidas	101 (67)
Alimentos e Bebidas; Beleza e Saúde	1 (0,7)
Alimentos e Bebidas; Beleza e Saúde; Utilidades Domésticas	1 (0,7)
Alimentos e Bebidas; Utilidades Domésticas	1 (0,7)
Beleza e Saúde	31 (20,7)
Utilidades Domésticas	4 (2,7)
Serviços Oferecidos	7 (4,7)
Entretenimento	4 (2,7)
Total	150 (100)

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Quadro 3.2 – Combinações de produtos comercializados na feira de Delmiro Gouveia-AL

Combinação de produtos	Delmiro Gouveia Número de boxes (%)
Alimentos e Bebidas	247 (70,6)
Alimentos e Bebidas; Beleza e Saúde;	4 (1,1)
Alimentos e Bebidas; Beleza e Saúde; Utilidades Domésticas	1 (0,3)
Alimentos e Bebidas; Utilidades Domésticas	4 (1,1)
Alimentos e Bebidas; Outros produtos	1 (0,3)
Beleza e Saúde	60 (17,1)
Beleza e Saúde; Utilidades Domésticas;	4 (1,1)
Beleza e Saúde; Entretenimento	2 (0,6)
Utilidades Domésticas	10 (2,9)
Utilidades Domésticas; Serviços Oferecidos	1 (0,3)
Serviços Oferecidos	5 (1,4)
Entretenimento	5 (1,4)
Outros produtos	4 (1,1)
Total	350 (100)

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Lembramos que esta quantificação do número de barracas selecionadas por tipo de mercadoria, condições de exposição, não precisa, contudo, a quantidade de vendedores. Isto porque existem ambulantes que oferecem mercadorias nos próprios ombros ou nas mãos, como: vestidos, panos-de-prato; e chão, bijuterias, relógios “do Paraguai”, quadros, espelhos, bonecas de pano, rói-rói, carros-de-mão (brinquedos de madeira) e muitos outros (vendedores de cafezinho, bolinhos e demais guloseimas). Há mercadorias dentro dos carros; caminhões carregados de bananas, cocos; caminhonetas, Kombis contendo bolos inteiros, doces caseiros, queijo de coalho, entre outras iguarias da farta diversidade local e regional.

Além de todos os produtos e serviços vendidos nas feiras, seja por negociantes em bancas fixas ou por ambulantes, existem ainda os tipos de comércio e serviços regulares que mantêm as portas abertas e se beneficiam com as feiras. Embora de maneira diversa, podemos dizer que há uma efervescência de pessoas, produtos e serviços que ocorrem no evento da feira dos municípios pesquisados.

No quadro 3.1, podemos visualizar a quantidade de comércio e serviços regulares do entorno das feiras.

Quadro 3.3 – Relação dos tipos de comércios e serviços instalados no entorno das feiras

Tipos de Comércios e Serviços	Feira Água Branca (N)	Feira Delmiro Gouveia* (N)
Serviços bancários	2	--
Loja de móveis e/ou eletrodomésticos	3	--
Loja de departamento	--	1
Metalúrgica	--	1
Madeireira	1	1
Farmácia	2	1
Bancas de jornal	1	1
Lojas de informática	2	1
Fotos	2	2
Loja de doces	--	1
Serviços médicos e/ou odontológicos	1	2
Lojas de calçados	2	--
Serviços para motocicleta	2	1
Bares	4	10
Padarias	1	1
Casa de construção	1	3
Igreja	1	--
Escolas	1	1
Mercadinho	25	10
Clubes de lazer	--	1
Total	52	38

* Como a feira de Delmiro fica localizada não tão próxima do centro, onde se concentram os principais serviços e comércios do município, o entorno dela é composto mais por comércios e serviços listados no quadro.

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Na verdade, para compreendermos as características das praças de comércio estudadas, faz-se necessário que as entendamos de forma compartilhada com seu entorno. Isto porque ele pode paralisar ou ganhar um fluxo maior “*de pleno vapor*” no dia de “*fazer a feira*”, como se costuma dizer na região. No caso dos mercados públicos, seus produtos fazem parte da compra deste dia e algumas das pessoas que trabalham neles se reconhecem como feirantes/marchantes. Assim, o volume de pessoas e de negócios é maior. No entanto, como veremos no decorrer desta tese, mesmo com alguns delineamentos de pertencimento, existem alguns dissensos e hierarquias construídas dentro destes espaços.

No caso dos supermercados, lojas, armazéns, mercearias e vendas, podemos dizer, de certa forma, que apresentam dois tipos de conexão com as feiras: uma **concorrencial** e a outra de **complementaridade**. No primeiro caso, alguns produtos têm maior ou menor saída a depender da existência deles na feira e do preço vendido; no segundo, acontece o abastecimento da feira pelos produtos dos supermercados, lojas, armazéns, mercearias e

vendas, e vice-versa, “o importante é manter sempre uma oferta de produtos” para seus clientes/fregueses e a garantia de vendas e dividendos.

O abastecimento da feira por produtos do entorno faz parte das atividades dos feirantes. Estas começam, para alguns, no dia anterior ao “*dia de feira*”, pois os mesmos se mobilizam enviando ou levando os produtos. Para outros, elas começam na madrugada com a armação das bancas (onde serão colocados os produtos³⁷) e as transações por atacado nas vendas de “ponta de rua”³⁸ e armazéns. Pois como falamos no parágrafo anterior, tanto os feirantes quanto os comerciantes destas vendas se abastecem uns dos outros para comercializar durante o dia na feira.

Devemos considerar ainda o caso dos feirantes produtores, pois o período das atividades destes vai variar de acordo com o tipo de produto comercializado. Nas barracas/boxes de comida, por exemplo, o tempo de processamento é anterior ao do preparo do alimento, ele envolve a compra/colheita dos ingredientes e caso o feirante também execute outras tarefas, pode aumentar ainda mais esse tempo. Para os vendedores de tapioca, o processo requer um tempo ainda maior, porque eles, quando produtores, ainda têm de plantar o caule de mandioca, esperar criar a raiz, para, a partir daí, arrancar do subsolo. No caso da feira de Delmiro Gouveia, a extração da mandioca acontece na quarta-feira, logo depois ela é serrada para obter a massa que será tratada de forma a lograr a goma (quinta-feira), na sexta-feira a goma é preparada para o transporte e, no sábado, arrumada na banca. Em outros casos, o processo é bem mais rápido, pois eles recebem as frutas e verduras cinco horas da manhã de segunda-feira (Feira de Água Branca), em frente sua banca (já montada), sendo necessário apenas arrumá-la para as vendas.

Outros feirantes permanecem mais tempo no espaço da feira, pois começam a comercializar bem antes do grande evento. Eles trazem para Delmiro Gouveia os produtos na quarta-feira e passam a vender até chegar o sábado, considerado por eles, como o “*dia da feira*”. O que, de certa forma, verificamos com os feirantes de Água Branca, pois embora só comercializem no espaço destinado ao evento na segunda-feira, eles se movimentam por

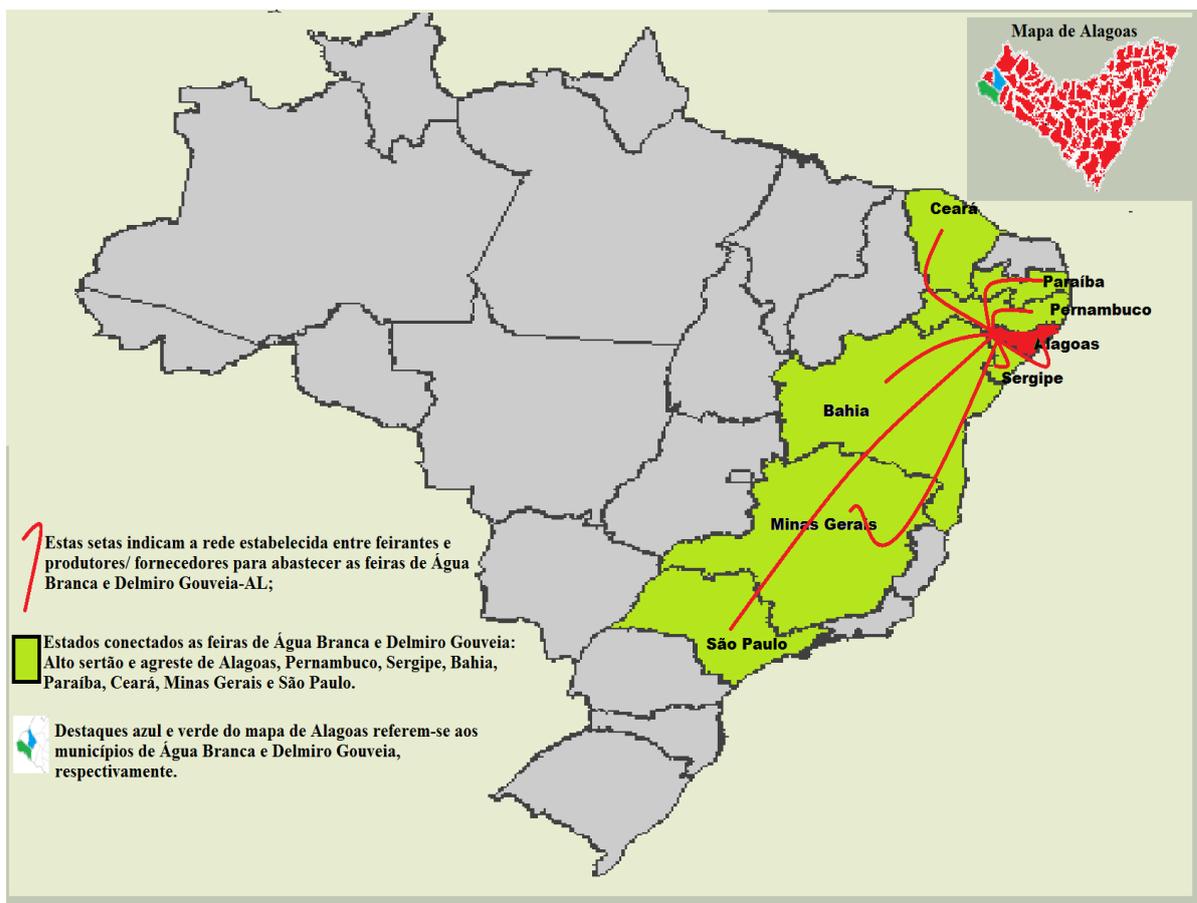
³⁷ Salientamos que no caso de Água Branca os feirantes pagam uma taxa para guardar as bancas em um depósito e para alguém instalá-las, além daquela paga para o fiscal da prefeitura.

³⁸ Para ter uma discussão aprofundada desta expressão, enquanto conceito sócio-histórico, ver Sigaud (1983). Ela argumenta que o trabalhador rural, diante das novas configurações sociopolíticas entre Senhores de Engenho e “força de trabalho segmentada”, transforma-se em clandestinos que correspondem tendencialmente aos trabalhadores, naquele momento, expulsos das propriedades destes Senhores e que passaram a residir nas pontas de rua das cidades e povoados. O trabalhador de ponta de rua, que também atua no pequeno negócio, mantém-se em oposição ao comércio estabelecido, onde, na maioria das vezes, abastecem a si próprios e aos grandes proprietários enquanto consumidores.

outros espaços do centro da cidade, o que ocorre, diariamente, próximo as agências bancárias e ao casarão da Baronesa de Água Branca.

Os produtos comercializados nestas praças de comércio têm origens diversas, como observado no mapa 3.1, sendo que a proporção advinda destas regiões está diretamente relacionada ao tipo de produto vendido nas feiras. Para se ter uma ideia, as vestimentas vêm respectivamente de Caruaru (PE), Fortaleza (CE), São Paulo (SP) e dos municípios vizinhos às feiras (AL). No caso dos CDs, DVDs e aparelhos eletroeletrônicos, estes vêm geralmente de São Paulo. Parte do artesanato é produzida localmente, e outra de outros Estados da região Nordeste. Entretanto, apesar desta teia montada para comercializar produtos nas feiras, uma boa parte (38,7%) dos feirantes se abastece com produtos dos próprios municípios ou das cidades vizinhas, dentro do estado.

Mapa 3.1 – Origem dos produtos comercializados nas feiras



Fonte: IBGE, 2012/Pesquisa de campo, 2011.

Há de salientarmos, por outro lado, que quando pensamos nos alimentos vendidos, observamos que “o carro chefe” da maioria dos feirantes (73,3%) está sendo movido com a comercialização de alimentos e bebidas. 36,5 % deles compram dos sítios dos municípios das

feiras e quando não há produção local, eles compram nos estados vizinhos, como Paraíba (7,7%); Pernambuco (4,5%) e Sergipe (3,7%). As verduras variam de acordo com o tipo: alface, coentro e cebolinha vêm das hortas locais; já o repolho, acelga e agrião são produzidos geralmente nos estados da Paraíba, Pernambuco e Sergipe. Algo parecido é observado com a macaxeira, abóbora, maxixe e quiabo que pertencem à produção local. Há de considerar que existe uma variação do local de compra dos produtos comercializados quando os feirantes os diversificam, exemplo da venda de frutas, verduras e/ou legumes que pressupõe, em muitos casos, uma maior dependência aos produtos externos, pois 61,9% vêm de outros Estados. Para ver a lista completa sobre a origem dos produtos, observar tabela 3.2.

Tabela 3.2 – Local de origem dos produtos comercializados

Produtos	Alto Sertão Alagoano n (%)	Agreste Alagoano n (%)	Pernambuco n (%)	Bahia n (%)	Ceará n (%)	Paraíba n (%)	Sergipe n (%)	São Paulo n (%)	Várias regiões n (%)
Alimentos e Bebidas	185 (36,5)	8 (1,6)	23 (4,5)	6 (1,2)	0 (0)	39 (7,7)	19 (3,7)	0 (0)	92 (18,1)
Beleza e Saúde	3 (0,6)	1 (0,2)	69 (13,6)	0 (0)	2 (0,4)	1 (0,2)	2 (0,4)	0 (0)	17 (3,4)
Utilidades Domésticas	2 (0,4)	0 (0)	9 (1,8)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	1 (0,2)	6 (1,2)
Serviços Oferecidos	2 (0,4)	3 (0,6)	1 (0,2)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	7 (1,4)
Entretenimento	3 (2,3)	0 (0)	1 (0,2)	1 (0,2)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	2 (0,4)
Outros produtos	1 (0,2)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	1 (0,2)
Total	196 (38,7)	12 (2,4)	103 (20,3)	7 (1,4)	2 (0,4)	40 (7,9)	21 (4,1)	1 (0,2)	125 (24,7)

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

De maneira geral, apesar dessa teia de conexão entre territórios englobar uma extensão geográfica ampla, ultrapassando a região Nordeste, podemos destacar, na tabela 3.2, que quase todas as transações (92,3%) realizadas pelos feirantes é feita no Nordeste. Especificamente falando, salientamos que os feirantes de Água Branca compram principalmente produtos dos estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Sergipe. Os de Delmiro Gouveia compram geralmente da Bahia, Pernambuco e Sergipe.

Esta rede de comercialização toma maior concretude quando relacionamos os dados sobre a produção agrícola e pecuária dos municípios, obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As informações apresentadas pelos feirantes/marchantes sobre a venda de carne ser local estão diretamente relacionadas aos dados sobre a criação e venda de animais dos municípios. O mesmo pode ser dito da macaxeira e algumas frutas, como observamos no quadro 3.2.

Essa característica ligada à produção local tem relação com a análise feita por Van Der Ploeg (2008). Ele observou em seu estudo três tipos de agricultura, ligados a três grupos

agrários distintos, porém interligados: a agricultura camponesa, agricultura empresarial e agricultura capitalista. Consideradas as heterogeneidades, são dois os modelos dominantes.

[...] um modelo centra-se na construção de circuitos curtos e descentralizados que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de forma mais geral, a agricultura e a sociedade regional. O outro, fortemente centralizado, é constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial (VAN DER PLOEG, 2008, p. 20).

Segundo Van Der Ploeg (2008) cerca de 85% da produção mundial, ou seja, a imensa maioria dos alimentos produzidos no mundo, não passam pela grande indústria processadora, sendo distribuídos através de circuitos curtos e descentralizados. No caso do Brasil, o Censo Agropecuário de 2006, identificou que 4.367.902 estabelecimentos (84,4%), têm uma produção de base familiar, e alguns autores, para citar Wilkinson (2008), mostram que sua comercialização é realizada geralmente em circuitos curtos. Apesar de ocupar apenas 24,3% da área total de estabelecimentos, a agricultura familiar é responsável por 38% do valor bruto total da produção agropecuária e 74,4 % da mão de obra rural está empregada neste segmento (IBGE, 2009).

Quadro 3.4 – Produção Agropecuária dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia, Alagoas

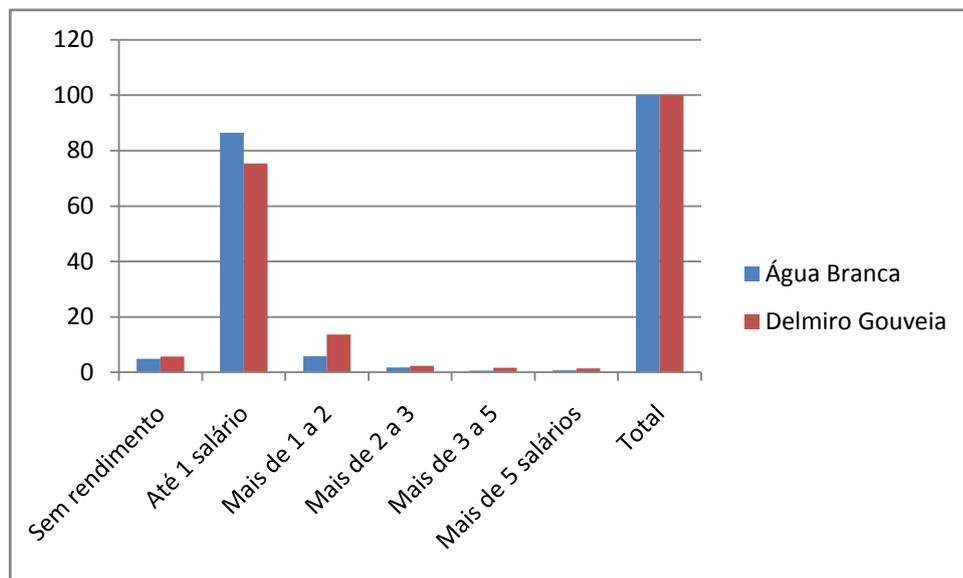
Produtor	Água Branca		Delmiro Gouveia	
	Área cultivada (há)	Quantidade produzida	Área cultivada (há)	Quantidade produzida
Bovinos (cabeças)	-	11.200	-	12.140
Bulbalino (cabeças)	-	-	-	6
Equinos (cabeças)	-	1.130	-	650
Asininos (cabeças)	-	310	-	276
Muare (cabeças)	-	835	-	189
Caprinos (cabeças)	-	5.280	-	5.936
Ovinos (cabeças)	-	7.640	-	1.500
Suínos (cabeças)	-	1.016	-	1.740
Aves (cabeças)	-	29.120	-	11.885
Ovos de galinha (mil dúzias)	-	36	-	20
Leite (litros)	-	1.100	-	1.068
Mel de abelha (quilogramas)	-	4.500	-	8.973
Vacas ordenhadas (cabeças)	-	1.187	-	1.214
Banana (toneladas)	20	220	8	88
Manga (toneladas)	25	150	-	-
Laranja (toneladas)	9	38	-	-
Cana-de-açúcar (toneladas)	27	1.620	-	-
Feijão (toneladas)	2.325	720	1.760	494
Macaxeira (toneladas)	300	3.000	4	32
Milho de grão (toneladas)	1.700	440	1.360	366
Castanha de caju (toneladas)	8	2	120	30
Goiaba (toneladas)	-	-	10	40
Mel de abelha (quilograma)	-	4.500	-	8.973

Fonte: Dados IBGE, 2010.

Quando observamos os dados do censo agropecuário do IBGE (2006) dos municípios estudados, notamos que existe uma representatividade proporcional destes tipos de alimentos e suas formas de produção entre os municípios. Há de considerarmos, no entanto, que alguns produtos são criados/plantados/cultivados em um município e outros não³⁹, o que acarreta a troca de produtos entre os municípios por meio dos feirantes e seus circuitos de feiras.

Entretanto, embora se observe uma produção e comercialização local que movimentam as condições de vida das pessoas desses municípios, devemos considerar que em Água Branca, a renda domiciliar per capita da maioria (86,4%) das famílias é de até um salário mínimo. O que não acontece nos mesmos moldes com Delmiro Gouveia; primeiro porque a proporção dos que ganham até um salário é reduzida em mais de dez por cento (75,4%); segundo, porque a renda domiciliar per capita com mais de 1 salário, até 2, é maior (13,6%) que a de Água Branca (5,8%), como podemos notar no gráfico 3.1, construído através dos dados demográficos do IBGE (2010).

Gráfico 3.1 – Distribuição de renda domiciliar per capita dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia, Alagoas



Fonte: IBGE, 2010.

Devemos salientar que, no caso específico de muitos dos nossos sujeitos de pesquisa, que têm participação nas condições socioeconômicas desses municípios, suas rendas não correspondem exatamente as indicadas pelos dados do IBGE. Eles argumentam que existe uma variação de renda a depender dos meses do ano, e mencionam que *“informar isso não vai*

³⁹ Água Branca, por exemplo, não cultiva goiaba; já Delmiro Gouveia não produz manga, laranja e cana-de-açúcar.

trazer benefício nenhum”. Ainda sobre essa questão, tão cara a esses indivíduos, alegam estar em desvantagem na forma como são distribuídos os bens e serviços na região. Para se ter uma ideia, muitos deles transpõem nas suas falas os problemas que têm para adquirir produtos e comercializá-los nas feiras, por falta de recursos financeiros, como também para transportá-los. Nesse último, a forma mais adotada no movimento do fazer das feiras é o carro fretado, caminhonetes e “D-20” de lotação. Esses veículos transportam feirantes e suas mercadorias desde o seu local de origem, na zona urbana ou rural, e de outros municípios, até as feiras, ficando estacionados nos arredores esperando o final do evento para serem carregados novamente e retornarem aos seus municípios, ou levá-los para outras feiras. Mesmo sendo pouco utilizados, os caminhões desempenham grande importância para o transporte não só dos feirantes como também dos consumidores. O deslocamento a pé representa outra estratégia adotada pelos feirantes. Isso ocorre, porque parte deles reside na zona urbana e suburbana dos municípios, o que diminui os gastos com transporte. Outras formas de deslocamento adotadas por eles são a bicicleta (utilizada, principalmente, pelos feirantes que residem próximos as feiras) e motocicletas (feirantes residentes em comunidades mais distantes da praça de comércio).

No caso das motos, vale ressaltar que, desde meados da década de 1990, estas se tornaram o meio de transporte que apresentou maior crescimento entre os usuários, devido a fatores como o preço reduzido, em relação aos automóveis, a facilidade de deslocamento e o menor custo de manutenção. Nesse contexto, surgem as “mototáxis”, uma forma de transporte que veio concorrer com os “táxis automóveis”, encontrando rápida aceitação entre a população. Um dos aspectos que também chama a atenção desse crescimento no uso das motocicletas é que estas vêm provocando a diminuição da presença dos jegues e dos cavalos nas feiras. Antes considerados “personagens” de grande importância no deslocamento das pessoas nas cidades, estes passaram a ser substituídos pelos veículos automotores e ciclomotores, mais rápidos e considerados, por muitos, um investimento.

Vimos nos elementos apresentados uma variedade de informações que serão encadeadas por meio de um olhar multidimensional, viés que possibilitará vislumbrar a complexidade que é a realidade destes indivíduos. Procuraremos essas dimensões, em parte, com a descrição do perfil de feirantes e com, nos capítulos seguintes, as trajetórias de agricultores familiares e suas comparações entre as feiras.

As dimensões serão organizadas sob a perspectiva das ações dos indivíduos nas lógicas de ordens produtivo-econômica às de natureza social e política. O que parece ser uma desordem de um mercado fadado ao fracasso, onde só parece existir a miséria (olhar

economicista). Uma observação mais cuidadosa da ordem social e política nos leva a compreender um conjunto de lógica que se faz presente no encadeamento das teias traçadas pelos sujeitos. Este vai desde a forma como se consegue obter o produto ao modo como estão dispostos e agrupados ao longo do espaço e que conseguem a manutenção da reprodução social dos feirantes.

3.2 O perfil dos feirantes de Água Branca e Delmiro Gouveia

Vimos, no início deste capítulo, que a amostra delineada por praça de comércio, do perfil dos feirantes (350⁴⁰ entrevistados em Delmiro Gouveia e 157 em Água Branca), foi baseada nos dados oficiais dos setores fiscalizadores das feiras, especificamente das prefeituras dos municípios pesquisados que informaram ter 617 feirantes em Delmiro Gouveia e 261 em Água Branca. Entretanto, após tratamento dos dados, observamos que não existe uma separação nítida entre as feiras, mas, de certa forma, uma continuidade entre elas, isto porque há um fluxo contínuo dos feirantes e fregueses se fazendo em ambas. Por estas informações trabalharemos também, nos dados a seguir, com o total de 507 entrevistas realizadas, o que nos leva a discussão sobre o circuito de feiras.

⁴⁰ Ampliamos o número de entrevistados em Delmiro Gouveia porque observamos um número bem maior de feirantes ao contabilizado pelos fiscais, o que, de certa forma, não deu para ter uma quantidade exata.

3.2.1 A origem familiar e espacial

Figura 3.2 – Disposição familiar de agricultores para a atividade de feirante



Fonte: acervo do pesquisador, 2011.

A figura 3.2 apresenta a atividade de feirante realizada por mulheres agricultoras, mãe e filha, de maneira a revelar uma *disposição* familiar ao negócio, mesmo que em condições precárias, sob o chão do espaço da feira. Essa realidade faz parte, como vimos no segundo capítulo desta tese, da origem das feiras que, de uma maneira geral, estão relacionadas às dimensões socioeconômica e político-cultural construídas em cada realidade. Para se ter uma ideia, Garcia-Parpet (1977, 1984) mostrou que as origens dos feirantes e feiras nos estados da Paraíba e Pernambuco estavam relacionadas às estruturas de poder concentradas nas mãos dos senhores de engenho e nas estratégias de sobrevivência criadas pelos indivíduos subordinados, que, a depender do tipo de coerção, poderiam permanecer sob formas tradicionais de subordinação (no exercício da troca de mercadorias e relações sociais) ou apresentar-se com alguma expressão da autonomia camponesa. Numa perspectiva sobre a origem das feiras rurais no Brasil, Mott (1979) ressalta a existência delas na região Nordeste e enumera alguns fatores como justificativa: estrutura socioeconômica, composição populacional, densidade demográfica e facilidades de comunicação.

De um modo geral, em todo o território brasileiro as feiras aconteciam como manifestação da atividade comercial, em que pequenos agricultores vendiam os produtos por eles cultivados ou pequenos comerciantes revendiam algumas mercadorias de necessidade imediata. Elas surgem após a colonização enquanto “instituição copiada” daquela que os colonizadores já conheciam e praticavam secularmente no Reino (MOTT, 1979, p.64).

Em nossa pesquisa, observamos, por um lado, que a composição sócioespacial é um elemento importante na caracterização originária de feirantes, pois mais da metade dos

entrevistados nasceu (50,9%) e reside (90,4%) nos municípios das feiras pesquisadas. Ainda assim, vale salientar que uma grande quantidade de feirantes se divide entre alguns desses municípios; a maioria (65,0%) dos que trabalham em Água Branca reside em Delmiro e em menor proporção; outros (32,0%) trabalham em Delmiro e moram em Água Branca. Na verdade, notamos um trânsito frequente de feirantes para *viver e trabalhar* nesses territórios.

Por outro lado, esse fluxo tem relação com os aspectos político-culturais aos quais feirantes fizeram e ainda fazem parte. Existe uma rede de interação formada em termos de parentesco entre esses sujeitos, pois mais da metade (55,0%) mantiveram ou mantêm parentes feirantes. Portanto, o local de nascimento, moradia e parentesco de feirantes podem explicar a participação desses sujeitos nos espaços das praças de comércio, uma vez que constituem o que podemos chamar de *disposição* do contexto familiar e social nos *modos de viver e trabalhar* dos sujeitos pesquisados.

Entretanto, é importante salientar que quase a metade dos entrevistados nasceu em outra localidade (49,1%). Isto reflete a migração ocorrida durante o processo de modernização, conforme descrito no segundo capítulo. Mas, mesmo vindo de outras regiões, notamos ainda que esta migração fez com que quase todos (90,4%) se fixassem nos municípios das feiras que trabalham e que esses perpetuassem um *habitus* familiar de feirantes, pois um pouco mais da metade (55,0%) deles teve ou tem familiares feirantes.

Destacamos ainda que uma grande proporção dos feirantes morava nos sítios e povoados da região. No entanto, atualmente observamos uma mudança no local de residência deles, participando assim de uma experiência cidadina, com mais da metade (71,0%) deles morando em cidades. Essa vivência rural encontrada na trajetória dos feirantes pesquisados foi observada no estudo de Mott (1975), para quem a residência dos feirantes e frequentadores em geral das praças de comércio estavam estritamente ligada ao rural, o que levou a intitular as feiras como uma instituição rural. No entanto, vale dizer que essas experiências não acontecem de formar linear e histórica, pois ao analisar especificamente a feira de Água Branca, a frequência de moradores da “zona rural” aumenta para mais da metade (52,2%), o que corrobora a maior proporção de pessoas morando na zona rural à urbana, segundo IBGE, 2010.

Vale dizer que os feirantes moradores do campo eram produtores/cultivadores que comercializavam nas feiras. Entretanto, a forma como realizaram tais ações estava inscrita em um processo de colonização, especificamente dos fazendeiros de gado e senhores de engenho que mantiveram um código de subserviência para com estes, que só deixava brechas para sua

sobrevivência⁴¹. Essas coreografias permitiram, quando muito, conseguirem um pequeno lote de terra para plantação/criação. Relembrando a trajetória da família, Vitorino conta-nos que “*a terra sempre foi pouca*”, os avós e pais viviam como moradores dos patrões, e foi somente com o trabalho fora da região que os irmãos e ele conseguiram comprar algumas tarefas para os pais. “*Eles nunca deixaram de se mexer para produzir alguma coisa a mais para vender e comprar as coisas que não tinham em casa, mas nunca deu para comprar uma tarefa sequer*”.

O agricultor Vitorino é casado, tem 62 anos, e seis filhos, que moram no entorno e na cidade de Delmiro Gouveia. Vale dizer que Vitorino mora no sítio do município de Delmiro, onde é feirante. Migrou para ajudar na compra das tarefas para o pai e para si, ainda migra esporadicamente, principalmente no período do “entre safra”, manda dinheiro para cuidar do grupo doméstico, da produção e, quando volta, vende na feira.

Historicamente, esses territórios foram se constituindo pela migração de entrada ou saída de sujeitos. **A chegada** ao território se deu pelo desejo de “melhorias”, pois muitos indivíduos vieram acreditando ser o projeto de modernização proposto por Delmiro a saída para seus problemas. No entanto, alguns tiveram que se adaptar às condições impostas pelo “civilizador” Gouveia e outros recuaram, preferindo observar à distância o que acontecia, enxergando os “espaços modernos” pela ida a feira. Podemos destacar três espaços que caracterizaram a moradia dos feirantes durante esses períodos: sítios/serras, a vila da Pedra e os demais que ficava no seu entorno. A maior concentração de feirantes, segundo relatos de seus parentes da época, residia no entorno da vila e sítios/serras, e somente alguns, que moravam na vila, exerciam também a atividade na praça de comércio. **A saída** acontece principalmente por migração temporária, em períodos alternados, para complementação do orçamento familiar e compra de bens para grupo doméstico, inclusive terras.

O traçado sobre a origem dos feirantes somente ganhará contorno quando apresentarmos os elementos (Caracterização socioeconômica e político-cultural desses sujeitos; O “negócio de feirante”: suas particularidades e conexões; Interações e trocas simbólicas dos agentes das praças de comércio; Satisfação e perspectivas de futuro com o “negócio de feirante”) que delineiam o perfil deles. Isto porque eles ultrapassam a aparente lógica da comercialização ou da atividade de feirante relacionada à simples ferramenta do

⁴¹ A sobrevivência era conseguida por meio de uma diversificação de suas atividades, que incluíam os serviços prestados aos patrões (em nome de proteção ou com ganhos ínfimos) à produção para consumo, pagar o arrendamento e, o excedente, vender na feira.

mercado, que a mantêm marginalmente, para os valores simbólicos de produção e reprodução social.

Tabela 3.3 – Origem familiar e espacial de feirantes

Características	Feirante em Água Branca n (%)	Feirante em Delmiro Gouveia n (%)	Total n (%)
Local de nascimento*			
Água Branca	88 (57,1)	99 (28,5)	187 (37,3)
Delmiro Gouveia	12 (7,8)	56 (16,1)	68 (13,6)
Outros municípios	54 (35,0)	192 (55,4)	246 (49,1)
Município onde residem			
Água Branca	39 (24,8)	112 (32,0)	151 (29,8)
Delmiro Gouveia	102 (65,0)	205 (58,6)	307 (60,6)
Outros municípios	16 (10,2)	33 (9,4)	49 (9,7)
Local de Moradia			
Cidade	75 (47,8)	278 (79,4)	360 (71,0)
Campo	82 (52,2)	72 (20,6)	147 (29,0)
Familiares Feirantes			
Sim	89 (56,7)	190 (54,3)	279 (55,0)
Não	68 (43,3)	160 (45,7)	228 (45,0)

Não responderam/não sabem: 6*.

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

3.2.2 Caracterização socioeconômica e político-cultural de feirantes

Figura 3.3 – As especificidades socioeconômica e cultural de uma família de feirantes



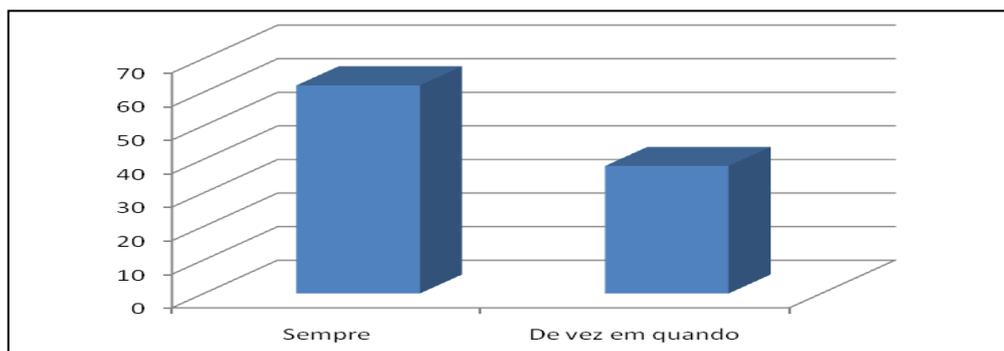
Fonte: acervo do pesquisador, 2011.

A figura 3.3 registra a presença das mulheres na atividade de feirante: em diferentes faixas etárias, dentro do âmbito familiar e comercializando determinados produtos, no caso, roupas. Essas características tomam sentido pelo que observamos na origem dos entrevistados, da existência de uma tradição de “ser feirante” ligada aos contextos familiar e social. A *disposição* pode continuar porque há uma concentração significativa (63,3%) de feirantes com idade inferior a 49 anos. Na verdade, os dados de nossa pesquisa mostram um conjunto de entrevistados com idades que variam dos 12 aos 90 anos, com uma média de 43,4 anos; o que supõe certa estabilidade à continuidade da feira livre no futuro. Ressaltamos ainda que o grupo de entrevistados com idades que variam dos 30 aos 49 anos representa quase a metade (43,2%) dos pesquisados e estão nesse grupo os feirantes que mais empenhados estão pelo “negócio da feira”.

Por outro lado, não estamos querendo dizer que os outros grupos estejam deixando o negócio, pelo contrário, a maioria (62,0%, conforme gráfico 3.2) dos idosos (na faixa etária dos 60-90 anos) diz frequentar regularmente à feira, e só não vai quando está muito doente, segundo a fala de um deles: *“dei a minha vida por esse lugar, pelas pessoas que sempre estão na feira, e daqui só saio mesmo quando a morte chegar, e olhe que ela não vai aparecer tão cedo porque estou fazendo o que me faz bem, se não tivesse aqui a morte já teria me levado”*. (Zé Tião, feirante de Água Branca, 79 anos)

Zé Tião é casado, chefe da família, com nove filhos, sendo que residem, alguns, com ele e no entorno do seu sítio, outros migraram para as regiões sudeste e centro-oeste do Brasil; ele mora no sítio do município de Água Branca, cidade em que é feirante; conta com uma rede conectada pelos filhos, parentes e vizinhos para transportar seus produtos e comercializar na feira, quando não pode ir à praça de comércio, momento raro de acontecer, segundo ele. Salientamos ainda que durante toda entrevista, se remete a feira como *espaço de vida*, assim como seu sítio.

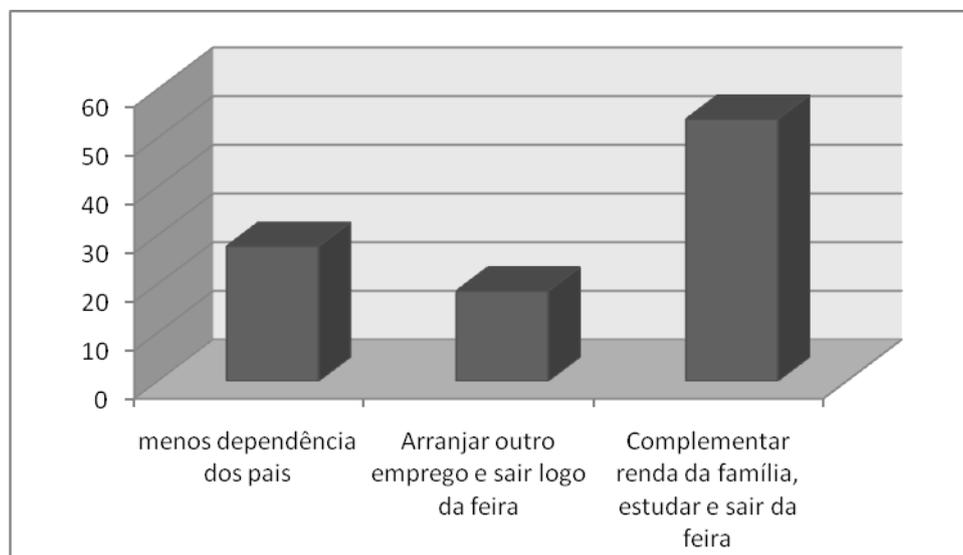
Gráfico 3.2 – Frequência de idosos nas feiras



Fonte: pesquisa de campo, 2011.

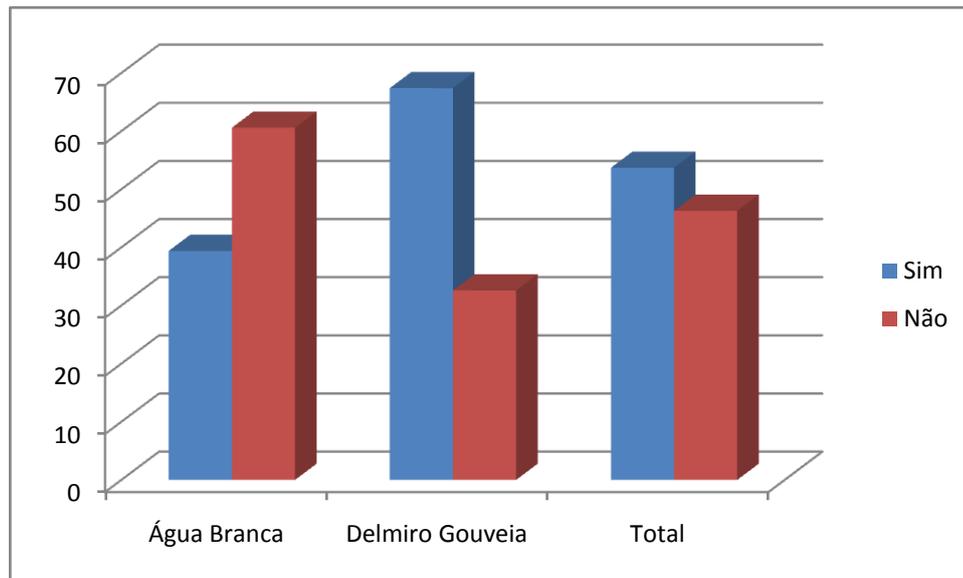
O grupo de feirantes que está na faixa até os 29 anos é o que mais conflito apresenta pelo desejo de mudança ou permanência com a atividade. Mais da metade (54,2%) desses jovens, do grupo de idade que varia dos 20 aos 29 anos, diz estar executando o trabalho na feira para complementar a renda da família, estudar e quem sabe sair daquela praça de comércio (como pode ser analisado no gráfico 3.3). A saída está relacionada à mudança de profissão e a oportunidade para isso está ligada ao término dos estudos (estes apresentam níveis de escolarização que variam do fundamental incompleto ao superior completo). Esses dados são importantes para mostrar que muitos desses jovens compreendem que ensino formal não é uma condição para ser feirante, mas uma saída para encontrar outra forma de trabalho.

Gráfico 3.3 – Perspectivas dos jovens sobre o trabalho na feira



Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Apesar de esses jovens estarem regularmente nas praças de comércio, um pouco mais da metade (69,3%) dos pais feirantes não leva seus filhos para “ajudar” no “negócio da feira”, ou quando faz, é de maneira esporádica. Muitas das justificativas apresentadas estão relacionadas ao fato dos filhos estarem estudando para procurar uma profissão mais estável e menos árdua. E até quando eles puderem, vão ajudar os filhos a realizarem suas vontades. Vale dizer que em termos do total de feiras, existe uma maior *disposição* dos pais (60,6%) em preferir ver seus filhos seguindo suas trajetórias, de feirantes, o que não acontece, de certa forma, com os de Delmiro Gouveia, como analisado no gráfico 3.4.

Gráfico 3.4 – Perspectivas dos pais feirantes sobre o trabalho dos filhos na feira

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

A educação formal como saída para uma carreira “estável e fácil” está representada, em parte, pelos exemplos bem sucedidos apresentados pela mídia; em outra, pela satisfação do universo de instrução de feirantes que contempla todos os níveis de escolaridade. No entanto, esse grupo é muito restrito, pois existe uma grande concentração de indivíduos com ensino fundamental incompleto (64,7%). De outra forma, podemos dizer que a maioria dos feirantes (78,7%) não chegou a concluir o ensino fundamental, pois alguns declararam não ter ido a escola, ou quando fez, foi durante alguns anos de suas vidas. Muito embora, seja essa uma atividade comercial que exige o exercício constante de cálculos e um certo nível de conhecimento da leitura e escrita, para alguns produtos, verificamos também a presença significativa de sujeitos sem escolaridade (14%). Por outro lado, notamos que uma parcela dos entrevistados possui o segundo grau completo (10,1%).

Caso levemos em consideração certa regularidade, poderíamos dizer que é insignificante (2,6%) o número de feirantes que concluíram e/ou estão concluindo o curso superior. Entretanto, é importante dizer que existe precedente para apresentar essa atividade como também praticada por pessoas que ascenderam ao nível superior, e que têm a intenção de conciliar a atividade de feirante com o magistério, pois a primeira é realizada no fim de semana e não impede de também ser professor.

A baixa escolaridade de muitos feirantes tem relação com o contexto histórico de formação do território alagoano (importação de mão-de-obra qualificada; formação da mão-de-obra interna de forma seletiva e para atender um mercado específico; educação formal como segundo plano pelo poder público; etc.), mas também decorre do fato da feira representar uma

atividade pouco exigente nesse quesito, proporcionando uma fonte de renda às pessoas que estudaram pouco ou até mesmo que nunca tiveram a oportunidade de frequentar a escola. Antônio e Damasceno, feirantes de Água Branca, explicam o motivo de terem se tornado feirante,

Eu fui ser feirante tem muito tempo, porque aqui não tinha outra oportunidade e não queria ir trabalhar fora [...] o povo só contava sofrimento [...]. Aí um primo meu disse que ia arrumar um emprego na fábrica da Pedra, né? Mas como eu não tinha estudado, meu tio me botou para vender para ele na feira, fui ganhando um trocado aqui e ali, depois botei minha própria banca. (Antonio, feirante de Água Branca, 50 anos)

Veja, não foi fácil não, porque só existia trabalho com os patrões da Serra [...] eu não queria trabalhar com ele não, daí comecei a vender as coisas que os compadres mandavam para vender, aí comecei a ganhar e ter mais chance de me mexer e não ser tão pesado como na roça, aí vim trabalhar na feira. Eu vendia nas redondezas, [...] Aí saía dizendo o que tava vendendo, fiquei conhecido como “Benvindo”. (Damasceno, feirante de Água Branca, 51 anos)

Damasceno, feirante há muito tempo na praça de comércio de Água Branca, reforça a colocação de Antônio, afirmando que a feira, desde o início de seu funcionamento, vem se apresentando como alternativa para as pessoas que não possuem uma profissão e/ou não são suficientemente escolarizados, mas *“dali conseguem uma sustentação para ganhar a vida”*. O importante para Antônio é que *“para se dá bem no negócio precisa aprender o ofício com os mais experientes e também com sua própria vivência”*.

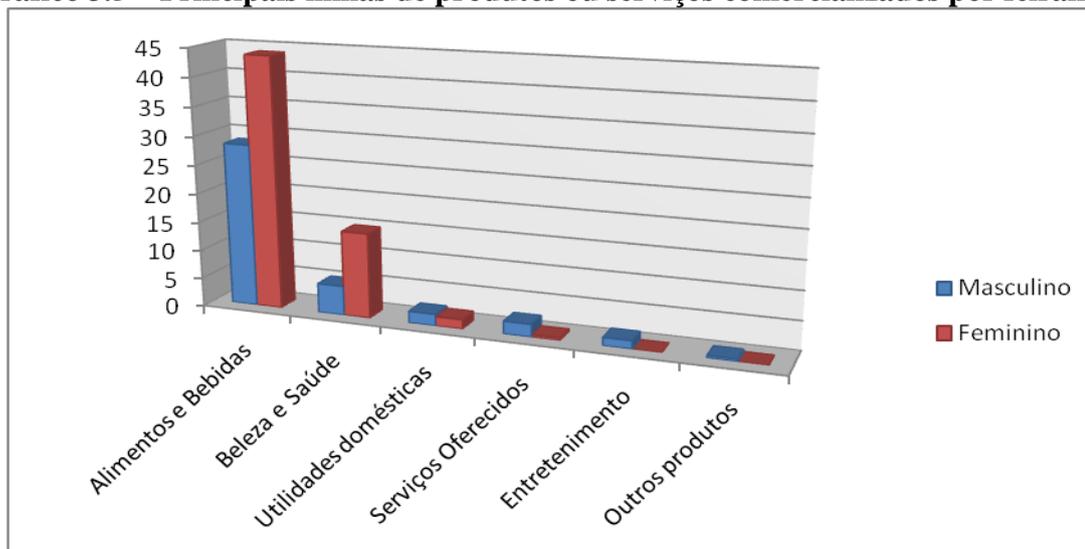
Damasceno é viúvo, com nove filhos, agricultor e feirante de Água Branca, frequenta a feira regularmente. Suas interações estão conectadas pelos filhos, parentes e vizinhos, desde o sítio, povoado e o município de Água Branca. Antonio é casado, chefe da família, com quatro filhos, suas conexões estão sob relações entre parentes e vizinhanças do bairro de Água Branca, onde mora, como também pela feira e representantes dos produtos comercializados.

Quitéria tem 62 anos, feirante e moradora da cidade de Delmiro Gouveia, apresenta na sua fala argumentos que ampliam os mecanismos salientados por Damasceno e Antônio, trazendo para frente da discussão um fator chave de diferenciação no acesso à feira. Para ela, *“chegar a ser feirante não foi fácil porque meu pai não permitia, dizia que lugar de mulher era cuidando da casa, e não dos negócios”*. Entretanto, notamos que aparentemente a realidade muda de posição, pois mais da metade (60,6%) dos feirantes entrevistados são de mulheres. Esses dados são importantes para observar a inserção da mulher no espaço da feira, pois como Garcia-Parpet (2008b) apresentou no seu estudo, as mulheres foram historicamente marginalizadas desses espaços, mas que com as transformações ocorridas no Nordeste, caso estudado pela autora, as mesmas foram conquistando oportunidades nas feiras.

A região passou, durante os últimos 50 anos, por transformações econômicas e sociais bastante profundas, que tiveram, entre outras conseqüências, importantes repercussões sobre as redes de comercialização, provocando um forte crescimento do número de vendedores nas feiras, em especial do número de mulheres. Recenseamentos de feirantes por nós efetuados em 1982 e 1989 (2) em uma feira situada no limite da zona úmida do estado da Paraíba revelaram um crescimento de 49% no número de vendedores durante este período (o que significa uma taxa de crescimento de 5,9% por ano), enquanto o número de mulheres cresceu 60% (taxa de crescimento: 7%); em 1989, elas ocupavam 26% dos pontos de venda (GARCIA-PARPET, 2008b, p. 01).

Questiona ainda a autora se esse crescimento da presença feminina nas feiras do Nordeste do Brasil, já que era um espaço tradicionalmente masculino, é suficiente para se afirmar que a divisão sexual do trabalho, muito acentuada e que restringia as mulheres ao universo doméstico, privado está sendo questionada? Nossa indagação se dá no próprio espaço da feira, especificamente dentro da hierarquia dos produtos comercializados por feirantes do sexo masculino e feminino. Ao analisarmos, notamos que as categorias “Alimentos e Bebidas” e “Beleza e Saúde” têm a maior proporção (43,8%, 14,8%, respectivamente) de feirantes do sexo feminino comercializando-os, as demais – utilidades domésticas, serviços oferecidos, entretenimento e outros serviços – são comercializadas pelos homens. De uma maneira geral, nas atividades “mais nobres” ou típicas de homens, prevalecem vendedores do sexo masculino. Enquanto que nas atividades mais periféricas ou “de mulher”, pelo desdobramento dos ‘afazeres’ de casa, temos uma grande proporção de mulheres à frente.

Gráfico 3.5 – Principais linhas de produtos ou serviços comercializados por feirantes



Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Os *insights* apresentados nas falas dos entrevistados nos mostram que “as disposições econômicas não são externas aos indivíduos, mas endógenas e dependentes de uma história,

dos próprios sujeitos que são situados no espaço social, portadores de uma história individual e coletiva” (BOURDIEU, 2000, p. 20). Quer dizer, o negócio na feira é uma atividade econômica e social, onde pessoas acionam mecanismos (experiência dos pares com negócio, existência da feira, facilidade de se iniciar na atividade por precisar de pouco recurso econômico inicial, sem necessariamente ter anos de estudo, etc.) para sua reprodução social.

Esse “negócio da feira” mostra existir uma significativa média de trabalho dos entrevistados nas praças de comércio (19,7 anos) e possibilita levar em consideração dois aspectos importantes: *que eles têm certa estabilidade com a atividade da feira e que há um reconhecimento de tal trabalho enquanto prática social dos indivíduos*. Por outro lado, percebemos uma rotatividade dos sujeitos que exercem tal atividade, uma vez que têm proporcionado ingresso de novos feirantes (10,2% dos entrevistados possuem menos de um ano nessa atividade). Este ingresso é realizado, na maioria dos casos, de duas formas: pelo **primeiro contato** e a **definitiva**. Nessa última, eles já executavam atividade na feira como ajudante, e agora tornam-se os responsáveis em substituição aos que se desligaram da atividade por abandono, aposentadoria ou outra causa⁴². Na forma pelo **primeiro contato**, os feirantes se inserem por ter encontrado na feira uma saída de sobrevivência.

Avaliando-se a renda obtida com a atividade da feira, notamos que não existe uma satisfação com a receita declarada pela maioria dos feirantes, que é muito baixa. Uma grande proporção (74,2%) declarou que obtém uma renda inferior a quatro salários mínimos mensais, sendo que 42,8% situam-se entre 1/2 e 2 salários mínimos. Os depoimentos de alguns feirantes indicam ser esse um dos principais fatores de insatisfação com relação à atividade. Cabe ressaltar que alguns feirantes também se mostraram insatisfeitos por não possuírem os benefícios sociais que usufruem outros trabalhadores assalariados, tais como férias, décimo-terceiro salário, vale-transporte, vale-refeição, plano de saúde, etc.

Os problemas nas condições socioeconômicas dos feirantes mostram uma disparidade entre os sujeitos pesquisados, como também entre eles e os demais grupos sociais. Um dos mecanismos utilizados para responder à essas condições é a comercialização dos produtos e serviços, o que, por si, não consegue resolver. Obviamente, isso acontece porque existem peculiaridades nos *modos de viver e trabalhar* desses indivíduos que não são enxergadas sem a compreensão da “peculiaridade do negócio de feirante”.

⁴² A forma definitiva de atividade executada na feira é importante também para compreender a grande queda de anos de trabalho nela que acontece a partir dos 31 anos de vida como feirante.

Embora possamos observar uma mobilização dos entrevistados para sua reprodução social e econômica, estes continuam com problemas da falta de representação e reconhecimento perante vários setores da sociedade. Uma das explicações para isso está relacionada a pouca organização social e política dos feirantes, para que possam se manter e participar de forma que a feira possa se estruturar e mostrar sua importância para a realidade local, regional e, de alguma forma, global.

O argumento levantado tem relação, por exemplo, com a insatisfação de feirantes com a mudança na gestão administrativa da feira de Delmiro Gouveia. Anteriormente realizada pela prefeitura municipal, esta justificou a transferência do seu trabalho de gestora, para um serviço terceirizado, devido à falta de recursos financeiros do poder público municipal. Entretanto, os feirantes informaram que não foram consultados sobre tal decisão e que, com a atual gestão, a estrutura física e de segurança pioraram. Na de Água Branca, muitos disseram que estavam indignados porque somente algumas pessoas ganharam bancas da prefeitura, sem, contudo, ser realizado um sorteio ou algo do tipo. Além disso, notaram que existe uma proposta de mudança no local de instalação da feira, mas até o momento da realização deste trabalho não haviam consultado-os.

Observamos nas falas dos entrevistados uma inquietação sobre a forma como estava sendo conduzida a gestão das feiras. Entretanto, mesmo diante disso, até o momento de realização das entrevistas, não havia, por parte dos feirantes, uma entidade representativa. Quando questionamos se existia alguma associação ou cooperativa para discutir esses casos, informaram-nos que não havia uma entidade representativa, mas mais da metade (69,2%) tinha vontade que sua feira tivesse uma associação. Para alguns feirantes, chegou a existir um movimento para constituição de uma associação, depois que aconteceram esses eventos, mas a proposta está parada por conta de um conflito político entre feirantes e também pela falta de participação e contribuição do próprio grupo na estruturação da parte física da entidade. Para se ter uma ideia, uma grande proporção (90,1%) não teve interesse em fazer parte da comissão organizadora da entidade e nem da estrutura administrativa, constituindo assim um grupo fragmentado do ponto de vista de sua organização.

Por outro lado, alguns destes feirantes participam de outra entidade representativa (23,3% deles estão filiados a algum sindicato), geralmente ligada a outra atividade desenvolvida, o que mostra a fragilidade representativa da feira. Devemos salientar ainda que existe participação, em alguns momentos, de feirantes, na reivindicação das condições da feira. Podemos citar, por exemplo, o abaixo-assinado criado pelos feirantes para retirada da empresa terceirizada que administra a feira de Delmiro Gouveia, particularmente esse mecanismo ganha

concretude porque existe uma permanência das práticas simbólicas⁴³, desde as trocas comerciais às sócio-culturais, como veremos a seguir.

Tabela 3.4 – Caracterização socioeconômica de feirantes

Características	Feirante em Água Branca n (%)	Feirante em Delmiro Gouveia n (%)	Total n (%)
Idade (anos)			
Média	157 (43,3)	350 (43,4)	507 (43,4)
12-19	6 (3,8)	31 (8,9)	37 (7,3)
20-29	22 (14,0)	43 (12,3)	65 (12,8)
30-39	34 (21,7)	59 (16,9)	93 (18,3)
40-49	37 (23,6)	89 (25,4)	126 (24,9)
50-59	34 (21,7)	73 (20,9)	107 (21,1)
60-69	17 (10,8)	41 (11,7)	58 (11,4)
70-79	7 (4,5)	10 (2,9)	17 (3,4)
80-90	0 (0)	4 (1,1)	4 (0,8)
Sexo			
Masculino	62 (39,5)	138 (39,4)	200 (39,4)
Feminino	95 (60,5)	212 (60,6)	307 (60,6)
Escolaridade			
Sem escolaridade	27 (17,2)	44 (12,6)	71 (14,0)
Fundamental incompleto	94 (59,9)	234 (66,9)	328 (64,7)
Fundamental completo	4 (2,5)	12 (3,4)	16 (3,2)
Médio incompleto	12 (7,6)	16 (4,6)	28 (5,5)
Médio completo	13 (8,3)	38 (10,9)	51 (10,1)
Superior incompleto	5 (3,2)	1 (0,3)	6 (1,2)
Superior completo	2 (1,2)	5 (1,4)	7 (1,4)
Anos de trabalho na feira			
< 1	15 (9,7)	36 (10,4)	51 (10,2)
1-10	45 (29,2)	118 (34,0)	163 (32,5)
11-20	41 (26,6)	105 (30,3)	146 (29,1)
21-30	27 (17,5)	55 (15,9)	82 (16,4)
31-40	15 (9,7)	19 (5,5)	34 (6,8)
41-70	11 (7,1)	14 (4,0)	25 (5,0)
Renda (salário mínimo)			
½ a 2	87 (55,4)	180 (51,4)	217 (42,8)
3 e 4	53 (33,7)	106 (30,2)	159 (31,4)
> 4	17 (10,8)	114 (32,6)	131 (25,8)

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

⁴³ Disseram-nos que foi fácil e prazeroso realizar o ato do abaixo-assinado, porque os feirantes levavam para os outros no dia da feira, conversavam, discutiam tanto sobre o assunto em questão como outros que iam surgindo, o que mostra a particularidade em fazer a feira.

Tabela 3.5 – Processo de representação política de feirantes

Características	Feirante em Água Branca n (%)	Feirante em Delmiro Gouveia n (%)	Total n (%)
Interesse na criação de associação ou cooperativa para feira			
Sim	130 (82,8)	221 (63,1)	351 (69,2)
Não ou Tanto Faz	27 (17,2)	129 (36,9)	156 (30,8)
Interesse em participar da gestão administrativa da feira			
Sim	19 (12,1)	31 (8,9)	50 (9,9)
Não	138 (87,9)	319 (91,1)	457 (90,1)
Participação em outras entidades representativas			
Sim	46(29,3)	72 (20,6)	118 (23,3)
Não	111 (70,7)	278 (79,4)	389 (76,7)

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

3.2.3 O “negócio de feirante”: suas particularidades e conexões

Figura 3.4 – Detalhe das condições de trabalho de agricultores feirantes



Fonte: acervo do pesquisador, 2011.

A figura 3.4 faz menção ao espaço precário com que um casal de agricultores feirantes comercializa seus produtos. É final de feira, já venderam seus produtos, estão lanchando e aguardando o transporte para voltar ao seu sítio. Eles representam muitos dos feirantes (68,4%)

que reivindicam melhores condições de trabalho e benefícios de trabalhadores regularizados, alguns justificam que a renda na feira não permite normatizar sua situação para receber tais benefícios. Quando nos remetemos a regularização desta atividade, encontramos enormes dificuldades porque, no Brasil, não existe um estatuto nacional que legitime a atividade de feirante como uma categoria profissional, tendo que legitimar-se dentro de outra categoria, no caso dos feirantes agricultores familiares, por meio dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Em outras situações, são criados estatutos de forma particular para cada feira, como são as inúmeras feiras agroecológicas, com um estatuto de associação ou cooperativa própria. Nos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia, por falta de um estatuto próprio/associação, o exercício da atividade de feirante é reconhecido localmente entre os gestores municipais somente para pagar uma taxa de manutenção do local e atividade⁴⁴, e não enquanto profissão regulamentada pelo Estado.

Em virtude dessa frágil identificação da atividade dada pelo gestor público, ela ainda se mantém desatualizada. Dizemos isso porque muitas bancas das feiras estão registradas em nome de outras pessoas. Para se ter uma ideia, a maioria dos entrevistados (95,8%) paga uma taxa para exercer o “negócio de feirante”, sem ser o devedor oficial, isto acontece porque os fiscais não fazem a atualização de seus dados. Por outro lado, esses não têm interesse nessa mudança, sendo a transferência realizada informalmente aos seus familiares e/ou demais interessados em comprar. A sucessão na família geralmente acontece ao filho, já que a filha é ensinada a cuidar da casa, percepção inclusive de muitas mães feirantes. Isso acontece porque o ser feirante se encontra na formação de uma categoria de trabalho diverso, mas que em um determinado momento de suas vidas, passa a orientá-los, torna-se um *habitus*, ou seja, “um conjunto sistemático de disposições interiorizadas que guia a ação” (BOURDIEU, 2004, p. 80-81).

Vale ressaltar que uma grande proporção (49,3%) de feirantes conseguiu a permissão do espaço da feira diretamente pelo órgão fiscalizador, porque houve mudança na localização das duas feiras, mas há uma tendência a sucessão familiar nesses espaços (20,3%). Consideremos, por outro lado, que existe uma maior tendência (43,9%) a sucessão familiar na feira de Água Branca do que na de Delmiro (9,7%). No “negócio de feirante”, quase a metade (46,7%) dos entrevistados nos disse que envolve duas pessoas da família para realizar a atividade, frequentemente constituída pelo casal, ou pelo feirante mais um filho. Além das

⁴⁴ Isto não significa que os demais – que expõe seus produtos em carros, mãos, braços, etc. – não sejam feirantes, pelo contrário, eles se reconhecem, mas o poder municipal não.

duas pessoas, uma parte significativa dos feirantes (33,5%) declarou utilizar-se de geralmente três pessoas para desenvolver a atividade, principalmente aqueles que são Agricultores Familiares. Vale salientarmos também que uma parte dos entrevistados (19,7%) desenvolve a atividade sozinho, esse grupo, geralmente formado por feirantes comerciantes, trabalha com pequeno número de produtos, adquirindo-os junto aos atacadistas, repassando a mercadoria ao consumidor, sem muita agregação de trabalho.

Vimos que existe uma estabilidade no “negócio da feira” em parte ligada a idade dos feirantes. Entretanto, outro mecanismo que possibilita sua permanência está ligada ao fato de mais da metade dos feirantes (59,6%) a considerarem como única atividade para sua manutenção socioeconômica, mesmo que trabalhando em mais de uma feira, como acontece com muitos desses feirantes (61,0%). Eles realizam o que chamam de “circuito das feiras”, nas principais praças de comércio da região: Água Branca (segunda-feira), Delmiro Gouveia (sábado), Pariconha (domingo) ou Piranhas (domingo). Por outro lado, não significa dizer que os 40,4% dos demais entrevistados, que exercem outras atividades, não se façam neste “circuito”, pelo contrário, 23,7% deles, além de estarem em outras ocupações, também se fazem em mais de uma feira, geralmente na de Delmiro Gouveia e Água Branca.

Uma das explicações para os feirantes, que exercem outra atividade, ainda terem condições de comercializar em mais de uma feira é sua estratégia de produção. Geralmente, eles procuram um sentido nas outras ocupações (ou vice-versa) que permita uma relação de afinidade. Para se ter uma ideia, a maioria (83,4%) das outras atividades executadas pelos entrevistados é desenvolvida para ter como destino a comercialização ou oferecimento do serviço na feira. Tomemos como exemplo os agricultores familiares, pois eles representam mais da metade (52,7%) dos entrevistados que exercem outra ocupação. A conexão entre essas atividades possibilita ao agricultor/feirante colocar seus produtos no mercado urbano, sem a exploração dos atravessadores, nem o controle da Central de Abastecimento de Alimentos dos municípios. Isso está relacionado ao que discutimos no capítulo teórico, da integração desses agentes aos espaços urbanos e, de certa forma, com o mercado local.

A discussão sobre as formas como camponês/agricultor familiar vem se reproduzindo socialmente, inclusive pelas maneiras como se relaciona com o mercado, é realizada por vários autores, para citar Shanin (1980), Wolf (1970) e Mendras (1978). Na caracterização que Shanin (1980) faz do camponês, ele deixa evidente a existência de forças externas ao campesinato que atuam no sentido de sujeitá-lo em prol da satisfação dos interesses dessas forças, dentre elas, chama atenção da interface, via trocas, entre agricultura camponesa e o restante do tecido social. Nesse sentido, Shanin argumenta: “[...] a submissão política e

econômica, intimamente ligadas à exploração pelas forças externas, permanecem como essência da economia política camponesa na maioria daqueles países nos quais o campesinato constitui a maior parte da população” (SHANIN, 1980, p. 59).

Wolf (1970) procura apresentar tais relações no seu estudo sobre o camponês. Ele discute os tipos de relacionamento do camponês com o mundo exterior à sua propriedade, descrevendo os sistemas de formas comunitárias existentes na Índia e Europa medieval com as redes de trocas do mercado. Estuda os mercados e as vinculações do campesinato, além das formas de influência desse mercado com a composição dos preços das mercadorias, bens e serviços e os fatores de produção: terra e trabalho. Observamos que o camponês se integra parcialmente aos mercados, utilizando para isso, às relações de proximidade e de interconhecimento, precisamente porque a redistribuição familiar ou local da produção é tão importante e estruturante como a necessidade material da aquisição de alguns bens e produtos diversificados junto ao mercado (MENDRAS, 1978, p. 11-23).

Portanto, a integração ao mercado e à sociedade nacional (administração, escola, igrejas, serviços públicos e privados) têm levado os camponeses a dotar-se de novas estruturas de representação, de cooperação e de troca monetária, sem abandonar completamente as formas de organização e, sobretudo, os valores e as práticas da reciprocidade camponesa. Entretanto, para análise mais profunda sobre estes grupos com suas formas de organização, discutiremos, no próximo capítulo, fragmentos dos seus *modos de viver e trabalhar* que se engendram com as feiras.

Assim como os camponeses/agricultores familiares, outros grupos têm a possibilidade da venda da própria produção e serviços pela atividade feirante. Como é o caso das donas de casa (9,3%), elas se conectam ao trabalho na feira porque nessa última as mesmas vendem os lanches que são preparados em casa *pari passu* ao preparo dos alimentos para família e demais afazeres domésticos.

Outro grupo observado, que interage entre suas atividades, é o do carpinteiro (5,9%), ele trabalha durante alguns dias na feitura dos objetos que serão vendidos nas feiras como também nos que foram encomendados (tanto por clientes da feira, quanto sua vizinhança); as promotoras de vendas (5,4%) são conhecidas como sacoleiras, porque passam nas casas vendendo os produtos, geralmente roupas, perfumes e bijuterias, mas por não conseguirem dá conta de todos os clientes, expõem seus produtos em sua banca no dia de feira; assim como carpinteiro, a costureira leva sua produção para vender na feira, só que além de feirante a costureira cuida também das tarefas domésticas; o músico anuncia e contrata shows durante a venda de seus produtos (frutas e verduras) na feira. Outras atividades não têm relação direta,

mas, segundo eles, influenciam na comercialização de seus produtos (professora, funcionário público, barbeiro, moto taxista, estudantes e cabeleireiros), através do interconhecimento, “*eles preferem comprar na minha banca que em outras, porque já somos conhecidos, amigos, parentes [...]*” (Carmem, feirante de Delmiro Gouveia, 42 anos).

Carmem é feirante, professora e dona de casa na cidade de Delmiro Gouveia, tem 42 anos de idade, casada, ajudante do esposo na administração da família. tem cinco filhos, alguns moram com ela e os outros em outras casas da mesma cidade, o esposo é motorista e ajuda a organizar os alimentos que serão levados por ela, marido e filhos à feira, no dia do evento.

Assim como as clientelas de Carmem, observamos na fala de muitos dos feirantes entrevistados que seus principais fregueses são amigos, vizinhos, vizinhos de amigos/parentes/conhecidos, parentes seus ou de alguém de sua família. Outros diziam que, embora não conhecessem “*muita coisa*” sobre a sua clientela, sempre lembravam muito bem da fisionomia de quem já tinha ido alguma vez comprar seus produtos; e para “*quebrar o gelo*” sempre se remetiam a algo que havia acontecido no último encontro, segundo eles, os fregueses ficam se sentindo “*como se tivessem em casa*”. Esses aspectos são importantes para o reconhecimento de que existem, no negócio de feirante, práticas simbólicas, como veremos a seguir.

Tabela 3.6 – O “negócio de feirante”: suas particularidades e conexões

Características	Feirante em Água Branca n (%)	Feirante em Delmiro Gouveia n (%)	Total n (%)
Condições de Trabalho			
Normal	59 (37,5)	101 (28,8)	160 (31,6)
Ruins por falta de infra-estrutura e benefícios sociais	98 (62,4)	249 (71,1)	347 (68,4)
Pagamento de taxa			
Sim	149 (94,9)	337 (96,2)	486 (95,8)
Não	8 (5,1)	13 (3,7)	21 (4,2)
Licença para uso bancas/boxes			
Pelo do órgão fiscalizador	42 (26,8)	208 (59,4)	250 (49,3)
Herança	69 (43,9)	34 (9,7)	103 (20,3)
Compra	37 (23,6)	96 (27,4)	133 (26,2)
Não tem/ ambulante	9 (5,7)	12 (3,4)	21 (4,2)
Pessoas envolvidas no “negócio de feirante”			
1 pessoa	18 (11,5)	82 (23,4)	100 (19,7)
2 pessoas da família	83 (52,9)	154 (44,0)	237 (46,7)
2 ou 3 pessoas da família	56 (35,7)	114 (32,6)	170 (33,5)
Atividade dos entrevistados			
Feirante	71 (45,2)	231 (66,0)	302 (59,6)
Outras atividades + feirante	86 (54,7)	119 (34,0)	205 (40,4)
Outras atividades executadas			
Para fins diretos da feira*	79 (91,9)	92 (77,3)	171 (83,4)
Para fins indiretos da feira**	7 (8,1)	27 (22,7)	34 (16,6)

* Agricultura Familiar (52,7%), Carpinteiro (5,9%), Venda de Lanche (2,9%), Promotora de vendas (5,4%), Dona de Casa (9,3%), Fabricação de artesanato (2,9%), Caminhoneiro (3,4%) e Costureira (1%).

** Professor/a (2%), Funcionário Público (3,9%), Comerciante (3,9%), Barbeiro (0,5%), Moto-taxista (0,5%), Estudantes (4,4%), Músico (0,5%) e Cabeleireiros (1%).

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

3.2.4 Interações e trocas simbólicas dos feirantes



Observamos na figura 3.5 trocas simbólicas entre feirante e freguês que ultrapassam a simples comercialização de produtos. Esse fato vai de encontro aos vários discursos sobre as feiras, principalmente de que são lugares onde se realizam simplesmente trocas mercantis de produtos e serviços; e que os negociantes só estão lá porque não têm outro lugar ou meios para garantir suas condições de vida econômica e social. Essas informações se tornam uma imagem disseminada fora como também dentro destas praças de comércio. Entretanto, a representação tecida nas feiras, visualizada na figura 3.5, mostra que existe uma variação de formas como os indivíduos encaram suas inter-relações, elas se dividem quanto ao melhor lugar para a realização das compras semanais. As concepções negativas sobre esses lugares variam, por exemplo, na ênfase da falta de qualidade e preço nos produtos comercializados; às positivas enfatizam, principalmente, a importância das relações de proximidade para reprodução social dos indivíduos que frequentam as feiras. A saber:

Alguns que compram nos supermercados alegam ter estes estabelecimentos preços mais baratos do que a feira, além de uma melhor qualidade, como diz uma feirante:

Olhe, eu não vou mentir para você, vendo aqui na Feira, mas as mercadorias dos supermercados são as vezes mais baratas. Só alguma coisa é que eu compro aqui, por exemplo, a carne daqui é melhor e mais barata. Tem um marchante que eu sou freguesa dele faz tempo, ele já deixa a minha carne reservada, só você vendo que carne boa. Tem uma coisa também, no supermercado as coisas são mais limpas, mais arrumadas [...] (Valéria, feirante de Delmiro Gouveia, 50 anos).

Outra feirante faz a seguinte observação:

Eu tanto compro aqui [na feira], como lá no comércio, mas eu estou notando que os preços de lá, do comércio, estão ficando mais baratos, a carne mesmo que compro aqui, a seis reais o quilo, vi no mercadinho perto de casa, a cinco reais e um pouco, desse jeito é melhor comprar tudo lá mesmo, pelo menos fica perto de casa e eles ainda vão deixar na porta de minha casa. (Francinete, feirante de Delmiro Gouveia, 37 anos).

Uma vendedora de cheiro verde, por outro lado, observa claramente a importância das relações pessoais e da facilidade de crédito pessoal na definição de sua escolha pela feira:

Eu prefiro fazer minhas compras aqui mesmo, porque todo mundo me conhece, e quando o apurado não é suficiente para fazer minhas compras, sempre tem algum conhecido que me vende para eu pagar na outra semana. Nesses comércios, aí, eles só vendem a dinheiro, você sabe disso! Se você tem dinheiro leva a mercadoria, se você não tem, eles não vão confiar [...] (Quitéria, feirante de Delmiro Gouveia, 62 anos).

Em uma entrevista com uma feirante de vestimentas, ela deixa clara a opção de comprar na feira como uma tomada de consciência em defesa desse mercado, e da sobrevivência dos colegas feirantes.

Eu faço todas as minhas compra aqui mesmo [na Feira], até de roupa. Veja bem, se eu negocio com roupa, por que é que eu vou comprar em outro lugar? Dessa forma, eu não estaria valorizando minhas mercadorias, como eu ia querer que alguém comprasse de mim? Eu gosto que as pessoas comprem a minha, para me ajudar, então eu compro aqui para ajudar os meus companheiros. Os donos de lojas e desses comércios já têm muito dinheiro, quem precisa mesmo de ajuda somos nós, que vivemos nesse sacrifício, desde que a Feira se ‘acabou’ (Marli, feirante de Água Branca, 39 anos).

Valéria, Francinete, Quitéria e Marli são mulheres feirantes, com pontos convergentes e divergentes em suas histórias de vida, principalmente com olhares diferenciados sob as praças de comércio. A primeira é casada, ajudante do esposo, com 10 filhos, uns moram com ela, outros na mesma cidade, em municípios vizinhos ou outras regiões do Brasil. A segunda, também é casada, ajuda o esposo, tanto pelas tarefas domésticas como com o dinheiro que ganha na feira; tem cinco filhos, que moram com ela. Quitéria é viúva, com cinco filhos, que moram próximos à ela; trabalha na feira e recebe o aposento e pensão do marido, para se manter e ajudar os filhos, quando precisam. A feirante Marli está separada, tem sete filhos, a maioria mora com ela, os demais migraram para região sudeste, para trabalhar como ajudante de pedreiro na construção civil; além de feirante, administra a casa e o negócio de confecções com suas duas filhas e, diz que “*com isso vai dando para viver*”.

Compreendemos que as falas das feirantes se inserem, em parte, aos aspectos representativos das feiras. Essas vivem os riscos a que estão expostas as instituições consideradas tradicionais, mas que as notamos em processo de ressignificação. O tradicional papel de atividade central que as feiras desenvolveram ao longo de muitos anos foi sendo dividido com as atividades modernas de cada época. Assim, a cidade, e, de certa forma, o

campo, foram incorporando trocas de bens e serviços produzidos pela lógica dos grandes comércios, indústrias e serviços, modificando, até certo ponto, o modo de vida das pessoas e suas instituições. Por outro lado, mecanismos de reciprocidade são meios que sempre existiram e permanecem na maioria das relações de trocas entre os feirantes e seus fregueses.

Para além da simples comercialização de produtos, confirmamos em nossa pesquisa que feirantes estabelecem trocas sociais (94,5%) no momento das trocas comerciais. As pessoas que realizam essas trocas intercalam conversas sobre parentes, conhecidos, dicas no preparo dos alimentos, situação sociopolítica da feira, e da realidade social que tomam conhecimento (74,4%); outros conversam, geralmente, assuntos relacionados aos produtos comercializados, mas com toque de cuidado para não tornar a conversa cansativa com o freguês (20,1%) e os demais manifestaram que não estabelecem conversações, porque o freguês se mostra áspero e respeitam sua posição (5,5%).

As trocas sociais que ocorrem durante a comercialização dos produtos e serviços representam as orientações de feirantes sobre continuidades e rupturas do que entendem por espaço, tempo, trabalho, família, etc. No segundo capítulo, por exemplo, observamos a ocorrência de um fato constrangedor em uma família de agricultores feirantes. O filho vestido com roupas femininas no Carnaval implicou o desaparecimento da família agricultora/feirante daquela praça, até perceberem – pelas conversas estabelecidas entre os pares e fregueses – ser aquela situação normal entre os jovens da época. As relações tiveram, nesse sentido, grande poder entre os sujeitos que frequentam estes espaços, inclusive para mudança de comportamento.

Em termos mais precisos, podemos dizer que existe, em grande medida, a troca de conhecimento referendada pela fidelidade do freguês a certos feirantes. Segundo esses, as informações trocadas dizem respeito ao interconhecimento entre vizinhos e parentes (47,5%), bem como às formas de preparo dos alimentos e “*remédios caseiros*” (15,4%), que são passados de geração a geração, muitas vezes através da tradição oral; outros assuntos (37,1%) como política, mercado, produtos, tipos de técnicas agrícolas, tais como: formas de produção, técnicas de cultivo e aspectos relacionados à qualidade dos produtos, são também inseridos nas trocas sociais das feiras.

Cada segmento da feira expressa de forma variada a profundidade dos tipos de informações que são trocadas nos momentos de interação comercial. No setor dos “*remédios caseiros*”, por exemplo, observamos que as interações entre os sujeitos ocorrem sob condições de muita confiabilidade; geralmente os feirantes são conhecidos dos fregueses ou foram

indicadas por pessoas de confiança, uma vez que se trata da busca de alívio para algum problema que afeta sua saúde ou de alguém próximo.

No setor da venda de roupas, bijuterias e calçados acontecem trocas simbólicas relacionadas a casamentos, divórcios, envolvimento afetivos proibidos, mercado, entre outros; no segmento das frutas e verduras, existe uma variação das trocas, que versam sobre receitas, interconhecimento e percepção do feirante sobre o mercado; satisfação com a atividade desenvolvida e perspectivas sobre o futuro de feirantes, técnicas de produção, mercado e política. É importante dizer que a maioria dos setores na feira comenta entre si e os fregueses que a variação dos preços dos seus produtos está relacionada às condições do mercado, e às próprias instabilidades sobre a perspectiva do futuro do negócio de feirante, como veremos a seguir.

Tabela 3.7 – Interações e trocas simbólicas dos feirantes

Características	Água Branca n (%)	Delmiro Gouveia n (%)	Total n (%)
Relação feirante-freguês			
Amizade	99 (63,1)	278 (79,4)	377 (74,4)
Comercial	10 (6,4)	18 (5,1)	28 (5,5)
Amizade e comercial	48 (30,6)	54 (15,4)	102 (20,1)
Assuntos trocados entre feirante-freguês			
Interconhecimento entre parentes e vizinhos	87 (55,4)	154 (44,0)	241 (47,5)
Receitas de alimentos	34 (21,6)	44 (12,6)	78 (15,4)
Demais assuntos*	36 (22,9)	152 (43,4)	188 (37,1)

* Política, mercado, produtos, tipos de técnicas agrícolas, tais como: formas de produção, técnicas de cultivo e aspectos relacionados à qualidade dos produtos.

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

3.2.5 Satisfação e perspectivas de futuro com o “negócio de feirante”

Figura 3.6 – Satisfação do feirante com o “negócio de feirante”



Fonte: acervo do pesquisador, 2011.

Ao analisarmos brevemente a figura 3.6, observamos uma satisfação do feirante com seu negócio. Ele mostra com prazer “*o apurado da feira*”, e que esse espaço possibilita sua reprodução socioeconômica. Entretanto, os feirantes de nossa pesquisa, de uma maneira geral, entendem que o mercado se apresenta sob dois vieses. **O primeiro** está relacionado ao fato dele se impor aos comerciantes, por isso precisam compreender a situação do mercado, pois direta ou indiretamente seus produtos e serviços estão conectados ao comércio e transações financeiras em geral. **O segundo**, é que a atividade das praças de comércio não é bem vista pelo mercado, pois fazem parte de uma forma peculiar de negócio, e por isso, muitas vezes, são marginalizados por vários setores da sociedade, inclusive pelo crédito bancário que não libera ou limita financiamento ao comércio informal.

Como vimos, a peculiaridade dessa atividade se dá pelas relações sociais e econômicas. Para se ter uma ideia, mais da metade (58,8%) dos feirantes diz ter fregueses fiéis, e para que isso permaneça, existe uma preocupação em está sempre os agradando; esse agrado vai desde a atenção em saber e contar as “*boas novas*”, ao aumento na quantidade de produtos e serviços pagos pelo cliente. Mas para além desses fatores diferenciais centrais da feira que permitem sua

permanência, verificamos que a maioria dos feirantes (56%) percebe ter ocorrido mudanças no comportamento do consumidor. Contudo é importante dizer que entre a maioria dos entrevistados, reconhecer a mudança não significa apresentar estratégias que fogem ao “jeitinho” de ser feirante, é *“preferível manter o diferencial tradicional da feira à impessoalidade dos grandes supermercados”*.

As relações sociais construídas nas feiras são, em grande proporção, de valores diferenciados aos dos supermercados. “Ainda há um lugar no qual a palavra vale mais que o código de barras. No grito do feirante, na pechincha do cliente, na piada sobre as frutas, no afeto das pessoas, a feira-livre sobrevive ao avanço das grandes redes de supermercados” (MELO, 2011). Entretanto, as relações construídas dentro de um modelo de higiene para melhor qualidade de vida, que deve ser medida por instituições especializadas, e as formas de crédito como moeda de trocas (cartão de crédito), por exemplo, fazem com que aumente cada vez mais a concorrência entre feira e supermercado.

Especificamente comparando a *“qualidade dos produtos”* atualmente comercializados nas feiras em relação à década passada, verificamos que mais da metade (60,2%) dos feirantes não acompanhou o crescimento das exigências criadas pelo mercado, diferente da rede de mercados que procura sempre se adequar ao modelo. Parte deles justifica que a qualidade dos produtos das feiras está igual ou melhor do que os vendidos anteriormente e outros dizem não ter condições de acompanhar as exigências da lógica mercadológica de grandes superfícies varejistas. Na verdade, são criadas perspectivas de entendimento pelos feirantes para justificar os produtos e serviços oferecidos diante de um novo olhar sobre o consumo e o consumidor.

Com o intuito de verificarmos a evolução do volume de negócios na feira, solicitamos aos feirantes que comparassem a quantidade de produtos comercializados “hoje” com a década passada. Segundo a maioria deles (76,7%), as vendas diminuíram em consequência das facilidades de compra que tiveram seus fregueses em outros locais. Uma feirante explica: *“antes dona Maria comprava mais fruta e verdura aqui comigo, hoje leva menos [...] ela disse que agora compra somente para o marido e ela, os filhos estão todos casados [...] agora esse pessoal compra em outros lugares, nos supermercados [...] assim vou perdendo muitos dos meus fregueses, porque quase não vem gente nova”*. (Quitéria, feirante de Delmiro Gouveia, 62 anos)

Existe uma resistência dos feirantes com relação aos aspectos transacionais dos produtos e serviços oferecidos nas feiras, porque ainda conseguem manter uma certa estrutura de fregueses, inclusive com o diferencial do fiado por confiança (peculiar a feira) ao do cartão de crédito (gerenciado por instituições financeiras). Por outro lado, notamos que feirantes

acreditam no investimento dos aspectos visuais das feiras (remodelação das bancas, tabuleiros novos, balança eletrônica, melhor apresentação visual dos produtos e forma de exposição, seleção dos produtos e separação das mercadorias) porque são atitudes que agregam valor ao produto e ao serviço proporcionando um retorno socioeconômico correspondente em termos do aumento das vendas e reconhecimento social da categoria.

Portanto, os feirantes apresentam um perfil com códigos socialmente construídos. **Em parte**, sobre inovações de ações e técnicas de trabalho, **em outra**, pelo que são repassados histórico e culturalmente. Esses têm o propósito de manutenção e, por conseguinte, da permanência do *status* e da instituição, bem como a sua finalidade, que entre as demais, também é de transformação, para nele se adaptar a partir das mudanças que produzem coletivamente. Faz parte da história do homem a criação e recriação de suas condições de vida em todas as épocas e em todos os lugares.

Podemos dizer, em outras palavras, que o “negócio de feirante” é uma estrutura que vai se modificando e/ou resistindo nas feiras. Para se ter uma ideia, mais da metade (55,4%) dos feirantes entrevistados não deseja mudar de profissão e está satisfeita com a atividade exercida; os que desejam (33,3%), disseram-nos que ainda não fizeram por falta de uma oportunidade que ofereça melhor renda ou porque – construíram sua história de vida em cima das feiras – têm esperanças de melhorias do contexto socioeconômico; alguns deles (11,2%) também desejariam, mas acham que não tem jeito, não sabem como poderia acontecer essa mudança. Caso somemos essas duas últimas categorias, teremos uma representação de quase metade (44,5%) com desejo de mudança da atividade de feirante.

Não podemos negar que parte dos interesses por mudanças, projetadas nestes agentes sociais, encontra-se diretamente influenciada pelas circunstâncias do jogo constitutivo da economia de mercado que não dá espaço para essa forma de comércio. Por outro lado, estes sujeitos acionam mecanismos em suas práticas sociais que permitem uma permanência da chamada *economia informal e popular*. Esta economia pode ser caracterizada, diante de um olhar apressado, pela baixa lucratividade, ocasionando pobreza, subemprego e, conseqüentemente, precárias condições de vida. No entanto, nossa análise vem mostrando mais que isso, são feirantes que a muito “*teimam no negócio da feira*”, mesmo sem o reconhecimento social mais amplo desta atividade, e conseguem se reproduzir econômica e socialmente dentro dos valores e lógicas variadas para manutenção local.

Nos dados coletados pela questão se eles haviam realizado algum sonho através do trabalho de feirante, muitos disseram que não (55,8%), porque o ganho naquela atividade “*dava mal para sobreviver*”. E quase a metade que disse sim (44,2%), o sonho estava ligado a

reprodução social de sua família, “foi trabalhando como feirante que conseguiu criar meus os filhos”, e “dá o que comer para eles”. Salientamos que o sonho não realizado estava ligado as justificativas destacadas pela ideologia do “sonho americano”, ter uma casa, carro ou moto; e, numa frequência bem reduzida, elas estavam ligadas às condições tradicionais do *status* fazendeiro, “comprar o cavalo que sempre teve vontade de ter”.

Verificamos que apesar das frustrações ocorridas no “negócio da feira” (falta de reconhecimento social mais amplo, melhoria na qualidade de vida, melhores condições de trabalho e seguridade social, etc.), a maioria dos sujeitos (95,1%) a considera importante e não tem vergonha de ser feirante (97,4%). Na verdade, o que pesa no descontentamento de muitos com a atividade (gerando insatisfação e desejos de mudanças) está relacionado às más condições socioeconômicas oferecidas a quem pratica esse negócio, não tendo assim *status* social.

Por outro lado, mesmo notando a permanência da feira pela perspectiva de reprodução da atividade vista pelos próprios feirantes, compreendemos que essas observações são um tanto incertas, tanto pelas condições socioeconômicas quanto pela sucessão familiar, uma vez que, muitos deles, não preveem sucessores entre os familiares para a atividade. Para se ter uma ideia, percebemos que menos da metade (33,3%) dos feirantes tem certeza que não haverá sucessor, devido principalmente à situação decadente porque tem passado essa atividade nos últimos anos; e um percentual significativo (39,1%) possui dúvida, se haverá ou não sucessores, principalmente porque não sabe qual será a decisão dos filhos, que ainda são jovens e estão estudando, além do que, alguns deles preferem que os mesmos estudem e arranjem outra profissão mais promissora. Apenas 27,6% dos entrevistados declararam ter certeza de que alguém da família dará continuidade ao negócio.

Podemos considerar que para parte dos feirantes, a depender das inter-relações, inclusive da elevação das vendas ou suas reduções, pode haver uma manutenção e desfalecimento das feiras. Caso específico, por exemplo, dos que vendem carnes, frutas e verduras e os cereais em grosso, eles têm maiores possibilidades de lucros, pois, há maior investimento material capaz de vender mais, mas também grandes perdas devido a esses investimentos. Entretanto, o diagnóstico não é simples, pois trata-se de uma instituição socioeconômica heterogênea, com muitas diferenças culturais dos agentes sociais e nos recursos utilizados para manutenção ou acumulação de capital. Para além da flutuação da oferta e demanda exigidos em grandes investimentos, existe também nas feiras agentes com forças para resistir a essas intempéries, sem grandes investimentos financeiros, como é o caso

dos agricultores familiares, grupo com maior destaque entre os feirantes produtores das feiras pesquisadas.

Conforme discussão apresentada no primeiro capítulo sobre agricultura familiar e mercado, os estudos revelam formas comerciais e produtivas destes sujeitos marcadas entre os limites da subsistência e da entrada em sistemas produtivos especializados. Sendo assim, é de suma importância reconhecer que a agricultura familiar tem uma participação muito importante dentro das feiras pesquisadas e que a compreensão dessas práticas sociais⁴⁵ pode contribuir no entendimento das feiras alagoanas e no seu reconhecimento econômico e social, como discutiremos no próximo capítulo.

Tabela 3.8 - Percepção do feirante sobre o mercado

Características	Água Branca n (%)	Delmiro Gouveia n (%)	Total n (%)
Frequência dos fregueses			
Toda feira	104 (66,2)	194 (55,4)	298 (58,8)
Quase sempre	21 (13,4)	86 (24,6)	107 (21,1)
Poucas vezes	32 (20,4)	70 (20,0)	102 (20,1)
Mudanças no comportamento dos fregueses			
Sim	89 (56,7)	195 (55,7)	284 (56,0)
Não	68 (43,3)	155 (44,3)	223 (44,0)
Adequação dos produtos às necessidades dos fregueses			
Sim	106 (67,5)	199 (56,9)	305 (60,2)
Não	51 (32,5)	151 (43,1)	202 (39,8)
Volume de negócio na feira, na última década			
Aumentou	27 (17,2)	71 (20,3)	98 (19,3)
Diminuiu	119 (75,8)	270 (77,1)	389 (76,7)
Não Sabem/Não responderam	11 (7,0)	9 (2,6)	20 (4,0)

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

⁴⁵ As práticas sociais dos agricultores familiares devem ser melhor compreendidas dentro das relações com as feiras porque existem nelas elementos (relações de proximidade, afetividade, trocas mercantis e de saberes) que não podem ser obtidos facilmente em outros espaços.

Tabela 3.9 – Satisfação e perspectivas de futuro com “negócio de feirante”

Características	Água Branca n (%)	Delmiro Gouveia n (%)	Total n (%)
Mudança de “profissão”			
Sim, mas ainda não tive oportunidade	53 (33,8)	116 (33,1)	169 (33,3)
Sim, mas não tem como	9 (5,7)	48 (13,7)	57 (11,2)
Não, estou satisfeito	95 (60,5)	186 (53,1)	281 (55,4)
Sonho realizado com trabalho de feirante			
Sim	73 (46,5)	151(43,1)	224 (44,2)
Não	84(53,5)	199 (56,9)	283 (55,8)
Importância da feira			
Sim	151 (96,2)	331 (94,6)	482 (95,1)
Não	6 (3,8)	19 (5,4)	25 (4,9)
Vergonha do “negócio da feira”			
Sim	4 (2,5)	9 (2,6)	13 (2,6)
Não	153 (97,5)	341 (97,4)	494 (97,4)
Sucessão familiar no “negócio da feira”			
Sim	53 (33,8)	87 (24,9)	140 (27,6)
Não	41 (26,1)	128 (36,6)	169 (33,3)
Não tem certeza	63 (40,1)	135 (38,6)	198 (39,1)

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Em síntese:

Consideramos, desse modo, que os perfis das feiras e de feirantes estruturam-se por trajetórias de instabilidades e permanências, principalmente pelos encadeamentos salientados abaixo.

1. Fazem parte de uma forma peculiar de mercado:
 - a) De importância significativa para manutenção da “dieta alimentar” e social dos territórios circunscritos;
 - b) Por oferecer produtos e serviços em formatos que, muitas vezes, não são reconhecidos pelas formas de mercado consolidadas na sociedade capitalista, as feiras são marginalizadas na participação de incentivos fiscais, financeiros e de seguridade social;
 - c) Da mesma maneira que muitos desses feirantes procuram em outras atividades meios para complementar sua reprodução, outras categorias de sujeitos procuram nas feiras estratégias para ampliar a renda familiar e possibilitar também sua reprodução social;

2. Essa forma peculiar das feiras somente é reconhecida pela compreensão da heterogeneidade dos agentes que se constituem pela interação entre vários espaços e dos negócios realizados:
 - a) Espaços não de passagem, mas de reconhecimento dos *modos de viver e trabalhar*;
 - b) Negócios que incluem relações de proximidade, que entram em conflito, resignificando-se, sem perder o caráter de sua importância.
3. Portanto, é necessário considerar que as feiras apresentam algumas proporções diferenciadas nas suas produções e reproduções. Além disso, lidam com uma tensão muito grande, compreender que suas formas de interações se dão pelas trocas comerciais de produtos de origem variada (artesanal e industrial) e serviços gerais, mas dentro do que lhe é peculiar: a trajetória de continuidade dos laços das redes conectadas. No próximo capítulo buscaremos compreender pelas práticas sociais de agricultores feirantes como são (re) construídas as lógicas que possibilitam sua manutenção.

CAPÍTULO IV

AGRICULTORES FAMILIARES E FEIRAS:

Traçando os seus Modos de Viver e Trabalhar

Introdução

Retomando o capítulo anterior, observamos existir lógicas que dão todo um caráter peculiar às feiras de Água Branca e Delmiro Gouveia. Essas são (re) significadas pelas práticas sociais dos indivíduos que se fazem nelas. No entanto, as análises realizadas naquele capítulo ficaram mais próximas dos fatores objetivos estudados, por isso, é necessário que façamos, a partir de então, a compreensão dos aspectos subjetivos dos sujeitos que se fazem nessas feiras. A seleção desses agentes foi feita segundo uma variedade de perspectivas, de forma a apresentar o grupo com maior expressão na atividade de produção para comercialização nessas feiras. O objetivo é compreender a experiência social de agricultores familiares feirantes segundo as práticas de indivíduos que se submetem e são submetidos aos processos sociais, e assim responder à questão de nossa pesquisa. Nesse âmbito, lembra Elias sobre a ação de indivíduos em sociedade e vice-versa.

É que, a rigor, o modo como uma pessoa decide e age desenvolve-se nas relações com outras pessoas, numa modificação de sua natureza pela sociedade. Mas o que assim se molda não é algo simplesmente passivo, não é uma moeda sem vida, cunhada como milhares de moedas idênticas, e assim o centro ativo do indivíduo, a direção pessoal dos seus instintos e de sua vontade; numa palavra, seu verdadeiro eu. O que é moldado pela sociedade também molda, por sua vez: é a auto-regulação destes. Dito em poucas palavras, o indivíduo é, ao mesmo tempo, moeda e matriz (ELIAS, 1994a, p. 184).

Temos de considerar, ainda, lembra Elias, que os atos e obras dos indivíduos singulares, entremeados na trama social, transformam-se em algo que foge à lógica da ação destas pessoas para si simplesmente. “Cada pequeno passo nessa trajetória foi determinado pelos desejos e planos de pessoas e grupos isolados; mas o que cresceu nesse trajeto [...] certamente não foi pretendido por nenhuma pessoa em particular” (ELIAS, 1994a, p. 58-9).

Nesse sentido, as práticas a serem discutidas buscam revelar as possibilidades de simultaneidades e distinções nas temporalidades das feiras estudadas. Seja através dos indivíduos que constroem suas experiências subjetivas pelas vias das tensões, conflitos e reações, seja por aqueles que articulam suas trajetórias de vida por meio de continuidades baseadas principalmente nas trocas intersubjetivas reorganizadas em termos da tradição. O

importante a considerar, é que no interior dessas práticas sobressai junto a todos os sujeitos pesquisados uma interação entre mercantilização e o *ethos* do interconhecimento.

Pela relação dialética entre aproximações e distanciamentos – pessoais, ideológicos, afetivos e profissionais – as práticas sociais de feirantes são expostas em *figurações* de tempos e espaços de maneira a evidenciar as experiências próprias em inter-relação. Na verdade, as “expressões de uma interação específica entre os sujeitos e a configuração social em que agem e convivem” (ELIAS, 1994a), despertam a possibilidade de explorar os significados atribuídos as feiras e aos seus agentes, mesmo que tais *figurações* revelem as tensões de identificação e conflito vividos por esses feirantes.

Além disso, salientamos que esses indivíduos aqui analisados são criados a partir de sua existência real e através de nossa narrativa a seu respeito. Isso nos concede alguma liberdade para descrevê-los a partir daquilo que contaram e observamos durante a pesquisa de campo, não caindo na assertiva de que eles são verdadeiramente assim. Como sentenciar Gadamer, a “interpretação cria e estabelece novas realidades” (2008, p. 359).

Entretanto, salientamos que o momento da descrição propriamente será realizado de forma a traçar características de relações de interdependências entre as experiências dos sujeitos singulares e as estruturas que estão mais próximas das *figurações*, definidas e em definições. Para isso, nos baseamos em Elias (1995), que diz ser possível discernir o que a pessoa podia fazer enquanto indivíduo e o que não era capaz de fazer diante das forças coercitivas impostas sobre ele. Sendo assim, apresentaremos os sujeitos que *figuram* essas feiras, trazendo para frente da discussão o até então “invisível”.

Os pontos de divergências avistados pelos indivíduos também contribuíram para nos situar nos caminhos traçados por eles. Embora saibamos que entre certos indivíduos isso é mais visível, não significa dizer que os demais não tenham tentado se projetar diante de tais circunstâncias de transformações. Enfim, procuraremos delinear, dentre os entrevistados, as formas de *viver e trabalhar* que mais nos chamaram atenção para encadearmos o enredamento desse capítulo.

4.1 Caracterização das unidades pesquisadas

A presença de agricultores familiares nos espaços das feiras é notável. Do total de pesquisados que exercem outra atividade, além da de feirante, mais da metade diz ser

agricultor. Por isso, para entendermos o *modo de viver e trabalhar* de feirantes agricultores, como dissemos anteriormente, entrevistamos 35 sujeitos⁴⁶, destes, 20 são do sexo masculino (13 de Delmiro, cinco de Água Branca e dois que trabalham nas duas feiras) e 15 femininos (sete de Água Branca, cinco de Delmiro Gouveia e três que trabalham nas duas feiras). O motivo desse perfil se deu porque, dentre outras circunstâncias que diferenciam e aproximam as trajetórias dos sujeitos, as mulheres, em sua maioria, consideravam-se *ajudantes* dos companheiros, e eram “*eles que poderiam responder melhor as entrevistas*”, segundo elas. Entretanto, quando observamos a análise em termos de feiras, vislumbramos um desdobramento do processo de ressignificação da identidade da mulher na feira de Água Branca, pois mais da metade delas diz ser chefe da família, enquanto em Delmiro, apenas uma entrevistada se considera assim; e das que trabalham nas duas feiras, todas se veem como *ajudantes* do marido.

A idade média do conjunto de entrevistados é de 48 anos, sendo que a idade entre eles varia de 25 a 80 anos. Todos os feirantes agricultores familiares são casados, e somente um deles não tem filho. A média de filhos é de 3,7 por entrevistado, mas nem todos moram com eles, pois já constituíram outras famílias, indo para sítios vizinhos, povoados ou outras regiões. É importante salientar que não existem grandes disparidades dos dados em se tratando de cada feira.

O grupo é constituído de sujeitos adulto-idosos; a maioria deles tem pouca ou nenhuma escolarização, realidade próxima dos demais feirantes. Especificamente falando, menos da metade de agricultores feirantes não foi escolarizada (13 entrevistados); 12 são escolarizados; menos de um terço tem o ensino fundamental incompleto (oito entrevistados); e apenas dois fizeram o ensino médio completo. Importa dizer ainda que dos entrevistados que não possuem escolarização, uma feirante agricultora, Cida (feirante nas duas feiras, 49 anos), diz que mora no povoado e frequenta o projeto Brasil Alfabetizado⁴⁷. Esses aspectos têm relação com o perfil dos entrevistados apresentado no capítulo anterior, principalmente pela falta de oportunidade e importância que esse meio de socialização teve para eles.

⁴⁶ As informações processadas neste tópico podem ser visualizadas no quadro 1.1, da introdução desta tese.

⁴⁷ O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), é realizado desde 2003. Ele está voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Desse total, 90% localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos.

Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12280&option=com_content&view=article, acesso em: 06.05.2012.

Salientamos que os feirantes agricultores entrevistados da feira de Água Branca possuem grau de instrução maior do que os da feira de Delmiro Gouveia.

Vale considerar que assim como a feirante agricultora que trabalha nas duas feiras, Cida, outras 19 pessoas também moram no campo e os demais entrevistados residem na cidade (em termos de feira, podemos dizer que a maioria dos feirantes de Delmiro mora na cidade, enquanto os de Água Branca moram no campo). Dos que moram no campo, 11 habitam no que chamam de sítio, oito nos povoados e um no assentamento. Para compreender essas formas e relações sociais “sobre um registro espacial”, que Brandão vislumbra como “espaço da vida”, remetemo-nos as denominações sítio e o povoado e suas conexões com o estudo de Brandão. Para esse autor “[o sítio é o] lugar onde se mora e trabalha como camponês [...] [no bairro é] o lugar que torna estável a cultura rural e, sobretudo, faculta que se torne comunitária a vida familiar dos sítios” (BRANDÃO, 1995, p. 61-74). No nosso estudo, observamos que os sujeitos pesquisados dão denominações próximas às analisadas por Brandão, principalmente ao termo sítio, sendo o bairro (na caracterização situada por Brandão) chamado por eles como povoado e assentamento.

Desses agricultores feirantes que residem nos espaços do campo e da cidade, todos exercem atividades sociais que ultrapassam as do grupo familiar. Para se ter uma ideia, observamos, entre as práticas de sociabilidade dos 35 entrevistados, que 12 frequentam festejos e festas (sendo que destes, sete moram no campo e cinco na cidade); nove preferem tomar café com vizinhos (sendo sete do campo e dois da cidade); quatro visitam amigos (três do campo e um da cidade); quatro visitam familiares (um do campo e três da cidade); três frequentam ou participam de partidas de futebol (um do campo e dois da cidade); dois jogam cartas/dominó (um do campo e da cidade) e um deles, que mora na cidade, gosta de caçar ou pescar com os amigos. Em termos proporcionais, os feirantes de Água Branca gostam mais de tomar café na vizinhança, ver futebol e visitar amigos, enquanto os de Delmiro vão mais para festas, jogar cartas/dominó e visitar familiares (envolvendo vizinhos e outros territórios).

Para a maioria (21 do total de entrevistados) dos feirantes agricultores o rádio é o principal meio de comunicação. Isso acontece porque, segundo eles, estão diariamente ouvindo o rádio, seja no trabalho da roça, casa ou feira. Entretanto, salienta um, “*não é que a feira não traga informação, pelo contrário de tudo a gente sabe lá*”. Outros (oito) disseram se informar mais pela televisão e seis disseram que se mantêm informado através da feira. Notamos que desses últimos, todos são da feira de Delmiro Gouveia.

Comprendemos, nesse sentido, que os feirantes possuem objetivos compartilhados que são atravessados pelas atividades produtivas, comerciais, políticas e sociais múltiplas;

esses estão relacionados desde a sua sobrevivência material à reprodução social dos mais variados sujeitos sociais, como é o caso dos agricultores familiares. De forma mais delineada, por meio das categorias selecionadas, veremos a seguir como os espaços das feiras podem ser vistos como locais onde a organização e participação social estimulam à disseminação de informações, intercâmbio e apoio aos processos produtivos, político e social intra e inter locais da agricultura familiar.

4.2 As práticas que interligam os *modos de viver e trabalhar* dos agricultores feirantes

Como apontamos na introdução deste capítulo, vislumbramos as práticas sociais de feirantes agricultores por meio dos referenciais teóricos construídos e pesquisa de campo realizada. Segundo esse delineamento, compreender um processo social requer tecer as relações entre os vários processos e explicações, de forma que essas não pareçam retalhos desconexos, mas sim que estejam frente a frente umas das outras, mirando-se, influenciando-se mutuamente e permitindo a discussão entre si. Entretanto, reforçamos que essas práticas não esgotam a realidade social estudada.

4.2.1 Lógicas de produzir e de viver: terra, trabalho e família

Os autores da sociologia rural têm trazido para o centro da discussão das categorias Agricultura Familiar e Camponês a importância da família no entendimento sobre sua reprodução social (ver capítulo 1). Aqui, não iremos retomar toda a discussão, mas é nosso objetivo apresentar como os sujeitos de nossa pesquisa a reconhecem em suas trajetórias de *viver e trabalhar*. Isso porque, como lembra Schneider (2001, p. 170), “[...] é no âmbito da família que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros e é em função desse referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas que visam garantir a reprodução social do grupo.” Ilustrativo desse fato é a informação seguinte:

Deixei o sítio [dos meus pais] porque me casei, e aí, você sabe, né? A gente precisa ter também o nosso lugar, foi quando os meus sogros ofereceram uma casa da rua para a gente morar, porque eles tinham de vir toda semana para o tratamento de

saúde de minha sogra. Aqui eu cuido da mulher e dos sogros [...] Trabalho na agricultura com meu pai, mas lá fico pouco [...] porque durante a semana ajudo no sítio do sogro e de outros agricultores, e aí trago as coisas deles e as minhas para vender na feira [...] minha mulher ajuda muito, é ela quem faz bolos e doces para, junto com os meus, vender na feira, e assim vamos vivendo (Justino, feirante de Delmiro Gouveia, 37 anos).

Justino é casado, tem três filhos, mora em Delmiro Gouveia e trabalha na feira deste município. Ele tem uma vida social ligada aos festejos e festas, com maior participação nos realizados no povoado dos seus pais e sogros. É o chefe do grupo doméstico, mas diz contar muito com a ajuda da esposa e procura sempre está próximo e ouvindo os conselhos da família dos seus pais e sogros; além disso, tem uma relação muito estreita com a vida no campo, segundo o mesmo “*eu deixei o povoado, mas o povoado não me deixou*”.

O argumento apresentado em parte da citação da fala de Justino tem relação com a situação com que foi se constituindo a realidade do alto sertão, especificamente com o processo de colonização e “modernização conservadora” discutida no capítulo “história das feiras”. Nessa esfera, o que prevaleceu foi à dedicação a grande produção para o mercado (algodão, cana-de-açúcar e criação de gado) deixando de lado o espaço para o camponês, que sempre produziu para o autoconsumo e o mercado local. Continuamente, contudo, a queda dessas grandes produções não alterou significativamente a demanda dos camponeses agricultores familiares por terra, como mostra a fala de Justino. O que acontece são estratégias criadas (morar na cidade para vender na feira e trabalhar na produção com pai, sogro e vizinhos) por esses agentes para procurar, de alguma forma, meios para que seu grupo familiar (pais, sogros, esposa e filhos) se reproduza socialmente.

Almeida (1986) destaca que muitos dos estudos sobre a organização da família camponesa “correspondem a questões econômicas e a questões extraeconômicas”. O autor salienta que os correspondentes às primeiras questões estão centrados na “ideia de *um modo de produção camponês*, com a natureza da família enquanto esqueleto externo desse modo. Estudam como a unidade familiar se reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo. As segundas questões “tratam de como a unidade familiar (ou um conjunto delas) se reproduz no ciclo geracional, ou seja, como famílias se perpetuam. Trata-se de um ciclo longo de reprodução” (ALMEIDA, 1986, p. 67).

Nesse sentido, observamos que o *modo de vida* dos agricultores familiares pode ser vislumbrado pela unidade específica entre a propriedade dos meios de produção e os *modos de viver e trabalhar* realizados pelos membros da família (WANDERLEY, 2009; TEDESCO, 1998; LAMARCHE, 1993). Por conseguinte, esta seção inicia a partir desses elementos e,

mais precisamente, do reconhecimento de que “[...] a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais [...]” (WANDERLEY, 1999, p. 25), o que torna a compreensão dessa diversidade instigante objeto de investigação.

Mesmo que indiretamente, a propriedade da terra tem um valor simbólico para os agricultores feirantes. Referimo-nos a isso porque alguns deles reorganizam os seus *modos de viver e trabalhar* de forma complexa, ao combinar estratégias no trato com a terra.

Para começarmos, destacamos que a maioria (29) tem posse da propriedade, e os outros arrendam terra (três), ou utilizam de alguma maneira (três) – como, cuidando da propriedade, geralmente, de parentes – para manter o valor simbólico constituído historicamente, de reprodução social. Salientamos ainda, que mesmo que a maioria seja de proprietários o tamanho e as condições dessas propriedades são insuficientes para reprodução econômica e social dos agricultores feirantes, como reconhecem.

Um exemplo desse conjunto simbólico de estratégias pode ser observado por Virgulino Pessoa. Ele é casado, tem duas filhas, mora no assentamento, é “*sindicalizado*”, presidente da associação do assentamento onde mora, participa do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS)⁴⁸ e é muito crítico às questões sobre o destino da Feira da Agricultura Familiar. Conta-nos que já estava com mais de dois anos que a prefeitura municipal de Delmiro Gouveia havia recebido recursos para equipar a feira livre do município. O projeto visava beneficiar os agricultores familiares que participaram do Programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF) e assim ampliar as possibilidades destes adquirirem outras habilidades e competências para comercializar seus produtos e também contribuir para melhoria operacional da feira, dando-lhe visibilidade pela oferta de produtos locais.

Virgulino nos disse que teve que romper, inclusive, com “*ideologias do movimento para ter acesso a algumas tarefas de terra*”, por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)⁴⁹. Apesar das críticas a esse modelo de reforma agrária, ele diz que foi uma

⁴⁸ Apesar de se constituírem em uma das mais importantes inovações institucionais na participação política brasileira, os conselhos de gestão municipal não garante em si um aprimoramento da forma de participação, pelo contrário, os conselheiros são formados geralmente a mando da elite local, principalmente em relação à cultura política, havendo fortes diferenças entre os representantes da sociedade civil e do poder público, podendo indicar uma correlação de forças desigual, prevalecendo o interesse de quem mais exerce poder sobre os demais grupos (MELO, 2009).

⁴⁹ Conhecida também como reforma agrária de mercado, esta política cria uma linha de crédito onde os participantes se reúnem em uma associação, procuram uma área a ser comprada pelo PNCF, daí os mesmos terão de pagar a parte referente à compra da terra, sendo que a infra-estrutura do projeto de assentamento fica a fundo perdido (MELO, 2009).

das estratégias adotadas para conseguir a reprodução social de sua família, já que o sítio de seus pais não oferecia condições de toda a família *viver e trabalhar* (eram nove; seis irmãos e duas irmãs). No assentamento, está produzindo feijão, frutas (goiaba, caju, manga e acerola) e verduras (alface, rúcula, couve-folha, coentro e cebola), além da criação de caprinos e galinhas.

Embora a propriedade da terra tenha sido estabelecida sob a lógica do Capital, inserindo estes sujeitos no universo mercantil, esta aproximação com uma ordem econômica não afetou seu significado moral. Como se refere Polanyi (1980, p. 214), “[...] a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado. A terra se liga, assim, às organizações de parentesco, vizinhança, profissão e credo.” Ou seja, não é simplesmente a existência de um mercado que cria uma “economia de mercado”, mas são as lógicas internas à comunidade local, a partir de critérios, os mais variados, que mantêm o controle dos mecanismos de troca (POLANYI, 1980; BOURDIEU, 2000).

É importante dizer que o cultivo e criação adotados por Virgulino, assim como para a maioria dos demais entrevistados, são destinados ao consumo, poupança e comercialização na feira. A poupança, para ele, é de fundamental importância porque participar do projeto de reforma agrária do PNCF requer um trabalho coletivo diferente, adotado dentro da “*lógica dos bancos*” e “*muitos dos participantes ainda não sabem muito bem lidar com ele*”. Por isso, é necessário que “*possamos dar um certo exemplo*” de como *viver e trabalhar* para “*esses companheiros de luta*”. Portanto, utilizando-se de um recurso exterior ao grupo, Virgulino procura um significado simbólico e valorativo da lógica interna para manter a terra em que se vive e constitui família, por uma moralidade que unifica os assentados em torno da identidade de proprietário. Desse modo, para Virgulino, ser proprietário é mais do que simplesmente possuir e usufruir da terra, é um ideal de autonomia e de liberdade frente às imposições externas, a que salienta, de certa forma também, Tedesco (1998).

Entretanto, podemos considerar que o processo de mercantilização da terra entra definitivamente no “*imundus da mercadoria*” (WOORTMANN, 1990) e, muitas vezes, ameaça a ordem moral que sustenta o mundo de sucessivas gerações, como o dos feirantes agricultores que não conseguem acesso a terra. Isso acontece, segundo o autor, porque a terra reverte-se em equivalente de mercadoria e se transforma em meio de produção, sendo acessada de acordo com as necessidades econômicas. Em termos extremos, o uso da terra passa a ser orientado pela “[...] ordem de primazia da lei dos homens para a primazia da lei das coisas; de um universo relacional para um universo atomizado; da sociedade para a

economia.” (WOORTMANN, 1990, p. 11). O que, de certa forma, podemos notar na fala do entrevistado Daniel,

Outro dia, fui à casa do prefeito saber se ele queria vender algumas tarefas de sua propriedade que ficava próxima a do meu sogro. Chegando lá, ele disse que estava loteando, e isso era resolvido na imobiliária dele, aí perguntei se ele não poderia dizer o valor, mas não disse e me mandou falar com sua funcionária. Fui embora e não quis saber mais disso, e foi até melhor, porque depois, quando tava anunciando na feira que queria comprar umas tarefas, um primo de meu compadre Zé, disse que havia umas próximas do meu pai e aí foi bom demais, porque ficou próximo dele, e o preço não estava muito alto, não. [...] Agora tendo o meu sítio, penso que dá para ir vivendo, e quando os meus filhos crescerem a gente pode procurar comprar mais, se eles quiserem, né? [...] os filhos estão procurando outros meios de vida sem ser aqui na terra, né? (Daniel, feirante de Delmiro Gouveia, 37 anos).

O agricultor feirante Daniel é casado, chefe da família, tem cinco filhos, mora no sítio do município de Delmiro Gouveia e trabalha na feira dessa cidade. Suas experiências no lazer estão ligadas as visitas familiares frequentes e as principais festas realizadas pelo grupo doméstico, como batizado e casamento. Daniel disse-nos que seu sítio ainda é muito pequeno para a reprodução social das gerações que possam vir. Atualmente planta nele feijão e macaxeira, mas pensa em ampliar, para isso vai pensar em uma estratégia com seu grupo.

Para conseguir comprar seu sítio, Daniel encontrou uma contraposição nas lógicas até então conhecidas por ele, principalmente porque as tarefas que lhes interessara estavam sob controle de um grande proprietário de terras, e esse lhe impunha preços e formas de negociação exterior aos conhecidos por ele; foi então quando encontrou no espaço da feira tarefas a vendas sob uma negociação simbólica, aos moldes já conhecidos, de uma lógica interna que prevalece junto aos camponeses/agricultores familiares. Essa é negociada e divulgada em espaços frequentados e construídos por esses sujeitos; espaços que, não menos pelo volume monetário de negócios e mais pela frequência de transações, constituem um importante universo de relações sociais.

As feiras criam dinâmicas de compra e venda de pequenas áreas, que variam de acordo com o momento conjuntural do mercado de terras e da própria unidade de produção. Especialmente em momentos de crise, o *grupo doméstico* é obrigado a se desfazer de um ou dois hectares para garantir recursos para a manutenção da família e realimentação do próximo ciclo de produção e, em situações mais favoráveis, readquire outras áreas, às vezes, ampliando ou reduzindo a extensão da propriedade original. Como afirma Wolf (1970, p. 28), o camponês tem que buscar alternativas para manter o equilíbrio no interior da unidade doméstica por uma dupla tensão: das suas próprias necessidades e as exigências de fora, daí da importância marcante e fundante dos fundos de manutenção do camponês. Por outro lado, a lógica do agricultor moderno se torna complexa quando traz à tona os *modos de viver e*

trabalhar de seus entes, como pode ser observado, por exemplo, na fala da entrevistada Creuza, sobre o processo de migração:

Eu queria muito que meus filhos cuidassem de tudo aqui, né? Os pais dos meus pais lutaram muito para conseguir ter esse sítio, mas como a gente não pode mandar nos filhos, depois que crescem, né? Veio até um pessoal aqui na feira para ver o sítio, mas ainda estou tentando acreditar que pelo menos um dos filhos venha embora, mas eles me dizem o tempo todo que não vêm, e que é para nós irmos morar na cidade [...] Já disse: só vou para cidade quando não puder mais ficar aqui, porque aqui eu tiro minhas coisas para vender na feira e também para eles levarem quando vêm, dá tanto gosto quando eles vêm e levam doces, carnes daqui, é como se nós fôssemos juntos. (Creusa, feirante de Água Branca, 40 anos)

A agricultora Creuza mora no sítio e é feirante da praça de comércio de Água Branca. Ela é casada e se considera a chefe da família. Tem dois filhos que foram morar em outro estado, após passarem por um período de migração temporária. Ela se reúne sempre com parentes e amigos nos festejos do povoado e da cidade, e nas festas de batizados e casamentos. Trabalha na feira desde criança e a frequenta regularmente, enquanto o marido trabalha na produção e transporte dos produtos a praça de comércio. Na fala de Creuza, compreendemos que o espaço de pertencimento está expresso em seu sentimento de reprodução, mas nota que ele passa por um estágio de rupturas e ressignificações, principalmente porque esses valores e ideais de origem, são reorganizados pelos filhos no processo de migração. Esses, a partir do contato com a cultura de destino, tomam como estratégias de produção, como explica Seyferth, no seu livro “Imigração e Cultura no Brasil” (1990), “aspectos principalmente econômicos e políticos que compõem uma dupla identidade mediante a qual os indivíduos passam a viver e trabalhar”.

Entretanto, independente do processo de migração, a crise do modelo *de viver e trabalhar* de camponeses tem origem, como analisa Woortmann (1990), no momento em que os filhos se recusam a continuar herdando a terra, isto é, quando começam a se perceber como indivíduos. No fundo, a recusa reflete o que Woortmann (1990) denomina como sendo “rachaduras do coletivismo interno familiar”, ou seja, falta de vontade dos filhos em aceitar o destino ocupacional dos pais, que tem como um dos seus fins manter uma estrutura produtiva ligada ao patrimônio da terra. Ao analisar esse processo de reprodução, Wanderley nota que “a unidade familiar de produção se reproduz como resultado de um rendimento indivisível, do qual é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra” (WANDERLEY, 2009, p.139). Por outro lado, para os que não conseguem mantê-la na reprodução do patrimônio, a terra vai sendo substituída pelo seu uso como meio de sobrevivência. Nesse caso, ela passa a representar um meio de produção e um capital acumulado que será utilizado em seguida na migração para a cidade quando a idade não

permite mais “o trabalho pesado” ou para “garantir um futuro para os filhos”, em outras ocupações.

Embora a lógica sobre a terra esteja sendo construída sob o limiar entre a “terra de trabalho” e a “terra de negócio”⁵⁰, existe uma ordem simbólica (ligação entre terra, família e trabalho) seguida pelos feirantes agricultores familiares. Esses agentes tomam para si o fundamento de uma ordem de incentivo e obrigação para o trabalho, porque nele está presente a virtude de superação, ligada à propriedade, formando o espaço social e a trajetória sequencial das estratégias de reprodução familiar e organização dos indivíduos (TEDESCO, 1998). Trabalhar é, para o feirante Antonio Zito, executar atividades que envolvem uma rede de interações socioespaciais, em suas palavras:

É assim. Faço muitas coisas ao mesmo tempo, trabalho na feira, agricultura, cuidado das criações, da minha gente [...] e tudo está ligado, né? Porque se não tenho onde plantar e criar, o que vou fazer na feira? Só comprar, não que não façamos isso, pelo contrário, compramos o que precisamos, mas é por que se não temos trabalho, falta dinheiro e não teríamos como comprar, né? [...] a gente vive nela [terra], ela é tudo para gente, porque se for colocar no papel de tudo a gente depende dela. (Antonio Zito, feirante de Água Branca, 48 anos).

Antonio Zito é agricultor, mora no sítio do município de Água Branca, cidade da praça de comércio que se faz como feirante e freguês. É casado e se considera chefe da família, com cinco filhos, casados e já constituindo outras famílias, em vários lugares. Ele está sempre interagindo com parentes e amigos – principalmente dos sítios vizinhos, povoados e da feira – para falar do trabalho na agricultura ou na feira, e também para se manter informado sobre os fatos que envolvem essas suas atividades e vida em geral.

A compreensão que Antonio Zito tem da terra e do trabalho encontra respaldo na discussão que Tedesco (1998) apresenta sobre o trabalho na terra. Para esse autor, por mais que se obedeça as exigências das culturas mercantis envolvidas, o trabalho na terra não está desvinculado das relações sociais que estruturam a família e sua ação *na, com e para* a natureza. Existem estratégias percorridas no processo do fazer-se das atividades que envolvem um conjunto de instrumentos e saberes (empírico e técnico) com uma lida compreensiva com a natureza “sob a ótica do equilíbrio, e etc., [...] porém que se atualizam, se renovam e se governam no próprio fazer” (TEDESCO, 1998, p. 109).

⁵⁰ Tanto para Heredia (1979), Garcia Júnior (1983) e Martins (1980) a “terra de trabalho” está relacionada a propriedade direta do produtor, equivalente, nesse contexto, à terra de trabalho. Entretanto, para Martins (1980) a “terra de negócio” está ligada a propriedade do capitalista que a utiliza como meio de troca, lucro. Em nossa discussão, vislumbrando inclusive os trabalhos de Heredia (1979) e Garcia Júnior (1983), entendemos que não existe uma distinção simples entre essas formas, a não ser que a terra seja livre, cada vez mais escassa e longínqua, toda terra subsume-se no capital.

Nesse sentido, a ordem construída pelos colonos estudados por Tedesco (1998) é muito próxima a realidade de muitos dos feirantes agricultores estudados. Isso porque embora às transformações na base técnica da agricultura tenha possibilitado reorganizar o trabalho, e este possibilitou aos agricultores se inserirem nos mercados, sua produção para comercialização não significou a perda das relações sociais específicas; principalmente àquelas associadas ao ciclo de vida da família, pois continuam afetando a regulação deste trabalho.

O entrevistado Virgulino, por exemplo, lembra que nas últimas assembleias da associação do assentamento, que é presidente, enfatizou-se muito a importância de produzir para vender na feira, diz ele: *“toda vez que a gente se reúne sempre digo o quanto é importante vender nossos produtos nas feiras, pois nestes espaços temos a oportunidade de vender diretamente, e não perder tanto com atravessadores e nem com as sobras”*. Salienta que, para isso, conta com a participação do sindicato dos trabalhadores rurais do município, que disponibiliza um técnico agrícola para dá suporte a eles, já que o período de assistência técnica disponibilizada pelo projeto, se encerrou.

Do jeito que estamos fazendo, a coisa vai dar tudo certo! [...] Preste atenção, nada se perde, tudo aqui vai servir para alguma coisa [...] veja o caso do caju, a gente colhe a fruta e a castanha, a castanha a gente assa, quebra e tira a casca, e vende muito bem na feira; o caju, quando está na safra, vendemos pouco, porque existe muito no mercado, mas o que sobra a gente traz e dá para os porcos e galinhas, aí é como eu estou lhe dizendo: aqui nada se perde – ou comemos, ou vendemos, ou colocamos para os bichos. (Virgulino, feirante de Delmiro Gouveia, 36 anos)

Os argumentos construídos por Virgulino chamam atenção para o reconhecimento da importância dos estímulos externos, inclusive na ampliação das redes construídas. Ele se refere principalmente à assistência técnica, dizendo que ela não somente traz ideias, referências ou técnicas novas de fora, mas também, como observou Sabourin (2009) em seus estudos, *“contribui com a criação ou facilita novos espaços sociotécnicos e novas oportunidades sociais de diálogo técnico”*. Entretanto, salientamos que isso não significa deixar de lado os problemas impositivos e corrosivos que muitas assistências técnicas trazem às realidades locais. Ainda segundo estudos de Sabourin (2009), *“o que estamos enfatizando são as demonstrações e os treinamentos que proporcionam “uma aprendizagem coletiva ao grupo, na base da prática e da experiência comum”*.

Apesar da introdução desses espaços *sociotécnicos* possibilitarem uma aprendizagem coletiva na reprodução social de feirantes agricultores, por meio de suas inserções nos mercados, isso não acontece com a maioria (26) deles. O que ocorre, na verdade, com quem cria essa rede *sociotécnica*, é um rearranjo continuado para lidar com a terra, seja por falta de

tecnologia industrial e/ou mão-de-obra familiar. Segundo eles, o que torna mais difícil o trabalho na terra hoje é porque os filhos saem cedo da unidade familiar e os vizinhos/parentelas estão “ajudando” na roça em troca de dinheiro. Mário faz uma observação a essas novas perspectivas de trabalho, comparando-as com as de até então prevalecentes:

Antigamente quando a gente morava no sítio com os filhos [...] produzíamos e tínhamos muito mais coisas para vender na feira. Hoje levamos bem menos, porque é somente a mulher e eu, os filhos, todos, foram embora, aí quando a gente precisa, chama os vizinhos para ajudar, mas eles cobram por diária; fica muito caro, porque o lucro da feira é fraco, só dá mais é para ir pagando as despesas, e a mulher não pode mais ficar indo para o sítio. [...] Até para cuidar das fruteiras precisamos de ajuda: é o caso do caju, antes mesmo de apanhar essa fruta, a gente precisa pagar para fazer a limpeza dos pés, aí fica tudo caro. (Mário, feirante de Delmiro Gouveia, 60 anos)

O feirante de Delmiro Gouveia, Mário, residente na mesma cidade da praça de comércio em que trabalha. É casado e chefe da família, tem dois filhos que não moram com ele, e imagina que teria mais oportunidade se contasse com a presença desses filhos e, também, caso tivesse estudado. Ele gosta de, junto à esposa, frequentar os festejos da padroeira da cidade e também do povoado, onde está vinculado pelo seu sítio, bem como os batizados e casamentos dos parentes e vizinhos.

Assim como Mario, a maioria (21) dos feirantes agricultores, como é o caso de Raimunda, também destaca o momento das novas configurações do trabalho dos vizinhos/parentela pelas “diárias de serviço”. Antes, afirma, “existia um outro jeito” que estava mais ligado à “troca de serviços”, mas hoje, “quem não tem dinheiro para pagar, deixa de fazer o serviço”. Mas segundo ela, isto está relacionado a “tudo hoje girar em torno do dinheiro, até para ter luz, precisamos de dinheiro”.

Apesar da estranheza nessas novas formas de trabalhar, a feirante/agricultora Raimunda está sempre procurando estratégias de reprodução social, isso porque, segundo ela, é a chefe da família, pois cuida tanto dos negócios de casa quanto do trabalho na feira. Salienta ainda, que o marido só trabalha na agricultura, atividade que também ajuda; segundo a entrevistada, “sempre estou colocando um pé lá, quando o tempo permite”; é casada, mora no sítio do município de Delmiro Gouveia, cidade da feira que trabalha; tem 60 anos, quatro filhos, que moram dentro e no entorno do sítio.

É importante frisar que as mudanças na lógica da troca de serviços entre os agricultores não desestruturaram as relações sociais, mas houve sim uma reestruturação das relações de vizinhança, ultrapassando a dimensão da troca em si, para um conjunto mais amplo de relações humanas de interdependências. A própria ajuda mútua exige que os agricultores estejam munidos de moedas que os possibilitem interagir com grupos diferentes da sociedade local. Não é que se deixou de ocorrer sob a ótica do encontro ou da socialização,

mas observam-se relações sociais que também são redefinidas nesse conjunto de transformações do mundo rural: *“as pessoas que vêm trabalhar com a gente passam bem, porque nós damos o almoço, eles descansam um pouco e conversamos sobre as coisas, o que não deixa de acontecer no roça, como a gente faz também”*. (Raimunda, feirante de Delmiro Gouveia, 60 anos)

De certa forma, as novas condições de troca do trabalho seguem fundadas sobre uma relação de interconhecimento que mantém a lógica da reciprocidade e do dever moral de retribuição: *“a gente procura agradar as pessoas que vêm trabalhar aqui porque eles são como a gente, e sabemos da dificuldade que é conseguir as coisas”*. Acrescenta ainda Raimunda sobre outros espaços que perpetuam essa lógica: *“além disso, quando vão à feira, que passam na nossa banca, a gente sempre procura dar mais umas coisinhas, além do que compram”*. (Raimunda, feirante de Delmiro Gouveia, 60 anos)

Devemos considerar ainda, que embora a troca da força de trabalho esteja baseada por uma matriz de moeda, o espaço da roça, como chamado por esses sujeitos, tem proximidade com a categoria roçado dos estudos de Garcia Júnior (1989) e Heredia (1979). Essas semelhanças dizem respeito principalmente às regras de parentesco, família e interconhecimento, cujo argumento central é que os membros da família participam do processo produtivo em diferentes momentos e de forma hierarquizada. Faz parte dos *modos de viver e trabalhar* deles interagir com vizinhos e parentes, por meio da ajuda mútua.

A entrevistada Raimunda parece não está muito preocupada com o futuro dos negócios (sítio e a feira) porque sua atenção primeira é no papel de socialização, de fazer os filhos seguirem a trajetória dos pais, inclusive em espaços do entorno dela. Diz ainda que a vida lhe trouxe *“muitas coisas boas”*, pois, mesmo tendo diminuído o trabalho dos filhos, porque foram cuidar de suas novas famílias, veio um novo momento, o da aposentadoria, que possibilitou pagar as diárias de trabalho dos vizinhos que os ajudam na roça. Ela lembrou que quando o dinheiro vinha somente do ganho na feira, dos produtos advindos do seu sítio, *“mal dava para pagar as coisas que precisa para sobreviver, e quando eu ia ver, estava no vermelho, porque também ajudava os filhos, mas depois do aposento, tudo melhorou”*.

A perspectiva por nós adotada pode, de certa forma, estar próxima àquela analisada por Shanin (1980). Ele mostra que a mobilidade socioeconômica peculiar é característica da sociedade camponesa. Sua especificidade, dessa forma, estaria atrelada à maneira pela qual os camponeses reagem às mudanças estruturais das esferas mais amplas da sociedade, nelas se refletindo e delas se diferenciando. O que, de certa forma, observa Friedmann (1978), ao se referir a contratação temporária, no estudo sobre os produtores de trigo nos Estados Unidos,

como mecanismo compensatório para as variações demográficas, o que pode ser compreendido de forma diferenciada dos contratados permanentes. No entanto, não há distinção entre os trabalhadores rurais e os contratados temporários dos demais agricultores que, na verdade, estão ali para garantir a reprodução do *grupo doméstico*. Outro estudo que envereda nessa direção é o apresentado por Woortmann (1990), demonstrando que a contratação temporária não age desestruturando o trabalho familiar, mas, pelo contrário, serve de condição para sua realização, já que o trabalho permanente é fornecido pelo grupo doméstico.

Além do reconhecimento do trabalho temporário na atividade desses sujeitos (25 deles utilizam esse trabalho), é importante que compreendamos as condições com que se desenrolam o trabalho realizado temporariamente no interior da produção de agricultores feirantes de ambas as praças de comércio. Para isso, voltamos às análises de Woortmann (1990), que observou diferenciações na execução das atividades dos assalariados, que são utilizados nas tarefas mais pesadas para que assim seja possível “poupar a família”. Entretanto, por conta das dificuldades do trabalho conciliadas à baixa remuneração e ao fato de que se está trabalhando em algo que não é de sua propriedade, fazem com que os contratados criem estratégias para se preservar fisicamente e aumentar o tempo de trabalho e, conseqüentemente, a remuneração. Esses sujeitos são vistos no grupo com desdém, posto que o valor moral do trabalho “pesado” e sua “capacidade de dignificar o homem”, são substituídos quase exclusivamente pelo seu valor de troca. Observamos alguns desses aspectos na forma como o feirante Ivaldo constrói suas estratégias de produção e comercialização:

Quando comecei a cultivar o coco verde, contei mais foi com a ajuda da família, mas aí não tivemos como dar conta, porque precisa limpar a área, adubar, tirar o coco e transportar, foi preciso contratar uma pessoa, porque somente meu filho e eu éramos poucos [...] ele é temporário que fica quase todo o ano mesmo, porque ele ajuda no roçado da área, na colheita e no carregamento e descarregamento dos cocos, que é sempre, né? [...] no começo ele estava animado, mas agora quer ficar na sombra, nem meu filho eu deixo, sempre eu digo, quem quiser ficar aqui comigo tem de ajudar no negócio, trabalhar de verdade. (Ivaldo, feirante de Delmiro Gouveia, 29 anos)

O feirante agricultor Ivaldo, não é escolarizado, porque sempre teve outras prioridades. É casado, considera-se o chefe da família, tem um filho, trabalha na feira e cultiva para venda, principalmente, coco verde. A esposa também trabalha com ele, em alguns momentos no cultivo e na praça de comércio de Delmiro Gouveia, cidade onde mora. Apesar de estar cuidando diariamente da plantação do coco verde, sua rede de contatos se dá mais no

ambiente da feira e com alguns comerciantes de pontas de rua, entre os quais se mantém informado quando estão jogando cartas ou dominó.

Os conflitos surgidos no decorrer do serviço prestado pelo trabalhador temporário ao Ivaldo não é maior do que o problema encontrado por outros agricultores que precisam lidar, na sua produção, com mão-de-obra qualificada. Na verdade, por desconhecerem os mecanismos tecnológicos acionados para sua produção, esses agricultores acabam contratando mão-de-obra que não poderão avaliar o trabalho desenvolvido, tornando-se assim desconfortável sua produção. Especificamente, a utilização de serviços de maquinário, dá-se segundo padrões diferenciados da contratação dos trabalhadores temporários. O trabalho “executado pelas máquinas”, na maioria das vezes, não se desenvolve para complementar o trabalho familiar; opostamente, ele geralmente está presente em atribuições que não são executadas pelos membros da família. Dessa forma, a terceirização revela-se um tipo específico de externalização que desestrutura a antiga organização da unidade familiar, como argumenta nosso entrevistado Zé de Deus:

Cadastrei-me no PRONAF para a plantação do feijão em uma grande quantidade, pensei que seria mais fácil, mas aí tive que comprar umas máquinas, muito caras por sinal, e também elas são muito difíceis de manusear [...] os meus filhos poderiam até ajudar, mas como não entendem também, tive que arrumar algumas pessoas de Arapiraca que entendiam dessas máquinas, para trabalhar aqui comigo, eles ficam mais tempo na época da colheita. (Zé de Deus, feirante nas duas feiras, 46 anos)

Zé de Deus exerce a atividade de feirante nas praças de comércio de Água Branca e Delmiro Gouveia, residindo nesta última cidade; é casado e chefe da família, com cinco filhos, alguns moram com ele e outros ao seu redor. É um agricultor que investiu em tecnologia para sua produção, mas com receio de sucesso por não compreender todo o processo; suas interações são resultantes do trabalho executado, principalmente familiar, parentesco, vizinhos e, agora, profissionais de lugares mais afastados do alto sertão.

Embora o modo de trabalhar de Zé de Deus não seja uma prática comum entre os feirantes pesquisados (somente nove utilizam maquinários agrícolas), e até mesmo condenada por outros agricultores, ele é parte constitutiva de uma mudança mais expressiva nas relações familiares, onde o coletivismo interno da família vai sendo cada vez mais contraposto pela emergência de projetos financiados por políticas públicas que desconsideram a aprendizagem coletiva antes de praticá-la.

De uma maneira geral, podemos dizer que as formas de *trabalhar e viver*, dentro desses grupos, apresentam-se, de uma maneira ou de outra, por uma reduzida mão-de-obra familiar, por uma baixa rede *sociotécnica* e com dificuldades financeiras em manter uma “mão-de-obra temporária”. Além disso, prevalecem no seu interior divisões geracionais e

sexuais que não podem ser desconhecidas e ignoradas, e que contribuem, de certa forma, para essa escassez. Embora o trabalho esteja organizado em função das condições do *grupo doméstico*, homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, possuem lugares distintos na sua divisão e se relacionam de maneiras diferentes com as tarefas produtivas e de trocas.

Especificamente, dizemos que todas as mulheres agricultoras feirantes assumem os serviços domésticos, a produção para o autoconsumo, outras atividades produtivas específicas, como a ordenha e atualmente, algumas (cinco) assumem o papel de chefe na atividade da feira, e em geral do *grupo doméstico*; em muitas dessas atividades seu trabalho aparece como ajuda. Todos os homens entrevistados, por sua vez, se responsabilizam pelo “serviço da lavoura” e alguns (cinco) ajudam as mulheres nas atividades pelas quais elas são responsáveis. Os idosos comumente aparecem executando atividades primárias, e também em serviços peculiares, que não exigem trabalho pesado, se responsabilizando por atividades “secundárias”. No caso do pai de Sara, um senhor de 68 anos de idade, ele executa as mais variadas atividades, contando com a ajuda da filha em determinados momentos da produção:

Eu fico mais aqui no trabalho da feira [...] vou ajudar na roça nas épocas que mais precisa, na broca, colheita, quando falta gente para ajudar meu pai lá no sítio [...] eu gosto mais daqui, do negócio aqui, tão tal que fico vendendo todo dia, e não só no dia de feira [...] Ele [o pai] manda o feijão, macaxeira, maxixe, quiabo e cheiro verde para eu vender [...] uma das minhas filhas trabalha na Insinuante, que ajuda nas despesas de casa e assim vamos vivendo. (Sara, feirante de Água Branca, 48 anos)

A feirante Sara é chefe da família, responsável pela manutenção do seu grupo, mas conta com interações que estruturam seus *modos de viver e trabalhar*, principalmente dos seus pais e suas duas filhas; é separada, e diz viver muito bem “*sem homem dentro de casa*”, por outro lado, não deixa de ter suas paqueras, principalmente quando vai à partidas de futebol e festas. Acredita que o futuro das filhas está nos estudos, mesmo que não tenha dado crédito a isso no seu processo de socialização ligado a infância e adolescência.

O *grupo doméstico* que Sara faz parte possibilita uma interação que vai do campo à sua estabilidade na feira, isso por causa da produção dos pais e atividades extras, domésticas e agrícolas, das filhas. Essas estratégias criam uma rede que permite a reprodução do grupo e uma mudança no processo social do papel da mulher na atividade da feira, no que se refere à proporção de feirantes mulheres comercializando nessas praças de comércio, mais da metade (60,6% - ver tabela 3.4, do terceiro capítulo) é do sexo feminino. No entanto, dentro do grupo agricultores familiares, o número de mulheres comercializando os produtos da unidade doméstica na(s) feira(s) é reduzido a menos da metade (15, dos 35 entrevistados). Isto está relacionado a proibição dessas no espaço público da feira. Para se ter uma ideia dessa mudança, Marizete lembra que: “*pouco ia à feira, porque meu pai deixava a gente era*

cuidando da casa e dos bichos do sítio [...] A coisa toda só mudou quando casei, porque meu marido passou a me levar para feira e assim ajudá-lo na organização dos produtos”. (Marizete, feirante de Água Branca, 73 anos)

Marizete é casada, tem um filho que reside no mesmo povoado de sua moradia, no município de Água Branca. Ela também é feirante nessa cidade, onde frequenta regularmente sozinha, já que o marido tem um problema de saúde crônico; conta com a ajuda do filho, parentes e vizinhos para produzir e levar sua produção à feira, que junto ao dinheiro da aposentadoria dela e do esposo, conseguem manter esses modos *de viver e trabalhar*. Faz parte também de suas perspectivas, manter-se, junto com esposo, no povoado até “*quando Deus quiser*”.

Apesar de um pouco menos da metade das agricultoras estarem comercializando na feira, pelas informações que obtivemos, observamos que os homens perdem certo prestígio pelo fato de as mulheres trabalharem na feira de forma empreendedora e administradora do negócio; e também por conseguirem se sobressair melhor que os maridos em espaços públicos, já que eles extravasam o machismo conquistado, que perde valor dentro da sociedade mais ampla, e a forma de “agradar”⁵¹ da feirante mulher conquista mais fregueses que a dos feirantes homens. No entanto, apesar de certa autonomia e distinção pelas redefinições hierárquicas, essas práticas não transpõem o sistema de dominação masculina no interior da maioria dos *grupos domésticos* pesquisados.

Quando levamos em consideração a participação das jovens na divisão do trabalho familiar, observamos que o lugar ocupado por elas perpassa vários espaços hierárquicos. Trabalhando na roça e na feira, por exemplo, estas são vistas como ajudantes, tanto por sua condição de jovem quanto de mulher. Ao jovem do sexo masculino, não cabe responsabilidade sobre as atividades do lar ou o cuidado dos irmãos, pois são atribuições das jovens. Além disso, as opiniões femininas, observadas em algumas entrevistas, são pouco consideradas nas decisões familiares em relação à produção, consumo e até mesmo na divisão da herança, como bem relata as entrevistadas Marizete e Raimunda:

Meu pai foi sempre durão, ele mandava a gente fazer as tarefas, todo mundo obedecia, tanto os homens quanto as mulheres [...] era assim, meus irmãos trabalhavam na roça com ele, todo santo dia, e a gente ia só à época de encher as covas com semente e na colheita [...] a gente também ficava fazendo as coisas de casa e cuidando dos bichinhos do quintal. Era engraçado porque os meninos terminavam os trabalhos deles às quatro horas da tarde e a gente não, tinha que ficar para dá comida aos bichos e lavar as vasilhas do jantar, aí a gente ia chegar na roda

⁵¹ As mulheres participam ativamente com o agrado de produtos e conversas com assuntos que chamam atenção dos fregueses.

da brincadeira tarde, e brincávamos muito pouco, já eles chegavam cedo e saíam tarde. (Marizete, feirante de Água Branca, 73 anos)

[...] não meu filho, a coisa não é tão fácil assim. Sempre trabalhei em casa, desde pequena, mas até na hora de dividir a herança foi difícil, porque os meus irmãos queriam ficar com tudo, se acharam no direito, porque são homens, de poder ficar com mais coisas, dizendo que trabalharam mais do que a gente [...] eu deixei para lá, sabe porque, Deus é quem sabe, se for para eu ter as coisas, ele vai me ajudar, como sempre ajudou, e também não quero criar inimizade com ninguém. (Raimunda, feirante nas duas feiras, 60 anos)

Vários pontos levantados por Marizete e Raimunda foram analisados por Heredia (1979), no seu estudo sobre agricultores da zona da Mata pernambucana. O primeiro diz respeito à aparente contradição na concepção de trabalho; percebe que não são todas as atividades que são qualificadas pelas famílias como trabalho, são somente aquelas desenvolvidas no *roçado*. Isso acontece porque nesse espaço há o domínio masculino, é o local da produção de bens essenciais para o consumo familiar; a casa, espaço de domínio feminino, é o local onde é organizado a distribuição dos produtos do roçado para uso da família; logo, as atividades de casa somente são possíveis por causa do trabalho anterior no roçado. O consumo é subordinado à produção. Em consequência dessa hierarquia, considera-se trabalho as atividades desenvolvidas na esfera produtiva, já as múltiplas tarefas desenvolvidas no espaço do consumo da família não são consideradas trabalho.

O segundo ponto pode ser levantado pelo que analisou Garcia Júnior (1989). Ele salienta que mesmo as mulheres realizando a tarefa de plantar no roçado, já que neste espaço se considera trabalho, ela somente deixa de ser considerada uma tarefa de trabalho, se introduzidas as atividades masculinas no roçado. Nesse sentido a qualificação do trabalho feminino torna-se relacional, a depender da inserção do trabalho masculino.

Por outro lado, embora esse processo relacional de reconhecimento do trabalho feminino seja forte na socialização do *grupo doméstico*, as jovens/mulheres criam estratégias de resistência e autonomia individuais sobre a realidade vivida, como demonstra, por exemplo, Tedesco (1998) ao analisar a família camponesa. O autor observa que as relações no interior da casa, são sempre representadas através dos valores da reciprocidade e solidariedade, mas não podem ser homogeneizadas, porque existem aspectos, como mágoas e ressentimentos que marcam os vieses de gênero e geração no interior das mesmas, como salienta, de certa forma, nossa informante Sergiana:

Olhe, não foi fácil minha vida de feirante! Minha família veio do Piauí muito cedo para trabalhar de morador, aí meu pai não gostava do negócio de mulher se expor na feira, não. Aí pronto, a gente ficava mais era ajudando na roça e cuidando das criações e das galinhas. [...] Minha mãe precisava de dinheiro para comprar algumas coisas, aí eu ia para feira, sem meu pai saber, vender algumas galinhas ou doces que nós fazíamos. [...] Um dia ele descobriu e me deu uma “pisa”, que lembro até hoje.

[...] Ele disse que era melhor não ter o que comer do que ver uma filha dele se mostrando para os homens. Fiquei com tanta raiva [...] e para piorar acabei namorando a um feirante, [...] me casei com ele e aí passei a trabalhar de verdade na feira. [...] Meu pai não aceitou [casamento], mas depois ele voltou atrás [...] que Deus o tenha. (Sergiana, feirante de Água Branca, 57 anos)

Sergiana é casada, diz ser ajudante do esposo, que é considerado o chefe da família. Tem três filhos que moram em seu sítio, localizado no município de Água Branca, cidade que trabalha como feirante e tem uma residência. O esposo e ela frequentam regularmente a casa da cidade para resolver problemas de saúde, dinheiro e também para trabalhar na feira; no sítio, cuidam junto aos filhos da produção para comercialização. Ela ainda é responsável pelas criações das galinhas e patos, e do cultivo das hortas de cebola, coentro e pimenta de cheiro. Embora Sergiana se considere ajudante do marido, ela participa de todas as decisões realizadas pelo *grupo doméstico*, e está sempre discutindo as formas como as atividades de produção e comercialização estão sendo conduzidas.

[...] é engraçado porque, outro dia, estava falando justamente sobre o moço que levava as coisas daqui de casa e das vizinhanças para feira; sempre prestava atenção em sua má vontade em transportar nossos produtos, ele não tinha nenhuma preocupação das coisas chegarem bem, quando estava carregado. O pessoal daqui achou ruim eu reclamar, mas quando precisar, eu falo mesmo. (Sergiana, feirante de Água Branca, 57 anos)

Sendo assim, as mulheres não são, simplesmente, produtos do processo de socialização da família camponesa, mas, elas são agentes que diante das condições de vida, criam meios que levam a um questionamento e modificação dessas mesmas relações. É o que a própria mudança nos padrões do trabalho social familiar pode indicar. Em síntese, podemos dizer que encadeado em redes, esses processos de mudanças de gênero transformam outras esferas dos *modos de viver e trabalhar* de agricultores feirantes, sem perder de vista uma lógica interna de reprodução do *grupo doméstico*.

4.2.2 Entre as trocas mercantis e reciprocidade

Vimos que muitas análises sobre campesinato e agricultura familiar trazem para frente de discussão as formas como os camponeses interagem entre si e com os demais agentes da sociedade. Sobressai, entre essas reflexões, que os camponeses/agricultores familiares criam práticas sociais de interconhecimento por suas formas reciprocidade, relações de parentesco/vizinhança e, por meio da interação com o mercado, que a depender do tipo,

estabelecem práticas mercantis e de reciprocidade. Podemos dizer que a participação nos mercados não transformou somente a forma de trabalhar da agricultura ou seus tipos de produtos e criações; ela também foi responsável por um amplo processo de mudanças na sociabilidade dos agricultores, resultado da criação de uma “nova atmosfera” de relações sociais (NAVARRO, 2002).

Portanto, a mercantilização por si não traz consigo efeitos que podem ser apreendidos genericamente. Na verdade, o que estamos apresentando são lógicas que costuram o fazer das práticas mercantis, principalmente os fatores que podem influenciar diretamente seu curso, notadamente aqueles inerentes às relações de parentesco, de que fala Friedmann (1978). São essas relações que processam, de maneira particular e contraditória, o capitalismo que foi se desenvolvendo na agricultura sem remover ou acabar com a particular forma social de trabalho e produção que é a agricultura familiar.

Salientamos que não estamos propondo obter uma análise geral dos agricultores feirantes, mas através da pesquisa, descortinamos uma ampla gama de relações sociais que conformam sua sociabilidade. Principalmente apreendendo as expressivas mudanças e continuidades nas relações que não se constituem como essencialmente produtivas, mas que se ligam de alguma maneira às lógicas de reprodução social dos *grupos domésticos* pesquisados. São questões da vida social, remetidas à sociabilidade enquanto conjunto de interações constitutivas dos diferentes domínios onde se processam as relações sociais, que delimitam a própria existência de agricultores familiares, como bem analisou (TEDESCO, 1998).

Retomando as dimensões teóricas analisadas, podemos dizer que os trabalhos de Wolf (1970) e Mendras (1978), sobre campesinato, são importantes para indicar quais os espaços que os agricultores tomam para criar sua rede de interconhecimento, e ampliar suas relações de proximidade. Para Mendras (1978), as sociedades camponesas estão organizadas em relações de interconhecimento, que são atividades sociais particulares de cada comunidade; resultam de práticas e representações particulares a respeito do espaço, tempo, família, terra, trabalho, entre outras. Isso denota que os camponeses estabelecem relações personalizadas, próximas, de alto grau de conhecimento entre as pessoas da comunidade. “Interconhecimento significa conhecimento total e prolongado da pessoa do outro, das posições sociais atuais e passadas, das particularidades de sua personalidade” (1978, p. 88).

Em estudo no Brasil, sobre os caipiras paulistas, Antônio Cândido (2001) compreende que as relações de solidariedade vicinal ergueram-se, ao lado do trabalho, como um dos principais sustentáculos dos seus estilos de agricultura. Os modos de cooperação envolveram

um amplo conjunto de atividades que vão desde a construção de casas até mesmo a ajuda para carnear os animais ou colher os produtos da roça. Mas, para Cândido (2001), a expansão do mercado desestrutura esta situação,

[...] não apenas força o caipira a multiplicar o esforço físico, mas tende a atrofiar as formas coletivas de organização do trabalho (mormente ajuda mútua), cortando as possibilidades de uma sociabilidade mais viva e de uma cultura harmônica. Entregue cada vez mais a si mesmo, o trabalhador é projetado do âmbito comunitário para a esfera de influência da economia regional, individualizando-se (p. 212).

Essa análise de Cândido põe em evidência processos de transformações nas esferas dos *modos de viver e trabalhar* de camponeses, que são compreendidos por Wanderley (2009) como etapas em que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura não consegue romper com esses modos, observa-se a permanência do interconhecimento como prática de agricultores. Isso constitui um modo de vida que não está inserido somente no local como também no supralocal, como forma de projetar seu futuro.

Com características próximas a Wanderley, Sabourin (2009) argumenta que a reprodução do modo de vida desses agentes se interconecta às relações de reciprocidade, eles se opõem concretamente em adotar a lógica da competitividade individual, onde cada um com seu escasso recurso busca maximizar o produto gerado pela família e manter seu espaço junto às redes agroalimentares. Buscando preservar sua autonomia de definir sua vida, o camponês de hoje, busca na solidariedade local e na potencialização de relações favoráveis com as instituições estatais, constituir uma forma de sobrevivência.

Os casos analisados para esta tese apontam para essa variedade das formas de interconhecimento e sua ressignificação. Ivaldo, por exemplo, cresceu nesse emaranhado, apresentando-se através da ressignificação das relações do agricultor familiar no local e supralocal, com características de uma *economia de proximidade*. Ele criou uma trajetória diferenciada para chegar a ser produtor e vendedor direto do coco verde nas feiras. Seus pais trabalharam e viveram da agricultura, a sua infância e adolescência foi vivida nesse meio, trabalhando geralmente com uma produção diversificada, de acordo com a tradição familiar. Entretanto, aconteceram algumas mudanças quando ele passa a ajudar o vizinho na feira. O vizinho levava seus produtos do sítio junto com o que comprava da família de Ivaldo. Observando como acontecem as relações de troca naquele espaço, Ivaldo pensou em ter o seu próprio negócio, no entanto não tinha condições financeiras para realizar tal projeto, foi

quando um amigo o convidou para, juntos, irem trabalhar no corte da cana-de-açúcar “nas bandas de São Paulo”⁵².

Ele nos contou que foram dois períodos de muito sofrimento longe “de casa” (dois anos consecutivos, de março a dezembro), mas não podia desistir do seu objetivo, principalmente porque não queria vender os produtos cultivados pela família. Isso porque, além do lucro ser pequeno, não queria trabalhar para os outros “a vida toda”. Cada vez que pensava nisso, deixava todo o sofrimento de lado e “metia a cara no trabalho, cortando o máximo de cana”.

A migração temporária aparece como uma estratégia, uma solução material num duplo sentido: por um lado, o assalariamento permite angariar recursos para a compra de algo que possa garantir sua produção e reprodução social; por outro, (SILVA, 1999), “a saída da terra corresponde à volta, já que o trabalho assalariado é temporário”. Cria-se, portanto, um elo de complementaridade bastante estreito entre essas realidades, que, apesar de opostas, se servem mutuamente. Além disso, a economia capitalista avançada necessita dessa mão-de-obra barata em seu espaço por algum tempo, e a economia miserável necessita do parco dinheiro, auferido por alguns de seus membros para continuar existindo. Silva (1999) argumenta ainda que os migrantes são preferidos porque, em função da distância de suas famílias, suportam mais as imposições do que os trabalhadores locais. “Se reclamarem, correm o risco de serem despedidos. Isso implicaria em sérios problemas para a sobrevivência dele e de suas famílias”. Ela acrescenta que, ao final da safra, os migrantes regressam aos seus locais de origem, desobrigando as empresas de assumirem qualquer compromisso trabalhista na entressafra.

Devemos considerar também que nem todos os migrantes permanecem nesse ciclo. Ivaldo, ao voltar para sua região, tratou de pensar em um tipo de negócio que possibilitasse sua permanência ali. Foi então que buscou trabalhar com coco verde, principalmente porque tinha pouca concorrência na feira. Para isso, comprou uma propriedade, cerca de dez hectares, nela já havia uma boa quantidade de pés de coco. Disse-nos que no início a área estava muito maltratada, mas com a ajuda dos familiares e de seus vizinhos, “deram um trato de responsabilidade”. Mesmo com esse cuidado, inicialmente a produção foi pouca, mas tudo que colhia vendia na feira. Além dessa situação da propriedade, salienta que o transporte era outro empecilho, já que não o tinha, tendo que alugar toda semana.

⁵² Woortmann (1990) lembra que a idéia de ir trabalhar em São Paulo não significa que ele realmente vá para este estado, no estudo realizado, observou uma diversificação, muitos iam para outros estados brasileiros. Além disso, ir para estes lugares não é somente por que lá estará a riqueza, “é porque também está o mundo, termo que denota a incerteza, o desconhecido, o perigo”. Passar por esse “sentido simbólico-ritual” é transformar o *status* de rapaz para o de homem, o de fraco para forte, por ter conseguido vencer, e geralmente a vitória está relacionado ao dinheiro trazido pelo processo de migração.

Por conta dessa maneira de pensar e de buscar reorganizar seus *modos de viver e trabalhar*, Ivaldo observa que pode acontecer o sucesso na agricultura quando os agricultores investirem constantemente. Disse-nos que apesar de “*não utilizar fertilizantes químicos*”, procura estar sempre colocando “*fertilizantes naturais, como estrume ou palha de arroz*” nos pés de coco, além, é claro, da técnica “*do olho do dono*”. Nota ainda que embora não produza em grande quantidade outros alimentos, está plantando, de vez em quando, feijão e macaxeira para consumo familiar. Destaca também que ter grande família não significa produzir e crescer mais, como pode ser observado no caso dele (só tem um filho e utiliza sempre mão-de-obra assalariada), mas ter ajuda dos parentes em alguns momentos, principalmente quando não se tem os incentivos financeiros apropriados para exercer, é de fundamental importância. Por isso, é a favor de empréstimos com juros baixos e uma organização entre os produtores e vendedores, permitindo um maior investimento nas condições de trabalho.

O fato de Ivaldo mobilizar uma ampla gama de recursos e, de certa forma, mão-de-obra, a depender da necessidade e disponibilidade da parentela, reflete em *espaços de manobra* e estratégias criadas para entrar nesse tipo de mercado e assim manter uma autonomia relativa da unidade de produção. Nesse sentido, mesmo utilizando de ferramentas dos mercados, é equivocada tanto a percepção de que a mercantilização induz à perda total da autonomia, quanto de que este processo possa estar completado, uma vez que coexistem *recursos materiais (natureza, trabalho) e imateriais (reprodução da agricultura familiar)* mobilizados fora dos circuitos mercantis.

A visão de futuro de Ivaldo está relacionada a uma estrutura de sua propriedade/sítio com técnicas de cultivo que possam produzir mais e assim comprar mais terras, transporte para locomoção e garantia da venda do seu produto na feira, gerando a reprodução de sua família. Em outras palavras, com a aquisição de insumos produtivos, compra de máquinas, contratação de mão-de-obra, obtenção de financiamentos nos mercados de crédito e a venda da produção, esses sujeitos acionam mecanismos para que os agentes, com uma ampliação de formas de captar um conjunto maior de circuitos, se sobressaiam no milagre de sua força de trabalho para reprodução familiar.

Ivaldo observa que não está descolado do mercado, pelo contrário, está atento aos preços propostos tanto na comercialização do seu produto quanto dos que ele compra. Conta-nos que se os preços das verduras estiverem melhores no supermercado, ele avisa aos colegas feirantes o preço do supermercado. Diz que faz a mesma coisa com a sua venda na praça de comércio, sempre está analisando o preço do coco no mercado para propor o seu preço.

Salienta que foi nas suas andanças que aprendeu “*a lidar com a vida [...] a pessoa tem que ser esperto, não para roubar dos outros, mas também para lucrar no negócio*”.

É interessante salientar que essa concepção construída por Ivaldo ultrapassa os argumentos constatados por Woortmann (1990). Esse destacou como os comerciantes têm sido historicamente percebidos pelos camponeses como desonestos por conta da oposição que se estabelece entre o trabalho e o negócio, ou seja, entre uma atividade honrada e moral e um meio imoral de ganhar a vida. Essa oposição, todavia, parece cada vez menor haja vista a diminuição desse tipo de agente no meio rural conciliada ao privilégio das relações diretas entre agricultores e mercados local, as feiras, principalmente, e global.

Por outro lado, devemos considerar também a ideia de que “*com parente se negocia*”, pois muitos dos entrevistados se utilizam dessa estratégia para sua manutenção, seja na comercialização da produção (19 agricultores feirantes) ou da terra (12 agricultores feirantes). No primeiro caso, isso ocorre com a troca de serviço, produtos ou por moeda corrente. No segundo, a comercialização ocorre geralmente pela compra ou arrendamento de parte da herança⁵³, o pagamento é realizado por moeda corrente ou, no caso do arrendamento, por tratados de negócios, sendo inclusive pelas relações de confiança, proximidade e reciprocidade: “Entregar terras de arrendo ou ‘meia’ a irmãos é uma garantia suposta de atitudes corretas do irmão parceiro para com o outro, em função dos laços de solidariedade acentuados entre os colaterais diretos.” (BRANDÃO, 1994, p.121).

Por isso, não é por ser da mesma família, compartilhar a mesma origem, sobrenome e possuir relações fraternas que a conotação das relações familiares camponesas não são mercantis, e até mesmo lucrativas, ou não sejam calculadas para resultar em saldo econômico positivo para as partes envolvidas. Mas, por outro lado, estão presentes também certos “privilégios” e uma ordem moral. Como diz Brandão (1994, p.121), há diferenças entre negociar com familiares e com não-familiares. Um excelente exemplo pode ser observado pela fala do entrevistado:

[...] eu sempre trabalhei com meu pai, mas o sítio dele é muito pequeno [...] só um dos meus irmãos mora com ele, e esse daí na hora que casar também vai embora [...] saí de casa cedo para ganhar dinheiro em São Paulo, não ganhei muito, mas deu para comprar algumas tarefas por aqui, na serra, perto do meu pai, e aí eu cedi um pouco para os meus irmãos trabalharem, e quando eles colhem, dividem comigo [...] eles mesmos que disseram que dividiriam, porque se fosse com outro iriam também dividir, e aí fica entre família [...] muitas vezes eles mandam também uma parte da colheita deles para eu vender na feira, aí eu não fico com nada, tudo que vendo entrego para eles. (Antonio Zito, feirante de Água Branca, 48 anos)

⁵³ A herança da terra tem destino e direção mais à família nuclear, onde os filhos se sobrepõem as filhas e aos tios.

O agricultor Antonio Zito tem filhos em que uns moram nos sítios dos sogros, outros migraram para outras regiões do Brasil. Esse agricultor reside no sítio que produz principalmente para consumo e comercialização na feira, junto com os produtos dos parentes e vizinhos; ele também é o principal encarregado na manutenção da rede criada para transporte dos produtos à feira, momentos em que discutem sobre a produção, comercialização e *modos de viver* dos grupos.

Esses emaranhados de relações conectados, como no caso de Antonio Zito, possibilitam-nos compreendermos que existe uma lógica que engendra as relações sociais de interconhecimento entre agricultores feirantes, tanto no âmbito da parentela quanto dos demais sujeitos em interação. No caso da parentela, ela se constitui como sujeito principal nas redes de relações familiares, que, ao mesmo tempo auxilia/ajuda, também constrange, “cobra” e faz demandas, como lembra Brandão (1994. p.125). No caso dos demais, existe a troca mercantil e também simbólica. No tipo, por exemplo, das relações de vizinhança, elas acontecem não somente por uma ordem moral, mas ultrapassa a dimensão de troca simbólica para se imbricar com a troca em si, avançando para um conjunto mais amplo de relações humanas de interdependências. Com o envolvimento de um interconhecimento para além do local, as relações características do grupo como a ajuda mútua, que sempre ocorreu sob a ótica do encontro, da socialização e da confraternização, não deixaram de existir, mas foram redefinidas no conjunto de transformações mais amplas do mundo rural, como a migração e as relações com os mercados, para citar alguns tipos de interações.

Os feirantes agricultores, além de manterem contato direto com o mercado local, revelam-se como agentes que integram e fazem das feiras espaços de socialização e encontro, onde transcorrem as atividades que buscam celebrar e reproduzir a vida social em comunidade. Diferente, portanto, do papel pragmático que possuem os supermercados, que é de garantir a compra e venda de produtos, e de certa forma, o fluxo da vida comunitária e das instituições que se conectam, inclusive com as feiras.

As feiras se emaranham com outros momentos festivos para ampliar os meios de inter-relação. No que se refere à essas festas, podemos dizer que são principalmente conhecidas por vivenciar de forma bastante forte a religiosidade, sendo essa orgulho das pessoas e elemento constituidor da identidade local. Conceição entende que esses eventos, realizados nas cidades que circunscreve suas ações, criam situações de (re) encontro das amigas e também de parentes mais distantes do ciclo semanal estabelecido, animando assim a memória e ligando o passado ao presente.

Conceição tem 50 anos, mora na cidade de Delmiro Gouveia, onde também é feirante; além dessa, trabalha nas praças de comércio de Água Branca e Pariconha, e frequenta ainda o sítio da família, localizado no povoado Corredores, município de Delmiro. Ela costuma dizer que tem várias residências, pois em cada feira tem familiares onde fica hospedada; é casada, tem quatro filhas, duas casadas, uma morando no entorno do sítio e a outra na cidade de Água Branca e as outras duas filhas moram com ela. Conceição enfatizou na entrevista que pertence a essas três feiras e, de certa forma, a três famílias.

Por transitar entre esses espaços, Conceição diz ainda que vai “*aproveitar também para apresentar as filhas solteiras às pessoas de família*”, este argumento traz um fio para entendermos o valor atribuído ao mesmo espaço (cidade), mas às situações diferenciadas. Segundo ela, o trabalho eventual das filhas em “*ajudar*” na feira ganha intensidade e reconhecimento nos dias de festejos, pois a ocasião das festas se dá em circunstâncias propícias “*de arranjar um bom casamento para as filhas solteiras*”. Ela quer dizer que, apesar de serem dois eventos, as pessoas participantes de um (festejo), geralmente participaram do outro (feira), por isso, ao ver as filhas enquanto “*moças prendadas*” no espaço da feira, observarão no outro evento, que elas não são simplesmente mulheres, mas “*mulheres para casar*”, o que aponta para uma nova concepção da mulher no espaço público, embora de forma parcial.

É importante dizer, portanto, que a situação simbólica do espaço-tempo do evento cria um código de interação diferenciado no *ver o outro*, por outro lado, consideramos que os elementos de um ritual – e aqui entendemos a festa como um ritual – está também presente no dia-a-dia e vice-versa. Isto é, no ritual expandem-se e ressaltam-se as representações e valores de uma sociedade, presentes em seu cotidiano em manifestações muitas vezes mais sutis (PEIRANO, 2003). Da mesma forma, podemos dizer, pela compreensão de Tedesco; Rosseto (2007), que:

As festas constituem-se como momento de situações profanas e sagradas, relacionais e grupais; em última instância, comunitárias; é o passado, ou algo do passado cotidiano e tradicional que busca manter e atualizar significações, expressar relações simbólicas, formatos societais, hierarquias, posições sociais, performance de grupos étnicos nacionais que buscam fortalecer um sentimento próprio de si mesmo, porém em correlação (TEDESCO; ROSSETO, 2007, p. 19).

A conexão de Conceição nessas redes de reprodução social, a que se remete Tedesco; Rosseto para falar da festa, é reconhecida pelo seu esposo, que acompanha os caminhos estabelecidos por ela e reconhece a importância da mesma na manutenção da família no espaço do sítio, das feiras e também das cidades por onde passa e deixa sua marca. Entretanto, dona Conceição sente que “*a idade está chegando*”, e “*não vai dar mais para frequentar o sítio*” e quando pondera sobre esta situação, remete-se ao medo que essa rede desapareça, por isso

deseja que as filhas sejam as futuras geradoras da perpetuação das raízes construídas nessas inter-relações.

Na verdade, ela não tem medo de se fixar somente na cidade, mas de perder a mobilidade entre esses espaços, diferente da agricultora e feirante Jéssica, que se manteve receosa na mudança do povoado para cidade, por medo dos novos laços construídos. Especificamente, podemos dizer que Jéssica procura reestruturar as formas de socialização aprendidas no povoado, a partir de sua nova experiência cidadina.

Jéssica tem 30 anos, se apresenta enquanto ajudante do marido, que é o chefe da casa; tem uma filha de dez anos. Ela se considera alfabetizada, mas parou de estudar. Mora na cidade de Delmiro e o marido vai trabalhar diariamente na propriedade que pertenceu aos pais, localizada no mesmo município onde reside. Jéssica diz, que sempre que pode, vai ajudar o marido no sítio, pois também tem de cuidar da filha, do lar e ainda ajuda na feira. Ela disse-nos que, por falta de tempo, não participa de nenhuma cooperativa, só mesmo do sindicato dos trabalhadores rurais. Também prefere não se envolver com créditos de bancos, pois da forma como vai fazendo, “*dá para ir vivendo*”.

De antemão, Jéssica justifica o motivo do seu estabelecimento no espaço da cidade às condições de acesso aos serviços serem, nesta, mais rápidas, mas que também gosta do sítio, pelas suas amizades, que estão diretamente relacionadas às companheiras agricultoras feirantes e empregadas domésticas que moravam também no mesmo povoado dela. E que muitos dos seus vizinhos “da rua”, sente que não pode contar, mas pela diversidade de pessoas que moram por perto, inclusive de lá do seu povoado, nota que não é difícil ter amigos verdadeiros onde mora, como não é difícil para os moradores do bairro realizarem algo juntos. Para tal observação, lembra que organizou com outras pessoas um tipo de batizado coletivo⁵⁴, com maior participação dos vizinhos e parentes do povoado que frequenta quase diariamente. Wolf (1970) observa que o cerimonial é uma ideologia que tem “significado moral. Ela [ideologia] sustenta a “vida reta” que assegura os laços sociais que mantêm unida a sociedade; ajuda no controle das tensões que nascem no seio das transações entre os homens. E ainda reforça os sentimentos dos quais depende a continuidade social” (p.130).

[...] o cerimonial existe para sustentar e unir conjuntos de atores que, sem isso, poderiam decair e buscar identidades sociais separadas. Encontramos em todos os lugares símbolos que sublinham a continuidade da unidade familiar, seja por um

⁵⁴ Jéssica combinou com seus vizinhos da cidade e do campo, tanto os que tinham filhos a serem batizados quanto os demais, uma cerimônia coletiva que incluía a celebração religiosa na igreja da cidade e depois a festividade doméstica. Na primeira, aconteceram trocas de afilhados – principalmente dos residentes na cidade, mas com vínculo permanente com o campo, com os moradores do campo. A festividade doméstica aconteceu na casa de Jéssica, e todos que participaram da cerimônia estavam presentes.

recanto cerimonial na casa, como na Europa, ou por um conjunto de tábuas ancestrais adoradas com oferendas e incensos e presentes feitos de papel, como na China [...] os focos do cerimonial camponês em ação, não em crença, dão ênfase ao caráter regulativo de normas em um conjunto de *sim* ou *não*. Corporificados em regras, esses imperativos morais tornam a ação praticável e constroem um contexto comum para sua avaliação (WOLF, 1970, p. 131-33).

Ao nos remetermos às análises de Wolf, compreendemos que existe uma reorganização das *teias de inter-relação* entre os agricultores familiares pesquisados. Observando, especificamente Jéssica, notamos que procura reconstruir um ritual, batizado, muito importante no povoado e que fez parte do seu processo de socialização. Esse tipo de ritual delimita um dos domínios mais importantes da existência dos agricultores para um novo espaço, o da cidade. Ela procura manter um universo onde se possa desenvolver uma maior interação de suas vidas com as de outrem (do indivíduo, família e outros grupos). O que antes, no povoado, relacionava-se com seus similares, ela busca agora, na *rua*, com uma maior diversidade de grupos, formar uma coletividade que possa sustentar as instituições e o repertório cultural socializado e incorporado por eles. Isto é, ela procura reviver, embora com ressignificações, aspectos do *modo de vida* do povoado (local onde os discursos e as práticas ganham significados e são avaliados) no bairro da cidade, onde passa residir. Na verdade, a feirante agricultora utiliza-se de meios para instruir relações de confiança nos espaços que participa. Tedesco (1998, p. 100) salienta que “um lugar de encontro” é “uma forma de compensação aos desencontros, isolamentos, sofrimentos individualizações cotidianas.”

A importância da forma como se configura esse domínio fez Mendras (1978) reconhecer a autonomia relativa das coletividades camponesas como um dos aspectos mais importantes na significação de suas identidades sociais. Com efeito, além da importância estrutural do grupo doméstico, os modos de produzir e viver desenvolvidos pelos agricultores estiveram fundados em uma autarquia relativa e no “interconhecimento”.

Entretanto, à medida que se acentuaram em novas relações, inclusive das trocas mercantis na feira local, esses agricultores se reorganizaram. A característica do que antes era o interconhecimento autárquico se (re) significa para não acontecer a despersonalização das relações humanas, a luta acontece entre a autonomia das coletividades locais e a expansão da sociedade urbanizada que não tolera “[...] que em seu seio uma população tão importante se mantenha marginal e conserve sua lógica de produção e de vida.” (MENDRAS, 1978, p. 13).

Embora existam desafios e rupturas na ocupação de novos espaços, principalmente o do pequeno município, isto não torna uma prática social impossível, pelo contrário, o agricultor encontra, a depender da proximidade das práticas sociais, uma certa facilidade na

(re) ativação de muitas das formas de ajuda mútua constituídas em torno do interconhecimento e da valorização dos vínculos familiares.

As práticas dos agricultores que são também feirantes encurtam as distâncias entre a esfera da feira e da vida nos lugares de residência. O fato de pessoas que se fazem nas mesmas feiras terem convivência nos lugares onde vivem influencia na intensificação da manutenção dos valores construídos, seja na produção, como atravessadores, compradores, vendedores; nos caminhos de ida e volta e na partilha de problemas ou alegrias. Apesar de as estratégias do grande mercado serem determinadas em esferas alheias a esses sujeitos, existe uma manobra coreografada pelos seus valores que dá uma certa estabilidade. Como lembra Wilkinson (2008), vizinhança, conhecimentos pessoais, transações repetidas por mesmos atores sociais, consolidam e fortalecem estes mercados frente a pressões externas, sejam mercadológicas ou reguladoras.

A manobra perpassa uma tendência, nas praças de comércio estudadas, pelas trocas sociais que envolvem certos mecanismos de interconhecimento característicos da agricultura familiar. Esses se baseiam na lógica que geram sentimentos e valores de confiança, reputação, honra e responsabilidade, a partir dos laços sociais criados nas produções e relações que mesclam trabalho e afetividade, obrigação e respeito, compadrio e amizade, mas também desavenças e ódios.

As estratégias para comercialização de animais/aves, produtos agrícolas e artesanais nas feiras dos pequenos municípios revelam horizontes e capital social que se expressam como estratégias de mercado utilizadas pelos agricultores. Como vimos no capítulo anterior, situações de contato direto, entre feirantes-feirantes e feirantes-fregueses, dão origem a relações humanas específicas: conversas e explicações em torno dos produtos, do trabalho, dos processos, mas também da vida social, da família ou da política. Além da afetividade, essas relações geram também valores de lealdade e de confiança entre produtores e consumidores.

Enfatizamos que esses valores guiam não somente as interações entre feirantes-fregueses, mas todos os sujeitos envolvidos nas relações sociais das feiras. Para se ter uma idéia, Zé da Serra, concedeu-nos a entrevista argumentando sua total reverência ao compromisso e lealdade, enredando “*que compromisso era compromisso*”, e não tinha gostado nem um pouco do que fizeram com ele, “*a raiva maior estava porque não tinha assinado o contrato com o banco pelo motivo dos outros companheiros*”, que iam participar do

“CrediAmigo”⁵⁵, “*não terem comparecido*”, àquela instituição financeira. Há de salientar que os colegas envolvidos com ele no processo do crédito financeiro, já haviam participado anteriormente daquele tipo de financiamento, e todos trabalhavam somente como feirantes. O que, de certa forma, abriu uma deixa para Zé argumentar “*que aqueles lá se entendem muito bem, pois estavam no mesmo barco*”, apresentando uma distinção, embora pelo momento de crise, entre feirantes e agricultores familiares feirantes.

Zé da Serra tem 57 anos, agricultor e residente do povoado em que foi instalada a primeira feira da região; trabalha como feirante na cidade de Água Branca; casado, chefe da família, com oito filhos; uns migraram temporariamente para trabalhar como ajudante na construção civil, outros moram no entorno do pai, na agricultura, doméstica e mercadinho local. Na sua fala, observamos que prefere manter uma tradição a buscar mudanças, e quando isso aconteceu, os meios utilizados, não foram favoráveis ao “êxito”.

Compromisso é algo que Zé da Serra preza muito, por meio dele é que vai expressando a continuidade e mudança a ser projetada na vida pessoal. Na forma como se manifesta, fica evidente que “*desde muito novo*”, a infância e a adolescência não são muito diferentes do ser adulto. Como o trabalho começa na infância com a agricultura e a feira, ele foi se sentindo em meio as responsabilidades de um homem, “*ser homem é ter compromisso*”. Embora diga que houve momentos de “*curtir essas fases*”, parece não haver uma distinção, muito clara, na forma de conceber a responsabilidade com o trabalho e o lazer.

Na verdade, chamamos atenção para o fato dessas interações baseadas nos valores de confiança, reputação, honra e responsabilidade serem realizadas desde o âmbito do *grupo doméstico*, como demonstra Cirilo. Ele procura se reproduzir sob a lógica de uma teia de inter-relação significativa: **primeiro**, com uma socialização dos filhos para atender as necessidades de reprodução do grupo (ele fala que os filhos em Brasília sempre se mobilizam com recursos financeiros para “ajudar” a família em momentos de crise; e os filhos e a esposa que moram dentro e no entorno do sítio, ajudam com a mão-de-obra); **segundo**, com técnicas que possam melhorar as condições de vida envolvidas no núcleo doméstico, mas sem entrar em um risco absoluto (neste caso, ele se especializa na produção de melancia, porém não deixa de plantar outras culturas, que também são vendidas, só que na feira de Delmiro Gouveia, pelos filhos e a

⁵⁵ O Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste, tem como objetivo facilitar o acesso ao crédito à empreendedores pertencentes aos setores informal ou formal da economia (microempresas, enquadradas como Microempreendedor Individual, Empresário Individual, Autônomo ou Sociedade Empresária). O Crediamigo faz parte do Crescer - Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal. O Programa atua na concessão de créditos em grupo solidário ou individual. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Crediamigo/gerados/o_que_e_objetivos.asp, acesso em 09.04.2012.

esposa). Cirilo salienta ainda o quanto essa ampliação de estratégias permite que sua família “*não fique necessitando do meu dinheiro para tudo*”, ajudando somente “*com as coisas mais caras*”.

Cirilo tem 57 anos de idade, casado, chefe da família, com sete filhos. Esse feirante agricultor veio do interior da Paraíba “*tentar a vida*” em Delmiro Gouveia, pela ideia propagada no seu Estado de “*no sertão alagoano ser um lugar promissor*”; desde então mora na cidade de Delmiro Gouveia. Cirilo diz que morar na cidade lhe trouxe mais despesas, mas foi necessário para poder os filhos estudarem, e dá um pouco mais de responsabilidade para os “*outros que ficaram por lá*”, também está mais atento as oportunidades sobre a produção e comercialização.

Nesse sentido, esse *ethos* dos agricultores feirantes assume uma posição importante na gestão da unidade familiar e em suas relações de proximidade, apresentando-se importante na manutenção do *modo de viver e trabalhar* tanto desses sujeitos quanto dos demais que foram ou são envolvidos nas interações sociais. É importante reconhecer que nesse processo novos e velhos valores se entremeiam, e a tradição é recontextualizada em meio a uma nova atmosfera social, originando assim uma série de particularidades, nem todas referidas nessa análise.

Em síntese:

Podemos dizer que as práticas sociais de agricultores feirantes estão permeadas de lógicas que possibilitam lidar com adversidades e se projetar diante de aspectos diferentes das maneiras de organizar suas vidas.

1. Lógicas de ordens de produzir e de viver – relações entre terra, trabalho e família:

- a) A família, terra e trabalho são bens imbricados, que formam fortes mecanismos de luta para produção e reprodução, inclusive com estruturação de hierarquias internas no *grupo doméstico*;
- b) Nas formas de acesso a terra e sua relação com os meios de trabalho, estratégias são (re) criadas para manutenção interna do grupo – migração e a atividade na feira aparecem como mecanismos importantes, uma solução material e simbólica em um duplo sentido;

c) Essa diversidade no conjunto de estratégias produtivas é resultado das transformações ocasionadas pela mercantilização nas relações sociais que envolvem agricultores feirantes.

2. Lógicas de interconhecimento que (re) significam as trocas mercantis e de reciprocidade:

- a) As ordens internas de sociabilidades entre grupo doméstico, parentesco e vizinhanças, baseadas na ajuda mútua, são dinamizadas, de forma que encontrem aspectos simbólicos de suas ordens pela moeda de troca;
 - b) Dinâmicas genéricas de interação entre agricultor e políticas públicas, alteram a forma de conhecimento local, inter-relacionando aos supralocais;
3. As distintas maneiras como os agricultores se relacionam com outros sujeitos, diversos recursos e distintos níveis de inserção nas feiras revelam um conjunto de estratégias que conformam a relação entre agricultura familiar e feiras. Elas serão apresentadas no próximo capítulo, por meio das *figurações sociais*.

CAPÍTULO V

AS FIGURAÇÕES SOCIAIS NAS FEIRAS: As Teias de Proximidade Acionadas nas Práticas Sociais de Feirantes Agricultores Famíliares

Introdução

Vimos que os *modos de viver e trabalhar* dos feirantes pesquisados estão inseridos em valores de confiança, reputação, honra e responsabilidade, características estas que marcam a análise da produção e reprodução social. Com o objetivo de delinear melhor esses valores, neste capítulo faremos uma interpretação comparativa entre as feiras de Água Branca e Delmiro Gouveia pelas experiências dos feirantes em *figurações sociais*.

Essas *figurações* que se sobressaem na compreensão desses valores são: *grupos domésticos*, sítios/povoados, pequenos municípios e feiras. Elas permitem conhecer melhor as relações de ordens produtivo/econômica e social/política nas feiras. O conceito de *figuração* pode ser aplicado onde quer que se formem conexões e teias de interdependência humana, seja em grupos relativamente pequenos ou em agrupamentos maiores. Esse conceito é importante como instrumental para compreender um *padrão mutável* no jogo das relações, cuja interdependência entre os sujeitos sociais, forma um entrelaçamento flexível e com tensões (ELIAS, 1980, p.142).

Salientamos ainda que, segundo Elias (2006, p.25), o conceito de *figuração* distingue-se de muitos outros conceitos teóricos da sociologia por incluir expressamente os seres humanos em sua formação e reatualização. Exemplifica:

Professores e alunos numa aula, médico e doentes num grupo terapêutico, clientes habituais em um bar, crianças num infantário - todos eles constituem configurações relativamente compreensíveis. Mas os habitantes da aldeia, da cidade ou da nação, também formam configurações embora, neste caso, as configurações não se possam perceber diretamente, porque as cadeias de interdependência que os ligam são maiores e mais diferenciadas (ELIAS, 1980, p.143).

Na verdade, o autor chama atenção para substituição das concepções tradicionais de sociedade para uma visão mais realista das pessoas que, através de suas disposições e inclinações básicas, são orientadas umas para as outras e unidas umas às outras das mais diversas maneiras. Os sujeitos constituem *figurações* de muitos tipos, tais como: famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou Estados. Nessa perspectiva, indivíduo e as várias instituições sociais podem estar indissociáveis, pois a sociedade é formada por nós e pelos outros. Para Elias (1980, p.13):

Falamos do indivíduo e do seu meio, da criança e da família, do indivíduo e da sociedade ou do sujeito e do objeto, sem termos claramente presente que o indivíduo faz parte do seu ambiente, da sua família, da sua sociedade. Olhando mais de perto o chamado “meio ambiente” da criança, vemos que ele consiste primariamente noutros seres humanos, pai, mãe, irmãos e irmãs. Aquilo que conceituamos como sendo a “família”, não seria de todo uma família, se não houvesse filhos. A sociedade, muitas vezes colocada em oposição ao indivíduo, é inteiramente formada por indivíduos, sendo nós próprios um ser entre os outros.

Assim, para Elias (1993) os homens somente conseguem experienciar a si próprios como indivíduos que se distinguem uns dos outros porque vivem em associações. Portanto, quanto mais vivenciarem essas interações, melhor compreenderão suas vidas como uma unidade complexa. As *figurações* que se estabelecem são construídas e reconstruídas o tempo todo, por isso não são previamente planejadas ou programadas já que, devido ao caráter processual das relações, não há um início ou um fim, há uma cadeia de relações que se *figuram* ao longo do tempo. Essas cadeias, por não serem visíveis e tangíveis, são mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, mas não menos reais (ELIAS, 1994a, p.23).

Nesse sentido, as *figurações* não podem ser previstas porque são construídas e redimensionadas o tempo todo. Os processos de interpenetração social são melhor compreendidos, se as análises partirem das conexões e relações, para depois chegarem aos elementos envolvidos (ELIAS, 1980, p.126), como procuramos fazer no quarto capítulo e chegar a estas *figurações*, a serem apresentadas. O conceito de *figuração* serve para chamar a atenção da interdependência entre as pessoas. Mas, como é possível chegar à conclusão de que os indivíduos, devido à sua interdependência e ao modo como as suas ações e experiências se interpenetram, formam um tipo de *figuração*? Elias diz que uma série de modelos de jogos podem exemplificar melhor o conceito e responder o questionamento, pois ao se isolar e focar mais de perto processos complexos de interpenetração, os mesmos ficam mais compreensíveis (1980, p. 79). Segundo ele:

Utilizando a imagem dos participantes dum jogo como metáfora das pessoas que formam as sociedades é mais fácil repensar as ideias estáticas que se associam à maior parte dos conceitos correntes usados neste contexto. Elas deverão transformar-se nos conceitos muito mais versáteis de que necessitamos, se queremos melhorar o equipamento mental com que tentamos resolver os problemas da sociologia. Só

precisamos comparar as possibilidades imaginativas de conceitos tão estáticos como o de indivíduo e sociedade, ou o de ego e sistema, com as possibilidades imaginativas abertas pelo uso metafórico de várias imagens de jogos e de jogadores; a comparação ajuda-nos a compreender que estes modelos serviram para desenvolver as potências imaginativas (ELIAS, 1980, p.100).

A partir desses pressupostos é possível afirmar que as feiras podem ser vistas como *figurações* e também como pertencentes a várias *figurações*. Essa hipótese ganha força no nosso estudo porque desde a criação do espaço físico essas praças de comércio vão sendo circunscritas por uma rede de relações culturais – como *o grupo doméstico*, *sítio/povoados* e *pequenos municípios* – que influenciaram nos seus processos de formação e nas suas formas de se relacionar com os outros. Por isso, tomamos como base do conhecimento a compreensão das inter-relações das quais feirantes agricultores familiares “sujeitos da pesquisa” fazem parte.

Por meio dessas concepções, compreendemos não ser possível falar em inserção de agricultores familiares na sociedade, mas sim de relações e ações estabelecidas com agricultores familiares (quando as relações se dão junto com eles), para os agricultores familiares (quando as ações se dão com a intenção de algo que se faz em prol deles) e entre os agricultores familiares (as relações que acontecem entre os pares – os agricultores familiares com os agricultores familiares), nas redes de relações formadas pelos poderes e tensões que constituem seus elos de interdependências.

Sobressai dessa compreensão os caminhos cujos passos são centrais no entendimento desses sujeitos, a saber: as produções de significados construídas nas diversas situações desde estratégias de produção, transporte e comercialização nas feiras. Essas trajetórias são importantes para compreendermos os diferentes locais por onde circulam os significados ou práticas no circuito da cultura e os elementos considerados fundamentais na análise de *figurações sociais*.

Para Elias (2000, p.58), analisar “significa concentrar a atenção em um componente de uma *figuração* de cada vez – em um ‘fato’, ‘variável’, ‘aspecto’, ou seja, qual o nome que se lhe dê”. Por isso, os aspectos que serão analisados (categorias) foram definidos com base nos elementos instigados nas discussões sobre agricultura familiar e feiras, mas também durante o mapeamento sobre o perfil dos feirantes, sendo possível definir os principais elementos que podem traduzir as *figurações* feiras. Ainda de acordo com Elias:

A análise sociológica baseia-se no pressuposto de que todos os elementos de uma configuração, com suas respectivas propriedades, só são o que são em virtude da posição e função que têm nela. Assim, a análise ou separação dos elementos é meramente uma etapa temporária numa operação de pesquisa, que requer a complementação por outra, pela integração ou sinopse dos elementos, do mesmo

modo que requer a suplementação pela primeira; aqui, o movimento dialético entre análise e síntese não tem começo nem fim (2000, p.58).

Nesse sentido, nossa intenção é apresentar os elementos categóricos de forma que possamos traçar uma comparação entre variabilidade e os principais “nós” de confluência das feiras pelos sujeitos da agricultura familiar. A complementação e suplementação desses elementos *figurativos* fazem parte da proposta compreensiva a ser apresentada, porque entendemos que eles estão em teias de inter-relação que vislumbram as práticas sociais de feirantes agricultores familiares nas feiras dos pequenos municípios, e geram trunfos de resistência e autonomia, presentes para permanência da relação entre ruralidade e urbanidade brasileiras.

5.1 As figurações das feiras⁵⁶

Como apontamos na introdução deste capítulo, vislumbramos essas *figurações* por meio dos referenciais teóricos construídos e pesquisa de campo realizada. Esses delineamentos são importantes porque compreender um processo social requer tecer as relações entre os vários processos e explicações, de forma que estas não pareçam retalhos desconexos, mas sim que estejam frente a frente umas das outras, mirando-se, influenciando-se mutuamente e discutindo entre si. Entretanto, reforçamos que estas *figurações* não esgotam a realidade social estudada, já que são delineamentos básicos explicativos somente de parte dos processos de integração e conflito social.

5.1.1 A família: grupo doméstico para reprodução social

Delineamos nos capítulos anteriores que a família tem um papel importante nos *modos de viver e trabalhar* dos agricultores familiares feirantes considerados. Na história dos camponeses do sertão alagoano as estratégias de produção e reprodução social adotadas pelas

⁵⁶ As falas utilizadas nesse capítulo são dos agricultores familiares feirantes, realizadas pela entrevista semiestruturada, são 35 sujeitos⁵⁶, destes, 20 do sexo masculino (13 de Delmiro, cinco de Água Branca e dois que trabalham nas duas feiras) e 15 femininos (sete de Água Branca, cinco de Delmiro Gouveia e três que trabalha nas duas feiras).

famílias sempre desempenharam um papel muito importante. A vinda para o local, tanto quanto sua permanência, têm como base de sustentação o núcleo familiar. A família se apresenta como o grande mediador entre o indivíduo e a sociedade, assumindo a provisão de uma carência institucional não resolvida por outros agentes.

Esses grupos se reproduzem socialmente tanto por sua produção econômica quanto política e cultural, por isso é fundante a nossa perspectiva de um olhar multidimensional. A lógica desses “*grupos domésticos*” não é somente para o trabalho, não deve ser estudada apenas pela ótica da economia, mesmo sabendo que o trabalho, pela terra e na feira, “É uma necessidade diretamente ligada às condições de reprodução da vida física da família” (BRANDÃO, 1994, p.84). Para Brandão (1990, p.18), a família camponesa, além de ser uma equipe de trabalho, é também uma unidade afetiva.

O afeto dos “*grupos domésticos*” aqui estudados está imerso nos elementos terra, feira e trabalho que são muito fortes em sua constituição e são valorizados de acordo com sentidos, significados e especialização. Mesmo que nem todos os feirantes agricultores familiares deem o mesmo sentido, existe o respeito de que neles devem prevalecer os valores, como confiança, reputação, honra e responsabilidade. Podemos elencar os seguintes sentidos construídos pelos grupos: a) a terra está baseada em um valor com sentido de patrimônio, sustentada pelo trabalho na feira; b) apesar da terra, feira e o trabalho terem sido vistos historicamente, sob o domínio masculino e às mulheres, a condição de “ajudante”, as condições estão sendo ressignificadas; c) não existe um limiar específico entre produzir *para viver e trabalhar* e produzir para o negócio; d) o valor trabalho é transmitido aos descendentes, mesmo que não permaneçam na terra, feira e sigam outras profissões; e) Entende-se que o *grupo doméstico* não se limita aos agentes formados por laços de aliança ou de consanguinidade, mas deve ser compreendido por um conjunto de valores que reúnem *habitus* partilhados entre os membros, de forma que o sentimento de pertencimento seduza ou coaja os indivíduos para que reproduzam ou (re) criem um conjunto de estratégias coletivas e individuais.

No primeiro sentido, podemos observar que *todos os feirantes agricultores de nossa pesquisa reconhecem a terra como um valor constituinte da família e a feira como sustentáculo de sua reprodução social, mesmo que eles não estejam trabalhando regularmente em alguma delas no momento*. Isso acontece porque alguns deles (um da feira de Água Branca e três da de Delmiro Gouveia) não trabalham regularmente na feira; e outros (três da feira de Água Branca e seis da de Delmiro Gouveia) somente lidam com a terra em momentos de maior precisão de mão-de-obra, como argumenta o entrevistado Chico Vitor. Ele só vai “ajudar” o sogro na lavoura nesses períodos de maior carência de mão-de-obra, mas sempre está “por lá

para trazer os produtos da roça e vender na feira”. Além disso, compra de intermediadores os alimentos para complementar com os vindos da serra, ou quando não vêm, caso não esteja na safra, compra tudo desses intermediários.

Eu sempre fui criado no sítio, né? No dos meus pais, e hoje eles mandam eu trazer as coisas para vender. É de lá que vem o ganha pão de toda nossa família. Assim, se não fosse a feira para nós vendermos e a terra para dar as coisas, eu não sei como seriam nossas vidas [...] meu compromisso maior é com meu sogro, porque aqui sou eu quem cuida dos negócios da família, meu cunhado mora fora e meus sogros já estão um pouco velhos, aí eu resolvo os problemas, né? Às vezes, levo uns amigos para ajudar na roça do meu sogro, porque ele não dá conta sozinho de tudo, né? Esse meu cunhado até manda dinheiro para pagar a *negrada*, mas aí eu vou também para verem que não quero me aparecer, e assim mesmo é na roça que a gente mostra que é homem de verdade, né? [...] Porque o trabalho é duro! (Chico Vítor, feirante de Água Branca, 32 anos)

Chico Vítor se considera mais feirante que agricultor. Tem 32 anos de idade, casado, sua esposa o “ajuda” na feira, já que ele gere o negócio e toma as decisões com dois filhos. *Considera ser uma pessoa vivida*, por ter migrado durante vários anos para “São Paulo”. Mora na cidade de Água Branca, onde é feirante, ajuda esporadicamente na produção dos sítios do pai e do sogro, mas se considera o negociante deles. Estabeleceu uma rede que vai desde o sítio, feira, bairro aos atravessadores, dos quais compra, de vez em quando.

Embora não esteja diretamente na produção do sítio, Chico Vítor mantém um tipo de condição sentimental com a terra e – de certa forma, pela feira. Esse sentimento de afeto se dá pelo trabalho e patrimônio da família, que faz com que determinados *grupos domésticos* escolham alguns de seus membros como principais responsáveis e articuladores na sequência da reprodução da terra e da atividade na feira como pertencentes à família. Geralmente, elegem-se, entre os filhos, os homens, ou ainda, o genro, na falta do filho, como aqueles que devem aprender a tocar o “funcionamento” da terra e do negócio da feira. A educação transmitida pelos pais aos filhos é um saber do compartilhamento da reprodução da cultura familiar do trabalho; isso significa a valorização, por parte dos pais, de um saber aplicado à terra e ao negócio da feira, que seja prático, para que os descendentes possam dar continuidade ao patrimônio e à sua relação com ela, pois o trabalho é realizado na e pela terra. Para além do valor trabalho na terra, deve-se considerar o valor ensinado no negócio - confiança, reputação, honra e responsabilidade. É o que pode ser analisado na fala de Martinho,

[...] eu trago, de manhã, os meninos para ajudar na roça, porque, pela parte da tarde, eles têm aulas, aí a gente também tem que colocar para aprender a ler e escrever para não serem ignorantes, né? [...] as meninas, também a gente manda para escola. Ela é boa para ensinar a eles os negócios aí que a gente não compreende só pelo aprendizado em casa, e que passa na televisão, mas a gente também tem que ficar de olho para não se perder, aí eu sempre digo para mãe deles prestar atenção, ensinar as coisas certas que Deus deixou. [...] Elas ficam com a mãe, ajudam cuidando nas coisas de casa, dando de comer para as galinhas, os bichinhos que a gente tem na

porta de casa, sabe né? [...] eu levo todos eles para feira, para me ajudar com a mulher debulhando o feijão e prestando atenção nas coisas, [...] a feira é muito boa para gente vender, ver as pessoas, saber o que está acontecendo. (Martinho, feirante de Delmiro Gouveia, 39 anos)

Martinho é casado, chefe da família, com quatro filhos, feirante e residente na cidade de Delmiro Gouveia. Tem um sítio que frequenta diariamente junto com os filhos para produção de feijão e macaxeira, principalmente. A esposa frequenta o sítio esporadicamente, porque tem de cuidar das aves e hortas plantadas no quintal da casa da cidade. Ele também ajuda nos sítios dos pais, sogros e vizinhos, e estes enviam sua produção para Martinho comercializar na feira.

Podemos dizer que os argumentos de Martinho nos remetem, de certa forma, aos apresentados por Brandão (1995, p.158), no livro “A partilha de vida”. Ele analisa a relação entre a conduta do trabalho e seu papel de socialização: “Todos sabem e dizem que a educação de um filho não se faz apenas através do trabalho e para o seu exercício. Ela se completa dentro de pautas de conduta cujo sentido e significado são dados pelo próprio trabalho, a começar pelo desenvolvimento subjetivo do *“amor ao trabalho”*. Mas o trabalho é também um constrangimento. Todos trabalham porque precisam e não saberiam o que *“fazer da vida se não precisasse trabalhar”*. Segundo Brandão (1990, p.149), “Sob certas condições, o trabalho camponês pode ser considerado prazeroso [...] Sobretudo quando ele é próprio, como o do arrendatário ou o sitiante, e não apropriado, como o do camarada ou do volante.”

É importante salientarmos que mesmo a dimensão simbólica do trabalho estando como condição principal desses espaços sociais, observa-se que a socialização através do conhecimento de outros ofícios e serviços, como o domínio do saber escolar formal e do mundo letrado, ganha espaço dentro dos principais agentes de socialização, mesmo que de maneira diferenciada entre as categorias gênero e idade. Para essa análise, notemos o exemplo do grupo doméstico de Coutinho:

Você acredita que somente um dos filhos quis tomar como ofício o trabalho na terra, os outros estão cuidando de outras coisas, são formados [...] Sinto falta deles [...] quando coloco os vizinhos para me ajudar na roça, fico pensando que quem poderia estar ali, me ajudando, eram os meus filhos, pergunto-me, às vezes, por que só um quis ficar. Mas aí, eu sei que estão muito bem, tem um que é médico, outro dentista, uma enfermeira, a outra é professora da universidade; o mais fraco mesmo é esse que ficou na agricultura e que trabalha também na feira. (Coutinho, feirante de Delmiro Gouveia, 60 anos)

Coutinho é casado, considera-se o chefe da família, com cinco filhos. Mora no sítio do município de Delmiro Gouveia, cidade onde é feirante. A comercialização na praça de comércio é feita com produtos da sua unidade de produção, exceto o que é resultante do trabalho do *grupo doméstico* do filho; conta com apoio financeiro dos filhos que migraram

para estudar, e estes recebem frequentemente produtos do sítio dos pais, como forma de manutenção dos laços sociais.

No segundo significado, vislumbramos que, *apesar da terra, feira e o trabalho terem sido vistos, preferencialmente, sob o domínio masculino e às mulheres, a condição de “ajudante”, essas disposições estão sendo ressignificadas*. Enquanto, por um lado, permanece aos filhos homens, como observou Brandão (1990), em pesquisa publicada no livro “O trabalho de saber”, o papel da transmissão de valores e do saber ora ensinados pelos pais, às mulheres isso não é incentivado e ensinado, mesmo que elas saibam desempenhar, às vezes até melhor, os papéis caracterizados como atividades masculinas. Por outro, lembra Garcia-Parpet (2008b), há um crescimento significativo da presença feminina, no caso estudado por ela sobre as feiras do Nordeste do Brasil, no espaço tradicionalmente masculino. Apesar disso, a autora questiona se isto é suficiente para afirmar a falência da divisão sexual do trabalho, muito acentuada e que restringia as mulheres ao universo doméstico? Respondemos à referida autora com os dados de nossa pesquisa, dizendo: das 14 mulheres entrevistadas, nove se consideram ajudantes do marido tanto no trabalho da feira como na lida com a terra. Entretanto, a posição se inverte quando tratamos em termos de feira, na de Água Branca a maioria (quatro) das entrevistadas se considera chefes dos *grupos domésticos*. Sobre isso, notamos como Creuza compreende o trabalho da mulher no espaço público:

Eu tenho muito a agradecer minha mãe por ter nos criado trabalhando na roça, mesmo sem um marido, e ainda ter que aguentar piadinha do povo na feira dizendo que ela era sustentada pelos machos, porque não tinha nem para onde conseguir manter os filhos, sozinha. [...] eu levo como ensinamento para a vida, né? Conto para os meus filhos para eles saberem como são as coisas, sabe? [...] eles têm que aprender a trabalhar para conseguir as coisas e saber que dá muito orgulho ter um trabalho honrado. (Creuza, feirante de Água Branca, 40 anos)

Comprendemos que a transmissão do saber pelo trabalho faz-se no próprio trabalho – pois o saber é um saber-fazer da hierarquia familiar – subordinado ao chefe da família, de um lado, dado pelo pai. Do outro, uma ressignificação do chefe ser considerada a mãe, pois se é esta quem governa o trabalho, é ela que passa também a governar o fazer-aprender. Embora nossa discussão esteja baseada nos ensinamentos socializados pelo trabalho na terra e feira, concordamos com Woortmann, E; Woortmann, K. (1997) que “a transmissão do saber é mais do que transmissão de técnicas; ela envolve valores, construções de papéis, etc. (p.11). Estas perspectivas de entendimento na orientação da socialização de gênero são importantes para os agricultores familiares feirantes continuarem a se reproduzir socialmente diante das condições produzidas pela sociedade mais ampla, como analisado no estudo realizado por Tedesco:

O papel da família na transmissão cultural intergeracional é muito importante, não incluindo apenas a memória da família, mas da linguagem (do rural, do vêneto...), da

moradia, da posição social, da religião, dos valores e aspirações sociais, do fazer doméstico, da roça, dos modos de comportamento, etc. São aspectos que, condensados em práticas e experiências de grupos sociais particulares, no nosso caso os colonos, formam aquilo que Bourdieu chamou de *habitus* (TEDESCO, 1998, p.80-81).

No limiar entre *produzir para viver* e *produzir para o negócio*, encontra-se o terceiro sentido do *grupo doméstico*. Por um lado, observamos que a maioria (27) dos agricultores feirantes não faz distinção entre o que é produzido para venda e o que a família destina para o próprio consumo, pois os mesmos produtos cumprem ambas as funções: comercialização e alimentação familiar. Por outro, existem alguns (seis) feirantes agricultores que produzem em grande escala para negócio, e em pequena, para consumo próprio. Além desses, ainda podemos considerar que outros produzem um único produto (dois agricultores), o que se nota a existência de diferentes níveis de produção e comercialização realizados. Quando nos remetemos a cada feira, não observamos grandes distinções da realidade geral.

Essa conexão entre o negócio e o trabalho na agricultura fora discutida por Garcia Júnior (1989). Ele notou, por meio da atividade de agricultores na feira, que esses indivíduos vendem por atacado sua produção aos negociantes, enquanto eles próprios revendem no varejo os seus produtos e de outros agricultores. Se, em sua grande maioria, os feirantes são pequenos produtores agrícolas, nas feiras todos funcionam também como intermediários. Em sua obra, discute as peculiaridades, em certo período sócio-histórico, dessa forma de comércio, assim como as diferentes práticas de cultivo e sua distribuição ao longo do ano. Constatando assim que os agricultores decidem sobre cultivos e negócio: tratando-os como atividades complementares e totalmente sensíveis à flutuação dos preços de mercado.

A condição de não distinção entre consumo e comercialização somente consegue uma relativa autonomia quando os agricultores feirantes produzem excedentes, estes estão ligados à quantidade de trabalho realizado no uso da terra. De outra forma, essa ligação consumo-comercialização impede uma distinção clara entre a realização do lucro e da renda, principalmente porque os negócios realizados pela produção em pequena escala estão sob uma fragilidade imposta pela produção social, e provoca, em alguns desses sujeitos, em momentos específicos, a deterioração de suas condições de trabalho e de vida, condenando-os ao assalariamento parcial noutras lidas, geralmente pelas diárias de serviço no campo ou de serviços na pequena cidade; outros arrendam ou vendem as suas terras e compram outras com condições de produção deficientes, ou migram para as cidades, em busca de trabalho; outros ainda assistem à evasão dos seus filhos, que saem de casa à procura de um futuro melhor. A

expropriação, como se nota, é decorrente da inserção do agricultor na produção social, a cuja produtividade se subordina.

Um excelente exemplo da produção para o consumo e comercialização é apresentado pelo feirante agricultor Digenal, 49 anos, casado, chefe da família, com quatro filhos que moram no seu sítio, e um no entorno. Até o momento de realização da pesquisa de campo, ele estava morando na cidade de Delmiro Gouveia, onde é feirante e vai trabalhar diariamente na propriedade que pertenceu aos pais e sempre que pode a esposa vai ajudá-lo no sítio, pois ela também tem de cuidar do lar, das criações de galinhas, do cultivo das hortas, e ainda ajuda na feira. Ele diz que, por falta de tempo, não participa de nenhuma cooperativa, só mesmo do sindicato dos trabalhadores rurais. Também prefere não se envolver com créditos de bancos, pois da forma como vai fazendo, “*dá para ir vivendo*”.

O negócio fez parte das estratégias realizadas por ele desde o aumento da propriedade, pois o lado que lhe coube era pequeno e não possuía equipamentos, somente algumas estruturas como a cerca de arame farpado. Assim teve que lidar com o negócio da terra, comprando a herança dos irmãos que não moravam mais lá. Toda a propriedade pertencia à família do pai dele. Por conta disso, ele disse que teve de mudar a forma como o pai produzia, investindo principalmente no cultivo do feijão de corda e milho, isto possibilitou um maior rendimento da produção agrícola pela comercialização na feira. Embora os pais dele, salienta, tivessem uma produção diversificada, investiu também na plantação de verduras e temperos para vender na feira. Ressalta ainda que isso foi possível porque contou com a ajuda de sua família:

A compra dessa terra foi um negócio de muito sacrifício, contei muito com a ajuda dos meus filhos, eles diziam para mim que tinham muita vontade de a gente poder morar e trabalhar, todo mundo, no que era nosso, aí a gente foi fazendo umas reservas daqui, outras dali, e quando pensou que não, veio a oportunidade de comprar a parte dos meus irmãos, nesse sítio do meu pai. Você acredita que o dinheiro ganho pelos meninos quando foram para São Paulo foi colocado todo aqui, pois é! Depois que deu tudo certo, eles até pararam mais de viajar, e agora ajudam mais é na roça, assim a gente consegue ter mais coisas para consumir e vender, e ter um dinheiro para ir guardando, né? (Digenal, feirante de Delmiro Gouveia, 49 anos)

Por meio desses âmbitos construídos para a lida com a terra, Digenal considera que são comercializados mais produtos do sítio agora, do que na época do pai, vivendo assim melhor do que eles. Entretanto, lembra que com essa intensificação dá a impressão de ter mais problemas do que na época deles. Mas para ter sucesso na agricultura considera ser “*importante maior investimento e diversificação*” para não ficar refém da perda de determinado produto quando a safra for ruim para aquele cultivo; diz estar atento aos preços do mercado, toda semana na feira observa o que mais está em falta, e como anda a

comercialização nos mercadinhos e supermercados, por isso, segundo ele, “*trabalhar na feira possibilita a venda direta*” e o maior controle da flutuação do mercado.

O sentido *valor trabalho é transmitido aos descendentes, mesmo que não permaneçam na terra, feira e sigam outras profissões*. Além de um valor e símbolos que constituem o *grupo doméstico*, o trabalho é também um saber e uma manifestação da cultura dos agricultores familiares, que vai muito além da simples subsistência. Eles não precisam estar essencialmente vinculados à *labuta* do trabalho agrícola para serem reconhecidos como forma digna de trabalho, que apesar de aproximar as relações com agentes do espaço urbano e de dimensões puramente mercantis, traz no bojo o valor de que trabalhar é trabalhar para a família. A análise de Coutinho representa esse sentido, a saber:

O filho do feirante Patrício sempre me perguntava por que Zé mandava dinheiro para eu investir no sítio se ele não tem intenção de voltar para morar lá? Aí eu fiquei matutando o que tinha se passado na cabeça daquele meu menino, aí eu falei para a mulher, ela disse que era para agradar a gente, porque sabia que a gente vive para esse sítio. Um dia, quando ele chegou de Campinas, a gente conversando, eu falei que Patrício sempre me fazia essa pergunta [...] ele me disse assim: ‘o trabalho que o senhor fez aqui, papai, não deve ser acabado, não, deve de ser cuidado, se não for por mim, mas um dos meus irmãos vai zelar pelo suor que o senhor derramou aqui, para cuidar da gente e de nossas coisas’ [...] aí eu entendi. (Coutinho, feirante de Delmiro Gouveia, 60 anos)

Assim como Coutinho, e sem grandes diferenças em termos de cada feira, observamos que um terço do total (11) de feirantes agricultores têm filhos que trabalham em outras atividades sem estar diretamente ligadas a agricultura e feira. O que, de certa forma, não chega a representar a grande maioria dos filhos desses sujeitos, pois 23 deles trabalham na atividade agrícola e no negócio. Vale dizer ainda que estes filhos podem estar ou não morando no núcleo doméstico dos pais para exercer estas e outras atividades.

Embora não esteja no topo das *formas de viver e trabalhar* a incorporação das atividades não agrícolas à dinâmica dos feirantes agricultores familiares estudados, é importante dizer que elas fazem parte do significado da reprodução social destes grupos, dentro da posição que elas ocupam no conjunto da economia familiar. O valor família sofre alteração no momento atual dos feirantes e seus filhos, e parentela de uma maneira geral. As possibilidades de mudanças ou permanência na escolha da atividade a ser executada ganham forças com os espaços de múltiplas aprendizagens pelas quais passam os sujeitos pesquisados. A esse respeito, observamos em Carneiro:

[...] Existem diferentes possibilidades de se associar a atividade não agrícola no interior da unidade familiar agrícola, que implica diversidade de significados que este tipo de combinação poderá assumir na reprodução social e, conseqüentemente, na posição de cada unidade familiar na estrutura social na agricultura. A pluriatividade, nesta perspectiva interpretativa, não é um fato positivo, um tipo, e sim uma noção que designa um processo social plural, o que significa reconhecer

processos pluriativos incorporadores de atividades não agrícolas como constitutivos da própria dinâmica social da agricultura familiar. Esta percepção da pluriatividade como um processo social nos capacita a perceber a coexistência de processos sociais distintos, e até mesmo contraditórios, definidos *pelo campo de possibilidade* de realização dos projetos familiares. Por *campo de possibilidade* entende-se o espaço para formulação e implementação de projetos, no caso, definido pela combinação das condições sócio-econômicas e fatores peculiares às unidades familiares, tais como: o capital cultural, o capital material, a fase do desenvolvimento do grupo doméstico, composição etária e sexual dos membros da unidade familiar e posição dos indivíduos que desenvolvem a atividade não agrícola na hierarquia familiar (CARNEIRO, 1999, p. 324-25).

É importante dizer, por esses diálogos, que os projetos criados e/ou seguidos pelos agricultores feirantes não implicam na formulação consciente das estratégias a serem implementadas por estes grupos nem a independência em relação às condições internas. Mas, diferentemente do agente econômico, o *grupo doméstico*, que pode ser sustentado pela íntima relação entre relações de trabalho e laços de parentesco, apresenta maior margem de negociação interna na elaboração de caminhos alternativos de reprodução social. É nesse contexto que o recurso a outras atividades praticadas devem ser compreendidas.

Entendemos que o último sentido de família apresentado no início deste tópico mostra uma proposta de entendimento que se engloba aos demais, especificamente de que o grupo doméstico não se limita aos agentes formados por laços de aliança ou de consanguinidade, mas deve ser entendido por um conjunto de valores que reúne *habitus* partilhados entre os membros, de forma que o sentimento de pertencimento seduza ou coaja os indivíduos para que reproduzam ou (re)criem um conjunto de estratégias coletivas e individuais. O significado de família como estrutura flexível é importante para entendermos que ao mesmo tempo ela cria e reproduz valores socializados e inculcados nos indivíduos. Como é o caso de Zilda,

Estou muito feliz com a feira [...] tenho amigas que me conhecem bem e que sempre a gente vai poder contar umas com as outras [...] eu chego um pouquinho mais tarde na feira porque venho do povoado Sinibu, aí demora nós reunirmos todo mundo no carro do seu Totonho [...] minhas amigas guardam o meu lugar para colocar minhas coisas para vender [...] elas colocam umas coisas no lugar, aí quando eu chego só coloco minhas coisas e pronto, é só vender [...] eu reconheço o que elas fazem por mim, não que cobrem, mas aí você sabe, né? A gente não é cega, aí eu trago sempre uns docinhos, umas castaninhas para elas lancharem durante a feira [...] elas também cuidam das minhas filhas, que sempre ficam nas casas delas, quando vão fazer as coisas na cidade. Eu também não deixo de vê-las quando vou, sempre levo algumas coisas para elas [...] é que não sei andar com as mãos abanando, e também sei das dificuldades de quem mora na cidade para ter nossas coisas. (Zilda, feirante de Delmiro Gouveia, 40 anos)

A agricultora Zilda é casada, responsável pelas atividades domésticas, criação de aves, horta do quintal e ajuda o esposo nas atividades de produção e venda na feira. Reside em um povoado do município de Delmiro Gouveia, cidade que trabalha como feirante. Tem duas filhas casadas, que moram na mesma propriedade. Ela procura sempre (re) estabelecer as

relações de alianças dentro do povoado e entre campo e cidade, principalmente pelo agrado de bens de sua propriedade e pela participação nos festejos.

A teia (re) estabelecida por Zilda representa a concepção de muitos dos agricultores familiares feirantes pesquisados (13). Apesar da maioria (22) ter como dois dos melhores amigos agricultores feirantes, muitas vezes circunscritos por laços de consanguinidade, outros 13 ampliam essas teias de indivíduos que circunscrevem nas atividades executadas, como de feirantes que moram exclusivamente no pequeno município sem relações de parentesco com o agricultor feirante. Observamos assim um conjunto de estratégias dos agricultores familiares para sua reprodução social, em níveis mais complexos de laços sociais. Esses dependem não somente da forma de acesso à terra vivenciada, mas também da intenção em perpetuar o grupo familiar e seus laços de pertencimento a um lugar.

Os laços, nesse sentido, são criados e interligados por mais de uma teia de sentidos geralmente firmadas desde o sítio/povoado ao pequeno município. Elas se sustentam, tanto pela transmissão de bens materiais como também de informações e de recursos propriamente relacionais de pertencimento, laços de identificação, de diferença e de indiferença entre os sujeitos, de apropriação – das transações entre os agentes e a dimensão das regras de conduta – e do controle que os indivíduos exercem uns sobre os outros.

5.1.2 O sítio e o povoado: relações de reciprocidade e interconhecimento perpassadas pelo negócio

Para analisarmos as inter-relações de agricultores feirantes, localizamo-los no interior dos sítios/povoados, isto porque é de fundamental importância traçar alguns aspectos delineadores destas *figurações*, como, por exemplo, de que compreendemos os povoados pelas suas conexões entre os sítios e os pequenos municípios. Esses primeiros se caracterizam pelas bases de suas interações estarem nas “coletividades vizinhas que formam entre si um tecido de laços que cria uma sociedade local” (MENDRAS, 1978, p. 97) pela formação de um tecido social local, cujo alicerce se constitui no grupo parental, na amizade e na vizinhança. Consideramos, portanto, que suas teias são criadas dentre e entre espaços, que ultrapassam a ideia de uma comunidade isolada. Apoiados na análise de Wanderley (2009), que ao discutir o termo comunidade, nota que trata de uma realidade social com uma estrutura tradicional mutável, sem limites geográficos e composição social fixa e estanque, cuja composição

interage com a “sociedade envolvente” (WANDERLEY, 2009), compreendemos que não há barreiras delineadas entre os espaços de certos indivíduos com a sociedade, como nota Elias; Scotson (2000).

Como vimos nos sentidos apresentados sobre *grupos domésticos*, os laços de aliança e ou consanguinidade não devem ser analisados sob única condição para compreender esses sujeitos, pelo contrário, a depender das condições para reprodução social desses grupos, podem estar criando estratégias que ultrapassam esses laços. Na verdade, podemos dizer que dos 20 feirantes agricultores moradores do campo, que representam mais da metade de entrevistados, oito residem em povoados, um em assentamento e uma pequena maioria (11) mora em sítios, o que mostra uma circulação desde os sítios às feiras dos pequenos municípios. Em termos de feira, não existem grandes contrastes entre esses territórios do campo.

Apesar de uma pequena maioria morar em sítios, o acesso a um grande número deles não se dá pela facilidade de locomoção, mas mesmo assim estabelecem contato direto com o povoado ao qual mantém sentimento de identidade mais contínuo, e o pequeno município, identidades sob construção. O sítio de Vilma, por exemplo, está distante cerca de 5 km do povoado, que está ligado a estrada onde passa o carro de linha que levará seus produtos a serem comercializados na feira local, em suas palavras:

É bem assim: eu poderia fazer isso sem precisar ir ao povoado, né? Mas toda semana a gente se reúne para saber a quantidade de coisas a serem transportadas, quem vai, quantos irão, quem pode levar o do outro? Desse jeito sim, eu acho importante a gente mesmo fazer isso, mas só de pensar em sair de casa para pegar esses caminhos ruins que tem, dá uma tristeza, a gente só vive doente, com uma tosse que não acaba mais, de tanta poeira. É engraçado porque o pessoal acha que porque moro perto da estrada, é melhor para mim [risos], mas com tanto buraco e poeira, tanto faz. (Vilma, feirante de Água Branca, 29 anos)

A agricultora Vilma é casada, responsável pelas atividades domésticas, criação de aves, horta do quintal e ajudante do esposo nas atividades de produção e venda na feira. Reside em um sítio do município de Água Branca, cidade que trabalha como feirante. O esposo e ela procuram sempre (re) estabelecer as relações de alianças dentro do povoado para planejamento do transporte de produtos a serem comercializados na feira. Eles têm dois filhos que residem com eles. Esses estudam na cidade, mas faltam frequentemente, porque o transporte responsável pelo deslocamento, administrado pela prefeitura municipal, não aparece, sob alegação que está quebrado devido às péssimas condições da estrada que liga à cidade.

Outro exemplo de limitação é o de Perseu Falcão, ele desejaria ficar no *seu lugar*, o sítio. Entretanto, as condições precárias de acesso aos serviços propostos pelo modo de vida moderno não possibilitam. Além disso, a área total de sua propriedade impede a possibilidade dos filhos planejarem sua produção e reprodução de sua família. Na sua fala:

Bem que eu queria ficar no meu lugar, mas muitas coisas estão acontecendo para não permitir [...] olhe, se eu tivesse um sítio maior, agora meus filhos poderiam trazer as famílias deles para morarem aqui também [...] também se as estradas fossem melhores, tivesse uma escola perto para eles mandarem os filhos deles, são muitas coisas que precisam ser feitas aqui para gente. A minha nora tem um problema de saúde que precisa ir quase todo dia ao hospital, aí você sabe, né? [...] Só com a mulher nesse lugar, é muito difícil, mas sair daqui também é mais doloroso ainda. (Perseu Falcão, feirante de Água Branca, 85 anos)

Perseu Falcão é casado, chefe da família, tem cinco filhos, que mesmo morando em outros lugares, mantêm laços de ajuda dentro do *grupo doméstico*. Os filhos se estabeleceram no entorno e no pequeno município, tendo como principais motivos o tamanho da propriedade, a constituição de novas famílias e as precárias condições de acesso às “*redondezas*”. A propriedade do seu Perseu Brito faz parte do loteamento realizado pela família na divisão da herança, que foi passada pela geração anterior aos seus pais. Ele nota que quando era uma grande propriedade cultivavam muitas fruteiras e legumes, vendendo parte na feira. Por conta dessa relação mais próxima com o mercado local, houve um maior rendimento da produção na agricultura, o que se desfez, em alguma proporção, com a divisão da propriedade, segundo ele, a queda só não foi maior porque continuou arrendando terras.

As falas analisadas nos remetem, de certa forma, ao que Wanderley (2009) apresenta sobre as características do rural brasileiro, no caso de Perseu Falcão que “consiste, além do acesso, no espaço da precariedade fundiária e social”. A maioria dos seus habitantes não tem acesso a terra, e quando tem a quantidade não é suficiente para reprodução do *grupo doméstico*, além disso, eles sempre se deslocam para a cidade, se quiserem ter acesso ao posto médico, ao banco, ao poder judiciário e, até mesmo, à igreja paroquial. Wanderley salienta ainda que existe, na realidade, uma diversidade de locais com acesso diferenciado:

É bem verdade que é crescente, sobretudo nos países desenvolvidos, a presença entre os residentes rurais, de pessoas e famílias de origem urbana. “Retirantes às avessas”, como diria o poeta João Cabral de Melo Neto. Esta situação existe, certamente, em algumas áreas especiais dos nossos países, mas para que ela se configure é necessário que o meio rural ofereça aos seus moradores, condições particularmente confortáveis de vida, o que inclui as chamadas “amenidades” da vida moderna, situação que, decididamente, não pode ser generalizada no nosso caso (WANDERLEY, 2010, p. 34).

Essa diversidade de espaços construídos está ligada as teias sociais formadas pelos sujeitos. Caso tenham uma conexão mais profícua com os meios de produção ou de influência política com o poder local (pela forma de clientelismo) conseguem uma maior propagação de bens e serviços em suas áreas. Caso contrário, essas famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio, as alianças e consanguinidade, em sua maioria, são desfavorecidas pelas forças produtivas e políticas.

Como estratégia para manter a reprodução social do *grupo doméstico*, o que acontece em ambas às feiras, principalmente nas áreas de difícil acesso, os feirantes agricultores familiares apresentaram quatro saídas, são elas: 1) o feirante agricultor compra a produção do agricultor parente e/ou vizinho; 2) feirantes agricultores enviam sua produção pelos parentes e/ou vizinhos que, assim como eles, comercializam na feira; 3) também alternam a ida a feira entre os parentes e/ou vizinhos e; 4) grupos domésticos ampliam sua rede de contatos para além do sítio/povoado para levar seus produtos à feira. Destacamos que somente na primeira característica há compra direta de outros produtores, nas demais, o que se mobiliza entre eles são recursos para que seus produtos cheguem à feira. O importante, segundo Zé Tião, “*é que tenha sempre uma maneira da gente conseguir vender nossas coisinhas para comprar outras e aí a gente ir sustentando nossa família*”.

Na primeira saída, podemos dizer *que quase a metade (nove) dos feirantes agricultores que moram no campo compram de parentes e/ou vizinhos produtos para comercializarem nas feiras*. A negociação é realizada tanto antes como depois da colheita do produto, através de dinheiro, como também, uma parte, por serviços prestados durante a produção. Vale salientarmos que quando a moeda é feita pela troca de serviços, quem geralmente executa a atividade são os filhos dos feirantes agricultores, e às filhas cabe ajudarem as mães nas atividades domésticas, do quintal e da roça. Importa dizer que existe uma relação de confiança entre agricultor feirante e agricultor dono da produção, pois o primeiro só paga a compra depois de realizada a negociação na feira. E quando não se sai muito bem na praça de comércio, o agricultor dono da produção faz um abatimento no valor combinado para o agricultor feirante, o que importa, segundo eles, “*é não dar prejuízo a ninguém*”. O trecho da entrevista realizada com Franzé se remete muito bem a essa análise:

Rapaz é o seguinte, a gente faz assim, sempre à noite, nós vamos sentar na porta do vizinho para tomar um cafezinho com eles, aí a gente conta como foi a feira, as coisas que estão acontecendo por lá [...] até uma vez a gente estava contando que o prefeito privatizou a feira e o povo todo ficou com tanta raiva, que fez até uma reunião [...] a gente fala também das vendas, se foram boas ou não, aí nessa hora, o vizinho diz que é assim mesmo, é para gente dizer o que foi vendido. Quando a gente recebe, damos logo uma parte do dinheiro, quando não, a gente coloca no caderno, né? O resto que sobra, quando não estraga a gente leva na outra semana, o que é de estragar ligeiro, a gente entrega para eles, aí eles dão para os bichos. (Franzé, feirante de Delmiro Gouveia, 50 anos)

O agricultor Franzé é casado, chefe da família e das atividades de produção e venda na feira (se dedica mais a essa última atividade). Reside em um povoado do município de Delmiro Gouveia, cidade que trabalha como feirante. Tem oito filhos, que moram na mesma propriedade, no entorno e no pequeno município; ele procura, por meio de alianças com

produtores (parentes e vizinhos), comprar produtos a serem comercializados na feira, e essas compras se dão em dinheiro e troca de serviços pelo trabalho dos filhos.

Notamos que o que seria uma simples negociação, realizada entre agricultores, porque foi feita utilizando o dinheiro, está repleta de significação simbólica, situada entre as estratégias de confiança, reputação, honra e responsabilidade, firmadas pelas alianças entre os laços de vizinhança, circunscritos, muitas vezes, pelo parentesco e consanguinidade⁵⁷. Além disso, ao mesmo tempo em que esses feirantes agricultores podem ser vistos enquanto comunicadores ou formadores de opinião do mundo exterior, preservam relações com os povoados. Vale destacarmos que mesmo o feirante agricultor não residindo no sítio ou povoado do agricultor produtor, ele cria a priori uma situação simbólica para manter os laços de reciprocidade, como é o caso, mesmo numa *situação limite*⁵⁸, de Chico Vitor. Ele mora no pequeno município, mas vai ajudar o sogro no sítio, vende a produção deles na feira e ainda compra produtos de outros agricultores.

Outra característica desses povoados/sítios/assentamento, vinculada, como vimos, de alguma maneira à primeira, *está nos feirantes agricultores (cinco) que levam a produção dos parentes e/ou vizinhos para ser comercializada na feira*. Principalmente pelos laços de parentesco e consanguinidade, estes feirantes agricultores comercializam os produtos da parentela e/ou vizinhança na feira porque são agentes socializados para exercerem a atividade de feirante e assim reproduzir o *grupo doméstico*, do qual fazem parte diretamente. Importa-nos dizer ainda que esses agentes privilegiados podem ampliar seu *grupo doméstico*. Isso acontece, por exemplo, quando um parente, por algum motivo adverso, não pode mais ir à feira, nesse caso ocorre a transmissão do ofício ao agente privilegiado, que passa a ampliar seu *grupo doméstico*, mesmo que momentaneamente. Um excelente exemplo disso pode ser apresentado pelo caso de Jailson:

Para te falar a verdade as coisinhas que eu tiro daqui são poucas [...] os filhos já estão todos pela conta deles, nos lugarzinhos deles. [...] eu levo mais são as coisas do meu irmão, porque ele nunca gostou de ir para feira, quando a gente era pequeno o pai levava a gente, todos os homens, e esse meu irmão ficava com raiva porque ele queria mesmo era ir para o futebol, aí ele nunca pegou gosto pela coisa, né? Agora ele cuida da roça dele, e uma parte, ele pede para eu negociar, aí, né? Eu vendo tudo [...] moço, a gente faz assim, levo tudo para a feira, mas aí eu sei mais ou menos o que é o meu e o que o dele, o dinheiro que a gente ganha, ele pede para comprar as coisas para levar

⁵⁷ Destacamos que dos nove feirantes agricultores que compram dos/as agricultores/as produtores, cinco deles geralmente compram de parentes (primo por parte da mãe, tia, irmão e sogro da irmã), os demais são amigos que foram socializados desde a escola, igreja aos demais espaços criados (exemplo: futebol, batizado, festas com bandas de música, etc.).

⁵⁸ Dizemos isso porque este indivíduo pode está situado tanto dentro desta primeira característica quanto da segunda, já que compra a produção do agricultor para revenda como também ajuda na produção do sogro para levar à feira.

para ele e a família dele, quase ele não vai à feira, tudo sou eu quem faz, aí a gente faz as contas, e sobra uns trocados que dou para ele, eu também ajudo ele na roça [...] é como se nós fossemos todo mundo juntos, só que ele tem a família dele e eu a minha. (Jailson, feirante de Delmiro Gouveia, 52 anos)

O agricultor Jailson é casado, chefe da família e das atividades de produção e venda na feira, se dedica mais a essa última atividade; ajuda algumas vezes a esposa nas atividades do quintal de casa, principalmente colocando ração para as galinhas e regando a horta. Reside em um povoado do município de Delmiro Gouveia, cidade que trabalha como feirante. Tem dois filhos, que moram no entorno do sítio; ele está conectado, por meio de alianças, com produtores (parentes), para levar os produtos a serem comercializados na feira, agente socializado para esse fim.

Para comercialização dos produtos dos sítios desses indivíduos, as categorias terra e trabalho estão combinados na unidade familiar. Como resultado, existe mais que a provisão da produção e da distribuição do produto. Produção e comercialização são organizadas através de parentesco ao invés de simples relações de mercado. O *grupo doméstico*, que ultrapassa uma única propriedade, organiza-se de forma a lidar com as intempéries, colocando em movimento com seu próprio trabalho os recursos disponíveis para renovar todos os elementos do processo produtivo, o qual visa ao consumo produtivo e pessoal. A condição básica consiste na reprodução e recriação continuada da integridade do grupo doméstico como unidade de reprodução econômica e social.

Outra característica que conecta as redes firmadas pelos feirantes agricultores do campo à praça de comércio é a de que *eles (três) alternam a ida a feira entre os parentes e/ou vizinhos*. Existem vários fatores⁵⁹ que são vistos como complicadores para o trânsito dos feirantes agricultores à feira, entretanto, isto não impede que sua produção seja comercializada na praça de comércio, pelo contrário, existem laços de solidariedade construídos para que não haja perdas socioeconômicas desses indivíduos. A forma como realizam está remetida na fala de Antonio Zito, para ele:

Todo domingo, fazemos uma reunião para conversar e ver como vai ser nossa ida à feira [...] nós nos reunimos aqui em casa, porque é no caminho entre os sítios dos outros. [...] Nós analisamos o tanto de coisa que tem para levar, aí os mais chegados conversam entre eles para saber quantos irão e quem vai levar o de quem, [...] às vezes tem algumas coisinhas entre nós, mas aí tudo se revolve, sabe? [...] nós sempre

⁵⁹ Os principais fatores elencados pelos agentes estudados foram: doença do feirante agricultor ou de algum membro do *grupo doméstico* que exige cuidado maior; época de maior trabalho na plantação ou colheita da produção; quando não se tem muitos produtos a serem comercializados ou para serem comprados no pequeno município; como estratégia de uma economia doméstica, evitando gastos com o transporte dos produtos e do feirante agricultor; etc. (este fator está diretamente relacionado a pequena quantidade de produtos a serem levados à feira).

levamos dos amigos que trabalham conosco na roça, porque aí nós temos mais afinidades ou então levamos da família, sabe? Um irmão, pai, sabe? [...] ora, nós damos todo o apurado porque quando é ele, ele faz do mesmo jeito. (Antonio Zito, feirante de Água Branca, 48 anos)

A forma como se constituem estas atividades exige a construção de uma aliança que contribua para a circularidade dos produtos e do social sobre os indivíduos que se encontram unidos entre si por um complexo interligado de laços ramificados, em um processo análogo a uma arqueologia desse complexo. Especificamente estão imbricados laços de parentesco e vizinhança para manter a circularidade entre terra, feira e trabalho.

No último delineamento caracterizador do interconhecimento que faz o *modo de viver e trabalhar* de feirantes agricultores familiares, *podemos dizer que grupos domésticos (três) ampliam sua rede de contatos para além do sítio/povoado e assim poder levar seus produtos à feira*. Nesse caso, observamos que todos que trabalham dessa forma tiveram ou têm algum financiamento junto ao Estado. Esses indivíduos angariam recursos financeiros se inserindo em algum projeto e/ou programa social, o que permite ultrapassar as estratégias apresentadas anteriormente. Mas por entenderem que esses recursos não são suficientes para uma reprodução social, eles estão sempre tecendo meios para que haja a manutenção dos valores firmadores do interconhecimento local, conciliando com esse novo âmbito do crédito financeiro. Vale dizer, por outro lado, que apesar dessa característica está presente entre esses indivíduos, não são todos os que conseguem pagar a dívida contraída junto às instituições financeiras para adquirir recursos materiais e sociais. Um exemplo desse tipo de situação é apresentado por Francisco Norberto, para ele:

[...] esses negócios que o governo oferece é um tipo de malandragem para pegar as pessoas sem rumo e depois deixá-las ainda pior. Só não fiquei assim porque contei com a ajuda dos meus filhos, que vendo a situação, ajudaram-me a pagar a dívida do banco, para eu não perder meu pedacinho de terra. [...] Entrei em um crédito para arrumar meu sítio, colocar um poço tubular e produzir mais macaxeira para fazer massa de tapioca. [...] O negócio foi tão ruim que tive de vender até meu gado para ajudar na liquidação do débito, mas também não devo nada a esse povo corrupto. [...] Prefiro viver assim na simplicidade a ter de dever. (Francisco Norberto, feirante de Delmiro Gouveia, 48 anos)

Francisco Norberto é casado, considera-se mais agricultor que feirante; tem quatro filhos, que moram no seu sítio e entorno, e que levam, algumas vezes, sua produção para negociar na praça de comércio, salienta ainda que *“a depender das atividades de cada um, todos ajudam na agricultura, criação de animais e o negócio da feira”*; é responsável pela *produção vegetal e animal*, além de administrar o dinheiro arrecado na *unidade familiar*; à esposa cabe também ajudar na colheita e é a responsável pelo trabalho doméstico, criação de galinhas, e cultivo da horta no quintal. A família de Francisco somente comercializa na feira os

produtos cultivados, como o feijão de corda, milho, batata doce e macaxeira (atividade que queriam ampliar); e as aves criadas (*galinha caipira* e *galinha d'angola*). Já a produção pecuária (boi), ele negocia em casa, anuncia em dia de feira aos marchantes as criações a serem vendidas e os mesmos vão até seu sítio comprá-las.

Graças às condições criadas pelo *grupo doméstico* de Francisco Norberto, ele conseguiu se reestruturar minimamente dentro dos recursos para manutenção dos *modos de viver e trabalhar*. Entretanto, uma parcela desses sujeitos fica em condições ainda mais precárias quando da filiação em certas políticas públicas, sobressaindo ou não, a depender deles, um número maior de alianças para que possam reverter a situação. Além disso, é importante dizer que existem conflitos sociais locais criados por um confronto entre lógicas distintas, isto é, entre os que conseguem se manter dentro das estratégias do grupo (confiança, reputação, honra e responsabilidade) e os que não aceitam todos estes valores. A maneira que Edna encontrou para produzir mais e se inserir no mercado local trouxe alguns conflitos internos, a saber:

Foi assim, estava com meu pai arrumando os documentos dele para a aposentadoria, foi lá que vi o pessoal do sindicato falando do PRONAF para mulher, aí como o nome do homem lá em casa já não dava mais certo, eu achei que não seria um mau negócio, não! [...] as coisas que a gente produzia eram poucas, eu sei que davam para ir nos mexendo, até porque a gente também comprava do Zé Sandro e Pinguim para vender na feira [...] hoje nós mexemos mesmo são com hortas, e tudo é da serra, que é melhor [...] nós vendemos aqui em casa, vêm os vizinhos comprar para alimentação deles, e no dia da feira, eles, às vezes, também compram lá, porque não fica nada em casa. Só não vão mesmo comprar com a gente Zé Sandro e Pinguim, eles ficaram com raiva porque a gente deixou de comprar a produção deles, mas não estão vendo mesmo, nós vamos deixar de produzir para ganhar mais, só para satisfazer o desejo das pessoas, de ganhar em cima da gente? (Edna, feirante de Água Branca, 46 anos)

A agricultora Edna é casada, responsável pelas atividades domésticas, criação de aves e das hortas de sua propriedade. O esposo ajuda nas hortas, e é o principal responsável pelo transporte dos produtos até a feira, onde administra o negócio. Reside em um povoado do município de Água Branca, cidade que trabalha como feirante. Não tem filho. Eles procuravam sempre (re) estabelecer as relações de alianças dentro do povoado para compra de produtos a serem comercializados na feira, até o momento que decidiram somente plantar para vender.

Ela conta que foi por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na linha de crédito PRONAF Mulher⁶⁰, que conseguiu o beneficiamento

⁶⁰ Esta linha de crédito, estabelecida a partir de 2005/2006, instituiu o direito das mulheres realizarem, através do PRONAF Mulher, operações de microcrédito rural para financiar investimento em infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural, bem como o custeio agropecuário (informações obtidas no manual operacional do PRONAF).

da propriedade para cultivo da horta, especificamente através da construção de um poço tubular na propriedade e com a compra de sementes e insumos para plantação. Ao trazer o discurso sobre a adesão a essa política pública e a concepção de ter abandonado a compra de produtos de parentes ultrapassa, por um lado, a rede local, configurando uma nova teia com estratégias que visam ultrapassar, inclusive, o projeto limitador do PRONAF. Por outro lado, mesmo com algumas mudanças de estratégias, deixando alguns ressentidos, a maioria dos vizinhos e parentes compram deles, tanto na casa quanto na feira, permanecendo os laços locais de interconhecimento e, conseqüentemente, da reprodução social.

Essas inter-relações baseadas no interconhecimento entre as famílias possuem uma *disposição* fundamental para a permanência do que vem a ser um dos sustentáculos dos povoados rurais, baseados nos empreendimentos produtivo/econômicos. Essas famílias mantêm o negócio em comum. Mendras (1978, p.66) argumenta que a troca não é somente de produtos, mas de serviços entre os agricultores pertencentes a uma determinada comunidade. Não obstante, os camponeses podem estabelecer relações de troca em outras comunidades, e não somente naquelas a que pertencem (WOLF, 1970). As trocas estabelecidas extrapolam os limites da sociabilidade para atingir as formas econômicas de reprodução das famílias e, neste processo, engendram redes de produção que têm o potencial de angariar um conjunto de atividades para além da produção agropecuária. Devido às relações de proximidade serem centrais para desencadear esse processo, as redes de trocas se ajustam às redes de reciprocidade e de interconhecimento.

Destacamos com isso, que não se pode reduzir a análise da agricultura familiar exclusivamente como uma unidade de produção de recursos materiais, mesmo que sejam inseridos os fatores de produção *terra e trabalho*. É necessário analisar como esses fatores são construídos pelo *grupo doméstico* no interior de suas relações de consanguinidade, parentesco e vizinhança, pois são elas que fazem com que esses grupos de pessoas se reproduzam socialmente diante das situações adversas. Desse modo, vimos que as transformações, as metamorfoses da agricultura familiar não resultaram em uma forma social de trabalho e produção totalmente nova. Isso porque tais processos não modificaram o seu caráter familiar, mas ao contrário, reforçaram-no. As mudanças referem-se à sua reprodução, que fica cada vez mais dependente dos vínculos estabelecidos com o ambiente externo.

Nesse sentido, o fato de feirantes agricultores familiares mobilizarem uma ampla gama de recursos fora dos mercados reflete em “espaços de manobra” e estratégias criadas para manter uma reprodução relativa do *grupo doméstico*. Dessa forma, é equivocada tanto a percepção de que a mercantilização induz à perda total da autonomia, quanto de que este

processo possa estar completado, uma vez que coexistem recursos e alianças que são acionados dentro e fora dos circuitos mercantis.

5.1.3 A cidade pequena: lugar da síntese entre o mundo urbano e o mundo rural

Como podemos observar, existe um grande número de feirantes agricultores que mora no campo. Na feira de Água Branca, especificamente, a maioria (nove) mora no campo; já na de Delmiro não existem diferenças entre os residentes do campo (nove) e da cidade (nove). Um dos maiores entraves para a permanência destes sujeitos no mundo rural é a falta de bens e serviços oferecidos no campo. De acordo com Wanderley (2001), nos pequenos municípios do Brasil, os serviços essenciais estão concentrados em suas sedes, que possuem politicamente o caráter de cidade.

Partes significativas do espaço rural correspondem, frequentemente, às zonas mais fragilizadas dos territórios nacionais, que ainda se diferenciam do urbano pelas suas condições de inferioridade no que se refere, precisamente, ao acesso da população aos bens e serviços materiais, sociais e culturais (WANDERLEY, 2001, p.102).

Apesar das características gerais que delineiam muitas das proximidades entre as feiras estudadas, vimos que há formas diferenciadoras mais presentes em algumas delas ou nos sujeitos que as frequentam. De uma maneira geral, existem tramas sociais e espaciais que se hierarquizam nesses lugares, firmando diversos olhares na maneira de apreciar os *pequenos municípios* onde estão localizadas essas praças de comércio, como se remete a feirante que trabalha nas duas feiras, Maria do Carmo, em sua fala:

Para te falar a verdade, eu prefiro trabalhar aqui [feira de Água Branca] [...] as pessoas têm mais respeito pelos outros, a gente sempre está próximo de tudo. [...] Aqui todo mundo é parceiro, têm menos pessoas, todo mundo se conhece e sabe da dificuldade da gente para conseguir as coisas, por isso todo mundo ajuda [...] quando a feira está mais calma, a gente vai tirar o dinheiro do aposento no banco, compra alguma coisa na loja, né? [...] mas também é ruim porque muita das vezes tenho que esperar até sábado para comprar ou consertar alguma coisa que só tem em Delmiro [...] aí nessas horas, eu gosto mais da feira de lá [risos]. (Maria do Carmo, feirante nas das feiras, 58 anos)

Maria do Carmo trabalha nas feiras de Água Branca e Delmiro Gouveia, mora no povoado de Água Branca, é casada, responsável pelas atividades domésticas e da feira, e o esposo é considerado o chefe da família, que cuida da produção e transporte até as feiras, onde administra o negócio; ela ajuda o esposo na produção em algumas épocas do ano. Tem um filho que mora no sítio do sogro. Ela e o esposo procuram sempre (re) estabelecer as relações

de alianças desde o povoado aos pequenos municípios, onde comercializam nas feiras, tanto sua produção como à dos parentes, vizinhos e atravessadores.

A feirante Maria do Carmo apresenta na sua fala um delineamento diferenciador que passa pelo espaço físico e social, principalmente de distinção na relação do entorno da feira e frequentadores. Podemos analisar que a diferenciação dos bens e serviços está relacionada, no caso de Água Branca, ao contexto histórico. Ela passa de concentradora do comércio e do processo de expansão colonial, para, com o desenvolvimento da cidade de Delmiro Gouveia, durante o processo de modernização, distribuidora de alimentos em seu entorno, inclusive pela feira local. Entretanto, apesar do papel de distribuidor de alimentos, o maior reconhecimento se encontra no comércio e serviços concentrados em Delmiro, mas apenas na sede, já que não existem bens e serviços no campo, assim como em outras realidades apontadas por Wanderley (2009).

Por isso, mesmo com todas essas hierarquias no acesso aos lugares, esses agentes ainda se fazem, seja direta ou indiretamente, pela proximidade que os “*dois mundos*” podem oferecer. E ainda, a partir dessas experiências, suas identificações se misturam e criam gostos e estilos *nos modos de viver e trabalhar* de feirantes agricultores familiares. Que, como nota Wanderley, mesmo nas aproximações, podem ser observadas distinções significativas. Nas suas palavras:

Considero particularmente fértil, nesta reflexão, a idéia de que, mesmo quando se atinge uma certa homogeneidade, no que se refere aos modos de vida e à ‘paridade social’, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo, quanto na cidade. (Wanderley, 2001, p.114)

Por entender então que feirantes agricultores estão inseridos em inter-relações diretas ou indiretas principalmente entre os sítios, povoados e pequenos municípios é que decidimos traçar os delineamentos das interações realizadas por eles por meio das relações de proximidade. *Analisaremos como os agricultores feirantes que moram no pequeno município e sítios/povoados se assemelham e distinguem-se na lida com a produção, comercialização e ritualização; bem como eles se veem nos espaços citadinos do consumo, venda e rituais festivos.*

Na compreensão dos aspectos referentes aos sítios/povoados, um pouco mais da metade (oito) que mora no pequeno município frequenta o sítio diariamente, seja sozinho ou com mais familiares. Entre eles estão os filhos que decidiram morar na cidade, mas continuar interagindo com a parentela do sítio/povoado. Os que menos frequentam os sítios/povoados são as

mulheres e os feirantes agricultores idosos, estes últimos têm como principal justificativa a dificuldade em conseguir se locomover, já que faltam vias de acesso regular até o destino, deixando a produção em responsabilidade de filhos, parentes e vizinhos. As mulheres feirantes agricultoras, residentes na cidade, cuidam da feira, do lar, filhos e ainda fazem “*algum bico*” (doces e bolos, artesanato das sobras de tecido da fábrica da Pedra, e assim ganham uma renda extra) e eventualmente se deslocam para o sítio/povoado. Salientamos assim que as saídas dos membros da família do sítio/povoado não significam necessariamente rupturas, as novas teias tecidas com diversos sujeitos fora, inclusive, da unidade de produção familiar não constitui, como observou Tedesco (1998), uma crise no modelo de família camponesa, apenas a dinamiza, proporcionando continuidades, mas também descontinuidades.

Zé de Deus é um dos exemplos que podemos citar de agricultor feirante que se relaciona desde os espaços do campo aos citadinos. Ele faz de suas experiências associativas um meio para está reivindicando seus direitos e procurando mostrar para os demais, os direitos deles, e de certa forma, disputando espaço entre os outros agentes sociais. Isto acontece desde sua participação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Delmiro Gouveia à reivindicação por melhorias nas feiras, trocas de informações, participação e discussão das políticas públicas. O entrevistado salienta que se vê como um canal de informação entre os outros feirantes agricultores.

O pessoal diz assim: Zé, rapaz, como é que tu consegue trabalhar em duas feiras, na roça cuidando da plantação, e ainda ter tempo para escacaviar [ir atrás] dessas coisas? Aí eu digo, ora rapaz, estou unindo o útil ao agradável, né? [...] eu faço o seguinte: como moro aqui, na rua, aproveito o dia que não vou para roça, porque deixo meus filhos cuidando da plantação, e nem estou nas feiras, para ver o que está acontecendo no sindicato, aí levo toda informação para os companheiros das feiras e da roça [...] quando coloco trabalhador. (Zé de Deus, feirante nas duas feiras, 46 anos)

Apesar de muitos desses sujeitos que moram no sítio/povoado e pequeno município compartilharem de uma perspectiva comum sobre estes espaços que fazem *os modos de viver e trabalhar* da Agricultura Familiar, também existem distinções que promovem certas particularidades aos modos de ser deles nessas cidades, principalmente pelos residentes nos sítios/povoados que as veem como lugares de se fazer negócios, comprar “*coisas modernas*”, passear, visitar amigos e/ou parentes, disputar poder e também “*arrumar dinheiro para pagar as contas*”.

Há de considerarmos, por outro lado, que apesar de compreender esses pontos como aspectos primeiros para vir a morar no pequeno município, a maioria (todos os quatro de Água Branca e mais seis de Delmiro Gouveia) desses feirantes agricultores desejam voltar para o campo. Dentre os motivos, estão: a) ficariam mais perto do trabalho; b) natureza e; c) das

peessoas que compartilham das crenças, práticas religiosas, costumes, conhecimentos técnicos e formas de trabalhar. Isso pode ser observado na fala de um entrevistado quando questionado sobre a possibilidade de levar alguém da cidade para trabalhar na produção.

[...] Para falar a verdade, eu prefiro o pessoal da Serra, eles estão acostumados com trabalho mais pesado, então as coisas que a gente faz lá, para eles são leves. [...] Já até tentei algumas vezes experimentar [os da cidade], mas só tive dor de cabeça, porque pensam: o cara trabalhando no sol quente, dando tudo dele, e o outros só se escorando nos outros, rapaz, não dar, [...] a gente conversa [com agricultores do sítio/povoado] coisa que a gente sabe que é certo, sabe? Com os caras daqui, vixe, eles falam muito de coisas, sei lá, esquisitas, sabe? [...] assim, de como os caras ganham dinheiro vendendo drogas, essas coisas, como se fossem boas. (Justino, feirante de Delmiro Gouveia, 37 anos)

O agricultor Justino tem três filhos que vão sempre ajudá-lo a negociar na praça de comércio e também cuidam da *produção vegetal e animal*, às vezes contam com a ajuda de parentes e vizinhos e da esposa na época da colheita. Ele fica a frente da produção e administração do dinheiro arrecadado na *unidade familiar*; a esposa ainda é a responsável pelo trabalho doméstico e pela criação de galinhas no quintal; o *grupo doméstico* de Justino comercializa principalmente os produtos cultivados no seu sítio: feijão de corda, batata doce, macaxeira e as aves criadas (principalmente a *galinha caipira*).

Ao enfatizar aspectos semelhantes aos de Justino, Jéssica, como já vimos anteriormente, avalia que parte do seu *grupo doméstico* mora na cidade porque as condições de acesso aos serviços são mais rápidas, mas que também gostam do sítio. Na verdade suas amizades estão diretamente relacionadas às mulheres com trajetórias próximas de *viver e trabalhar*. Isso porque, segundo ela, a maioria dos seus vizinhos “*da rua*”, sente que não pode contar, mas que, assim como ela, têm outras que vieram de sítios e povoado, interagindo entre si. E com elas, principalmente, lembra que organizou um batizado com festa coletiva, já citado anteriormente.

É importante notar ainda que alguns feirantes agricultores, especificamente cinco dos residentes na cidade de Delmiro Gouveia, argumentam ser o pequeno município um lugar “*muito bom de viver*” e *trabalhar*, mas continuam a frequentar esporadicamente o sítio/povoado para prestarem contas dos produtos comercializados na feira; trazer a produção a ser comercializada no próximo dia de feira; “*saber e contar as novidades à parentela*” (aqui observamos nas falas dos entrevistados, uma busca para perpetuar os valores passados no âmbito do *grupo doméstico*) e participar de alguns eventos. Isso fica claro na fala de Dinho:

Meu filho! Já trabalhei desde quando era criança no pesado, que agora vendo essas facilidades, eu quero mesmo é ficar aqui [cidade de Delmiro], não é que esteja reclamando, porque não sou de ficar assim, não, mas a gente negocia daqui, negocia dali, que a gente sempre tem um dinheiro para comprar as coisas e ir vivendo, bem

[...] Até porque a gente ainda traz as coisas da roça, aí tu sabe, né? Juntando tudo, dá para comprar as coisas que temos vontade, tanto para mim e como para minha família [...] eu trago as coisas das fruteiras, quando está na época, aí os da roça, sempre os filhos que ficaram com a propriedade, me mandam e aí mando dinheiro para a eles. (Dinho, feirante de Delmiro Gouveia, 68 anos)

Dinho é casado e chefe da família, tem cinco filhos, onde dois são responsáveis pela produção do sítio, já que Dinho frequenta-o esporadicamente. O sítio fica localizado em um povoado do município de Delmiro Gouveia, cidade onde Dinho reside e trabalha na feira, que é responsável pela comercialização dos produtos do sítio. A esposa o ajuda nessa praça de comércio e trabalha nas atividades domésticas e da horta do quintal de casa. Ele está conectado, por meio de alianças, com outros produtores (além dos filhos), para levar os produtos que comercializará na feira.

Outro exemplo do interesse em ficar no pequeno município, com visitas ao sítio/povoado é apresentado por Cleonice Miranda, que diz gostar de frequentar a *Serra*, mas a forma como as pessoas querem tomar satisfação sobre a maneira como vive cada um, não a agrada. Sua relação com o *grupo doméstico*, do qual faz parte, gira em torno de seus pais, irmãos, marido e filhos, a interação acontece dentro do sítio e na cidade. Existe uma complementaridade da força de trabalho entre eles.

Essas relações entre o rural e urbano brasileiros, principalmente no que pode ser considerado de um pequeno município (QUEIROZ, 1976; WANDERLEY, 2002b), estão entrelaçadas por relações de poder, decorrentes da própria estrutura social. Ela diz respeito, por um lado, à constatação de que o interconhecimento e as redes de parentesco e vizinhança são mais penetrantes, mantendo ativos os olhares sobre o comportamento de cada indivíduo ou família (TEDESCO, 1998). Por outro, a interconexão entre esses mundos possibilita um desejo por individualização que não se reproduz aos moldes estabelecidos pela coletividade anteriormente baseada no interconhecimento local, ultrapassando-o e ampliando as redes sociais.

O encontro proporcionado pela atividade da feira é um excelente exemplo da ampliação das redes sociais. Nela acontecem também algumas distinções entre feirantes agricultores que moram no sítio e demais feirantes. Mas elas também podem ser vislumbradas pelos próprios feirantes agricultores que moram no campo e os que moram na cidade. Nos dois casos, embora de maneira mais visível entre os de Delmiro Gouveia, o olhar diferenciado se apresenta na ocupação do espaço das praças de comércio. A maioria dos feirantes reclama que alguns agricultores feirantes não trabalham frequentemente na feira e por isso não precisam de uma banca, podem vender no local que encontrar disponível ou no chão. Além disso, por venderem

produtos da safra e facilmente perecíveis, os agricultores comercializam mais barato, não agradando assim os outros feirantes. Vejamos o relato de Zilda sobre a ocupação espacial na feira:

Tem gente aqui de todo jeito, minha amiga daqui diz que tem um pessoal aqui que não vê a gente com bons olhos, não. Ela disse que eles falam que a gente não está aqui todo dia de feira, por isso tem que dá lugar para quem vem. Eu não ligo, não, mas a gente não fica gostando muito, porque a gente acha que todo mundo tem direito nas coisas daqui, né? Essa banca pertencia a minha mãe que já morreu, que Deus a tenha, aí agora querem tomar da gente, só porque não posso vir toda semana, acho isso uma injustiça [...] que nada meu filho, quando não venho, sempre tem alguém lá do nosso povoado para colocar nela, gente é que não falta, eles ficam tudo espalhados aí pelo chão, porque o fiscal e o povo daqui diz que a gente que não bota toda feira não tem direito de ter uma banca, não [...] até Virgulino estava dizendo que a gente tem que lutar é para todo mundo ter uma banca e não esse negócio de só para quem vem toda semana, já se viu uma presepada [coisa] dessa? (Zilda, feirante de Delmiro Gouveia, 40 anos)

O relato de Zilda sobre a divergência na ocupação do espaço na feira põe em evidência uma distinção entre os modos de vida tradicional e moderno, no que diz respeito especificamente às regras para manutenção do espaço público. Para ela, quem deve manter o controle da banca é a família, independente do tempo em que permanecer vazia, e somente o *grupo familiar* pode doar aquele espaço. Destacamos ainda, por meio do exemplo de Jéssica, a rivalidade de outras feirantes sobre os preços dos produtos comercializados pelos agricultores feirantes.

[...] ah menino, a coisa aqui é pesada, o povo se importa até com o que a gente vende, e o pior mesmo é quando a gente vende pelo preço mais em conta [...] a gente não tem muito o quê fazer, né? As coisas que vêm para vender são sempre da época [...] a manga, ela sempre dá numa época, aí a gente vende mais barata para não estragar [...] a gente dá para os bichos, mas aí sobra também, e também a gente quer vender para poder ganhar um pouco, né? [...] é, o povo fica com raiva por causa que a gente faz isso [...] a gente dá para eles também, é porque o povo fala mesmo, aí é o seguinte: a gente faz 99% de bondade, se fizer uma coisa ruim, eles falam, a coisa é difícil. (Jéssica Lins, feirante de Delmiro Gouveia, 30 anos)

Além das rivalidades de concepções entre agricultores e feirantes agricultores, fiscais das feiras e outros feirantes, existem distinções entre os próprios feirantes agricultores. Essas podem ser observadas em vários âmbitos, como, por exemplo, da diferenciação social apresentada no nível do local de moradia. Os feirantes agricultores que moram na cidade, principalmente os de Água Branca, mobilizam uma variedade de recursos que chamam atenção dos residentes do campo sob duas perspectivas. **A primeira** se dá principalmente porque os recursos (bens e serviços) adquiridos, por parte de alguns desses sujeitos, não satisfazem as necessidades do coletivo (parentes e vizinhos do sítio), mas somente do agricultor familiar residente no pequeno município, sem disponibilizar para a coletividade. Essa análise pode ser observada nos argumentos, a seguir, de Chico Vitor:

Você acredita que depois que comprei essa pampa, para trazer as coisas do sítio do meu sogro, os vizinhos de lá [do povoado] ficam dizendo que só quero aparecer? Olhe, nem quando eu vim morar na rua ouvi dizer um negócio desses [...] eu vinha era muito com eles no carro fretado para trazer as coisas de lá, até as coisas deles para eu vender, trazia. Agora porque estou comprando também umas coisas de outros sítios e só pego as coisas do meu sogro, eles não estão mais como eram antigamente, mas aí, né? Fazer o quê? (Chico Vitor, feirante de Água Branca, 32 anos)

Lembro-me que minha tia tinha conseguido uma vaga para eu estudar na escola da fábrica da Pedra, porque queria que eu fosse doutor, meu pai nem fazia questão, mas acabou deixando, aí eu ia todo dia de bicicleta para lá [...] eu achava bom, mas ficava muito cansado [...] no começo tinha muita vergonha, porque o pessoal me olhava esquisito, as roupas deles eram todas bem feitas, não tinham amassados e eram todas brancas, e as minhas ficavam todas amareladas e amassadas [...] eles também falavam de coisas que não sabia o que eram, aí eu ficava todo por fora, isso eu não gostava [...] é engraçado porque o pessoal do povoado achava a mesma coisa de mim, dizia que depois que tinha ido estudar lá, eu chegava falando coisas que eles não entendiam, achavam que eu até queria me aparecer, já pensou? (Martinho, feirante de Delmiro Gouveia, 39 anos)

A fala de Martinho é importante para nos remetermos a segunda perspectiva dos recursos que chamam atenção dos moradores do campo. Isso porque situa a diferenciação social entre o mesmo grupo, por meio da dimensão dos recursos materiais e simbólicos. Especificamente, os agricultores moradores do campo entendem que existem atividades comuns – principalmente na feira – entre eles, outras são reconhecidas de forma diferenciada. Entre elas, estão às distinções vistas sob o olhar da execução das atividades e usos de recursos materiais: as da cidade são consideradas mais leves, e as do campo, sob um esforço que exige mais do sujeito. Por outro lado, apesar desse primeiro olhar comparativo das dificuldades, os agricultores familiares positivam suas ações atribuindo aos que moram no pequeno município adjetivos socialmente negativos como *“desperdiçadores da energia natural do homem”* e *“mais propícios a doenças por não queimar gordura ao executarem atividades”*.

Eu não tenho vergonha do meu trabalho não, a gente trabalha muito, é pesado, porque tirar o dia todo no sol, não é fácil, a gente sua, que fica todo molhado. Me lembro que quando eu era mais novo, eu não queria que minha esposa [na época, namorada] fosse lá para casa [dos pais] na hora que eu vinha da roça para ela não ficar me vendo assim [...] mas de noite era outra história [...] ah, depois do casamento, aí não tem problema, porque ela já vai mesmo conhecer os problemas, só que assim ela vai entender, né? [...] eu me sinto bem desse jeito, não sou gordo, algumas vezes aí fiz uns exames não deu nada de gordura, o médico disse que estava muito era bem, que estava *light* [risos] [...] tem umas pessoas aí que ficam mais são sentados, só mexem mesmo com a cabeça, o trabalho com o corpo é pouco, aí ficam gordos, a gente só escuta falar de doença, mas também não trabalham na roça, só uma vez na vida, menino, tem que trabalhar é todo dia, senão o negócio pega de todo jeito. (Antonio Zito, feirante de Água Branca, 48 anos)

É, eu já morei no interior e quase todo dia vou para lá [...] só ajuda, às vezes, meus filhos, porque os filhos deles ainda estão pequenos [...] fico mais é comprando deles [parentes e vizinhos] para vender na feira [...] a vida no sítio é diferente daqui [pequeno município]. Lá, a gente sofre muito, para trazer água de longe, apanhar ração para os bichos, e arrumar o transporte para vender as coisas na feira. Às vezes tinha que trazer as coisas na bicicleta porque não tinha transporte para trazer [...] na

rua tem o lado bom e o lado ruim. O bom é que a gente tem água encanada, arranja transporte para ir pegar as coisas, mais facilmente, está mais perto de tudo, né? [...] O lado ruim é porque a gente fica muito acomodado com essas facilidades, ficamos doentes, né? E também não tem, de graça, as coisas do interior, né? O caju, a manga, tudo a gente pega no pé, fresquinha. Aqui, só quando a gente vai para feira, tem essas coisas, né? Mais aí, né? Depois que minha mulher ficou doente e precisa está aqui direto, vim mesmo para aqui [...] aí vou me virando para ganhar a vida. (Marcos, feirante de Delmiro Gouveia, 50 anos)

O feirante agricultor Marcos é casado, chefe da família, tem dois filhos que moram em seu sítio. Esse fica localizado em um povoado do município de Delmiro Gouveia, cidade que reside e trabalha como feirante. Ele é responsável por arranjar o transporte para levar a produção do sítio até a praça de comércio, a qual administra; cuida também da esposa com problema de saúde, contando, sempre, com o apoio das filhas.

Observamos que existe uma frequência dos agricultores familiares no “*fazer-se*” das *figurações*: sítios, povoados e pequenos municípios. O que demonstra um contato direto e frequente entre essas teias, mas que não dilui, por completo, as diferenças entre eles, como vimos na representação criada sobre o trabalho do *grupo doméstico*. Nesse sentido, as *figurações* que esses agentes participam não são construídas apenas pela sua vivência nesses espaços, mas são reforçadas também por uma visão que vem sendo construída sobre o mundo rural, pela própria mídia, agregando a eles qualificativos como: esforço físico dos agentes para execução do trabalho e a salubridade de viver uma relação mais próxima com a natureza.

O reconhecimento desse modo de vida faz parte da rede de funções no interior de associações humanas, como nos diz Elias; essa ordem invisível em que são constantemente introduzidos os objetivos individuais, não deve sua origem a uma simples soma de vontades, a uma decisão comum de muitas pessoas individuais (ELIAS, 1994a). Por baixo de cada um desses acordos cumulativos há, entre essas pessoas, uma ligação funcional preexistente que não é apenas somatória, mas um processo novo em que se mesclam as interesses individuais e os projetos coletivos materializados em forma de instituições sociais, a que podemos denominar de redes de interação social.

5.2 Feira: integrador das teias que geram a economia de proximidade

A participação efetiva de agricultores familiares nas feiras descortina a percepção de que eles estão ligados apenas às condições internas, à família, propriedade e interconhecimento local. Na verdade, notamos que os *grupos domésticos* requerem um

ambiente social e econômico que lhes sejam favoráveis e permitam uma interação mais ampla desta forma social. Entretanto, ao alargar a rede social, verificamos que a abrangência espacial das diferentes relações sociais contribui para se refletir sobre quais espaços as inter-relações destes sujeitos, envolvendo a proximidade, apresentam mecanismos de reprodução social. Como podemos observar na fala de Maria do Rosário:

O que dá para deixar para resolver na feira, eu deixo [...] é tanta coisa que me motiva para fazer na feira: as pessoas, as coisas mais baratas, as pessoas fazem bem feito, eu digo isso porque eu sempre faço, e também eu não engano quando vou vender minhas coisas, para quê? Não é assim que Deus ensinou para gente, né? [...] para te dá uma idéia, estava fazendo uma merenda no liquidificador aí ele começou uma caatinga [fedor], desliguei logo, aí como estava no dia de receber o dinheiro do meu marido, a gente foi ao banco, depois em um lugar lá para consertar, ele disse que tinha que trocar uma peça que era mais cara do que o liquidificador, aí danou, levei para casa, aí no dia da feira de Delmiro, levei para o seu Beca, meu filho, ele ajeitou e foi bem baratinho, e até hoje ele está prestando, viu? (Maria do Rosário, feirante nas duas feiras, 49 anos)

Maria do Rosário é casada, trabalha nas feiras de Água Branca e Delmiro Gouveia. Nessa última, está localizado o povoado onde reside. Ela é responsável pelas atividades domésticas, da feira e ajuda, em algumas épocas do ano, na produção que é administrada pelo esposo. Esse é considerado o chefe da família e cuida também do transporte dos produtos até as praças de comércio, onde administra o negócio. Tem três filhas que moram no entorno do seu sítio e conta com a ajuda dos seus genros na produção. Procura sempre (re) estabelecer as relações de alianças dentro do povoado e dos pequenos municípios onde comercializa, nas feiras, desde sua produção aos dos parentes, vizinhos e atravessadores.

De fato, as interações sociais nas feiras de Água Branca e Delmiro Gouveia, mais ainda pela participação dos agricultores feirantes, contêm um substrato de identidade contida pelas relações de *proximidade* que liga os indivíduos que se fazem nesse tipo de *figuração* social. Observamos, entretanto, que a proximidade física não se confunde com a que é relativa às relações sociais, embora as duas estejam se “cruzando” o tempo todo na região. Isso significa que a dimensão simbólica, de pertencimento e identidade, tem correspondência com os valores compartilhados, por isso a rede tem potencialidades de ultrapassar a territorialidade e passar a vincular pontos distantes.

De maneira particular, dizemos que é no ambiente social das feiras que se desenrolam processos de interconhecimento supralocal e de reciprocidade, no qual as redes de sujeitos de diferentes extensões territoriais assumem caráter coletivo para realização desses eventos socioeconômicos. A *proximidade* vem a se constituir numa variável pela qual se entendem as relações de confiança adquiridas pelos agentes sociais. Portanto, isso pode confirmar que a

confiança e o interconhecimento se formaram ao longo do tempo e se tornaram um modo de agir estruturado, na acepção trabalhada por Bourdieu (1989).

Embora tenhamos visto que a origem dessas feiras esteja ligada à produção agropecuária, observamos também que elas foram constituídas sob a base de relações sociais ancoradas em parentesco e, em proporções variadas, por meio de relações de reciprocidade entre conhecidos. A maioria dos entrevistados tem na atividade de feirante uma aprendizagem que é familiar e, segundo os depoimentos, o parentesco e o interconhecimento local vêm a ser maneiras de garantir a reprodução social.

Os relatos apresentados confirmam que as relações não acontecem somente no *grupo doméstico* em si, mas entre parentes, vizinhos e amigos para se fazerem nas feiras. Entretanto, cada interação aciona meios de parceria com aquilo que pode contribuir (conhecimento sobre a feira, capital econômico, força de trabalho na produção, transporte e comercialização, benfeitorias e instalações). Além dessas manifestações de *proximidade* e interconhecimento para a constituição de empreendimentos entre pessoas que não são do mesmo grupo doméstico, os entrevistados informaram que permanece importante um sistema de ajuda entre os vizinhos, no interior dos povoados. É corriqueira a ajuda principalmente na produção e transporte, é o caso de observarmos, entretanto, que a necessidade de pedir ajuda ao vizinho também cria a dívida de retribuir, mantendo sempre laços de proximidade.

De uma maneira ou outra, como, por exemplo, pagando o dia trabalhado ao sujeito que prestou o serviço, ou mesmo pela contratação permanente, agricultores familiares (re) significam o modo de vida tradicional de ajuda mútua por outro processo que visa se (re) organizar pela especialização produtiva e integração em mercados, mas viabilizando sempre as interações de *proximidade*. Há de considerar, portanto, que as relações de *proximidade* continuam sendo o motor⁶¹ da produção e reprodução social; e a confiança, o combustível que eles depositam nas pessoas com quem trabalham e para o acúmulo do saber-fazer, específico desses sujeitos, e preservado independente da forma de pagamento da força de trabalho. Um dos mecanismos adotados no momento de firmar esse combustível é apresentado na fala de Sergiana:

Eu gosto de conversar com as pessoas que vêm comprar na minha banca [...] quando elas chegam, fico perguntando de onde é? É engraçado porque quase toda vez eu conheço alguém que eles conhecem – é primo, tia de fulano, cicrano, e por aí vai [...] eu pergunto por essas pessoas, se estão bem? Eu falo assim: ‘menino, a mãe de fulano de tal melhorou?’ Indico as coisas para tomar ou a quem procurar [...]. Eu

⁶¹ Principalmente para os feirantes agricultores que moram no sítio/povoado, independente da feira.

acho isso muito importante para todo mundo fazer isso. (Sergiana, feirante de Água Branca, 57 anos)

Nessas perspectivas, o evento das feiras pode ser considerado uma extensão dessas relações de *proximidade* que acontecem entre vizinhos, porém ampliada e certamente modificada. Nesse sentido, compreendemos que as interações estabelecidas no cotidiano (*grupos domésticos* e *vizinhança*) pode ser um sustentáculo para conexões ampliadas (feiras). Além disso, as inter-relações pessoais facilmente se convertem em estruturas de apoio ou recursos sociais para agentes vinculados, ampliando suas capacidades de ação.

A maneira como vai se constituindo a sociabilidade entre feirantes agricultores familiares e demais feirantes mostra que a interação também requer proximidade pelos valores de confiança, reputação, honra e responsabilidade entre os participantes. Isso porque as feiras são vistas como um meio – de estratégias visando reprodução socioeconômica dos seus participantes – e também um fim – a prática social fortalecida é salutar tanto para os grupos que abastecem e são abastecidos de produtos e aprendizados – para manutenção de todos os agentes envolvidos, inclusive as esferas públicas municipais, administradoras oficiais das feiras.

O fato de as feiras serem resultantes de outras *figurações* sociais, com níveis de diferenciações, não impede que elas sejam uma *figuração* ampliada. Na verdade, os seus fins são, de certa forma, alinhavados sob as perspectivas das *figurações*: grupo doméstico, sítios/povoados e pequenos municípios. Nesse último caso, as *figurações* feiras acionam inúmeras conexões com os pequenos municípios, que vão desde os poderes públicos municipais a serviços terceirizados, mercados, consumidores e feirantes variados. E por isso mesmo, elas têm de se atualizar diante das demandas dos mercados, das novidades e das diferentes medidas impostas ao setor. As feiras têm uma função fundamental de ligar o local e o rural com o urbano, o nacional e o global.

Nós temos apoio de muitos locais para vender nosso artesanato, mas eu digo para as mulheres de lá que nós não devemos deixar de trazer para feira, não. [...] foi nela que a gente sempre vendeu as peças [...] eu trago, junto com as coisas da roça e boto de um lado, aí sempre vendo alguma coisa [...] nós participamos de um evento em Brasília para divulgar e vender nossas peças, foi muito bom, porque tinha outros artesãos e gente que não falava nossa língua, pensei até assim: oba, nossas coisas irão para o outro lado do mundo [risos]. (Jorgete, feirante de Delmiro Gouveia, 35 anos)

A agricultora Jorgete é casada, ajudante do esposo em alguns momentos específicos da produção no sítio, faz parte de uma associação de artesãs, trabalha na feira e em atividades domésticas. Tem quatro filhos que moram com ela no sítio localizado em um povoado do município de Delmiro Gouveia, onde fica a praça de comércio que trabalha. Conta com ajuda

dos filhos na ida à feira. Existe uma variedade de produtos comercializados na banca da feira: desde tapetes, redes, e demais resultantes do artesanato, vende também produtos agrícolas e aves e eles são tanto do grupo doméstico quanto da associação ou parentes e vizinhos.

Não obstante, somente a prática mercantil ou a reciprocidade não são suficientes para explicar a prática social e a informalidade das feiras. Em outras palavras, o peso do mercado nas feiras polariza o individual (unidades) e o coletivo através do confronto entre competir e cooperar, o que supõe a emergência dos elementos: laços de reciprocidade e prática mercantil (SABOURIN, 2009). De fato, o capital econômico é condição da mesma forma que os outros os são, para lembrar os tipos de capitais delineados por Bourdieu (1998). Na verdade, é importante atentarmos para o fato de que para os entrevistados, o capital econômico é escasso, por isso o uso do capital social (confiança, reputação, honra e responsabilidade) está na base das estratégias de angariar o econômico.

Portanto, as feiras, mesmo que em meio às *relações mercantis*, constituem-se por fortes traços de *proximidade*. Esses têm um papel central na organização das estratégias de produção e reprodução social de agricultores familiares, que administram suas interações por essas conexões. A disposição é socializada na *figuração* do grupo doméstico que continua a ser protagonista, resguardando no seu interior o conhecimento dos valores construídos: confiança, reputação, honra e responsabilidade. Além do mais, existe uma disposição de que a mercantilização não antecipa seu perecimento, ao contrário, esses valores vão ser paradoxalmente benéficos para o desenvolvimento do capitalismo, através de fatores necessários para consolidar os empreendimentos de tipos específicos de mercados, de proximidade.

Em síntese:

Neste capítulo, buscamos compreender, de forma comparativa, as lógicas que agricultores feirantes acionam nas práticas sociais das feiras de pequenos municípios, demonstramos que elas são processadas nas várias *figurações* sociais urbanas e rurais que participam, tais como os argumentos abaixo.

- 1) ***Grupo doméstico*** – que além de ser uma equipe de trabalho, é também uma unidade afetiva, nela podemos elencar os seguintes sentidos construídos:

- a) a terra está baseada em um valor com sentido de patrimônio, sustentada pelo trabalho na feira;
 - b) apesar da terra, feira e o trabalho terem sido vistos historicamente, sob o domínio masculino e às mulheres, a condição de “ajudante”, as condições estão sendo ressignificadas;
 - c) não existe um limiar específico entre produzir para viver e trabalhar e produzir para o negócio;
 - d) o valor trabalho é transmitido aos descendentes, mesmo que não permaneçam na terra, feira e sigam outras profissões;
 - e) Entende-se que o grupo doméstico não se limita aos agentes formados por laços de aliança ou de consanguinidade, mas deve ser compreendido por um conjunto de valores que reúnem o *habitus* partilhados entre os membros, de forma que o sentimento de pertencimento seduza ou coaja os indivíduos para que reproduzam ou (re) criem um conjunto de estratégias coletivas e individuais.
- 2) **Sítios e povoados** – espaços de estabilidade da cultura camponesa, com redes conectadas – neles são (re) criadas estratégias para manter a reprodução social do *grupo doméstico*, o que acontece em ambas às feiras, principalmente nas áreas de difícil acesso, são elas:
- a) O feirante agricultor compra a produção do agricultor parente e/ou vizinho;
 - b) Feirantes agricultores enviam sua produção pelos parentes e/ou vizinhos que, assim como eles, comercializam na feira;
 - c) Também alternam a ida a feira entre os parentes e/ou vizinhos e;
 - d) *Grupos domésticos* ampliam sua rede de contatos para além do sítio/povoado para levar seus produtos à feira.
- 3) **Pequenos municípios** – lugares de encontro e desencontro de agricultores feirantes, nestes:
- a) Existe um trânsito contínuo entre moradores dos sítios/povoados com o pequeno município e vice-versa;
 - b) Assemelham e distinguem-se na lida com a produção, comercialização e ritualização; bem como eles se veem nos espaços citadinos do consumo, venda e rituais festivos.

- 4) Nessas perspectivas, as feiras se apresentam por características diferenciadas, mas, em geral, elas podem ser consideradas uma extensão das relações de *proximidade* que acontecem entre parentes e vizinhos, porém ampliada e certamente modificada pelos grupos supralocais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amarrando as teias de construção do pensamento

A questão central que norteou esta tese foi a de compreender as práticas sociais dos agricultores familiares nas *figurações* que constituem as feiras de Água Branca e Delmiro Gouveia. Diante de tal problemática construímos uma hipótese geral de que essas práticas acontecem por meio das conexões firmadas pelas teias de relações entre Agricultura Familiar e Feiras. Essas derivam características que assumem as continuidades e mudanças nas suas teias de conexão, especificamente relacionadas às *figurações sociais* (re) construídas pelas ações dos sujeitos diante dos fatores objetivos das inter-relações sociais, econômicas, políticas e culturais, que se manifestam através dos fatores subjetivos, como confiança, reputação, honra e responsabilidade dos feirantes acerca de suas próprias experiências.

Ao considerarmos a manifestação da objetividade na subjetividade dos *modos de viver e trabalhar* desses sujeitos, no sentido construído pelos fundamentos teóricos de Pierre Bourdieu e de Norbert Elias, nos foi possível compreender em profundidade o resultado das mudanças que acontecem entre os sujeitos sociais estudados, principalmente, nas formas de antagonismo econômico e social. Por outro lado, as continuidades com que se estruturam essas relações sociais estão apoiadas, de maneira pouco expressiva, às novas experiências transformativas.

Ao longo da tese procuramos mostrar que as *figurações* feiras, dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia, somente ganham estes formatos pelas práticas sociais dos mais variados segmentos de sujeitos que se fazem naquele território. Apesar dessa diversidade, existem *disposições* entre eles para seguir os valores confiança, reputação, honra e responsabilidade. Para se ter uma ideia, vimos, nas análises dos processos históricos, que se formou um território ancorado profundamente nos vínculos parentais, respeito aos Senhores (donos de engenhos, fazendas de gado, negociantes de pele de animal e industriais), aos preceitos da religião católica e, de certa forma, pelos projetos desenvolvimentistas; estes vinculados, na sua maioria, a uma *modernização conservadora*. Foram edificadas interações sociais nas quais as atitudes de indivíduos extrapolavam a sociabilidade dentro de um grupo e

atingiam a economia e a política, por uma constelação de signos na qual os valores compartilhados podiam estruturar formas de trabalho, o acesso às ocupações e a participação política e econômica do território. Foi por meio dessas relações sociais particulares que se processou o alto sertão alagoano, e foram fundamentais para manter uma estrutura patrimonialista.

Por outro lado, ao nos debruçarmos sobre a pesquisa, observamos que novos interesses se entrelaçaram aos *modos de viver e trabalhar* já estruturados (principalmente pelo poder dominante), exercendo também fortes influências sobre os rumos desses processos, quer dizer, os valores continuaram com os rumos vinculados, mas a lógica caminhava por meio de um alinhavado que procurava dar um novo horizonte ao sentido valorativo, por meio de outros sujeitos e objetos. O movimento do cangaço, por exemplo, mobilizou diversos indivíduos que compreenderam, na maioria deles, estar passando por momentos da escassez dos recursos devido às condições físicas, mas principalmente de hierarquias sociais estruturadas. Eles entenderam, através de suas experiências, que os valores confiança, reputação, honra e responsabilidade têm importância fundamental na estruturação das relações sociais, por isso tomam-lhes de apreço para dar um novo viés às velhas concepções.

Ao invés de manter somente a relação coronelista, os indivíduos reconhecem também a importância da manutenção desses valores entre os pares. Para isso, ficam partido em certas *figurações*, como, por exemplo, as feiras. Antes, essas tinham como propósito primeiro, para esses sujeitos vinculados aos coronéis “a passagem” com a compra de alguns produtos, e rara comercialização de sua produção. Mas com a industrialização e serviços propostos por Delmiro e o amplo processo de expulsão dos agricultores para fora do grande domínio territorial nos anos de 1960, o número de feirantes e a criação de novas praças de comércio na região, tornou-se expressiva. As feiras ganham grande destaque regional com a finalidade de comprar e comercializar os mais diversos produtos, e isso, possibilitou aos feirantes experimentarem trajetórias de manutenção e ascensão social.

Nesse sentido, as feiras foram se constituindo *pari passu* com o projeto de modernização que possibilitou, dentre outras conexões, uma interação entre uma diversidade de sujeitos tanto do sítio/povoado/distrito como dos centros urbanos de outros estados, que transitaram com mercadorias ou se instalaram oferecendo serviços. Devemos considerar que a troca não era apenas de produtos/serviços, mas das visões de mundo compreendidas por eles, sobressaindo assim repúdios ou adaptações aos *modos de viver e trabalhar* deles.

Por exemplo, tanto por operários da fábrica quanto por outros sujeitos que estavam situados fora da linha de domínio exclusiva do “agente civilizador” Delmiro, entrelaçavam

sonhos de trabalhar na fábrica de linhas, de ver o filho formado na escola de prestígio oferecida pelo “civilizador” ou outros espaços “modernizados”; mas, por outro lado, existiam sujeitos que deixavam aqueles *modos de viver e trabalhar* opressivos para voltar a uma fragilidade de perspectivas na reprodução econômica, por uma reprodução dos valores tradicionais, como foram os agricultores. As feiras, nesse sentido, constituíam-se como espaços de mão dupla da tradição e modernidade, tanto pela fuga a opressão do modelo imposto por Delmiro, para permitir a manutenção da tradição simbólica e material do território, quanto pela oportunidade que os produtos e serviços oferecidos pelo processo modernizador poderiam permitir nas trocas materiais e simbólicas entre feirantes e demais frequentadores.

Organizaram-se, dessa maneira, *modos de viver e trabalhar* baseados em mudanças e continuidades nas hierarquias de espaços físico e simbólico, registradas sob a percepção e subjetivação da vida. Na verdade, esses territórios se formam sem homogeneizar ou diluir as diferenças entre grupos ou indivíduos, pois existem aspectos que se fundamentam tanto na perspectiva de unir pessoas, estender os laços sociais, integrar sujeitos sociais com diferentes posições sociais, quanto na maneira de tornar excelentes meios para dividir a sociedade, criar aliados e separar sujeitos, dentro das possibilidades de uma interação plena.

A pertinência em discutir os processos históricos está em mostrar que sobre as realidades sociais e econômicas das feiras, especialmente dos agentes que estão se fazendo nela, tanto pelas trocas de recursos materiais quanto simbólicos, podem ser vislumbradas também sujeitos exteriores a essas praças que, oriundos do local, fincam, de certa forma, uma feição peculiar. De um lado, através da manutenção do controle social dos conflitos, exercido principalmente pelo coronelismo sob as famílias e nas relações de proximidade a ele vinculadas; isso acontece porque tal estruturação pode não apenas se manter como natural, mas como cobrança e controle social, pois os indivíduos partilhavam de uma *visão de mundo* muito semelhante. Por outro lado, quando entram indivíduos questionadores do processo para compor esses espaços, principalmente agentes conflitantes do projeto imperialista e modernizador, a situação se modifica. Essas foram pessoas questionadoras do processo de socialização regulador da coletividade local, que não estavam dispostas a se submeter às formas de vigilância. Além disso, as sociabilidades locais passaram a acessar esses atributos valorativos como recursos de poder e de instituição de “fronteiras” socioculturais.

Está em questão, portanto, problematizar as feiras de forma multidimensional. Para isso, é importante caracterizá-las sob duas perspectivas: de ordem econômico-produtiva às de natureza social e política. Elas se mesclam para formar um híbrido de cooperação e

competição entre disposição e inovação. As de natureza social e política são responsáveis por direcionar as externalidades positivas do interconhecimento, do parentesco e, de maneira geral, das relações de *proximidade* para, de forma conectada entre esses pontos, manter a primeira ordem, dos fins econômico-produtivos. A necessidade de reprodução social e econômica, como razão sonhada, nutrida por gerações, consolidou uma forma *de viver e trabalhar* para a qual as relações sociais se tornaram recursos fundantes na manutenção socioeconômica, da prosperidade produtiva e de troca. É pertinente salientar que as gerações posteriores introduziram esse modo de ser em suas condutas, razão pela qual as feiras têm mantido o *status* de “o grande espaço de trocas” em Água Branca e Delmiro Gouveia, constituído durante as várias décadas de formação da identidade territorial.

A combinação de princípios firmada por essas ordens nas feiras é a forma típica de agir dos feirantes que têm uma *trajetória de proximidade* no trabalho realizado nas praças de comércio. Entretanto, o que parece ser para a maior parte dos feirantes, que se instalaram no “negócio de feira” recentemente, formas de ação que são estranhas e regulam por um viés negativo, suas *disposições* mostram o contrário. Primeiro porque a combinação dessas ordens já os integrava em qualquer das *figurações* que trazem certos vieses das feiras, inclusive em sociabilidades, participações múltiplas, e, etc.; segundo porque mesmo com os recursos materiais para comercialização, esses feirantes tiveram de acionar mecanismos de proximidade para concorrer nessas praças de comércio e, de maneira geral, com a economia local. Assim sendo, observamos neste estudo a difícil e delicada relação que existe entre os diferentes grupos sociais, a interposição de barreiras, a segregação e a pobreza no interior de uma região abastada. Essas são as faces pelas quais se apresentam as contradições das teias de relações criadas.

Ao que parece, as ordens econômico-produtiva às de natureza social e política interagem, através das *trajetórias de proximidade* dos sujeitos, como válvulas do motor desse processo de permanência das feiras. Uma postura foi sedimentada nas atitudes dos indivíduos ligados em mecanismos sociais, discursivos e culturais em muitos anos de história. Esse híbrido de inter-relação mobiliza os feirantes de uma maneira que as conexões entre eles e as *disposições* em grupos finquem, ao mesmo tempo, os seus objetivos particulares e o fortalecimento do próprio coletivo. Isso significa dizer que essas ordens se (re) atualizam nas interações dos agentes de maneira que nenhum deles deixa de procurar o seu espaço particular, por isso os mecanismos econômico-produtivos dos quais fazem parte são administrados e regulados socialmente.

Chamamos atenção para as maneiras com que essas ordens geram especificidades nas formas de competição e mercados (feiras). Aparentemente, a ordem econômico-produtiva coloca a margem grupos que estão participando das praças de comércio, especificamente os agricultores familiares. No entanto, ao mobilizar a ordem política e social, esses agricultores adentram os espaços das feiras, utilizando-se dessa complexidade como estratégia adaptativa em relação às condições internas objetivas, de uma maneira, por mais paradoxal que possa parecer, a reproduzir *os modos de viver e trabalhar*.

Na verdade, no que se refere às discussões sobre a participação de agricultores familiares nos mercados, este trabalho traz algumas contribuições, mesmo que aparentemente não sejam tão novas, principalmente porque a tríade: feiras – mercados – agricultura familiar, já faz parte das discussões da sociologia rural. Entretanto, nossa discussão procurou compreendê-la por meio de um processo relacional, da interação entre os agricultores com as *figurações sociais* dos sítios/povoados e pequenos municípios, que geram relações peculiares de mercados, inclusive mostrando que elas não são fixas, mas negociadas no processo de interação. Tal processo é perpassado por relações de poder que, por sua vez, não estão também fixas em um único polo. Podemos dizer, de certa forma, que:

- a) Na *figuração grupo doméstico*, reconhecemos que o indivíduo, além de pertencer a uma equipe de trabalho, faz parte também de uma unidade afetiva;
- b) Nos *sítios e povoados* – espaços de estabilidade da cultura camponesa, com espaços conectados – são (re) criadas estratégias para manter a reprodução social do *grupo doméstico*, o que acontece em ambas às feiras, principalmente nas áreas de difícil acesso; e,
- c) Os *pequenos municípios* – são lugares de encontro e desencontro de agricultores feirantes, que se assemelham e distinguem-se na lida com a produção, comercialização e ritualização; bem como na forma de se veem nos espaços citadinos do consumo, venda e rituais festivos.

Verificamos, especificamente pela análise do processo sócio-histórico dos territórios em que estão construídos os das feiras, que as diferenças verificadas nessas *figurações* são importantes como ferramentas para entendimento, pois elas são de fato influenciadas por inúmeros fatores. No caso dos agricultores familiares feirantes, notamos que o acesso e produção da terra, formas de trabalho, as políticas públicas e o progresso técnico, são aspectos delineadores dessas relações de poder. Parte da mobilidade nas diferenças sociais possibilitou as transformações na agricultura colonial e de *modernização conservadora* que fez surgir uma agricultura familiar com inserção diferenciada aos mercados, acentuada pela hierarquização

entre os agricultores. A aparente homogeneidade produtiva dava lugar à heterogeneidade social e econômica, onde dois produtores de feijão, por exemplo, poderiam apresentar condições sociais e econômicas distintas, principalmente em função da posse dos meios de produção.

A forma artesanal de técnicas e a insuficiência de informações tecnológicas, mesmo que aliadas à disponibilidade de recursos naturais no território estudado, ainda são subsistentes nas atividades de produção de agricultores feirantes e têm comprometido historicamente uma maior expressão da comercialização dos produtos desses sujeitos. Por outro lado, mudanças nas estratégias produtivas desses grupos conduzem, com frequência, a um certo questionamento dos seus *modos de viver e trabalhar* à medida que as suas relações familiares, parentesco e vizinhanças sofrem importantes alterações ao incorporar outros grupos sociais até então distantes do seu leque de relações.

Têm ocorrido transformações que estão possibilitando mudanças na divisão sexual do trabalho e nos papéis de homens e mulheres. Pudemos perceber uma maior participação das mulheres em espaços públicos e de decisões familiares, como, no reconhecimento da administração do *grupo doméstico* e no trabalho fora da unidade familiar, mesmo que, muitas vezes o resultado dessas práticas seja o fortalecimento da unidade familiar. Especificamente, a participação das mulheres nas feiras gera um maior interesse por um maior nível de recursos financeiros para reprodução do *grupo* e interações com outros espaços sociais, pois elas ficam na cidade e constituem família ali mesmo.

Quanto aos jovens, eles vivenciam os dilemas relacionados em assumir os valores do modo de vida camponês que, em alguns aspectos, contradizem aos valores da vida moderna. Nesses últimos, prevalece a ideia, desses sujeitos rurais, da busca de aceitação pelos urbanos como jovens. Dos aspectos que identificam o jovem como rural, a obediência dentro do *grupo doméstico* e o trabalho na agricultura são os principais. Esses são considerados, por um lado, valores que devem ser respeitados para tornarem-se honrados; por outro, são vistos também como valores ultrapassados, o que fazem anunciar-se sobre orgulho ou a vergonha de assumir.

Portanto, a perspectiva teórica não poderia ser outra senão aquela que oferecesse ferramentas analíticas ao entendimento de processos que haviam tornado a reprodução social da forma familiar de trabalho e produção de um caráter que poderíamos chamar de semiautônomo ou autárquico para uma reprodução subordinada e dependente aos mercados. Essa nova orientação passou a privilegiar e fortalecer a individualização e especialização produtiva, a inserção em um regime concorrencial e a concentração fundiária, trazendo uma plena integração mercantil.

Esse conjunto de mudanças e continuidades, portanto, evidencia que não é possível analisar uma ou outra dimensão das relações sociais, ou de forma desconectada. Assim, a estratégia teórico-metodológica aqui adotada aponta para a novidade de compreensão, por ter uma grande fecundidade para responder aos desafios dos fenômenos sociais. Essas construções de *figurações* sociais põem em evidência o sentido proposto por Elias de levar em consideração as especificidades locais, a partir dos recursos naturais, das relações sociais e da relação da produção local que promovem uma construção social de mercados locais, específica e particularizada, mas conectadas às várias esferas globais, econômicas e sociais.

Na verdade, a compreensão da inserção do agricultor familiar nos mercados abrange várias trajetórias socioespaciais, no caso dos feirantes agricultores dessas praças de comércio, observamos que perpassam principalmente a relação com o meio urbano em um pequeno município. Isso demonstra uma cadeia de interação engendrada por relações de poder, mas também a pertinência em observar o meio rural não apenas como local isolado ou simplesmente de produção agrícola, ele é um lugar de vida. As análises feitas sugerem que os feirantes agricultores estão conectados por dimensões econômico-produtiva e político-sociais locais e globais; por isso é necessário formular políticas, que tenham a preocupação de situar os espaços rurais em conexão com as questões dos mercados e do processo de globalização; especialmente pelas especificidades do modo de vida das famílias agricultoras feirantes, mas que não excluam todo o leque de conhecimentos, informações, relações e tecnologias, isso pode possibilitar a eles sonharem e poderem se projetar, escolher e realizar seus futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz N. **A época colonial**: administração, economia, sociedade. Vol. 2. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo; LATTUADA, Mario. **Desarrollo rural –Organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, p.51-70, 2006. Disponível em: <http://www.cidts.ufsc.br/articles/Abramovay_Para_uma_teor%C3%ADa_dos_estudos_territoriais.pdf>. Acesso em: 10 de jul. de 2010.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Unicamp e Hucitec, 1998.

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial & os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: UnB, 1982.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 2ª ed. Recife: Massangana, 2001.

ALEXANDER, Jeffrey. The reality of reduction: the failed synthesis of Pierre Bourdieu. In: _____. **Fin de Siècle Social Theory**: relativism, reduction and the problem of reason. Londres: Verso, p. 128-217, 1995. Disponível em: <http://ccs.research.yale.edu/alexander/articles/1995/alexander_bourdieu.pdf>. Acesso em: 26 de Nov. de 2011.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 66-83, 1986. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_06.htm>. Acesso em: 29 de set. de 2010.

AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária: A dominação do capitalismo sobre a agricultura. In: _____, VERGOPOLUS, Kostas. **A Questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ARANTES, A. A. Compadrio in rural Brazil: structural analysis of a ritual institution. **Vibrant, Virtual Braz. Anthr.** [online] v. 8, p. 70-112, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vb/v8n2/a05v8n2.pdf>>. Acesso em: 26 de jul. de 2011.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de Geografia urbana retrospectiva. **Boletim Geografia Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**, São Paulo: USP, n. 208, n.11, p.01-96, 1956.

BARROSO, Gustavo; RODRIGUES, Ivan Wash. **História do Brasil em quadrinhos**. Rio de Janeiro: Brasil-América, 1970.

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias** [online], Porto Alegre, n.5, p.240-265, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n5/n5a11.pdf>>. Acesso em: 12 de jun. de 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Minuit, 1980.

_____. **La Distincion**. Madrid: Taurus, 1988.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 8ª ed. São Paulo: Papyrus, 1996.

_____. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.

_____. **Campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Campinas: Papyrus, 2000.

_____. **As regras da arte**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O trabalho de saber**: cultura camponesa e escola rural. São Paulo: FTD, 1990.

_____. Parentes e Parceiros. Relações de Produção e Relações de Parentesco entre camponeses de Goiás. In: ARANTES, Antonio Augusto [et al]. **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. 3ªed. Campinas: Unicamp, p.115-160, 1994.

_____. **A partilha da vida**. São Paulo: GEIC/Cabral, 1995.

BUYERS, Ann Marie. Em defesa da honra: a emancipação de Alagoas no imaginário institucional. **Revista Crítica Histórica**. Maceió, ano I, nº 2, p. 30-49, dezembro de 2010.

Disponível em:

<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/index.php?option=com_content&view=article&id=67:em-defesa-da-honra&catid=40:dossie-movimentos&Itemid=56>. Acesso em: 06 de jan. de 2011.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho; MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad/Pronex, v. 1, p. 323-344, 1999.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e cantadores**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1970.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Teoria sociológica e agricultura: tendências e desafios. In: ADORNO, Sérgio. (Org.). **Natureza história e cultura**: repensando o social. Porto Alegre: UFRGS, p. 61-67, 1993.

_____. Globalização e agricultura: processos sociais e perspectivas teóricas. **Estudos de Sociologia**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPE, nº. 1, 2, p. 105-118, 1995.

_____. Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do Vale do São Francisco. In: _____ (Org.). **Globalização, trabalho e meio ambiente**: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife, UFPE, p. 123-170, 1999.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, p. 134-163, 1981.

COCHRAN, Willian G. **Técnicas de Amostragem**. Brasil: Fundo de Cultura, 1965.

COÊLHO, Jackson Dantas. **Feiras livres de Cascavel e de Ocara: caracterização, análise da renda e das formas de governança dos feirantes**. Fortaleza: BNB, 2009. Disponível em: <www.bnb.gov.br/projwebren/exec/livroPDF.aspx?cd_livro=133>. Acesso em: 20 de out. 2010.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: plano e cotidiano operário no Sertão. O projeto urbano de Delmiro Gouveia**. 1995, 257 p. Tese (doutorado em Arquitetura). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

_____. **Pedra: plano e cotidiano operário no Sertão**. Campinas: Papyrus, 1998.

DANCEY, Christine P. **Estatística sem matemática para psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. **Feira de Macaíba/RN: um estudo das modificações na dinâmica socioespacial (1960-2006)**, 2007, 202 p. Dissertação (mestrado em Geografia), Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. Disponível em: <<ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/btdt/GeovanyPGD.pdf>>. Acesso em: 15 de mar. De 2010.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. **Cidades**, v. 1, n.1, p.119-146, 2004.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1952.

_____. Panorama social brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XXVI, nº. 4. p. 151- 159, outubro-dezembro de 1964.

_____. Populações rurais brasileiras. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo. (Orgs.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Editora Nacional, p. 121-131, 1976.

DUBÉ, Line; PARÉ, Guy. Rigor in information systems positivist case research: current practices, trends, and recommendations. **MIS Quarterly**, v. 27, n. 4, p. 597-635, Dec. 2003.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Braga: Edições 70, 1980.

_____. **O processo civilizador**. Vol. II. Formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a.

_____. **O processo civilizador**. Vol. I. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b.

_____. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

_____; SCOTSON John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Escritos & Ensaios**; 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: FAPESP, 2007.

FERLINE, Vera do Amaral. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Web dicionário: dicionário online da língua Portuguesa**. [versão online], 2012. Disponível em: <<http://www.webdicionario.com/feira>>. Acesso em: 19 de mar. 2012.

FERRETTI, Sergio (Org.). **Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados**. São Luis: UFMA/Proin-Cs, 2000.

FONTE, Eliane Maria Monteiro. As políticas de desenvolvimento rural no Brasil a partir de 1930. In: SCOTT, Parry; CARNEIRO, Rosineide (Org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Editora Universitária UFPE, p. 53-78, 2006.

FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAS, Edinaldo Bezerra. A expansão da pecuária nordestina e os grupos indígenas. In: Nordeste Indígena, **Revista do Serviço de Ação Cultural** da 3.a SUEP, Série Etno-história,

FUNAI, Recife: n. 2, p. 75-79, jan. 1991.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 30 ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

_____. **Sobrados e Mocambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.

FRIEDMANN, Harriet. Simple commodity production and wage labour in the American plains. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978.

GADAMER, Hans-Georg. **Hermenêutica em retrospectiva**: a virada hermenêutica. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Verdade e método I e II**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **O Sul**: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, 1989.

GARCIA-PARPET, Marie. France. **O Bacurau**: étude de cas d'un marché situé dans une usina. 1977, 144 p. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1977.

_____. **Feira e trabalhadores Rurais**: as feiras do Brejo e do Agreste Paraibano. 1984, 237 p. Tese (doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1984.

_____. O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 7, n. 19, p. 84-102, jun. 1992. Disponível em: < http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_19/rbcs19_08.htm>. Acesso em: 04 de jun. de 2010.

_____. Mercado e modos de dominação: a feira e as vinculações de trabalhadores na plantation açucareira nordestina. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, vol. 1. Brasília: Editora UNESP/ NEAD, p. 69-87, 2008a.

_____. O Segundo sexo do comércio: Camponesas e negócio no Nordeste do Brasil. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. 2008b.

Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_19/rbcs19_08.htm>
Acesso em: 10 de set. 2011.

GEBARA, Ademir. **Conversas sobre Norbert Elias**. Depoimentos para uma história do pensamento sociológico. Piracicaba: Biscalchin Ed., 2005.

GODOY, Wilson Itamar. **As feiras-livres de Pelotas, RS**: estudo sobre a dimensão sócio-econômica de um sistema local de comercialização. 2005, 284 p. Tese (doutorado em Agronomia), Pelotas: UFPel, 2005.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

GRIMAL, Pierre. **Mitologia grega**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

HALINEN, Aino; TÖRNROOS, Jan-Ake. Using case methods in the study of contemporary business networks. **Journal of Business Research**, v. 58, n. 9, p. 1285-1297, Sept. 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria A. de. **A morada da vida**. trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HERMANN, Nadja. **Hermenêutica e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA DO BRASIL. **Senso agropecuário dos municípios brasileiros**. Brasília, 1950-2010.

_____. **Dados demográficos**. Brasília, 2010.

_____. **Dados populacionais**. Brasília, 2010.

_____. **Dados históricos de cidades brasileiras**. Brasília, 2012.

JOAS, Hans. Interacionismo Simbólico. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. (Orgs.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Unesp, p. 127-174, 1999.

JOSEPH, Isaac. **Erving Goffman e a microssociologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004a.

_____. Trajetória acadêmica e pensamento sociológico: entrevista com Bernard Lahire. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 30, n. 2, p. 315-321, mai/ago, 2004b. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a09.pdf>>. Acesso em: 12 de mar. De 2011.

LAMARCHE, Hugues. (Org.). **A agricultura familiar, comparação internacional**: uma realidade multiforme. Campinas: UNICAMP, 1993.

_____. **A agricultura familiar, comparação internacional**: do mito à realidade. Campinas: UNICAMP, 1998.

LEVIN, Jack. **Estatística aplicada a ciências humanas**. São Paulo: Harbra, 1987.

LINS, Adalberon Cavalcanti. **O ninho da águia**: saga Delmiro Gouveia. Maceió: SERGASA, 1988.

MACNEALY, Mary Sue. Toward better case study research. **IEEE Transactions on professional Communication**, v. 40, n. 3, p. 182-195, Sept. 1997.

MARSDEN, Terry. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. **Journal of Rural Studies**, London, v. 14, n. 1, p. 107-117, 1998.

MARTINS, Francisco Magalhães. **Delmiro Gouveia**: pioneiro e nacionalista. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

_____. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Reforma agrária**: o impossível diálogo, São Paulo: Edusp, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Difel, 1985.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **O Capital**. Capítulo IV. São Paulo: Centauro, 2004.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

MAZOYER, Marcel. **História das agriculturas no mundo: do neolítico a crise contemporânea**. São Paulo: Unesp, 2010.

MELO, Samuel Pires. **Construção coletiva dos projetos de assentamentos do Programa Nacional De Crédito Fundiário: artefatos de uma ação coletiva**. 2009, 147 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2009.

_____. **Relatório técnico sobre identidade do território do Alto Sertão de Alagoas sob olhar das feiras de Água Branca e Delmiro Gouveia**. Maceió: UFAL, 2011. (Mimeo)

MENDRAS, Henry. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.

MILLS, Wright C. **A imaginação sociológica**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MOTT, Luiz. **A Feira do Brejo Grande: estudo de uma instituição econômica num Município sergipano do Baixo S. Francisco**. 1975, 348 p. Tese (doutorado em Ciências Sociais) Campinas: Unicamp, 1975.

_____. Estrutura e função das feiras rurais do Nordeste do Brasil: o caso da feira de Brejo Grande, Sergipe. **Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos**. 1ª Série. Nº 12. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1979.

_____. Feiras e mercados: pistas para Pesquisa de Campo. In: FERRETTI, Sergio (Org.). **Reeducando o olhar: Estudos sobre feiras e mercados**. São Luis: UFMA/Proin-Cs, 2000.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, desenvolvimento e perspectivas**. 2 ed. São Paulo: Martins Fortes, 1982.

NAVARRO, Zander. **Do mundo da roça ao mercado: mudanças recentes e o desenvolvimento agrário no Sul do Brasil**. Brasília: NEAD, 2002. Relatório de pesquisa.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.25, p.21-37, maio/dez., 1995.

_____. Agricultura familiar: categoria de ação política. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria; SILVA, Tânia Elias Magno. (Org.) **Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. São Cristóvão: Embrapa/UFS, p. 135-159, 2002.

OLIVEIRA, Irani Maria da Silva. **Comércio justo e inserção internacional de produtos com apelo social**: o caso do açúcar de rapadura do Engenho Comunitário de Água Branca no estado de Alagoas. 2006, 114 p. Dissertação (mestrado em Economia), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

ORTÍ, Alfonso. La confrontacion de modelos y niveles epistemológicos en la gênesis e história de la investigacion social. In: Delgado, Juan Manuel; Gutierrez, Juan. **Métodos y tecnicas cualitativas de investigación em ciencias sociales**. Madrid: Ed. Sinteses, p.85-95, 1994.

ORTIZ-OSÉS, Andrés. **Diccionario de hermenêutica**. Bilbao: Universidade de Deusto, 1997.

PALMEIRA, Moacir. **Casa e trabalho**: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. Rio de Janeiro: Contraponto, 1977.

PALMER, Richard. **Hermenêutica**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

PEDRO, Fábio Costa; COULON, Olga Fonseca. **As rotas comerciais e as feiras medievais**, [online], 1989. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/historia/Artigos/i_media/rotas_comerciais.html>. Acesso em: 18 de jan. 2012.

PEIRANO, Mariza. **Rituais**: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição**: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila – família e propriedade no Nordeste colonial. Tese (doutorado em História Social). Campinas: UNICAMP, 2003, 300 p. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03102005-103312/>>. Acesso em: 23 de ago. 2012.

PETERS, Gabriel. Habitus, reflexividade e o problema do neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. **Cadernos Sociofilo**, IESP-UERJ, p.01-39, 2011. Disponível em: <http://sociofilo.iesp.uerj.br/?page_id=181>. Acesso em: 10 de out. 2011.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos bárbaros**: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1990.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação econômica do Brasil**. 41 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Histórico**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/abastecimento/organizacao/estrutura/feiras.asp-45k>. Acesso em: 19 de out. 2011.

PRIETO, Heloisa. **Terra, Lampião e a Baronesa**. Ilustr. de Cárcamo. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Bairros Rurais Paulistas**: Dinâmica das relações Bairro rural-cidade. São Paulo: Editora Livraria Duas Cidades, 1973.

_____. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **História do cangaço**. São Paulo: Global, 1986.

REGIMENTO TOMÉ DE SOUZA. **Encomendo-vos e mando-vos que as coisas conteudas neste regimento cumprais e façais cumprir e guardar como de vós confio que o fareis**. Gerônimo Corrêa o fez em Almerim aos xbij de dezembro de 1548. Disponível em: <<http://variasvariaveis.sites.uol.com.br/tome.html>>. Acesso em: 23 de mar. 2012.

RIBEIRO, Lucí. **Processo e Figuração**: Um estudo sobre a Sociologia de Norbert Elias. 2010, 354 p. Tese (doutorado em Sociologia). Campinas: UNICAMP, 2010.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2001.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond Universitaria, 2009.

SÃO PAULO. **Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/abastecimento/organizacao/estrutura/feiras.asp-45k>>. Acesso em: 12 de set. 2011.

SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**,

Brasília, v.14, n.2, p. 225-238, mai./ago. 1997.

_____. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.16, p. 64-184, 2001.

_____. Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. In: **Raízes**, Campina Grande: UFCG, Vol.23, nº01, p. 99-117, jan-dez 2004.

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistência**. México: Ediciones Era, 1990.

_____. Formas cotidianas da resistência camponesa. In: **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan/jun., 2002. Disponível em:
<http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_86.pdf>. Acesso em: 17 de set. de 2011.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: editora da UNB, 1990.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. **Estudos CEBRAP**, 26, p. 42-80, 1980. Disponível em:
<http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/a_definicao_de_campones.pdf>. Acesso em: 21 de mar. 2011.

SHUCK, Rogério José. **Através da compreensão da historicidade para uma historicidade da compreensão como apropriação da tradição**. 2007, 193 p. Tese (Doutorado em Filosofia). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

SIGAUD, Lygia. As vendas de ponta de rua. **Anuário Antropológico**, 81. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 23-42, 1983.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Pecuária, sertões e a formação do mercado interno no Brasil. **Revista Sociedade e Agricultura** (CPDA/UFRJ), Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 119-156, 1997.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Edunesp, 1999.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: ethos e racionalidade produtiva no cotidiano camponês**. 1998, 389 p. Tese (doutorado em Ciências Sociais), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998.

_____; ROSSETO, Valter. **Festas e saberes:** artesanatos, genealogias e memória imaterial na região colonial do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007.

TEMPLO DE JERUSALÉM. João 2: 13-16. In: **Templo de Salomão:** Joaquim Monte. Disponível em: <<http://www.lojahugosimas.com.br/?q=node/314>>. Acesso em: 13 de fev 2012.

THOMPSONS, Edward Palmer. **Costumes em comum:** estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THORNER, Daniel. Una teoría neopopulista de la economía campesina: La escuela de A. V. Chayanov. In: _____, et al.: **chayanov y la teoría de la economía campesina.** Compilação de José Aricó. México, Siglo XXI eds., 2ª edição, 94 cuadenos de pasado y presente, p. 138-152, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares:** Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

VAINSENER, Semira Adler. Cangaço. Pesquisa Escolar Online, Recife. **Fundação Joaquim Nabuco**, 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 12 de mar. 2012.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias.** O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações meridionais do Brasil.** Niterói, RJ: ed. UFF, 1987.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; BRUMER, Anita; DUQUÉ, Guislaine; LOURENÇO, Fernando Antonio. A Agricultura Familiar No Brasil. In: Hugues Lamarche. (Org.). **A agricultura familiar, comparação internacional:** uma realidade multiforme. CAMPINAS: UNICAMP, p. 177-234, 1993.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Agricultor e a Vida Local. In: Hugues Lamarche. (Org.). **Agricultura familiar:** do mito à realidade. Campinas: UNICAMP, p. 207-231, 1998.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.) **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo- RS: UPF, p. 23-56, 1999.

_____. A valorização da agricultura e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio ambiente**, Curitiba: Editora da UFPR, v.2, p. 29-37, 2000.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 15, p. 69-129, 2001.

_____. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social e pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, Eric; TEXEIRA, Olívio Alberto. (Orgs.) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, p.39-52, 2002a.

_____. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria; SILVA, Tânia Elias Magno. **Ensaio de Desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Sergipe: Embrapa/UFS, p. 19-57, 2002b.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRJ, n° 21, p. 42-61, 2004a. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf>>. Acesso em: 14 de out. de 2010.

_____. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Raízes**, Campina Grande, 23, n° 01-02, p. 82-98, jan-dez. 2004b. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_3.pdf>. Acesso em: 14 de out. de 2010.

_____. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **Revista da ALASRU**: Nueva Epoca, v. 5, p. 17-44, 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/06/Nazareth-Wanderlei.pdf>>. Acesso em: 12 de out. de 2011.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB. 1994.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e Compadres**: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**. Brasília: UNB, 1997.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília: UnB, n. 87, p. 11-73, 1990.

_____. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.7, n. 1, p. 35-53, jan./jun. 1990.

_____. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins. **Série Antropologia**, 293. Brasília: UnB, p. 01-23, 2001. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie293empdf.pdf>>. Acesso em: 08 de dez. de 2010.

YIN, Robert Ken. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO

Simulação de cálculo do tamanho de amostra

ANEXO I¹

Definição da Amostra na Feira de Água Branca

$$N = \frac{\sigma^2 \times p \times q \times N}{\epsilon^2 (N-1) + \sigma^2 \times p \times q}$$

$$N = \frac{1,96^2 \times 50 \times 50 \times 201}{5^2 (201-1) + 1,96^2 \times 50 \times 50}$$

$$N = \frac{3,84 \times 502500}{25 (200) + 3,84 \times 2500}$$

$$N = \frac{1929600}{5000 + 9600}$$

$$N = \frac{1929600}{14600}$$

$$N = 132,16 \text{ (tamanho da amostra)}$$

Definição da Amostra na Feira de Delmiro Gouveia

$$N = \frac{\sigma^2 \times p \times q \times N}{\epsilon^2 (N-1) + \sigma^2 \times p \times q}$$

$$N = \frac{1,96^2 \times 50 \times 50 \times 617}{5^2 (617-1) + 1,96^2 \times 50 \times 50}$$

$$N = \frac{3,84 \times 1542500}{25 (616) + 3,84 \times 2500}$$

$$N = \frac{5923200}{15400 + 9600}$$

$$N = \frac{5923200}{25000}$$

$$N = 236,93 \text{ (tamanho da amostra)}$$

¹ Adotamos como margem de erro (ϵ) 5%, valor máximo admitido para pesquisas sociais. Como optamos por utilizar 95% de segurança para estes dados, o valor de (δ) ficou na ordem de 1,96. Não estratificamos nossa amostra com pesos diferentes a grupos, portanto, os valores de (p) e (q) ficaram com percentagens igualmente divididas de 50% cada. Segue o calculo realizado para chegarmos ao número de casos de 133 para Água Branca, e 237 na de Delmiro Gouveia.

APÊNDICE A

Instrumentos de coletas de dados

QUESTIONÁRIO SOBRE MAPEAMENTO DOS FEIRANTES DE ÁGUA BRANCA E DELMIRO GOUVEIA

- 1.0 Nome você é conhecido: _____
- 2.0 Idade: _____
- 3.0 Sexo: () masculino () feminino
- 4.0 Como você se considera () branca, () amarela, () preta, () parda, () outra, especificar: _____
- 5.0 Você é: () solteiro(a), () casado(a), () mora junto(a), () separado(a), () viúvo(a), () outra, especificar: _____
- 6.0 Estudou até que série ou estuda que série? _____
- 7.0 Mora onde?
() no interior, dizer o nome da comunidade _____
() na cidade, dizer o nome do bairro _____
- 8.0 Onde nasceu? _____
- 9.0 Quantas pessoas moram na sua casa? _____
- 10.0 Quantas pessoas de sua casa trabalham na feira com você? _____
- 11.0 Tem filho/a(s)? () Sim () Não, Quantos/as? _____
- 12.0 Quanto tempo que você trabalha na feira? _____
- 13.0 Tinha alguém na sua família que era feirante antes de você? () Sim () Não
- 14.0 Existe alguém na sua família para seguir com a atividade de feirante? () Sim, () Não () Não tem certeza
- 15.0 Além desta feira, trabalha em outra feira? Qual? _____
- 16.0 Você frequenta a feira toda semana? () Sim () Não.
- 17.0 Quais produtos você comercializa na feira? _____
- 18.0 SE O/A ENTREVISTADO/A TRABALHAR EM MAIS DE UMA FEIRA, PERGUNTAR: existe alguma diferença entre as feiras que você trabalha? () Sim () Não, Por quê? _____

- 19.0 Além de feirante, exerce outra atividade? () Sim () Não, Qual? _____
- 20.0 Por que você trabalha como feirante? Desejaria mudar de profissão? _____

- 21.0 O que você vende aqui na feira? _____

- 22.0 Estes produtos vêm de onde? _____
- 23.0 SE FOR DE OUTRA PESSOA, Por que você compra dessa pessoa ou empresa? _____

- 24.0 Quanto tempo demora o processo da compra dos produtos que irá vender? Como, por exemplo, o transporte deles e a organização da sua banca na feira? _____

- 25.0 O que você acha dos/as feirantes que criam ou plantam os produtos para vender aqui? _____

- 26.0 SE VENDER FRUTAS, VERDURAS, PERGUNTAR: você sabe se estes alimentos são produzidos com produtos químicos? _____
- 27.0 Como é sua relação com as pessoas que compram aqui na feira? () Amizade () Comercial () Amizade e comercial
- 28.0 Quais os principais assuntos trocados entre os fregueses? _____

- 29.0 Seus fregueses voltam toda semana? () Sim, () Não, e com que frequência ele vem? _____

- 30.0 Você observa de se de um tempo para cá, houve alguma mudança na preferência de produtos comprados pelos fregueses? () Sim, () Não

- 31.0 Você adéqua seus produtos ao que os fregueses exigem? () Sim, () Não
- 32.0 Você acha que os feirantes vendem mais agora ou antes, para isso compare a última década.
() Antes, () Agora
- 33.0 Na sua opinião, quais os motivos que levam as pessoas a frequentar a feira, já que existem também os supermercados e mercadinhos? _____

- 34.0 Quando um/a outro/a feirante falta, você traz os produtos deles para vender para eles? Por quê? _____

- 35.0 Quais suas perspectivas na atividade de feirante (Perguntar ao feirante entre 16 a 29 anos):
() Dependem menos dos outros; () Complementar a renda da família, estudar e sair da feira
() Ficar aqui até arranjar outro emprego;
- 36.0 Quais os principais problemas que você encontra aqui na feira? _____

- 37.0 Por que você resolveu trabalhar aqui na feira? _____

- 38.0 O que mudou na sua vida, quando passou a vender aqui na feira? Você realizou algum sonho? _____

- 39.0 Você tem vergonha de ser feirante? () Sim, () Não

- 40.0 Tem vontade de mudar de profissão? () Sim, mas ainda não tive oportunidade, () Não, estou satisfeito
() Sim, mas não tenho como.
- 41.0 Como foi definida a licença para você trabalhar aqui na feira? _____
- 42.0 Paga alguma taxa para administração da feira? () Sim, () Não, por quê? _____

- 43.0 Quais as condições de trabalho aqui na feira? () Boas () Ruins, por quê? _____

- 44.0 Existe algum tipo de associação aqui na feira? () Sim, () Não
- 45.0 Se não existir, tem interesse na criação de alguma entidade? () Sim, () Não
- 46.0 Tem interesse em participar da estrutura administrativa de alguma associação ou entidade daqui da feira?
() Sim, () Não
- 47.0 Você é filiado a algum sindicato ou entidade representativa? () Sim, () Não
Qual? _____
- 48.0 Você está pagando algum empréstimo? Se sim, para que foi feito? _____

- 49.0 Qual sua renda mensal? _____

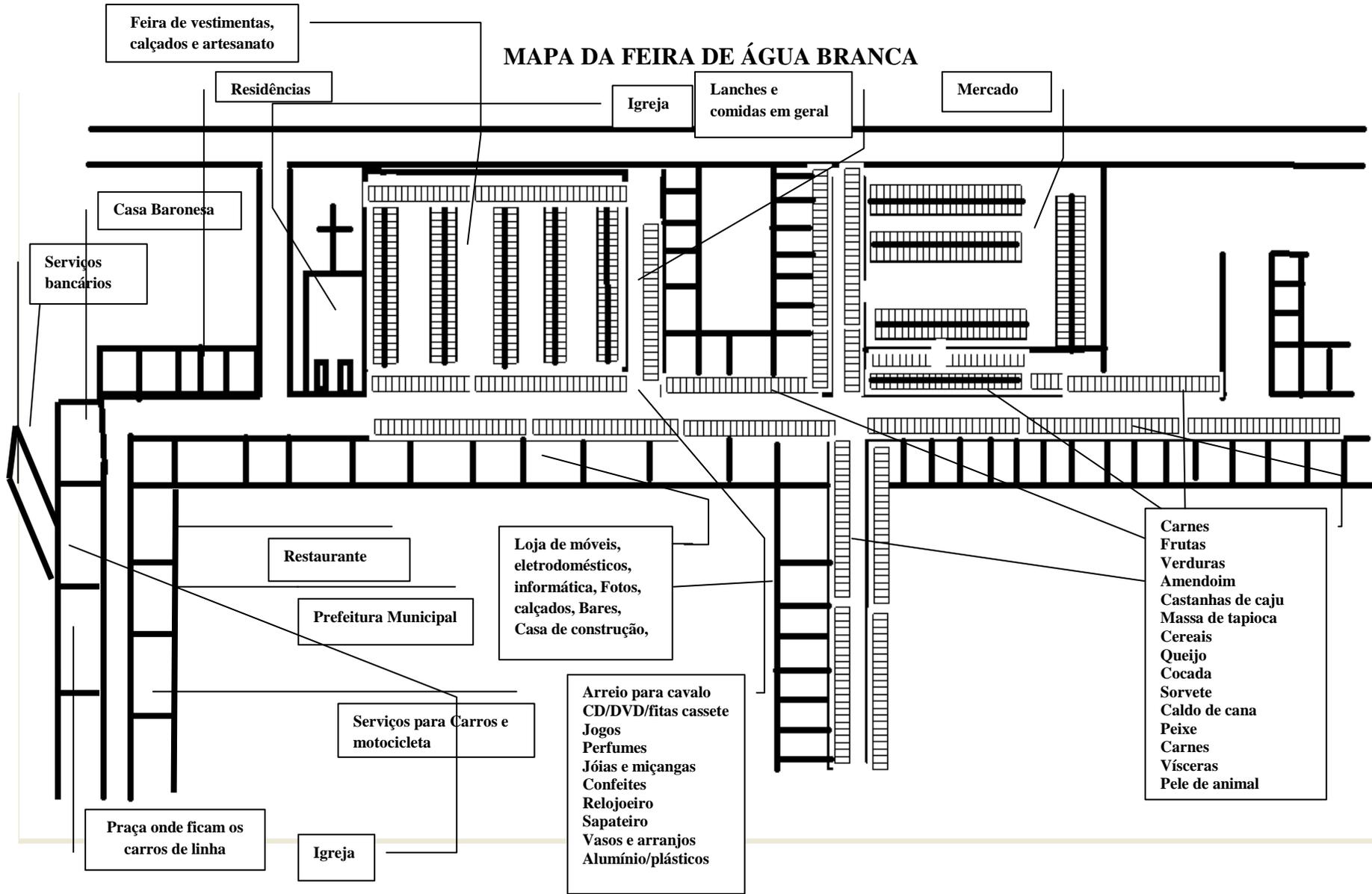
Entrevista Semiestruturada Realizada junto aos Agricultores Familiares

1. Fale sobre alguns momentos de sua vida na infância (lembranças da infância na feira, sítio ou povoado ou cidade, pessoas que lhes marcaram de alguma forma).
2. Explique sobre a composição da sua família (mora com os pais, têm filhos, idade dos filhos, onde estes moram, qual a ajuda que tem deles, estudam; trabalham, onde?)
3. Vínculo que estabelece com os pais. (tradição no modo de viver e trabalhar)
4. Conte como é sua família (na convivência, no trabalho, nas comemorações – quem ajuda e no quê?).
5. Fale sobre seu trabalho na agricultura. (quem trabalha, recebe financiamento, etc.)
6. Qual o papel de sua família no trabalho da agricultura, feira e em outros locais?
7. Fale sobre a propriedade/sítio onde mora ou trabalha? A origem, pertencente a quem? O que mudou nele/a... Participou de financiamento?
8. Explique como se dá o processo de comercialização da produção agrícola e/ou pecuária. (direta, atravessadores – vende, compra – frequência de tudo isso)
9. Conte sobre seu trabalho na feira.
10. Explique sobre sua experiência de convivência com seus vizinhos próximos onde moram.
11. Fale sobre sua participação no povoado – sítio – ou eventos na cidade. E para onde mais gosta de sair (passeio)
12. Fale sobre sua relação com outros feirantes.
13. Participa de entidades, associações, grupo? Conte-me como é sua participação.
14. Quando você vai a feira, realiza outras atividades? Conte um pouco do que acontece nesse seu dia de feira.
15. Teve vontade mudar? (lugar, trabalho, família)

APÊNDICE B

Mapas das Feiras Pesquisadas

MAPA DA FEIRA DE ÁGUA BRANCA



Feira de vestimentas,
calçados e artesanato

Residências

Igreja

Lanches e
comidas em geral

Mercado

Casa Baronesa

Serviços
bancários

Restaurante

Prefeitura Municipal

Serviços para Carros e
motocicleta

Praça onde ficam os
carros de linha

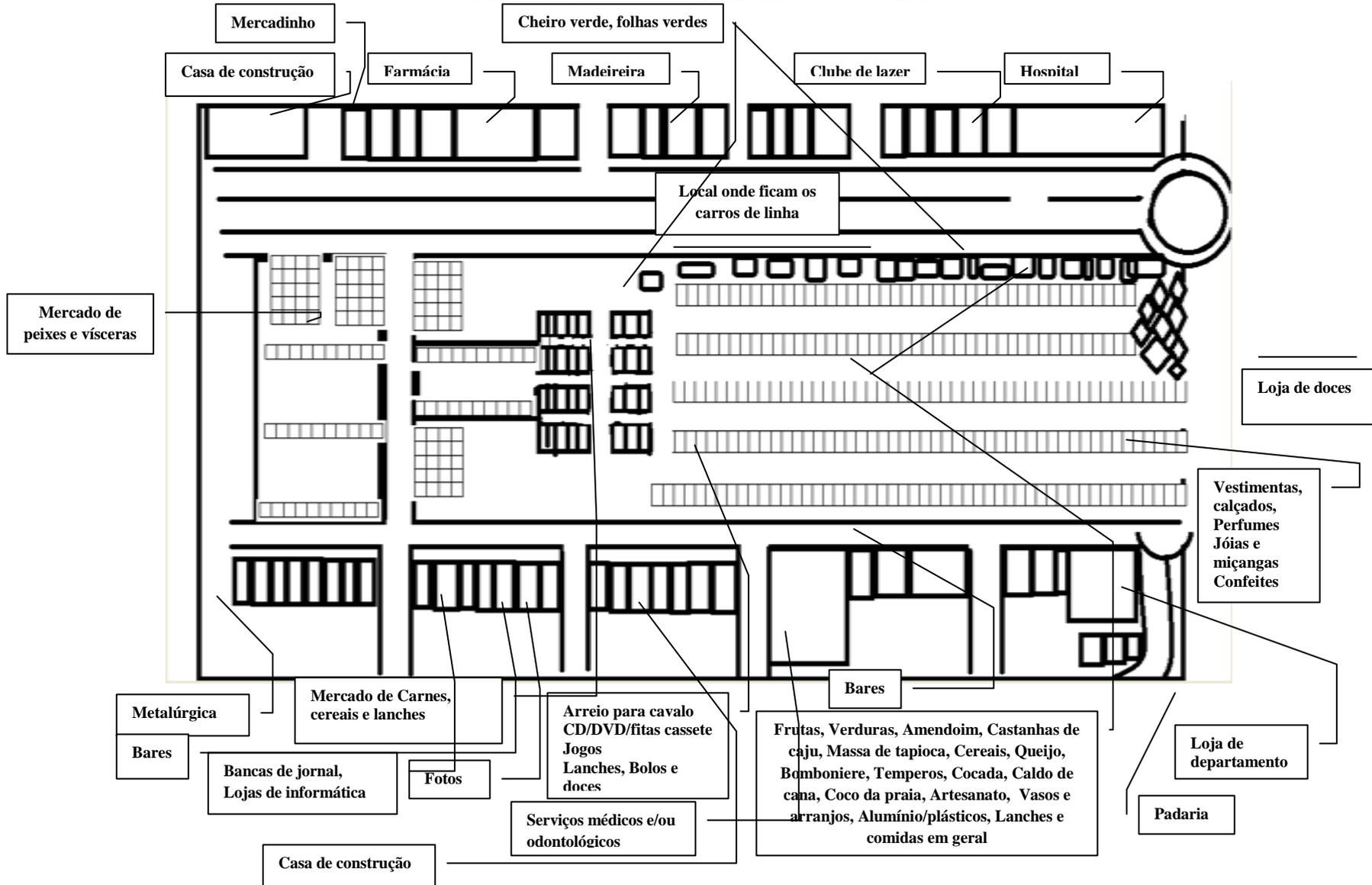
Igreja

Loja de móveis,
eletrodomésticos,
informática, Fotos,
calçados, Bares,
Casa de construção,

Arreio para cavalo
CD/DVD/fitas cassete
Jogos
Perfumes
Jóias e miçangas
Confeites
Relojoeiro
Sapateiro
Vasos e arranjos
Alumínio/plásticos

Carnes
Frutas
Verduras
Amendoim
Castanhas de caju
Massa de tapioca
Cereais
Queijo
Cocada
Sorvete
Caldo de cana
Peixe
Carnes
Vísceras
Pele de animal

MAPA DA FEIRA DE DELMIRO GOUVEIA



APÊNDICE C

Categorias e Variáveis Utilizadas na Tese

Quadro com as principais categorias e variáveis da tese

Categorias	Subcategorias	Variáveis
<p>Produtivo/ econômica</p> <p>Terra, Feira e Trabalho: mecanismos para reprodução do <i>grupo doméstico</i></p>	Terra	Patrimônio familiar Instrumento de trabalho Apego a terra
	Trabalho	Atividades produtivas Divisão do trabalho Realizado pela família ou mão-de-obra externa Trabalho em conjunto Instrumento de trabalho
	Feira: meio para resistência e reprodução social	Gestão Estratégias Diversificação dos produtos vendidos Plantação - Criações de animais Artesanato Extrativismo – pesca e areia Atividades Pluriativas - Profissão dos filhos Projetos futuros - Investimentos
	Tecnológica Financeira Mercado Normativa	Utilização de máquinas para trabalho Crédito e empréstimo Programas governamentais Aposentadorias Compra e venda - Feira Normas e leis
	Valores	Confiança Reputação Honra Responsabilidade
<p>Vida social e política</p> <p>Interrelações que passam sítios/ povoados e feiras/ pequenos municípios, principalmente</p>	<p>Relações familiares Relações de vizinhança Relações com a sociedade global</p>	<p>Pertencimento Hierarquia Solidariedade familiar Parentesco Sociabilidade Reciprocidade Vida lúdico-religiosa e feira Pertença local Comunicação Lazer Redes sociais - Governo (Acesso a bens e serviços) Fluxo de produtos Redes sociais - ONGs Redes sociais – sítio, povoado, feira, município, região</p>